

# FERNANDO DE AZEVEDO

DILEMAS NA  
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA  
SOCIOLOGIA NO BRASIL

**ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO**

**FERNANDO DE AZEVEDO**

Conselho Editorial Acadêmico  
Responsável pela publicação desta obra

Prof. Dr. Angelo Del Vecchio  
Prof. Dr. José Antonio Segatto  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Leila de Menezes Stein  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Anita Simis  
Lenina Vernucci da Silva (representante discente)

ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO

**FERNANDO DE AZEVEDO**  
**DILEMAS NA**  
**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA**  
**SOCIOLOGIA NO BRASIL**

**CULTURA**  
**ACADÊMICA**   
*Editora*

© 2012 Editora UNESP

**Cultura Acadêmica**

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP– Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

N193f

Nascimento, Alessandra Santos

Fernando de Azevedo : dilemas na institucionalização da Sociologia  
no Brasil / Alessandra Santos Nascimento – São Paulo : Cultura  
Acadêmica, 2012.

302p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-304-5

1. Azevedo, Fernando de, 1894-1974. 2. Sociologia. I. Título.

12-7625

CDD: 301

CDU: 316

---

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)



Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

*Dedicado à memória de meu pai, Arnaldo A. Nascimento,  
à memória de meus avós, Rosa e Felismino,  
e à minha mãe, Maria de Lourdes,  
pessoas em que penso sempre com amor e profunda gratidão.*



*[...] O escritor está em situação em sua época:  
cada palavra tem repercussão. Cada silêncio também.*  
Jean-Paul Sartre (1999 [1945], p.131)



# AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este livro, faz-se preciso reconhecer e agradecer ao apoio, estímulo e paciência de minha família e amigos, em particular, a Êmerson, Alessandro, Rita e Edison.

Agradecer ao incentivo, críticas e sugestões de meu amigo e orientador, prof. Milton Lahuerta.

Agradecer as significativas arguições realizadas pela prof<sup>ª</sup> Elide Rugai Bastos, prof<sup>ª</sup> Nísia Trindade Lima, prof<sup>ª</sup> Vera Alves Cepêda e prof. João Carlos Soares Zuin.

Aos funcionários do Arquivo do IEB da USP e da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, meu reconhecimento.

Agradeço também ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).



# SUMÁRIO

Introdução 13

1 Um pioneiro da Sociologia no Brasil 37

2 Projeto editorial e intelectual de  
Fernando de Azevedo 149

3 Um intérprete do Brasil 213

Conclusões 279

Referências bibliográficas 283



# INTRODUÇÃO

*[...] a Sociologia, como ciência, deve tender, pelo estudo da estrutura e do comportamento dos grupos humanos, no tempo e no espaço, a desprender e isolar o fato social da complexidade dos fatores que o condicionam, e a estabelecer as generalizações fundadas sobre os fatos e, portanto, as leis gerais que regulam o ritmo da vida social na sua gênese, organização e evolução.*

Fernando de Azevedo,  
*Princípios de Sociologia*  
(1954a [1935], p.26).<sup>1</sup>

Ao propor a artesanania das contribuições de Fernando de Azevedo – e, nesse contexto, o desvelamento de seus dilemas para o processo de institucionalização da Sociologia no Brasil –, estabeleceu-se como recorte temporal o período entre a década de 1930 até a de 1960, por duas razões principais: primeira, por entender que a atuação sistemática desse intelectual na estruturação dos campos cultural, científico e educacional brasileiro desenvolveu-se a partir

---

1. Este livro orienta-se pelo novo acordo ortográfico, contudo, mantém a ortografia original de todas as citações. É preciso salientar que os textos – em particular, os de autoria de Fernando de Azevedo – com pequenas diferenças de espaço de tempo seguiram orientações ortográficas distintas. Além disso, adotou-se nas citações a data da primeira edição da obra entre colchetes.

de 1930 e declinou nos anos 1960. Segunda, devido ao fato de os anos 1930 terem se caracterizado pela atuação do Estado no desencadeamento de um processo de modernização institucional, do qual a institucionalização da Sociologia foi parte constitutiva.

Desse modo, após esse período, tem-se a impressão de que os conhecimentos propiciados pelas teorias e metodologias sociológicas foram, paulatinamente, reivindicados e reconhecidos como necessários, em termos científicos e políticos, tanto para a compreensão quanto para a organização da sociedade brasileira, alcançando seu ápice nos anos 1950. Assim, a valorização da Sociologia como um significativo instrumento para a administração pública e privada no Brasil parece ter ocorrido à medida que ela se consolidou e se legitimou como uma ciência acadêmica.

Essa imbricação entre a valorização da Sociologia – para interpretar e intervir nos problemas sociais – e sua institucionalização pode ser mais bem compreendida ao considerar que “[...] as ciências sociais também são um produto da vida social, especialmente das éras de crise, e devem ser analisadas, portanto, como parte da vida social [...]” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.14). Ou seja, ao entender que a Sociologia “[...] resultou de um esforço no sentido de tomar consciência crítica e científica dos problemas que formavam o mosaico brasileiro [...]” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.15), em particular depois de 1930, e responder a eles.

O trabalho de Candido (2006 [1959]) apresentou convergência com a visão desses autores ao destacar que a Revolução de 1930 propiciou ao país um ambiente político e social responsável por “[...] criar uma atmosfera de receptividade e expectativa em torno da Sociologia” (Candido, 2006 [1959], p.284). Se, por um lado, a década de 1930 inaugurou esse processo, por outro, a de 1960 comportou o início de uma série de transformações nos padrões de produção, divulgação e validação científica das diversas áreas de conhecimento; bem como na organização curricular e administrativa do ensino nos diferentes níveis – através da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, da Reforma Universitária no ano de 1968, etc.

Tais transformações se efetivaram na década de 1970 e caracterizaram uma nova fase da institucionalização das ciências no país, marcada pela criação da pós-graduação, pela ampliação dos cursos de graduação existentes – assim como pelo desenvolvimento de novos – e pela reestruturação organizacional da universidade (isto é, pelo surgimento dos departamentos, pela extinção do sistema de cátedras, pela criação das faculdades de Educação, etc.).

A institucionalização da Sociologia se configurou como uma dimensão importante da história de criação, desenvolvimento e legitimação dessa ciência. Uma dimensão que, em virtude de sua relevância, é objeto de várias interpretações, nas quais se destacam distintas periodizações e enfoques.<sup>2</sup> Neste livro, procura-se dialogar criticamente com tais análises.

Outro argumento que contribuiu para a realização do recorte temporal entre a década de 1930 e a de 1960, consistiu no reconhecimento da sintonia entre alguns temas – e, guardando as devidas proporções, entre algumas interpretações sobre o Brasil – contemplados na produção teórica de Azevedo e na de alguns de seus contemporâneos no referido período. Vale a ressalva que, nos anos 1950 e nos 1960, Azevedo parece ter mantido um diálogo com parte da nova agenda de pesquisas, porém, somente tangencialmente, com os repertórios teórico-metodológicos vigentes no campo acadêmico sociológico nacional e internacional.

A definição de institucionalização adotada compreendeu o reconhecimento da efetivação de parte de um amplo processo de mu-

---

2. À guisa de exemplo, é possível apontar: Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1995), Ortiz (2002 [1990]), entre outros. Os trabalhos escritos e organizados por Miceli apresentaram como periodização-chave o momento que compreende os anos de 1930 até a década de 1960. Tais textos priorizaram as particularidades da vida acadêmica e das circunstâncias de produção intelectual, em detrimento de uma abordagem a respeito da gênese, ou do desenvolvimento histórico das ideias sociais, e de seus respectivos autores. Nesse sentido, estabeleceram a valorização dos anos 1960 em diante como um momento ímpar da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Enquanto o trabalho de Ortiz, *grosso modo*, relacionou o processo de institucionalização da Sociologia à emergência da geração de sociólogos uspianos, na década de 1940.

dança cultural no país que contemplou: 1) a fundação e a reforma de várias instituições científicas, e, com isso, a criação – não sem resistências e embates – de novas práticas organizacionais e ideias; 2) a consolidação de novas áreas de conhecimento no ensino superior – e, nesse sentido, a influência sobre a formação de novos perfis profissionais; 3) a construção de associações científicas e profissionais; 4) a criação, a difusão e a disputa pela validação de novos léxicos e novas abordagens científicas, a partir da estruturação do campo editorial e do educacional; 5) o incremento das necessidades e oportunidades sociais de atuação intelectual, inclusive por meio do desenvolvimento de várias políticas públicas educacionais e culturais.

Embora essa abordagem de Blanco (2006) seja sugestiva para o contexto argentino, a categoria “sociólogos de cátedra” torna-se anacrônica para pensar o quadro brasileiro, pois, diferente da Argentina, no qual o termo “cátedra” pode representar algo retrógrado, preso ao passado, no Brasil, sua utilização obteve notoriedade com a criação das universidades no país. Ou seja, tal termo pode ser interpretado dentro de um registro de modernização do ensino superior no século XX. Assim, elaborei outra categoria para delinear o perfil dos atores sociais envolvidos por essa definição no Brasil: “sociólogos normalistas”. Estes últimos seriam profissionais formados em diferentes áreas do ensino superior – particularmente Direito e Medicina – que tiveram experiências com a Sociologia, seja como autodidatas, seja como docentes nas escolas normais, privilegiando esse campo do saber tanto em seus estudos e pesquisas quanto em sua prática docente. Assim, a categoria “sociólogos normalistas” substitui a categoria “sociólogos de cátedra” para tratar dos atores brasileiros ao longo deste livro, resguardando, contudo, a crítica ao significado dessa categoria; bem como a sua contraposição à categoria “sociólogos científicos”.

Vale destacar, ainda, que o termo “científico” – ao encontrar um lugar relevante nos discursos de parte dos sociólogos brasileiros atuantes na década de 1960 para se referirem às suas produções –

assegurou, de um lado, a pertinência da mobilização da categoria “sociólogos científicos” e, de outro, a manutenção de um crivo crítico a sua utilização. A respeito da categoria “sociólogos normalistas” é possível apontar que sua artesanaria inspirou-se no diálogo estabelecido com o trabalho de Evangelista (1997). Em particular, no debate que essa autora realizou sobre os intelectuais que, a exemplo de Fernando de Azevedo, atuaram para institucionalizar a formação do professor em nível superior nos anos 1930.

Acredita-se que a categoria “sociólogos normalistas” possa permitir tanto um olhar mais criterioso para o contexto brasileiro quanto uma problematização do tipo de classificação que Gino Germani instituiu no campo latino-americano em sua luta por hegemonia intelectual. E, mais, sugere-se que tanto essa categoria quanto as propostas por Blanco (2006), inspiradas em Germani, sejam heurísticamente úteis para pensar as relações estabelecidas entre os diferentes atores sociais, enquanto grupos em disputa no referido campo. Decorre disso que o emprego da categoria “sociólogos de cátedra” para o contexto argentino e o da categoria “sociólogos normalistas” para refletir sobre o brasileiro mostram ser caminhos auspiciosos para contemplar as distintas realidades institucionais desses países.

O fato de trabalhar com obras com enfoque biográfico<sup>3</sup> e com a autobiografia de Fernando de Azevedo (1971b),<sup>4</sup> ou ainda, com algumas críticas literárias e ensaios, com dimensões biográficas, es-

- 
3. Embora tenha sido encontrado apenas um texto que possa ser classificado *stricto sensu* como uma biografia de Fernando de Azevedo – Bovo (2007) – vários foram os trabalhos que se dedicaram a reconstruir seus dados biográficos. Vale ressaltar que a maioria dessas obras buscou estabelecer um diálogo – algumas vezes, pouco esclarecedor – entre a trajetória e a biografia. No entanto, não faltaram também exemplos bem-sucedidos de semelhante diálogo – embora não isentos de críticas; um deles pode ser encontrado em Camargo (1995). Para uma discussão teórica sobre as diferenças entre biografia e trajetória, consultar Born (2001).
  4. *História de minha vida* (1971b): trata-se da primeira edição das memórias de Azevedo, assim como o último livro publicado pelo autor.

critos por ele sobre vários intelectuais proeminentes nos campos científico, cultural e político brasileiros e a respeito de pessoas de seu universo familiar – Azevedo (1962b [1929],<sup>5</sup> 1960c,<sup>6</sup> 1943

- 
5. Em *Máscaras e retratos* (1962b) – esta é a segunda edição (revista e ampliada) do texto publicado originalmente sob o título *Ensaio* em 1929 –, Azevedo retrata as seguintes personalidades e obras na Parte Segunda do livro: Aristeu Seixas (obra: *Por de sol*), Amadeu Amaral (obras: *Lâmpada antiga*, *Elogio da mediocridade* e *Luís de Camões* – conferência), Coelho Neto (obra: *Vida mundana*), Plínio Barreto (obra: *Crônicas forenses*), Batista Pereira (obras: *Eduardo Prado, o escritor e o homem*, *Pela redenção do Rio Grande* e *Rui estudante*), Paulo Setúbal (obras: *Alma cabocla* e *Marquesa de Santos*), Júlio de Mesquita Filho (obra: *A crise nacional*), Euclides da Cunha (*Os Sertões*, etc.), Gilberto Freyre (destaca não uma obra específica, mas o tema da cultura brasileira). Na Parte Terceira (Pequenos estudos e prefácios), Azevedo apresenta os artigos comentados e indicados por ele na seção Bibliografia, quando atuou como crítico literário no jornal *O Estado de S. Paulo*. Alguns dos trabalhos foram reunidos em grupos, enquanto outros foram tratados individualmente: 1) Moacir Chagas, Caio de Melo Franco, Luís de Lacerda, Graco Silveira, Marquez da Cruz e Durval de Moraes; 2) Guilherme de Almeida e Mário de Andrade; 3) José Sisenando e Cornélio Pires; 4) Elísio de Carvalho, Alfredo Ellis Junior, Pedro Dias de Campos, Vicente Licínio Cardoso; 5) Francisca Basto Cordeiro; 6) Renato Jardim; 7) José Lannes. Ainda na Parte Terceira, encontram-se os prefácios escritos por Azevedo aos seguintes autores e obras: Cerqueira Leite (obra: *Terra verde*), Lucila Hermann (tese: *Alteração na estrutura social de Guaratinguetá*), L. Pinto Ferreira (obra: *S. Alexander e a renovação científica da Filosofia*).
  6. A obra *Figuras de meu convívio* (1960c) é dedicada a Antonio Candido (importante intelectual brasileiro, assistente e amigo de Azevedo); nela, esse autor nos convida a conhecer um pouco a respeito de Sara Almeida de Azevedo (sua mãe) e Murilo Ribeiro Marx (seu genro); bem como sobre várias personalidades que pertenceram ao seu círculo de amigos: os padres Luís Yabar e Manuel Madureira (jesuítas do Colégio Anchieta/RJ – referências importantes na formação intelectual do autor, em sua mocidade); Francisco Venâncio Filho (fundador e diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Inep), Roger Bastide (sociólogo francês que atuou no Brasil como professor e pesquisador vinculado à Universidade de São Paulo), Vicente Licínio Cardoso (presidente da Associação Brasileira de Educação – ABE), José Getúlio da Frota Pessoa (importante nome da história da educação brasileira e colaborador direto de Azevedo na reforma no Distrito Federal em 1927), Júlio de Mesquita Filho (um dos fundadores da USP, importante nome do jornalismo impresso no país: *O Estado de S. Paulo*), Manuel Bergström Lourenço Filho (ou apenas Lourenço Filho, importante nome da educação nacional e do

[1942]<sup>7</sup>) – não significou que se visasse contestar-lhes a substância, tampouco que se pretendesse incorporá-las de modo acrítico.

Em particular porque tais gêneros literários – biografia e autobiografia – fomentam inúmeras discordâncias entre os leitores, sobretudo, devido ao fato de a primeira consistir em um olhar “estrangeiro” sobre a trajetória e a obra de “outrem”, enquanto a segunda contempla um olhar de dentro, ou seja, do “mesmo” sobre “si”. Assim, se, por um lado, essa diferença permite sugerir uma razão para a existência de desacordos entre os leitores, por outro, não exime reconhecer que ambos os gêneros são permeados de subjetividade.

Considera-se que as obras – biografia e autobiografia – favorecem diferentes modelos de interpretação; pois, enquanto a biografia tende a versar sobre a representação do biografado como um exemplo ideal de conduta em um processo de aprimoramento constante, a autobiografia costuma convergir para a demonstração da singularidade de uma trajetória marcada por interesses, escolhas, conflitos, desilusões e mudanças orientadas de acordo com as percepções do próprio sujeito da ação nas diferentes arenas (política, cultural, social, etc.). Nessa perspectiva, tais obras não constituem registros neutros de situações ou de experiências, mas, ao

---

mercado editorial pedagógico), Mário Augusto Teixeira de Freitas (ou M. A. Teixeira de Freitas, importante referência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), Anísio Teixeira (ilustre figura da educação pública brasileira e colaborador de Azevedo), Antonio Ferreira de Almeida Júnior (importante educador brasileiro e colaborador do autor), Edgar Roquette-Pinto (diretor do Museu Nacional, diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo em 1936), Roldão Lopes de Barros (professor da USP), Reinaldo Porchat (primeiro reitor da USP), João Cruz Costa (nome expressivo da Filosofia no Brasil), Thorwald Rasmussen (atleta).

7. No trabalho *Velha e nova política* (1943 [1942]), Azevedo compila artigos sobre sua trajetória em diferentes cargos públicos. Nessa obra, realiza uma dedicatória a Octalles Marcondes Ferreira (proprietário e editor da Cia. Editora Nacional) e faz referências às seguintes figuras da educação nacional: Licínio Cardoso, Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho (já mencionados) e Carolina Ribeiro (diretora da escola primária anexa ao Instituto de Educação – Ieusp).

contrário, seus processos de artesanania compreendem negociações difíceis e delicadas entre a realidade e a representação.

De acordo com Candido (1979), ao prefaciar a obra de Miceli (1979), a mobilização da biografia de um intelectual coloca sempre dois riscos: se a adotar acriticamente, o de cair na singularidade do caso e chegar à conclusão óbvia de que cada um é único, e, nesse sentido, desistir de entender por respeitar a integridade do indivíduo. Se a recusar, o de subir “[...] ao raciocínio genérico, dissolvendo os indivíduos na categoria [e assim] atropela[r] demais a verdade singular” (Candido, 1979, p.x). Decorre dessas observações o desafio de compreender o “autor-objeto” – no caso, Fernando de Azevedo – sem dissolvê-lo nas categorias explicativas.

Candido (1979) também chamou a atenção para o perigo da contaminação hermenêutica,<sup>8</sup> a qual resulta em:

[...] misturar desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação. [Nesse sentido, prossegue o autor: o] papel social, a situação de classe, a dependência burocrática, a tonalidade política – tudo entra de modo decisivo na constituição do ato e do texto de um intelectual. Mas nem por isso vale como critério absoluto para os avaliar. A avaliação é uma segunda etapa e não pode decorrer mecanicamente da primeira. (Candido, 1979, p.xi)

Objetivando enfrentar os perigos apontados por Candido (1979), procurou-se resistir à sedução de definir *a priori* a trajetória e a obra de Azevedo como uma espécie de síntese coerente da visão de mundo de um grupo social. Para isso, foram realizados alguns procedimentos, entre os quais a construção de uma versão a respeito da trajetória e não da biografia do autor.

Apesar de reconhecer que ambas consistem em construções sociais, a escolha pela trajetória, em detrimento da biografia, jus-

---

8. De acordo com Candido (1979), Miceli (1979) incidiu na referida contaminação, em alguns momentos do livro, apesar de sua cautela metodológica.

tificou-se em virtude do fato de esta última tratar-se de um gênero literário que, preferencialmente, se apoia em informações qualitativas provenientes do próprio biografado, sem inquiri-lo ou confrontá-lo com outros pontos de vista; ou seja, pela biografia consistir em um gênero capaz de acolher as opiniões do autor – suas percepções/interpretações do passado, etc. –, contudo, sem questioná-lo (Born, 2001). É importante explicitar que, ao inquirir Fernando Azevedo em suas relações com outros atores sociais, buscou-se favorecer – na reconstrução de sua trajetória – a instância de verificação.

Independente dos limites apresentados pelas obras biográfica e autobiográfica, nos termos referidos, estas foram objetos de flerte por proporcionarem sugestivas indicações a respeito de quais eram algumas das personalidades públicas – jornalistas, cientistas, literatos, alto e médio escalão da burocracia governamental e privada brasileira, expoentes das elites dirigentes, etc. – que se relacionaram com Azevedo em diferentes contextos e instituições.

Foi por meio desses materiais e de sua comparação – seja com a literatura especializada sobre o tema da institucionalização da Sociologia no Brasil e em outros países da América Latina, seja com outros livros de autoria de Azevedo, como *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a),<sup>9</sup> *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]),<sup>10</sup> para citarmos apenas dois exemplos – que se tornou possível garimpar e interpretar parte do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo.<sup>11</sup>

- 
9. Trata-se de uma coletânea de artigos dividida em três partes. A Parte Primeira abarca quatro artigos e versa sobre o desenvolvimento da Sociologia em termos teórico-metodológicos, em âmbito nacional e internacional. Esse livro compreendeu a última formulação publicada pelo autor sobre o tema da Sociologia.
  10. A primeira publicação dessa obra ocorreu em 1935, porém optou-se pela sexta edição – 1954 –, por esta conter o texto enfocando a Sociologia na América Latina e no Brasil.
  11. Esse Fundo é composto por sete séries, sendo duas delas consultadas na pesquisa que subsidiou o presente livro: Correspondência (CO) e Dossiês Temáticos (D). A série CO se subdivide em quatro subséries – Correspondência Ativa (CA), Correspondência Passiva (CP), Correspondência de Terceiros

Por outro lado, foram as interpretações resultantes das correspondências ativa e passiva e de outros documentos – presentes nas séries Correspondência (CO) e Dossiês (D),<sup>12</sup> ambas pertencentes ao

---

(CT) e Documentação Complementar (CDC) – e totaliza 5.229 documentos. Analisaram-se duas subséries dessa série: CA e CP – que juntas representaram 4.811 documentos. Nessas subséries foram consultados 2.200 documentos – entre eles, cartas, bilhetes, datilografados e manuscritos, alguns ilegíveis e com números variados de laudas. Desse montante, selecionou-se, para interpretação profunda e construção de resumos, 330 documentos – sendo 256 CP e 74 CA. A segunda série abordada foi a Dossiês Temáticos (D). Essa série se subdivide em doze dossiês, entre os quais destacam-se: Dossiê 1: Administração do Ensino no Distrito Federal (1926-1929); Dossiê 2: Serviço Nacional de Recenseamento (1933-1939); Dossiê 3: Associação Internacional de Sociologia – ISA (1948-1953); Dossiê 4: Unesco – ICSC (1951-1953); Dossiê 5: I Congresso Brasileiro de Sociologia (1952-1956); Dossiê 6: As ciências no Brasil (1952-1956); Dossiê 7: Centro Cultural Brasil-Israel (1955-1958); Dossiê 8: CRPE/SP (1955-1960); Dossiê 9: Manifesto dos Educadores (1958-1959); Dossiê 10: Concurso para Cátedra em Sociologia – Universidade de Buenos Aires (1959-1960); Dossiê 11: Secretaria da Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961); Dossiê 12: Sobre a vida literária de Azevedo (ABL, APL e ABDE). Os doze dossiês totalizam 664 documentos. Desse montante, foram consultados 250 documentos, pertencentes aos dossiês 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11 e 12; e escolhidos para interpretação e elaboração de resumos 42 documentos, sendo 26 correspondências (ativas e passivas) e 16 materiais diversos (como relatórios, atas, listas, etc.). O acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo localiza-se no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP) e foi doado em vida pelo autor, no ano de 1970. Vale destacar ainda que a subsérie Correspondência Ativa refere-se às cartas escritas por Azevedo e a Passiva às cartas recebidas por esse intelectual, no período que envolve a década de 1920 até a de 1970.

12. Para efetuar a interpretação desse material apoiou-se no diálogo entre a análise de conteúdo (Bardin, 1977) e a hermenêutica (Ricoeur, 1969). Sendo que por hermenêutica compreendeu-se, *grosso modo*, uma “arte de interpretar”, realizável a partir de um conjunto de técnicas que, no contexto da pesquisa no acervo, foi fornecido pela análise de conteúdo. Ou seja, o material do acervo foi analisado metodologicamente tendo como referência “[...] Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que [permitissem] a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977, p.42). Assim, procurou-se decodificar nas cartas e nos

acervo – que auxiliaram a revisitar e problematizar, mesmo que parcialmente, as teias políticas, institucionais e pessoais que envolveram Azevedo e diversos atores sociais presentes na supracitada literatura especializada, bem como nas obras desse autor. Ou seja, tais documentos e cartas contribuíram para a caracterização dessa história como um conjunto de intrincadas relações de parcerias, disputas, reconhecimentos mútuos, etc., entre Azevedo e parte significativa dos sujeitos – responsáveis por atuarem, direta e indiretamente, no processo de institucionalização da Sociologia no Brasil e em alguns países da América Latina – entre a década de 1930 e a de 1960. Esse material<sup>13</sup> colaborou com subsídios para a elaboração de parte dos argumentos presentes neste livro.

Foram selecionados como interlocutores estrangeiros de Fernando de Azevedo, em sua correspondência<sup>14</sup> passiva, intelectuais como Alfredo Poviña (1936, 1940, 1951, 1952, 1953, 1954), Ramon M. Alsina (1936), Lucio Mendieta y Núñez (1941, 1951), Daniel Cosío Villegas (1942, 1943, 1946), José Medina Echavarría (1943, 1964), Ricardo Levene (1943, 1945), Francisco Ayala (1946,

---

demais documentos as informações que pudessem, direta ou indiretamente, colaborar para elucidar parte da história da Sociologia, ou seja, das circunstâncias de produção, difusão e legitimação dessa ciência no Brasil e no exterior. Dessa forma, tentou-se vencer o afastamento “[...] entre a época cultural revolúta, à qual [pertenciam às cartas e os outros documentos] [...] e o próprio intérprete [...]” (Ricoeur, 1969, p.18) e analisar o dito e o sugerido pelos mesmos.

13. O trabalho com o material do acervo passou pelos seguintes procedimentos: 1) pré-seleção, 2) leitura flutuante, 3) interpretação profunda, 4) tradução, e 5) elaboração de um resumo de cada correspondência selecionada, o qual foi organizado no interior de uma tabela. O procedimento de pré-seleção orientou-se pela criação de uma lista de potenciais correspondentes cujas cartas seriam de interesse para a pesquisa. Tais procedimentos também foram adotados para os demais documentos (relatórios, atas, listas, etc.) pertencentes à série Dossiês; contudo, em vez de resumo, assumiu-se como procedimento de síntese para esse material a tradução dos dados em formato de quadros. No caso das listas, optou-se por manter a estrutura original do documento. Os resultados desses procedimentos podem ser consultados na tese que deu origem a este livro: Nascimento (2011).
14. As localizações das correspondências no acervo encontram-se relacionadas nas referências bibliográficas.

1947, 1948, 1958), Gino Germani & Mario Segre (1948), Theo R. Crevenna (1950, 1953, 1954), José Juan Bruera-España (1954), Jorge Castro Harrison (1965), Mario Bon Espasandín (1968), Thomas B. Bottomore (1954), etc.

Como interlocutores brasileiros optou-se por Gilberto Freyre (1935, 1939, 1954, 1957, 1958, 1959), Jonathas Serrano (1939), Nelson Werneck Sodré (1944, 1945, 1946, 1949, 1950, 1965), M. A. Teixeira de Freitas (1937, 1938, 1940, 1951, 1952, 1955), Costa Pinto<sup>15</sup> (1950, 1951, 1952, 1953, 1956), Murilo Braga (1950, 1951), Jayme Abreu (1950), Mário Lins (1951), Alceu Amoroso Lima (1952), Guerreiro Ramos (1953, 1956), Villa Lobos (1957), Renato Jardim Moreira (1960), Ênio Silveira (1964), Wilson Martins (1967), Paulo Sawaya (1967), Dante Moreira Leite (1969), Mário da Silva Brito (1970), etc. Já na correspondência passiva, encontrada na série Dossiês, destacaram-se como correspondentes estrangeiros e nacionais de Azevedo: E. Roquette-Pinto (1952), Leonídio Ribeiro (1952), Heinrich Rheinboldt (1953), Joel Martins (1959), William Leslie Chapman (1959), Gino Germani (1960), Francisco Prestes Maia (1961), entre outros.

Vale a ressalva que o material do acervo e as obras de autoria de Azevedo foram apreciados enquanto fontes primárias, isto é, não consistiram no objeto deste livro, e, mais, deve-se entender que tais fontes não esgotaram suas possibilidades no arranjo interpretativo nele sugerido. Desse modo, as ideias presentes ou propostas por essas fontes foram mobilizadas com o propósito de auxiliar na reconstrução do mosaico de vínculos institucionais, teóricos, políticos e afetivos estabelecidos entre Azevedo e os supracitados intelectuais e homens públicos a partir da década de 1930 até a de 1960. Tais ideias, ao serem expressões das relações entre Azevedo e esses atores sociais, permitiram questionar parte de suas estratégias, sentimentos, interesses, etc., pois forneceram um contraponto – mesmo que também passível de discussão – para as versões

---

15. Adotou-se para o sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto tratá-lo apenas como Costa Pinto.

mais aceitas sobre o referido processo de institucionalização dessa ciência no país.

As correspondências consistiram em registros tanto de conversas rotineiras, de encaminhamentos burocráticos – como as negociações dos trâmites para a publicação de um determinado livro – quanto de diálogos íntimos entre os correspondentes, nos quais estes expuseram suas angústias, expectativas, decepções, desabafos, contentamentos, saudades, etc. Assim, ao serem portadores de confissões, esses documentos também funcionaram como uma espécie de veículo para a articulação de ações conjuntas desses atores no espaço público.<sup>16</sup>

Dois aspectos chamaram a atenção ao trabalhar com esse material; de um lado, o fato de a seleção e a doação das cartas terem sido realizadas pelo próprio intelectual, e, de outro, a existência de várias lacunas entre as correspondências ativa e passiva. Esses aspectos possibilitam pensar que tanto a presença quanto a ausência das cartas no acervo seriam elementos significativos a sua interpretação, uma vez que Azevedo poderia ter disponibilizado apenas o que ele não se importava que fosse conhecido e difundido. Todavia, a relevância dessa hipótese não se encontrou na sua possibilidade de ser comprovada ou refutada no livro, mas na recomendação de cautela e de criticidade nas inferências envolvendo as cartas; visto que estas últimas resultaram em uma espécie de autobiografia fragmentada de Fernando de Azevedo.

De outro modo, as peculiaridades, possibilidades e relevância das cartas como fonte de pesquisa foram apresentadas por Bomeny (2001):

[...] a troca de pontos de vista, a confirmação de convicções, as disputas e o brilho da constelação daqueles que se orienta[ra]m pela atividade intelectual [...] [tiveram nas] cartas [...] os princi-

---

16. Exemplos da articulação de ações conjuntas no campo educacional brasileiro podem ser encontrados nas seguintes obras envolvendo a análise das correspondências de Azevedo com Anísio Teixeira (Vidal, 2000a), com Abgar Renault (Vidal & Castro, 1999), com Paschoal Lemme (Lemme, 2004), etc.

pais instrumentos reveladores dessa troca. [...] Disputadas, esperadas com ansiedade, as cartas são confissões de crenças, desabafos de sentimentos. Mas são igualmente uma fonte documental inestimável. [...] Aprendemos muito com elas. Revisitamos movimentos, atribuímos vida aos procedimentos impessoais dos decretos e pareceres, humanizamos processos que o tempo e a rotina burocrática impessoalizaram progressivamente. (Bomeny, 2001, p.38-9)

Assim, independente do entusiasmo pelas cartas, e por outros documentos do acervo de Fernando de Azevedo, buscou-se apreender seus significados por meio de sua contextualização, inquirindo-os juntamente com a bibliografia sobre a institucionalização da Sociologia no Brasil e com os livros de autoria desse sociólogo. Resultou desses procedimentos a compreensão de parte das concepções, dos valores, das atitudes, dos interesses, dos sentimentos, etc. – que estiveram em voga no período entre 1930 e 1960 – como expressões das disputas entre indivíduos e entre grupos pela legitimação de seus diagnósticos e prognósticos sobre o país. Esse mosaico de relações colaborou para a interpretação de parte dos sentidos e das repercussões das obras de Azevedo.

Por parecer pouco promissor dialogar somente com os trabalhos de Azevedo que tivessem como parâmetro o discurso memorialista, procurou-se contemplar na seleção de suas obras àquelas que legassem suas concepções teórico-metodológicas e políticas a respeito das ciências e, em especial, sobre a Sociologia.

Desse modo, no interior de uma vasta produção, destacaram-se os seguintes livros: *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a) e *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]) – já mencionados; *As ciências no Brasil* (1994a [1955], 1994b [1955]);<sup>17</sup> *A cultura brasileira* (1971a [1943]);<sup>18</sup> *A educação entre dois mundos* (1958c); *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* (1958d [1948]); *Novos*

17. Essa obra compreende uma coletânea de artigos organizada por Azevedo e publicada originalmente, em dois volumes, no ano de 1955.

18. Esse livro foi publicado originalmente em 1943, no contexto do primeiro recenseamento nacional realizado pelo IBGE.

*caminhos e novos fins* (1958e [1932]);<sup>19</sup> *Da Educação Física* (1960a [1915]);<sup>20</sup> *Sociologia Educacional* (1954b [1940]); *Um trem corre para o oeste* (1950) e *As universidades no mundo de amanhã* (1947).

Se, por um lado, é possível reconhecer que tais obras são “datadas”, isto é, próprias do contexto no qual foram escritas, por outro, não seria menos aceitável afirmar que elas são estranhas aos contextos; isto é, não se encerram neles, sendo coerentes, mesmo que parcialmente, com a visão de mundo e com os interesses científicos e políticos de seu autor. Decorre disso a abordagem teórico-metodológica deste livro, ao se propor estabelecer os nexos entre os diferentes elementos que compõem a tríade (trajetória, obras e contextos), ter contemplado uma estratégia significativa para compreender o sentido da contribuição de Azevedo para a institucionalização da Sociologia no país, na medida em que assegurou a integração das perspectivas “textualista” e “contextualista”. Semelhante integração apoiou-se na concepção segundo a qual:

[...] a sociedade não se realiza desacompanhada das interpretações de que é objeto, faz-se necessário voltar, no caso brasileiro da sociologia dos intelectuais, às não por acaso assim chamadas “interpretações do Brasil”, uma vez que elas não operam apenas no sentido da compreensão da formação social, mas também delimitam posições mais ou menos definidas nas disputas de poder intelectual e político cronicamente travadas no âmbito da sociedade para além do contexto original de suas formulações. (Bastos & Botelho, 2005, p.31, aspas dos autores)

Diante desse apontamento, reiterou-se a importância do retorno aos estudos das obras de Azevedo, uma vez que estas expressaram as interpretações como “[...] parte constitutiva e constituinte

19. Essa obra resulta das reflexões de Azevedo em torno da reforma no Distrito Federal realizada por ele de 1927 a 1930.

20. Esse foi o primeiro trabalho de Azevedo com enfoque sociológico da educação.

da estrutura de valores e das relações de poder [...]” (Bastos & Botelho, 2005, p.31) da sociedade brasileira.

Alguns argumentos sobre a relevância dos intercâmbios entre as abordagens “textualista” e “contextualista”<sup>21</sup> são expostos pelos trabalhos de Botelho (2005) e de Candido (2000). Nessa perspectiva, destaca-se que “[...] pesquisar idéias do ponto de vista sociológico implica, sem dúvida, boa dose de tentativa de decifração de texto, e exige também que se busque a sua localização social [...]” (Botelho, 2005, p.72-3). Por outro lado, salienta-se que:

[...] a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; [...] [pois] só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura [do texto], tornando-se, portanto, *interno*. (Candido, 2000, p.5-6, grifos do autor)

O interesse por abordar parte da história intelectual brasileira em uma chave que escapasse aos desígnios da simples conjuntura – e que estabelecesse um diálogo entre o autor estudado e o pensamento social no país – colocou como necessidade empreender um conjunto de leituras das obras dos intérpretes, diretos e indiretos, da história da institucionalização das Ciências Sociais na América Latina.

Entre os trabalhos que auxiliaram na contextualização dos fatos, autores, instituições, temas, etc., dessa história destacaram-se: Ianni

---

21. O texto de Altamirano (2005) também propiciou uma sugestão sobre a construção da história intelectual na América Latina que privilegiou o diálogo entre texto e contexto.

(2004, 1989), Campos (2004), Velloso (2003), Sevcenko (2003), Silva (2003), Ortiz (2002 [1990]), Miceli (2001, 1999, 1989a, 1989b, 1979), Meucci (2000), Konder (2000), Bastos (1998), Martins (1996), Pécaut (1990), Schwartzman, Bomeny & Costa (1984), Schwartzman (1981, 1979), Cardoso (1982), Fernandes (1980 [1977]), Capelato & Prado (1980), Limongi (1989, 1987), Sawaya (1979), Ferreira (1958a, 1958b), Leão (1958), Costa Pinto & Carneiro (1955), Moraes e Berrien (1949), Neme (1945), etc., cujo enfoque foi o Brasil. Por outro lado, os textos de Altamirano (2010, 2008, 2005), Blanco (2007, 2006, 2005), Oliveira (2005), Trindade (2004), Touraine (1989), Ianni (1976), Germani (1964), Poviña (1959, 1941), Medina Echavarría (1940), etc., voltados para o referido processo em diferentes países latino-americanos.

Recorre-se também às leituras dos estudos de Bastos et al. (2006, 2003), Botelho (2005, 2002), Mota (2002 [1977]), Ortiz (2003), Schwarz (2001a, 2001b), Maio e Villas Bôas (1999), Reis Filho (1997), Lahuerta (1997), etc., para refletir sobre a cultura no Brasil, a modernidade e a modernização, a identidade nacional, bem como sobre o processo de localização das ideias, a “importação” e sua correspondência com a realidade brasileira em questão, a partir da década de 1920.

Alguns livros, teses e dissertações sobre Fernando de Azevedo e sua obra procuraram reconstruir de diferentes pontos de vista sua biografia-trajetória e destacaram, prioritariamente, suas concepções e realizações no campo educacional brasileiro. Foram exemplos significativos destas abordagens os trabalhos de Evangelista & Lima (2008),<sup>22</sup> Alves (2004),<sup>23</sup> Totti (2003),<sup>24</sup> Pagni (2000),<sup>25</sup> Vidal

22. As autoras revisitaram a trajetória e parte da obra de Fernando de Azevedo destacando fragmentos de seu trabalho como educador e como sociólogo no Brasil.

23. Abordou o tema do humanismo na obra de Azevedo, em particular em seu livro *Na batalha do humanismo* (1966 [1952]).

24. Teve como preocupação entender os fundamentos do pensamento educacional de Fernando de Azevedo.

25. Voltou-se para a discussão sobre a construção de um saber pedagógico no Brasil, a partir do documento *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, escrito por Azevedo em 1932.

(2000a, 2000b, 1994),<sup>26</sup> Vidal & Castro (1999),<sup>27</sup> Camargo (1995),<sup>28</sup> Toledo (1995),<sup>29</sup> Souza (1983),<sup>30</sup> etc. Textos como os de Silva (2001)<sup>31</sup> e de Lima (1999)<sup>32</sup> abordaram, indiretamente, alguns aspectos da trajetória de Azevedo na configuração do campo sociológico brasileiro.

Outros intérpretes enfocaram o papel de Azevedo na história do campo editorial no país, principalmente nas décadas de 1930 e de 1940: Dutra (2006), Toledo (2006, 2001) e Leal (2003), diretamente; além de Pontes (1989), Hallewell (1985) e Candido (1984), indiretamente. Essas diferentes obras foram perscrutadas criticamente no livro na medida em que possibilitaram uma reflexão sobre a institucionalização da Sociologia, por intermédio das mudanças no léxico científico no país, a partir dos anos 1930.

As considerações de Skinner (1999) sobre os limites da análise “textualista” na história das ideias possibilitaram entender como a abordagem interna de uma obra, tomada isoladamente, arrisca-se a não compreender como anacrônicos alguns aspectos a-históricos e universais dispostos em seu núcleo. Corroboram essa visão tanto o trabalho de Dosse (2004) – ao prescindir da alternativa entre o procedimento “internalista” e o “externalista” e da escolha entre diacronia e sincronia – quanto o de Blanco (2006), ao refletir sobre as

- 
26. A autora enfocou a reforma educacional realizada por Azevedo, no Distrito Federal; seu diálogo sobre o tema da educação com Anísio Teixeira; bem como o discurso de Azevedo a respeito do nacionalismo.
  27. Destacaram o diálogo, por correspondência, entre Fernando de Azevedo e Abgar Renault.
  28. Dialogou sobre a Educação Física na obra de Azevedo.
  29. Revisitou as condições de produção e a repercussão da obra de Azevedo *A cultura brasileira* (1971a [1943]).
  30. Realizou uma comparação entre a trajetória e obra de Júlio de Mesquita Filho e a de Fernando de Azevedo, abordando o tema das elites.
  31. Elaborou uma discussão em torno da temática da Sociologia da Sociologia Educacional, destacando as contribuições de Azevedo para essa especialidade no país.
  32. Propôs um diálogo entre Auguste Comte e Fernando de Azevedo sobre como e o que pensar a respeito do social. No caso de Azevedo, estabeleceu como horizonte as três primeiras décadas do século XX, no Brasil.

contribuições do historicismo para a metodologia de interpretação dos textos. Segundo Blanco (2006), o contexto histórico, os significados linguísticos, os interlocutores do autor estudado e o conjunto de seus interesses, ao serem trabalhados isoladamente, são insuficientes para esgotar o significado de uma obra.

Desse modo, os trabalhos supracitados foram mobilizados juntamente com os textos de Botelho (2005) e de Candido (2000) para reforçar o empenho em realizar o diálogo entre as abordagens “textualista” e “contextualista”; tanto na interpretação das fontes primárias – cartas de Azevedo, e de seus interlocutores, e obras de autoria de Fernando de Azevedo – quanto na das fontes secundárias – bibliografias sobre esse intelectual, e sua obra, e a respeito da institucionalização da Sociologia no Brasil e da modernização da sociedade.

O texto de Skinner (1999) assegurou ainda respaldo para tratar o contexto histórico também como ideológico, enquanto o trabalho de Pocock (2003) possibilitou reconhecer e abordar as dimensões – léxica e linguística – do contexto. A contribuição de Veyne (2008) serviu para compreender a história como uma narrativa não-determinada; a de Guriêvitch (2003), para subsidiar a abordagem dos autores de modo a “dialogar” com eles (sobre eles próprios, suas relações e seu tempo); e a de Altamirano (2005), para estabelecer um questionamento das bases do discurso científico “único”.

Os apontamentos de Leclerc (2004), de Mannheim (1981, 1974, 1972, 1976) e de Jacoby (1990), sobre a configuração social do intelectual, colaboraram para a reconstrução de alguns aspectos da trajetória de Azevedo. Os textos de Mannheim também foram mobilizados para subsidiar, junto com o de Martins (1987) e o de Pécaut (1990), a utilização do conceito de *intelligentsia*, o qual permitiu delimitar o lugar de Azevedo e o de parte de seus interlocutores, no período entre a década de 1930 e a de 1960.

Foi sob a inspiração da leitura de Mannheim (1974) que Azevedo foi considerado um intelectual que teve grandes “[...] oportunidades de testar e aplicar as visões socialmente disponíveis e de

experimentar suas incoerências [...]” (Mannheim, 1974, p.82), no momento em que a Sociologia se colocava como uma necessidade para compreender, assim como para orientar os rumos da sociedade brasileira. Somaram-se aos textos de Mannheim os trabalhos de Bourdieu (1974, 1983, 1989), particularmente sua reflexão sobre os tipos de capital e a configuração e funcionamento dos campos científico e cultural.

As obras de Miceli (1979) e de Cardoso (1982) proporcionaram interessantes pistas para a reconstrução crítica das interlocuções entre Azevedo e vários intelectuais e membros dos grupos dirigentes do país, no processo de configuração dos referidos campos. Ou seja, para discorrer sobre a atuação de Azevedo na definição dos contornos da divisão intelectual do trabalho nos setores público e privado entre as décadas de 1930 e 1960.

Além disso, o texto de Miceli (1979) possibilitou um conjunto de categorias que permitiu olhar, de diferentes ângulos, para a trajetória e obra de Azevedo: “primos pobres”, “funcionário-escritor”, “escritor-funcionário”, “administradores da cultura”, “educadores profissionais” e “cooptação”. Tais categorias foram problematizadas no decorrer deste livro, em particular a última (cooptação), para isto apoiando-se no trabalho de Lahuerta (1997).

Decorre desse conjunto de reflexões teórico-metodológicas a organização deste livro em três capítulos. O primeiro contemplou a proposta de construir uma interpretação a respeito de Azevedo enquanto pioneiro<sup>33</sup> da Sociologia no Brasil. Nesse contexto, buscou-se, de um lado, estabelecer o que se compreendeu como história da Sociologia no país e, de outro, problematizar de forma preliminar algumas versões que tornaram a institucionalização a chave explicativa privilegiada, não somente para entender, mas sobretudo para avaliar os autores e as obras que teriam ou não contribuído para o desenvolvimento dessa ciência.

---

33. Pioneiro, no sentido empregado por Mannheim (1974, p.73), ou seja, um indivíduo “[...] sempre disposto a rever sua posição numa ordem em mudança. [...]”.

E, ao mesmo tempo, dialogar com alguns intérpretes que, embora não estejam imunes de possíveis limites e contradições, propuseram caminhos que nos permitiram revisitar uma institucionalização da qual Azevedo foi um dos protagonistas.

Partiu-se do entendimento de que a concepção de institucionalização é capaz de induzir determinadas interpretações sobre a trajetória e as obras dos autores envolvidos nesse processo, assim como a respeito daqueles que foram relegados ao obscurecimento. Logo, procurou-se dialogar criticamente com algumas categorias e concepções que auxiliaram no deslocamento e, de certo modo, no desprestígio de parte do legado sociológico de Azevedo como um pioneiro da institucionalização.

Buscou-se ressignificar a trajetória desse intelectual, tanto no ensino superior quanto em diferentes organizações – como as associações científicas e profissionais –, as quais auxiliaram, seja na modernização da Sociologia no Brasil, seja na da sociedade, ao colaborar para conformar parte das necessidades e das oportunidades sociais de atuação intelectual no país. Nesse sentido, destacou-se o papel de Azevedo na Universidade de São Paulo (USP), na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e na Associação Latino-Americana de Sociologia (Alas).

No que se refere às associações, o enfoque recaiu sobre alguns aspectos da história de criação da SBS e de seu primeiro congresso, salientando a relação entre Azevedo e Costa Pinto; assim como algumas facetas dos intercâmbios entre Fernando de Azevedo (como presidente da SBS) e Alfredo Poviña (presidente da Alas) no intuito de colaborar para a institucionalização da Sociologia na América Latina. Para subsidiar essa versão sobre a história dessas entidades foram mobilizadas como fontes, além de parte da bibliografia especializada, as cartas e outros documentos do acervo de Azevedo.

Ainda no primeiro capítulo, abordou-se o vínculo que Azevedo estabeleceu entre a Sociologia e a Educação, em sua experiência na direção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP). Nesse caminho, foram problematizados alguns

aspectos da história institucional desse centro no contexto de intensificação dos processos de urbanização e industrialização no Brasil, a partir da década de 1950.

O segundo capítulo versa sobre a interlocução entre o projeto editorial e o acadêmico de Fernando de Azevedo. Para isto, discorreu-se sobre diferentes experiências editoriais na América Latina e sua influência sobre a difusão e a valorização de novas teorias e metodologias para a interpretação da realidade social. Procurou-se dialogar com esses projetos editoriais explicitando alguns dos intercâmbios intelectuais – nacionais e estrangeiros – que envolveram a institucionalização da Sociologia no Brasil; nesse momento também foi proporcionado um lugar de destaque às correspondências do acervo.

A história de Azevedo como editor compreendeu principalmente a criação e a direção de três coleções científicas na Cia. Editora Nacional, entre os anos de 1931 a 1946: a *Brasiliana*, a *Atualidades Pedagógicas* e a *Iniciação Científica*. Por entender que essas coleções apresentaram projetos editoriais distintos buscou-se apreender em cada uma delas: 1) o papel de Fernando de Azevedo e seu projeto editorial; 2) os pontos de convergência e de divergência entre seus projetos; 3) os limites e as possibilidades desses projetos para o desenvolvimento das Ciências Sociais, e da Sociologia, no país.

Tendo em vista que o incremento da divisão intelectual do trabalho resulta em uma determinada visão de universidade e de sociedade, destacou-se a Universidade de São Paulo (USP), apenas por consistir no produto – mesmo que parcial – da concepção que Azevedo tinha sobre esse tipo de instituição. Nessa universidade, o enfoque recaiu sobre a história de criação e de encerramento do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (Ieusp), fundado e dirigido por esse autor. Com semelhante abordagem, buscou-se compreender a relevância da formação de professores em âmbito universitário, seja para o projeto de construção da nacionalidade, seja para o de efetivação da mudança social no Brasil.

O fato de a obra e a trajetória de Azevedo se inscreverem nos quadros de uma sociedade em transformação refletiu-se em sua

maneira de expor; bem como nos temas tratados em seus livros. No entanto, os debates de seu tempo e as influências teóricas que ele sofreu e legou encontram-se para além do entendimento do contexto de criação de seus trabalhos.

Diante do exposto, no terceiro capítulo não se realizou uma exegese interna dos livros desse sociólogo, mas uma interpretação sintética – e seletiva de determinadas dimensões de alguns trabalhos –, a qual parece ter possibilitado desvelar, ainda que parcialmente, o significado e o papel da Sociologia, assim como o sentido da perspectiva institucional proposta por ele. Tal interpretação contemplou como hipótese a presença de um fio condutor no material selecionado, seja na maneira de Azevedo escolher as teorias e metodologias sociológicas, seja na de aplicá-las para a análise da realidade social brasileira, ou, ainda, em algumas explicações e propostas realizadas por ele.

Assim, para entender Fernando de Azevedo como um intérprete do país, optou-se por destacar sua concepção sobre a Sociologia no desenvolvimento da sociedade brasileira em três obras distintas: *Da Educação Física* (1960a [1915]); *Novos caminhos e novos fins* (1958e [1932]) e *A cultura brasileira* (1971a [1943]).

No diálogo com o tema do desenvolvimento e da mudança social emergiram suas interpretações sobre a unidade nacional, o sentido do progresso, o papel social, político e cultural do sociólogo, da Sociologia e da educação, etc. Partiu-se da hipótese de que, no pensamento sociológico de Azevedo, a oposição entre tradição e modernidade apresentou-se suplantada pela valorização de sua complementaridade. Desse modo, tal ideia teria sido o fio condutor presente em suas análises em *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a), *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* (1958d [1948]) e *Um trem corre para o oeste* (1950).

Na coletânea *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a), Azevedo apresentou seu posicionamento em relação à linguagem e à abordagem científica nas ciências – em particular nas Ciências Sociais – e seu campo de atuação no Brasil. Esse trabalho, ao ser aproximado a seus manuais de Sociologia, *Princípios de Sociologia*

(1954a [1935]) e *Sociologia Educacional* (1954b [1940]), e aos livros *A cultura brasileira* (1971a [1943]) e *As ciências no Brasil* (1994a [1955], 1994b [1955]), permitiu revisitar sua versão sobre a história da institucionalização da Sociologia no país e apresentar algumas definições conceituais que compuseram o instrumental teórico-metodológico dessa ciência.

# 1

## UM PIONEIRO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

*[Fernando de Azevedo] não foi um mero inconformista, foi um reformista no sentido autêntico e pretendia alterar as instituições. Como sociólogo, sabia que, para alterar instituições, era preciso alterar a sociedade, a economia, a cultura, enfim, toda a civilização.*

*Daí vem o grande enigma dessa personalidade que foi prisioneira de si própria porque teve a grandeza de ir além daquilo que um professor ou um educador poderia ser, dentro da tradição brasileira. É claro que se fosse um conformista no sentido literal, Fernando de Azevedo teria tudo o que pudesse desejar.*

Florestan Fernandes, *Depoimentos*  
(1994, p.196-7)

## Aspectos da história da Sociologia no Brasil: institucionalização

Os textos de Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979), Schwartzman (1993, 1981, 1979) e Ortiz (2002 [1990]), ao se dedicarem ao estudo da história da Sociologia no Brasil, parecem ter privilegiado a institucionalização “[...] não apenas [enquanto] marco do nascimento das ciências sociais no Brasil, mas também [como] chave explicativa e, no limite, critério de valorização e até mesmo de legitimação das interpretações sociais” (Segatto & Bariani, 2009, p.8). Ao ser tratada nesses moldes, a perspectiva institucional proposta por seus trabalhos tem colaborado, de um lado, para anular suas obras enquanto textos, ou seja, como sistemas de percepção e de apreciação, cujas regras de funcionamento se remetem às próprias condições de produção.

De outro, para legitimar uma periodização – a partir dos anos 1960 – capaz de qualificá-los como personagens-testemunhas das transformações dos padrões científicos em âmbito nacional e internacional. Diante do exposto, sugerimos que o efeito cognitivo de suas abordagens institucionais seja o desencadeamento de um processo no qual elas se apresentem como “trilhas seguras”, a serem percorridas pelos atores sociais desejosos de revisitar o passado dessa área do conhecimento no Brasil. E, nesse sentido, que essas trilhas se convertam em uma espécie de memória seletiva da institucionalização da Sociologia no país.

Semelhante hipótese dialoga com a definição de pensamento como uma potência orientadora do presente e do futuro – por meio da permanente artesanaria do passado – e se inspira nos livros de Skinner (1999) e de Pocock (2003). Para esses intelectuais, salvo suas diferenças teórico-metodológicas, o pensamento representa uma força social atuante, que não se limita e não se explica apenas pelo seu momento de criação, mas ecoa ao ser constantemente mobilizado por diferentes atores sociais – a partir de suas ações e de seus lugares institucionais – ao longo do tempo e do espaço. Com essas considerações, pretende-se atualizar a sugestiva provocação

de Segatto & Bariani (2009) – inspirada nos trabalhos de Santos (2002, 1970, 1967) – sobre “[...] o que estaria implicado na idéia de institucionalização?”.

O fato de adotar a institucionalização para começar a pensar o legado de Azevedo para a Sociologia no Brasil significa considerá-la tanto como uma perspectiva analítica quanto como um processo, mas também problematizar parte das interpretações institucionais realizadas por Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979), Schwartzman (1993, 1981, 1979) e Ortiz (2002 [1990]), e, ao mesmo tempo, dialogar criticamente com a concepção de Azevedo,<sup>1</sup> um dos autores que inaugurou a matriz institucional no processo de análise do pensamento político-social brasileiro.

Significa também reconhecer que existe diferença entre o processo de institucionalização ocorrido na graduação – a partir da década de 1930 – e o desenvolvido na pós-graduação – no contexto dos anos 1960 em diante – no Brasil. E que a institucionalização não é um divisor entre supostos períodos pré-científico e científico da produção sociológica.

Assim, ao se pensar a institucionalização como uma abordagem importante para interpretar a história da Sociologia no Brasil, reconhece-se a

[...] noção da sociologia como ciência empírico-indutiva, baseada no rigor metodológico e num elevado padrão de trabalho científico, no distanciamento com relação a valores, na integração entre ensino e pesquisa, no funcionamento regular de formas de pós-graduação, financiamento à pesquisa, divisão do trabalho, quantidade e estabilidade da atuação [...]. (Segatto & Bariani, 2009, p.8)

Ou seja, essas preocupações não foram prerrogativas dos intelectuais que atuaram nesse campo a partir da década de 1960, mas

---

1. A perspectiva institucional de Azevedo será objeto de reflexão no capítulo 3, dedicado à análise de sua produção teórica.

elementos comuns à preocupação de parte dos sociólogos que, assim como Fernando de Azevedo, trabalhavam para a institucionalização dessa área na graduação, desde os anos 1930. Com esse olhar, é possível compartilhar de parte das concepções de Candido (2006 [1959]) e Costa Pinto & Carneiro (1955)<sup>2</sup> – resguardando as diferenças de enfoques, lugares e momentos em que foram produzidas – por entender que estas se preocuparam em tentar evitar questionar, de modo anacrônico, a validade das interpretações sociais que compuseram a história da Sociologia no país. E, com isto, servem de contraponto às análises institucionais desenvolvidas por Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979), Schwartzman (1993, 1981, 1979) e Ortiz (2002 [1990]).

Essas análises parecem ter colaborado – por caminhos teóricos distintos, em maior ou menor proporção – para consolidar uma compreensão a respeito da história da Sociologia acadêmica no país, na qual Fernando de Azevedo encontra-se subestimado, seja como um dos pioneiros dessa ciência, seja como um dos protagonistas de sua institucionalização.

Sugere-se que tais interpretações tenham contribuído para difundir um legado fragmentado às gerações subsequentes, tanto na maneira de compreender quanto na de abordar semelhante história, auxiliando na tessitura de uma “moderna tradição”. Esta última teria se caracterizado por evidenciar uma ruptura na própria história dessa disciplina no Brasil, ou seja, por colaborar para que se desconsiderasse que parte significativa dos problemas teóricos e práticos desse campo do conhecimento foi formulada em épocas passadas; isto é, para que se depreciassem os trabalhos dos precursores.

Nesse sentido, o fato de os predecessores serem portadores de orientações teórico-metodológicas distintas das vigentes a partir da década de 1960, parece ter consistido em argumento suficiente para os produtores – e atualizadores – dessa “moderna tradição” aprisioná-los nas categorias de pré-científicos, de ensaístas, em

---

2. E em um registro mais recente Bastos (1998).

um sentido pejorativo (Botelho & Lahuerta, 2005); bem como para envolvê-los em terminologias como “sociólogos de cátedra”. No entanto, buscando afastar qualquer incoerência ou anacronismo, sugere-se apenas que as noções que embasam a categoria “sociólogos de cátedra” encontram-se difusas e reiteradas nas entrelinhas das reflexões de intérpretes como Miceli, Schwartzman e Ortiz, sobre sociólogos com o perfil de Azevedo.

A perspectiva institucional desses intérpretes comportou, em diferentes passagens, uma concepção de contexto enrijecida, ou seja, distante da ideia de construção social. Uma definição que parece ter ignorado a existência de um conjunto de interesses, de expectativas e de estratégias conflitantes e convergentes que atuaram, e, permanecem atuando, no processo de construção e legitimação do campo científico brasileiro (Bourdieu, 1974, 1983, 1989). Desse modo, a abordagem de suas produções teóricas contemplou a elaboração de uma memória peculiar, balizadora dos que representaram e representam a história da Sociologia no país.

Uma visão de contexto próxima à noção de construção social encontra-se em Blanco (2006):

[...] o que conta como um contexto depende do que alguém deseja explicar como a teoria que assumiu (por exemplo, em alguns casos a ênfase recairá sobre o contexto institucional, em outros sobre o contexto intelectual ou ideológico, etc.). Não há, conseqüentemente, um senão de múltiplos contextos, e o fenômeno que desejamos estudar terá inevitavelmente a marca e os limites do contexto selecionado. [...] Em todo caso, colocam como manifesto o caráter plural da ideia mesma de contexto e a necessidade de tratar a análise contextual mais como um método que como o método de uma história cultural ou intelectual. (Blanco, 2006, p.48, grifos do autor)

Estabelecer um olhar privilegiado sobre a década de 1930 – e reconhecer nela a emergência do processo de institucionalização da Sociologia no Brasil – não significa deslocar a relevância das transformações ocorridas na década de 1960 nos campos científico,

educacional, etc. (em particular, para a pós-graduação); tampouco significa ignorar a existência de iniciativas anteriores ao período de 1930, dentro ou fora do ensino secundário e do normal, mas apenas assegurar para essa periodização um lugar de destaque na história das Ciências Sociais no país. E, assim, reafirmar a ideia segundo a qual “[...] o contexto é sempre uma construção, que em cada caso demarca o escopo e o nível da análise, de acordo com os objetivos da investigação [...]” (Lacerda & Kirschner, 2003, p.30).

No diálogo com a perspectiva institucional podem-se apontar enquanto parte de um roteiro comum investigado por Costa Pinto & Carneiro (1955), Candido (2006 [1959]) e Poviña (1959, 1941)<sup>3</sup> as seguintes diretrizes que – embora contemplem apenas, parcialmente, uma definição de institucionalização – foram por nós mobilizadas: um campo do saber institucionaliza-se ao tornar-se a disciplina central de um curso de graduação, isto é, ao deixar de ser uma matéria complementar. Institucionaliza-se ao apresentar professores especializados e dedicados ao seu ensino e às pesquisas na área; quando os meios singulares de divulgação e os livros especializados na matéria passam a existir; assim como quando as agências de financiamento são criadas – e estas passam a propiciar as condições logísticas para a realização das pesquisas e para a colaboração científica entre instituições dentro e fora do país. Ou, ainda, quando uma área do conhecimento apresenta uma demanda crescente pelos resultados de suas pesquisas e surgem suas sociedades científicas e profissionais.

Ao considerar a validade de tal roteiro e convergir com a ideia, segundo a qual, “[...] a institucionalização de uma empresa intelectual é sempre, de fato, uma questão de grau [...]” (Blanco, 2006, p.52), tornou-se possível tecer algumas aproximações entre a trajetória e obra de Azevedo e a institucionalização da Sociologia no Brasil.

No Brasil, diferentemente do que ocorreu nas demais nações latino-americanas, a institucionalização disciplinar da Sociologia pa-

---

3. Em um registro recente, esse tema é perscrutado por Blanco (2007, 2006).

rece ter se realizado “[...] via educação, ou melhor, cheg[ou] para analisar e planejar o fenômeno educacional [...]. Assim a ligação educação/sociologia não é só uma ligação a partir da trajetória de alguns nomes centrais da origem nacional da disciplina como Fernando de Azevedo [...]” (Silva, 2001, p.43-4), mas pode ser apontada como constitutiva de seu processo de institucionalização.

Essa hipótese encontra apoio na análise de Meucci (2000) sobre as condições do meio intelectual brasileiro, que possibilitaram uma ampla difusão da Sociologia no sistema de ensino do país. A rigor, essa autora afirmou que, em semelhante meio, “[...] a pauta da educação permiti[u] uma redefinição do papel dos intelectuais que passaram agora a reconhecer-se como elementos ativos na obra de formação da nação” (Meucci, 2000, p.32-3).

Parte do processo de institucionalização da Sociologia no ensino superior se iniciou com a atuação de Azevedo como articulador da campanha em prol da criação da universidade pública, na década de 1920.<sup>4</sup> E teve continuidade com o seu trabalho como diretor da Instrução Pública no Estado de São Paulo, em 1933. Nesse cargo, Azevedo criou o Código de Educação, isto é, o documento responsável por propiciar que a formação docente fosse realizada no ensino superior; e por assegurar as condições necessárias para que o Instituto de Educação (Ieusp) fosse a primeira instituição a ser criada com essa característica no Brasil (Evangelista, 1997).<sup>5</sup> Esse instituto foi vinculado, em 1934, à Universidade de São Paulo (USP), ano no qual esta foi criada. Durante a existência do Ieusp,

---

4. A campanha teve como base os argumentos fornecidos pelo Inquérito sobre a Educação em São Paulo, realizado por esse intelectual, em 1926, sob o patrocínio do jornal *O Estado de S. Paulo*.

5. O Instituto de Educação foi organizado, nas palavras de Azevedo, não somente para dar a preparação técnica do professor e do administrador escolar, como também para se constituir em um centro de cultura superior, de investigação e de pesquisas para o estudo científico e experimental da educação (Evangelista, 1997). Vale destacar que essa interpretação de Azevedo foi compartilhada por Evangelista (1997), autora que se dedicou à análise da história da institucionalização do Ieusp. Esse instituto é objeto de interpretação no capítulo 2.

Azevedo – além de fundador – foi seu único diretor e catedrático<sup>6</sup> na disciplina de Sociologia Educacional.

O Ieusp foi importante para a institucionalização da Sociologia ao tornar tal área do conhecimento uma das disciplinas-fonte para o curso superior de formação de professores; estimulando tanto o aparecimento quanto o crescimento da demanda por livros especializados. E, ao mesmo tempo, por ter fomentado a relação entre ensino e pesquisa incentivando o surgimento de um número maior de intelectuais brasileiros preocupados em colaborar para uma sistematização crescente das teorias e das metodologias sociológicas no Brasil, por meio da definição de seus conceitos e temas. Além de Fernando de Azevedo, fizeram parte do empreendimento do Ieusp os sociólogos Paul Arbousse Bastide e Emílio Willems, entre outros. Esses atores foram parceiros de Azevedo no Ieusp e, posteriormente, na USP, assim como interlocutores epistolares.

No processo de criação dessa universidade nos anos 1930, Azevedo elaborou seus estatutos. E no período de 1941 a 1943 dirigiu um dos seus núcleos centrais: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), onde também atuou como catedrático de Sociologia Educacional e, depois, de Sociologia II. Quando a FFCL foi criada em 1934, Azevedo teve papel fundamental por sugerir que a organização do corpo docente dessa instituição ocorresse por intermédio da vinda de missões estrangeiras, ou seja, pela escolha e contratação de especialistas no exterior, para o exercício das atividades de ensino e de pesquisa na área de Ciências Sociais.

Essa estratégia de Azevedo – e dos demais fundadores da USP, como Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, etc. –

---

6. O modelo de cátedra implantado na USP compreendeu um arranjo institucional que permitia o reconhecimento profissional dos docentes, assegurando o ápice de sua progressão na carreira; contudo, representava também um sistema de intrincadas relações pessoais e profissionais que obstaculizavam ou facilitavam tal progressão. No contexto brasileiro, as cátedras representaram um avanço no sistema de ensino marcado pela influência católica e fizeram parte do processo de mudança institucional iniciado nos anos 1930.

contribuiu para assegurar a formação de estudiosos brasileiros qualificados, assim como para que o Brasil fosse reconhecido pelos centros especializados do exterior (Costa Pinto & Carneiro, 1955). Além dessa colaboração de Azevedo para a concretização do projeto da FFCL, Candido (2006 [1959]) chamou-nos a atenção para outros aspectos de sua atuação para o processo de institucionalização da Sociologia no período:

[...] do ponto de *vista sociológico* para a ciência da Sociologia, da exposição didática para a pesquisa, da divulgação para a construção [...] foram parte magna, podemos dizer decisiva, os professores universitários, estrangeiros ou naturalizados, que constituem a primeira equipe, no Brasil, de estudiosos especificamente preparados para os estudos sociológicos e antropológicos: Horace Davies, Samuel Lowrie, Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse Bastide, Emilio Willems, Herbert Baldus, Roger Bastide, Jacques Lambert, Donald Pierson – americanos, franceses, alemães que nos vieram trazer a cultura universitária no setor das ciências sociais. Dentre os brasileiros que trabalha[ra]m no mesmo movimento, destac[ou]-se Fernando de Azevedo, que, passando dos estudos de educação para a Sociologia, ensinou-a e organizou as suas atividades, em São Paulo, primeiro no ensino médio, depois no superior, sem interrupção desde 1931, sendo desde a sua fundação, em 1947, o Chefe do Departamento<sup>7</sup> de Sociologia e Antropologia da Universidade de

7. Segundo Candido (2006 [1959]), Azevedo foi desde a fundação, em 1947, o chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da USP tendo ocupado esse cargo até sua aposentadoria em 1961. Sob sua autoridade trabalharam vários “especialistas em cooperação didática e científica”. É importante ressaltar que – embora o termo *departamento* se vincule, particularmente, ao contexto das mudanças implantadas a partir da reforma universitária de 1968 – existiu uma “organização” responsável por realizar os encaminhamentos das demandas e das sugestões dos professores de Sociologia e Antropologia da FFCL, para as instâncias burocráticas dentro e fora da USP; bem como por direcionar algumas estratégias comuns para solucionar os problemas diagnosticados por esses atores – individualmente ou em grupo. Tendo em vista esses apontamentos, assim como o uso corrente do termo *departamento* em textos –

São Paulo, onde se agrupa[ra]m numerosos especialistas em cooperação didática e científica. (Candido, 2006 [1959], p.285, grifo do autor)

No cargo de diretor da FFCL, Azevedo colaborou para a organização dessa unidade ao trabalhar para a estruturação de várias cadeiras – inclusive na área de Letras,<sup>8</sup> e para o desenvolvimento dos boletins, um tipo de publicação especializada cuja finalidade era divulgar os resultados das investigações realizadas nas diferentes cátedras (Sawaya, 1979). A preocupação em criar os boletins vai ao encontro de seu trabalho como editor, desde a década de 1930, na Cia. Editora Nacional.

O crescimento da demanda por livros na área de Sociologia, após esse período foi consequência tanto do aumento do público consumidor quanto da mudança de seu perfil. Essas transformações no campo cultural brasileiro foram decorrentes, entre outras razões, das reformas educacionais realizadas por Carneiro Leão (RJ, 1922), Sampaio Dória (SP, 1920), Anísio Teixeira (BA, 1928), Lourenço Filho (CE, 1922), Fernando de Azevedo (RJ, 1927), etc.

Tais reformadores – ao instituírem a educação enquanto uma prioridade para a organização da nação – passaram a valorizar a Sociologia como seu alicerce científico. Nessa perspectiva, suas reformas – ao introduzirem a Sociologia como matéria complementar, nas escolas normais e no ensino secundário – colaboraram para

---

artigos e cartas – escritos por diferentes atores uspianos, como Antonio Candido, Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiróz, Emilio Willems, Fernando de Azevedo, etc. o seu emprego parece apropriado.

8. Um exemplo desse trabalho pode ser vislumbrado durante a organização dos concursos para provimento de cargos nas cadeiras de Língua e de Literatura Italiana recém-criadas, à época, e na de Grego. Azevedo também executou esse tipo de atividade na área de Ciências, ao auxiliar no concurso para a cadeira de Física. Alguns aspectos dessas atuações de Azevedo são sugeridos nas cartas de Claude Lévi-Strauss para ele; nelas, Lévi-Strauss demonstra ter sido seu parceiro, indicando, confidencialmente, possíveis candidatos para os concursos da FFCL.

a inserção dessa disciplina, e, posteriormente, para seu desenvolvimento no ensino universitário como campo especializado.

As mudanças no perfil do público leitor se intensificaram com o protagonismo alcançado pela Sociologia a partir da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em 1933; da criação da USP, em 1934 – para a qual Azevedo colaborou ativamente – e da estruturação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, entre outras instituições. No que tange à USP e à UDF: “[...] as duas representaram as primeiras experiências institucionais no sentido de superar o padrão então vigente de organização no ensino superior” (Martins, 2005, p.15).

Na USP, lócus de sua atuação acadêmica, Azevedo foi responsável por fomentar o surgimento de novas e diferentes demandas por obras especializadas, a partir da fundação do Instituto de Educação (Ieusp) e da FFCL; bem como por buscar contribuir para satisfazê-las por meio de seu trabalho como editor na Cia. Editora Nacional, onde durante quinze anos – de 1931 a 1946 – dirigiu três grandes projetos editoriais que fizeram parte da Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB).<sup>9</sup>

Um caminho para refletir sobre os projetos editoriais de Azevedo foi o diálogo com a literatura especializada no tema – como os textos de Dutra (2006), Toledo (2006, 2001), Leal (2003), Pontes (1989) e Hallewell (1985). Outra diretriz foi encontrada em seu acervo pessoal. Nesse acervo, a seção de correspondências nos permitiu apontar que, desde a década de 1930, Azevedo manteve tanto intercâmbios constantes quanto intermitentes com estudiosos brasileiros e estrangeiros – estes, originários, principalmente, de outros países da América Latina – que, à época, pertenciam a associações profissionais – na área de Sociologia e na de Educação –, a editoras, universidades, institutos de pesquisa, etc.

Tais intercâmbios intelectuais contribuíram para a difusão interna da produção editorial brasileira e, por outro lado, para a di-

---

9. A história e a análise desses projetos encontram-se no capítulo 2.

vulgação desta no exterior e vice-versa. Um desdobramento desses intercâmbios foi a realização de visitas de professores/pesquisadores brasileiros aos diferentes países da região – proferindo cursos e conferências, realizando pesquisas, etc. –, bem como a vinda de professores/pesquisadores estrangeiros para o Brasil, com propósitos similares.

A difusão bibliográfica – promovida por Azevedo e por outros editores, como Ricardo Levene, Francisco Ayala, José Medina Echavarría, etc. que, inclusive, foram seus interlocutores epistolares – ao longo das décadas de 1930 e 1940 possibilitou o fortalecimento dos vínculos profissionais e pessoais entre diversos intelectuais da região da América Latina, fazendo convergir o vocabulário normativo de parte desses atores sociais. Por outro lado, colaborou também para desencadear um processo de distanciamento e, assim, para o estabelecimento de disputas em torno da identidade, tanto da disciplina quanto do seu profissional, em particular, nas décadas subsequentes.

Uma das implicações dos vínculos pessoais e profissionais entre tais atores sociais revela-se na mobilização dos laços de amizade e de afinidade intelectual nos fóruns científicos internacionais – quando alguns deles precisaram ou desejaram atuar como um grupo. Um episódio que sugere a ação desses intelectuais enquanto grupo encontra-se relatado na carta escrita por Roberto Mac-Lean y Estenós – um dos fundadores da Associação Latino-Americana de Sociologia (Alas) e criador do Instituto Peruano de Sociología – para Azevedo, em 30 de abril de 1952.

Nesse documento, Mac-Lean y Estenós rememora que, no ano de 1950, ele e outros sociólogos, que conheciam a trajetória e a obra de Fernando de Azevedo, se articularam para elegê-lo para o cargo de vice-presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA) – no Primeiro Congresso Mundial de Sociologia na Suíça. Azevedo foi o primeiro representante da América Latina nessa entidade. Na ISA, ele assumiu a vice-presidência e depois a presidência em 1952 (Carvalho & Mattos, 2005).

No que tange à participação de Azevedo nas instituições científicas da América Latina, vale destacar seu papel como fundador da Sociedade de Sociologia de São Paulo, em 1935.<sup>10</sup> Essa entidade foi a antecessora da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), que passou a existir em seu lugar no ano de 1950. Considerando o vínculo entre essas entidades, é possível apontar que Azevedo foi o presidente da SBS de 1935 a 1960, quando foi substituído por Florestan Fernandes (Carvalho & Mattos, 2005). Azevedo também atuou como presidente na Associação Brasileira de Educação (ABE),<sup>11</sup> de 1937 a 1938; e foi um influente membro da Alas, fundada por Alfredo Poviña, na ocasião do Primeiro Congresso Mundial de Sociologia, antes mencionado.<sup>12</sup>

Nas cartas de Alfredo Poviña para Azevedo encontramos algumas indicações sobre sua influência. Esses documentos nos permitiram, mesmo que de modo parcial, revisitar aspectos dos pontos de vista de ambos os atores – dúvidas, convicções e sugestões – sobre os encaminhamentos institucionais envolvendo a Alas e seus eventos científicos, assim como as relações entre esta e outras entidades na América Latina, como a SBS e a Sociedade Boliviana de Sociologia.

- 
10. Salvo algumas informações presentes na obra de Carvalho & Mattos (2005) e na de Barreira (2003), não foram encontrados dados sobre essa entidade ou sobre a atuação de Azevedo. Sobre a SBS encontram-se algumas correspondências no acervo, escritas por intelectuais estrangeiros e nacionais. No entanto, é curioso que nessas cartas, embora estejam escrevendo sobre a SBS, os correspondentes se remetam a sua existência no Brasil desde a década de 1930, o que sugere a relação entre a história da Sociedade de Sociologia de São Paulo e a da SBS.
  11. A Associação Brasileira de Educação foi fundada em 15 de outubro de 1924 por Heitor Lyra da Silva, com sede na cidade do Rio de Janeiro, importante lócus da *intelligentsia* brasileira – composta, principalmente, por cientistas sociais, educadores e médicos – nas décadas de 1920, 1930 e 1940.
  12. Ao retratar as organizações não oficiais da disciplina na região da América Latina, Blanco (2007, 2006, 2005) reconheceu como expressivas a Academia Argentina de Sociologia, a Sociedade Mexicana de Sociologia e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). E destacou como criação *sui generis* a Alas, primeira associação regional do mundo, sob a direção de Alfredo Poviña desde sua fundação até meados da década de 1960.

Em uma sociedade em transição, como a brasileira entre as décadas de 1930 e 1960, temas como ciência, cultura, educação, modernização, reforma, unidade nacional, organização, democracia, desenvolvimento, entre outros, demandaram posicionamentos teóricos e políticos dos diferentes grupos de intelectuais.<sup>13</sup> Posicionamentos estes que encontraram eco em outros países da América Latina, como a Argentina, o México, etc.

Os distintos vieses adotados por esses atores, ou seus silêncios em algumas conjunturas, implicaram a necessidade de interpretá-los *vis-à-vis* às correspondências (passiva e ativa) e livros de Azevedo, assim como a literatura especializada para desvelar o contexto discursivo no qual este se inseriu. Ou seja, tais procedimentos foram necessários para se conhecer melhor o “vocabulário normativo” do qual Azevedo se nutriu e ajudou a construir.

Ao menos como hipótese, é possível afirmar que os intensos e profundos diálogos entre Azevedo e importantes intelectuais e políticos – atuantes no processo de transição vivenciado pelo Brasil, a partir de 1930 – contribuíram para esculpir a práxis azevediana, a ponto de despertar em sua trajetória a Educação e a Sociologia como as duas principais “vocações”.<sup>14</sup>

Em nome dessas vocações, Azevedo converteu-se em homem público e em cientista social. E travou uma luta constante pela construção e pela reforma de instituições culturais, educacionais e de pesquisa. Foi a partir da concepção de reforma – a qual comporta o planejamento como algo premente e imprescindível – que Azevedo se associou a intelectuais de diversas matrizes teóricas e tendências políticas, assim como colaborou com políticos de perfis bastante distintos.

Essa compreensão sobre as parcerias de Azevedo encontrou apoio no artigo de Candido (1994a), no qual ele argumenta que faria

---

13. Azevedo tratou de tais temas em sua produção teórica, a qual é objeto do capítulo 3.

14. Essa ideia recebe uma abordagem interessante na obra de Evangelista & Lima (2008) e na de Bomeny (1999).

parte da personalidade desse sociólogo, reformador e educador, um temperamento pragmático e audacioso, além de conciliador de posições discordantes; algo que, segundo Candido (1994a), dificilmente, permitiria situá-lo em um agrupamento politicamente restrito. Nesse sentido, Azevedo teria “[...] uma mentalidade política *sui generis*, voltada para a educação e a cultura, mas, curiosamente, sem qualquer vinculação ou mesmo interesse partidário. [...] [Estaria] sempre disposto a colaborar com dirigentes de variado perfil [...]” (Candido, 1994a, p.15, grifo do autor).

No entanto, a colaboração com “dirigentes de variado perfil”, como Washington Luís, Antônio Prado Júnior, Waldomiro de Lima, Armando de Salles Oliveira, Getúlio Vargas, etc., não se traduziu em uma adesão incondicional ao regime político por eles instituído (Candido, 1994a). Assim, Azevedo pôde realizar uma avaliação positiva de alguns aspectos da atuação reformadora de Vargas, durante o Estado Novo – a qual foi publicada em seu livro *A cultura brasileira* (1971a [1943]) – e, ao mesmo tempo, participar ativamente do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, em 1945, o maior movimento de intelectuais contra o Estado Novo; e, inclusive, tornar-se, anos depois, um dos presidentes da associação que organizou esse congresso, isto é, da Associação Brasileira dos Escritores (ABDE),<sup>15</sup> seção de São Paulo (Candido, 1994a).

De acordo com o trabalho de Costa Pinto & Carneiro (1955) – realizado sob os auspícios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),<sup>16</sup> na gestão de Anísio Teixeira

15. Nessa associação, na gestão de 1951-1952, atuou ao lado de Pedro de Almeida Moura (vice), João Cruz Costa (tesoureiro), e de Herbert Baldus e Luis Martins como membros do conselho fiscal. Essas informações encontram-se disponíveis no acervo pessoal de Azevedo, em particular na série Dossiês.

16. A Capes era conhecida, no contexto do financiamento desse balanço, como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ela foi criada em 11 de julho de 1951 pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”. Na atualidade, a Capes desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação

(1952-1964) –, o ano de 1930 foi considerado o marco zero para apontar a organização autônoma das Ciências Sociais no ensino superior brasileiro. Essa ideia encontrou respaldo seja porque a Sociologia, até a década de 1920, fazia parte da grade curricular de cursos como Direito e Medicina como matéria complementar, seja por ser ensinada no universo das escolas normais, isto é, fora do ensino superior.

Esses autores, ao voltarem suas atenções para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, entenderam que a organização dos cursos de Ciências Sociais, após 1930, significou a institucionalização “[...] dos esforços que, pioneiramente, fora da organização universitária, [...] vinham fazendo, individualmente, já há algum tempo, estudiosos de ciências sociais” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.11-2) como Fernando de Azevedo e Carneiro Leão, entre outros. Nesse contexto, afirmaram que “[...] uma geração de *autodidatas*<sup>17</sup> – usada aqui a expressão no seu melhor sentido – [...]” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.13, grifo dos autores) foi a responsável por lançar as bases da institucionalização dessas ciências no país.

Diante do exposto, não é arbitrário considerar que Costa Pinto & Carneiro (1955) construíram uma interpretação que se caracterizou por dialogar positivamente com o passado; e, nesse sentido, por propiciar um tipo de abordagem capaz de fornecer um ponto de vista alternativo<sup>18</sup> àqueles trabalhos que – a exemplo dos desenvolvidos por Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979), Schwartzman (1993, 1981, 1979) e Ortiz (2002 [1990]) – se destacaram, dentre outros aspectos, por questionar a validade das interpretações sociais dos precursores devido a uma valorização arbitrária da dimensão institucional.

---

*stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da federação. Estas e outras informações sobre a Capes encontram-se no *site* oficial dessa instituição, cujo endereço eletrônico é: <<http://www.capes.gov.br/>>.

17. Convém ressaltar que tais intelectuais eram autodidatas em Sociologia, pois eram formados em diferentes instituições de ensino superior do país.
18. Semelhante apontamento não deve obscurecer o fato de essa obra também possuir limites; um desses refere-se à ausência das contribuições de Guerreiro Ramos.

No diálogo que estabeleceram com o passado, Costa Pinto & Carneiro (1955) consideraram:

[...] que os pioneiros dos estudos superiores de ciências sociais no Brasil foram aqueles autodidatas que começaram a fazê-los embora não tivessem a preparação sistemática necessária para tanto; aqueles que se especializaram no estudo de disciplinas cuja existência não era reconhecida pela organização oficial da cultura nacional; aqueles que [...] bacharéis em direito estudavam sociologia ou etnologia [...] além de ser o reconhecimento de um fato histórico, [foi também] u'a homenagem que se prest[ou] aos esforços daqueles pioneiros. (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.13)

Concorda-se com entendimento desses autores a respeito dos pioneiros e sobre a década de 1930. O que, aliás, nos remete à necessidade de indagar a respeito do papel da Revolução de 1930<sup>19</sup> para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Respostas plausíveis sobre tal papel podem ser encontradas, tanto na obra de Candido (1984) quanto na de Costa Pinto & Carneiro (1955). Explorando tal dimensão no trabalho desses últimos é possível sugerir a pertinência das seguintes considerações:

[...] foi do seio daquela situação pós-revolucionária que resultou a necessidade e a possibilidade da criação de instituições de nível superior, dedicadas, umas, à formação sistemática de pessoal habilitado para o ensino e pesquisa no campo das ciências sociais e, outras, centros de pesquisas que se tornaram núcleos propulsores

---

19. A utilização da expressão *Revolução* para tratar dos acontecimentos que conduziram Getúlio Vargas à presidência do país – assim como para abordar sua administração – se justifica somente em virtude da influência desse governo no campo cultural brasileiro. Esse ator promoveu um amplo processo de institucionalização caracterizado, inclusive, pelo engajamento político, religioso e social dos intelectuais. Semelhante compreensão sobre a relação entre a Revolução de 1930 e a cultura é tributária, especialmente, da interpretação desenvolvida por Candido (1984).

desses estudos e mercado de trabalho para os quadros técnicos que começaram a se formar. Neste sentido é que estão ligados, como fases do mesmo processo, a difusão do ensino secundário de ciências sociais estabelecido na Reforma Campos, a criação da Universidade do Distrito Federal, ou da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo ou da Escola de Sociologia e Política, de um lado – e, de outro, a organização do Departamento Municipal de Cultura em São Paulo, a fundação do IBGE ou a inauguração da “Coleção Brasileira”, na Companhia Editora Nacional. (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.15-6, aspas dos autores)

É interessante observar que, com exceção da Universidade do Distrito Federal (UDF) e da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), Fernando de Azevedo participou da estruturação de todos os empreendimentos expostos na citação. Contudo, vale a ressalva de que, além de diretor da coleção Brasileira, Azevedo desenvolveu outros dois projetos editoriais na Cia. Editora Nacional. A relevância de tais projetos (as coleções *Atualidades Pedagógicas* e *Iniciação Científica*) para institucionalização das Ciências Sociais consistiu na possibilidade de se estabelecer mudanças no vocabulário científico do país, conforme as análises de Toledo (2006, 2001) e de Leal (2003).

Reitera-se a afirmação de Costa Pinto & Carneiro (1955) segundo a qual os empreendimentos institucionais por eles mencionados “[...] [foram] élos de u’a mesma cadeia, fatos que em certo sentido se completam e se explicam reciprocamente como reflexos de um ambiente de interesse, quase de mania, pelos estudos sociais que se formou no Brasil depois do movimento de 1930 [...]” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.16). Ainda no decorrer deste livro, tais autores forneceram outro conjunto de realizações – nos campos cultural, educacional e editorial – concebido como capital para a inauguração e para a expansão do ensino e da pesquisa nas Ciências Sociais no país, nas décadas de 1930 e de 1940.

O referido conjunto de realizações contou com uma lista de 17 empreendimentos, dos quais dez tiveram a atuação direta de Fer-

nando de Azevedo, a despeito de Costa Pinto & Carneiro (1955) terem feito apenas uma referência explícita a ele em seu trabalho. No período da publicação de tais dados, Costa Pinto escreveu uma carta para Azevedo, em janeiro de 1956, na qual buscou responder ao seu questionamento sobre as razões que o levaram a omitir o seu nome, e o do próprio Costa Pinto, de parte considerável dos empreendimentos citados na obra *As ciências sociais no Brasil* (1955). Em resposta, Costa Pinto afirmou que tal omissão foi a alternativa encontrada por ele para usar o argumento na obra sem fazer auto-elogio. No entanto, com o passar dos anos, é plausível apontar que uma possível implicação dessa atitude tenha sido o desconhecimento de parte do trabalho realizado por ambos no processo de institucionalização da Sociologia no Brasil.

Ao se dedicar à reflexão a respeito da história da Sociologia, a coletânea de artigos de Florestan Fernandes (1980 [1977]) – intitulada *A Sociologia no Brasil*, composta por textos escritos em diferentes momentos de sua trajetória – sintetiza uma interpretação da institucionalização que a privilegia enquanto chave explicativa dessa história e, de certo modo, como critério de legitimação das interpretações sobre o país.<sup>20</sup> Ao possibilitar semelhante abordagem, Florestan Fernandes, nesse e em outros livros, como *A Etnologia e a Sociologia no Brasil* (1958), parece ter sido apropriado, seletivamente, pelos trabalhos de Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979), de Schwartzman (1993, 1981, 1979) e de Ortiz (2002 [1990]).

Nessa apropriação, tais autores destacaram o lugar controverso atribuído por Fernandes (1980 [1977], 1958) a Fernando de Azevedo e a sua obra. Todavia, diferentemente do discurso de Florestan Fernandes, que, apesar de permeado por hesitações, reconhece as contribuições de Azevedo e as de outros precursores, os de Miceli,

---

20. Críticas a essa análise de Fernandes podem ser encontradas nos textos de Santos (2002, 1970, 1967). De acordo com esse autor, a “[...] aceitação de critérios estritamente conectados ao artesanato intelectual, como medida suficiente de avaliação da qualidade da especulação social – tal como aparece nos artigos de Florestan Fernandes, por exemplo –, teria de levar à desconsideração da produção intelectual brasileira do passado” (Santos, 2002, p.26).

Schwartzman e Ortiz não titubeiam em tratá-las com uma sutil indiferença ou de forma lacunar.

A respeito do papel de Azevedo na USP, Florestan Fernandes (1980 [1977]) escreveu que tanto ele quanto seus colaboradores da cadeira de Sociologia I não haviam cerrado

[...] fileiras com o “liberalismo esclarecido”, que via, na criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras ou da Escola Livre de Sociologia e Política, um mecanismo de renovação do poder dos estratos dirigentes das classes dominantes, empenhados na defesa da hegemonia paulista. [E, sim, buscado] [...] legitimar uma área própria de autonomia intelectual e o fize[ram] em nome da “ciência” e da “solução racional” dos problemas sociais. (Fernandes, 1980 [1977], p.14, aspas do autor)

Com esses apontamentos, Fernandes (1980 [1977]) parece ter procurado estabelecer a diferença entre o seu projeto intelectual e político e aquele que ele acreditava ter sido proposto – e, em certos aspectos, implementado – por Azevedo e por outros atores, como Júlio de Mesquita Filho, com a criação da USP.

Assim, apesar de Fernandes (1980 [1977], p.42) considerar que uma importante fase do “[...] desenvolvimento característico da sociologia, na direção de padrões e ideais de trabalho científico, processou-se através do ensino universitário”, parecia-lhe custoso admitir o lugar de Fernando de Azevedo como um dos protagonistas desse processo. Contudo, esse reconhecimento ficou sugerido ao expor que era “[...] difícil separar influências diretoras, [...] [naquele] período, sendo deveras importante a ação concomitante de vários especialistas (como Donald Pierson, Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Jacques Lambert, Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse-Bastide [...])” (Fernandes, 1980 [1977], p.42).

As hesitações de Florestan Fernandes (1980 [1977]) apontam que algo externo a sua coletânea – como suas disputas institucionais com Azevedo, na USP e fora dela – parece ter desempenhado certo papel na estrutura dos textos que a compuseram. Tais disputas

não foram simples embates pessoais, mas discordâncias fundamentais entre seus projetos políticos e institucionais sobre o papel da Sociologia e dos sociólogos na sociedade brasileira (Bastos, 1998). Desse modo, a dimensão “externa” ou “social” das obras impõe a necessidade do diálogo entre texto e contexto para acessar seus significados.

Nas últimas décadas do século XX e na primeira do XXI, alguns estudiosos do pensamento social no Brasil, que se dedicaram a adotar a institucionalização como ponto de vista para avaliar tanto os autores quanto suas produções, passaram a mobilizar os “novos” padrões científicos – tão defendidos por Florestan Fernandes, desde a década de 1950 – para balizar as suas contribuições para a Sociologia e as de autores com o perfil de Azevedo. Ironicamente, fica a impressão de que esses estudiosos chegaram à mesma conclusão de Fernandes (1980 [1977]),<sup>21</sup> de acordo com a qual: “[...] por circunstâncias ocasionais, somente os sociólogos mais jovens começam a beneficiar-se de condições menos deficientes de preparação sistemática para o trabalho de pesquisa científica” (Fernandes, 1980 [1977], p.62).

Assim, a análise institucional desenvolvida pelos “sociólogos mais jovens” tem colaborado, em última instância, para o obscurecimento das contribuições teóricas e práticas de Azevedo, assim como as do próprio Florestan Fernandes. Diante desse quadro, é importante reafirmar que tanto a visibilidade quanto a invisibilidade dos autores e de suas obras são construções sociais.

As transformações operadas na economia e na política brasileira, particularmente a partir do final dos anos 1920, requereram inovações no léxico político e administrativo aspirando à racionalização e ao planejamento no setor público. As Ciências Sociais for-

---

21. A conclusão de Florestan Fernandes refere-se ao contexto no qual colocou a si próprio e a seu grupo na USP – isto é, os intelectuais que trabalharam sob sua orientação na cadeira de Sociologia I, de 1954 a 1969 – como vanguarda de uma nova concepção e de uma nova prática do ofício de sociólogo no Brasil, em oposição aos intelectuais sob a liderança de Fernando de Azevedo – na cadeira de Sociologia II – e ao próprio Azevedo.

neceram tanto uma ferramenta de trabalho como uma formulação ideológica para esse processo. Tais mudanças propiciaram a justificativa para a entrada das ciências na estrutura do sistema oficial de ensino superior (Silva, 2001; Bomeny, 2001).

Desse modo, “[...] o período que vem de 1930 aos nossos dias<sup>22</sup> representa, para as ciências sociais no Brasil, uma época não só de iniciações, mas também de franco florescimento [...]” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.24). Nesse contexto, expõem Costa Pinto & Carneiro (1955), o termo “social” tornou-se, entre 1937 e 1945, um símbolo de prestígio e de aceitação desde que fosse “[...] empregad[o] com as implicações desejadas e [...] sincronizad[o] [...] com o espírito em voga” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.26); o que significou a subordinação do social ao nacional e à ordem, na vigência do Estado Novo.

Fazer das Ciências Sociais “[...] uma ponte de ligação entre a educação e a vida” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.27), a partir de 1930 e, principalmente, na década de 1950, representou uma tentativa dos renovadores do movimento educacional no Brasil – entre eles, Azevedo e Anísio Teixeira – de sincronizar o país com as tendências consolidadas no exterior. Essa aproximação entre Ciências Sociais e educação foi vista como um perigo, em ambos os contextos, tanto pelos intelectuais com tendências políticas e teóricas conservadoras – vinculados a Igreja Católica e a alguns grupos empresariais – quanto por frações das elites dirigentes com perfil semelhante.

Esses diferentes atores sociais visualizaram na relação entre Ciências Sociais e educação o fortalecimento dos projetos dos renovadores nas arenas política e econômica. Nesta última, temeram que os interesses privados perdessem espaço, na orientação e na dotação orçamentária, seja para o ensino, em seus diferentes níveis, seja para a indústria editorial e cultural (Bomeny, 2001).

---

22. É importante observar que a referência “aos nossos dias” diz respeito à década de 1950.

Na esfera política, o intercâmbio entre Ciências Sociais e educação suscitou o medo das implicações de uma politização crescente. Afinal, o diálogo entre elas fomentou a ideia de que a mudança social era algo possível e dependia, entre outros aspectos, da atuação dos sujeitos. Além disso, estimulou a perspectiva de que a oligarquização das instituições poderia ser combatida. E, por fim, reforçou a percepção de que a difusão de procedimentos e de ideias democratizantes era possível. Isso em um período de governo ditatorial – como foi o Estado Novo – ou de abertura democrática recente – como ocorreu após 1946, no Brasil – tornou-se, no mínimo, uma agenda científica e política audaciosa.

Decorreu desse contexto, na avaliação de Costa Pinto & Carneiro (1955), que “[...] as Ciências Sociais em menos de duas décadas metamorfoseou-se de ‘coqueluche’ a expressão do mau [sic]. Em uma lógica corrente das elites dirigentes que é ver a solução do problema também enquanto um problema” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.29, aspas dos autores).

Um exemplo de que a “doença” não queria a “cura” foi a usurpação do magistério nas Ciências Sociais, através da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Essa lei foi promulgada pelo ministro Gustavo Capanema, em 1942, e permaneceu em vigência até o ano de 1961, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Com a Lei Orgânica, os cursos de Ciências Sociais perderam uma de suas funções originais, que era a formação de professores para o ensino secundário.

O Instituto de Educação (Ieusp), criado em 1933, e a Escola de Educação da UDF, criada em 1935, defenderam essa formação na universidade; não obstante tais iniciativas terem sido bem-sucedidas, elas foram encerradas pela ação do governo estadual em 1938. Portanto, os esforços que vinham dos anos 1930 para estabelecer a formação universitária do professor secundário foram negligenciados, principalmente pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, que possibilitou que essa formação ocorresse fora das universidades (Evangelista, 1997).

Fechadas as portas para a profissão docente em nível secundário, várias faculdades foram criadas sem a presença do curso de Ciências Sociais entre suas opções; já outras, fecharam ou trabalharam de forma precária tal curso. A promulgação dessa Lei Orgânica implicou, no decorrer dos anos, crescente descompasso entre a oferta e a demanda nas Ciências Sociais, o qual se fez sentir sobretudo no período após 1945, quando novamente essas ciências voltaram a ser requisitadas em virtude do contexto da abertura democrática no país.

O desequilíbrio entre a oferta e a demanda de cientistas sociais pode ser constatado ao se considerar que, em 1954, havia no país cerca de 150 cátedras<sup>23</sup> de Sociologia, das quais apenas 30 estavam em instituições universitárias. As outras 120 encontravam-se nos institutos de educação e escolas normais – sob forte influência católica (Azevedo, 2003 [1954]). Nesse sentido, empregadores potenciais e profissionais das Ciências Sociais “[...] uns e outros est[avam] igualmente corretos na alegação aparentemente contraditória” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.46) de que faltavam cientistas de um lado e oportunidades de emprego de outro.

Em seu balanço institucional, Costa Pinto & Carneiro (1955) colaboraram para traçar um perfil temático da produção sociológica brasileira. Nessa perspectiva, esses autores desenharam um panorama de alguns campos de estudo e pesquisa aos quais se dedicaram os cientistas sociais, até a década de 1950, no Brasil.

De forma resumida, é possível destacar que Costa Pinto & Carneiro (1955) apresentaram os seguintes eixos temáticos: 1) demografia (enfoques: migrações internas e imigração e colonização);

---

23. A utilização do termo “cátedra” para exemplificar a organização e o ensino disciplinar da Sociologia no Brasil parece ser pertinente apenas para as instituições universitárias; além disso, o seu emprego encontra-se fortemente influenciado pelas experiências do Ieusp e da Escola de Educação da UDF, o que sugere que sua utilização para os demais institutos de educação e escolas normais seria arbitrária. De outro modo, os números citados também precisam ser vistos com cautela, pois inexistente uma estatística confiável sobre a educação no período. Isso posto, talvez seja menos problemático empregar, no lugar de “cátedras”, o termo “cursos”.

2) relações étnicas, contatos e assimilação (recortes por grupos: negro, índio e branco); 3) história social, direito e ciência política; 4) estudos de comunidade, análises regionais (dentro destas destacaram-se as análises tipológicas); 5) geografia humana (fome, áreas urbanas de risco e/ou marginais); 6) educação e bibliografia didática na área de Sociologia.

Em cada eixo, esses autores realizaram uma investigação minuciosa sobre os significados de tais obras para a história das Ciências Sociais no Brasil, e, em particular, para a institucionalização da Sociologia. Tendo em vista que Azevedo figurou tanto no eixo 4 (nas análises regionais) quanto no eixo 6 (na educação e na bibliografia didática), optou-se por acompanhar o olhar de Costa Pinto & Carneiro (1955) sobre seus trabalhos e algumas de suas repercussões no país.

Nas palavras de Costa Pinto & Carneiro (1955, p.59), a área de educação “[...] talvez tenha sido, entre as Ciências Sociais, de 1930 aos nossos dias, aquela que produziu maior número de obras fundamentais”. Independentemente de esse argumento ser passível de controvérsia, o mesmo não parece ocorrer com o reconhecimento da relevância científica de tal produção.

Sobre esse material, afirmaram tais autores que o tom de polêmica e de tomada de posição política presente nele resultou do fato de ele ter sido “[...] escrit[o] por técnicos e cientistas que tiveram sobre os seus ombros a responsabilidade de aplicar, como administradores, os programas educacionais que preconizavam e defendiam [...]” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.59). Tais observações sugerem que esses intérpretes remeteram-se para as próprias condições de elaboração das obras de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Carneiro Leão, Delgado de Carvalho, Antonio Ferreira de Almeida Júnior, Artur Ramos, Lourenço Filho, entre outros.

Na bibliografia de autoria de Azevedo, Costa Pinto & Carneiro (1955) selecionaram os seguintes livros: *Novos caminhos e novos fins* (1958e [1932]), *Na batalha do humanismo* (1966 [1952]) e *Sociologia Educacional* (1954b [1940]), cuja importância foi assegurada, entre

outras razões, pelo significado alcançado pela educação no período. Segundo Costa Pinto & Carneiro (1955), a educação representou um

[...] verdadeiro e fecundo casamento entre a teoria e a prática, do qual resultou um movimento de idéias e uma coleção de obras extremamente valiosas. [...] [O] fato dessa geração ter tomado uma posição e defendido uma tese e travado por ela o bom combate – não impediu, antes estimulou, a quantidade e a qualidade de sua contribuição às ciências sociais neste País. (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.60)

Nas análises regionais, Costa Pinto & Carneiro (1955) evidenciaram os nomes de Gilberto Freyre, Manuel Diégues Jr. e Fernando de Azevedo<sup>24</sup> como intérpretes de um tema clássico nas Ciências Sociais: a área do açúcar no Nordeste. Enfatizaram ainda, os textos de Azevedo,<sup>25</sup> P. Monbeig e Tavares de Almeida por retratarem a região do Oeste Paulista.

A respeito das análises regionais, Costa Pinto & Carneiro (1955) apontaram que “[...] os especialistas brasileiros por certo encontrarão perspectivas mais fecundas de pesquisa do que nos chamados estudos de comunidade” (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.65). Essa consideração é interessante, na medida em que permite um contraste com as interpretações que relegaram às análises regionais o rótulo de ensaios e, com isso, o de trabalhos “cientificamente” pouco rigorosos. Todavia, necessita ser problematizada na crítica que encerra sobre os estudos de comunidade.<sup>26</sup>

Para Costa Pinto & Carneiro (1955, p.62), o livro *Introdução à Sociologia Geral* (1926), de autoria de Pontes de Miranda, “[...] as-

24. O livro em questão é *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* (1958d [1948]).

25. A obra denomina-se *Um trem corre para o oeste* (1950).

26. Talvez, uma sugestão para problematizar esse tipo de pesquisa possa ser encontrada no texto de Ianni (1976), ao afirmar que “[...] o estudo de comunidade assumiu um significado incompatível com sua natureza. O que era uma solução metodológica se transformou numa alternativa teórica [...]” (Ianni, 1976, p.80).

sinou um marco pioneiro em nossa bibliografia de ciências sociais [...]”. Contudo, após a Reforma Campos,<sup>27</sup> em 1931, surgiram outros intelectuais que contribuíram para a institucionalização dessa ciência, seja através da produção de uma bibliografia didática para a área – conforme sugere Meucci (2000), sobre os manuais de Sociologia brasileiros –, seja mediante a criação de obras cujo tema voltou-se para o desenvolvimento da teoria e da metodologia nas Ciências Sociais. Nesse sentido, Costa Pinto & Carneiro (1955) afirmam que:

[...] Delgado de Carvalho, Djacir Menezes, J. Querino Ribeiro, Carneiro Leão, Archero Júnior, Amaral Fontoura, Gilberto Freyre, Miranda Reis, Tristão de Ataíde, Fernando de Azevedo – [foram] os autores dos mais conhecidos e divulgados compêndios e tratados. Também no campo da teoria e metodologia das ciências sociais se tem manifestado o interesse de alguns autores, como Emílio Willems e Herbert Baldus [...]; Florestan Fernandes, [...], L. A. Costa Pinto [...] – além de Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre [...] e muitos outros. (Costa Pinto & Carneiro, 1955, p.66)

Candido (2006 [1959]), assim como Costa Pinto & Carneiro (1955),<sup>28</sup> situou as décadas de 1930 e 1940 como marcos na história da institucionalização da Sociologia. Para ele, coube a esse período a “[...] consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação” (Candido, 2006 [1959], p.271). Assim, salientou ele, duas iniciativas firmaram-se no processo de institucionalização: primeira, a que optou pelo “enriquecimento e modernização da teoria”,

27. Segundo Martins (2005, p.17), a ideia de cursos de doutorado no Brasil surgiu pela primeira vez no contexto dessa reforma, a qual teve como um dos seus focos o aumento das necessidades e das oportunidades sociais de atuação intelectual no país.

28. O trabalho de Bastos (1998) contempla em um registro mais recente parte das reflexões desenvolvidas por Antonio Candido, L. A. Costa Pinto e Edison Carneiro à época.

e, segunda, a que escolheu os “métodos diretos de pesquisa empírica da realidade presente”.

Partindo dessa classificação de Candido (2006 [1959]), cabe a ponderação: Azevedo foi um importante ator da primeira iniciativa, mas, na segunda, atuou somente de forma tangencial, ou seja, não enquanto pesquisador, mas como apoiador e incentivador. É possível encontrar elementos dessa segunda postura acompanhando sua trajetória nos cargos de direção em diferentes instituições científicas no país – como no Instituto de Educação (Ieusp), de 1933 até 1938; na FFCL da USP, de 1941 até 1943, e no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP), de 1956 até 1961. Ou, ainda, no cargo de docente na FFCL – ao ocupar a cadeira de Sociologia Educacional e depois a de Sociologia II – de 1938 até 1961; no de chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL, de 1947 até 1961; no de presidente da Sociedade de Sociologia de São Paulo, de 1935 até 1950, e presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), de 1950 até 1960; e no de consultor técnico, na temática de cultura, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por mais de dez anos, entre as décadas de 1940 e 1950.

A respeito da divulgação das pesquisas, Candido (2006 [1959]) considera que essa atividade encontrou certas dificuldades organizacionais como a falta de subvenção pública para as edições e a precariedade da distribuição. No entanto, reconhecia o crescimento da possibilidade de publicar livros especializados no Brasil após a década de 1930. O trabalho de Azevedo como editor contribuiu para esse processo.<sup>29</sup>

Um aspecto e também uma consequência das condições insatisfatórias da distribuição de livros no Brasil foi o fato de o inter-

---

29. Entre as obras que explicitaram o crescimento do campo editorial brasileiro nas décadas de 1930 e 1940, mas não reconheceram a contribuição de Azevedo para esse desenvolvimento é possível citar os de Miceli (2001, 1989a, 1979). Em contrapartida, contemporaneamente, textos como os de Dutra (2006), Toledo (2006, 2001) e Leal (2003) têm se dedicado a revisitar a atuação de Azevedo nesse setor.

câmbio das obras permanecer, em parte considerável do país, tendo por base as relações pessoais. Contudo, o problema da distribuição não estava restrito ao território nacional; ocorreram dificuldades similares quando a distribuição envolveu as relações entre o Brasil e outros países da América.

Tal problema foi comentado de forma recorrente nas cartas recebidas e escritas por Azevedo até a década de 1950. À guisa de exemplo, pode-se apontar que, em correspondência de 1948, Francisco Ayala – que atuou como editor e tradutor no campo cultural argentino – expôs para Azevedo que a principal causa do número reduzido de assinaturas (30) da *Revista Realidad* no Brasil vinculava-se à desorganização da distribuição editorial neste país.

Entre as publicações especializadas que contribuíram para a institucionalização da Sociologia na América Latina podemos mencionar a revista *Sociologia* (criada em 1939) no Brasil, a revista *Mexicana de Sociología* (fundada em 1939) e o *Boletín del Instituto de Sociología* (fundado em 1942), na Argentina. E destacar enquanto empreendimentos editoriais: a coleção Brasileira<sup>30</sup> – Cia. Editora Nacional (coleção criada e dirigida por Fernando de Azevedo de 1931 a 1946); a Biblioteca de Sociología – Editora Losada (coleção dirigida por Francisco Ayala); a Sección de Obras de Sociología – Fondo de Cultura Económica (coleção sob a direção de José Medina Echavarría); a Biblioteca de Psicología Social y Sociología – Editora Paidós (coleção sob a responsabilidade de Gino Germani), entre outros (Blanco, 2007, 2006).

Ao valorizar esses projetos editoriais para a institucionalização da área, Blanco (2007, 2006) procurou demonstrar que as publicações foram fundamentais para a construção de um repertório normativo que aproximou esses e outros atores sociais no campo cultural e acadêmico latino-americano. Semelhante aproximação, além de sugerida por esse autor, é proposta por nós a partir da pesquisa

---

30. A relevância atribuída a Brasileira encontra-se presente, principalmente, nas obras de Dutra (2006) e de Pontes (1989). Já a abordagem sobre o projeto editorial dessa coleção, assim como o papel de Azevedo como seu editor encontra-se no capítulo 2.

desenvolvida no acervo pessoal de Fernando de Azevedo, uma vez que lá encontramos correspondências de Ayala (1946 (3), 1947, 1948 (2), 1958 (2)),<sup>31</sup> Medina Echavarría (1942, 1964) e Germani (1948, 1960) – os editores supracitados – entre outros, para esse sociólogo.

No processo de interpretação dessas cartas foi possível perceber a presença de um profundo respeito intelectual pela obra e pela figura de Azevedo. E, ao mesmo tempo, constatar a existência de uma relação de afinidade e de amizade entre este e Francisco Ayala. É válido ressaltar que os projetos editoriais de Azevedo, Ayala, Medina Echavarría e Germani contribuíram tanto para aproximá-los quanto para afastá-los, conjuntamente.

Por exemplo, da análise de suas trajetórias é razoável pensar que Azevedo e Gino Germani foram paulatinamente se afastando na década de 1950<sup>32</sup> (Blanco, 2006; Germani, 1964). Isso teria ocorrido em virtude da existência de disputas, entre e no interior dos campos científicos dos diferentes países da região, isto é, de embates entre os atores sociais já consolidados (como Azevedo, no Brasil, e Alfredo Poviña, na Argentina) e os atores em busca de espaço e reconhecimento (como Florestan Fernandes e Gino Germani, no Brasil e na Argentina, respectivamente). Mas cabe lem-

---

31. Os números dentro dos parênteses representam os anos em que foram escritas as cartas, já o número, também entre parênteses, mas com um único dígito refere-se à quantidade de cartas escritas naquele ano.

32. Um indício do referido afastamento pode ser vislumbrado pelo silêncio resultante da interrupção do fluxo de cartas entre esses atores. Se aceitarmos essa hipótese – e a de sua operacionalização, a partir da interpretação do silêncio – como cabíveis, é possível apontar que tal distanciamento tenha consistido em uma estratégia conjuntural de Gino Germani; pois, passados alguns anos, tais atores trabalharam conjuntamente em uma banca para a contratação de docente para a Universidade de Buenos Aires. Nessa ocasião, dezembro de 1959, consta em ata que a banca se reuniu na Faculdade de Ciências Econômicas e os professores deliberaram – por unanimidade –, que Fernando de Azevedo fosse o presidente. Este último e Germani se corresponderam, no ano de 1960, parecendo não haver nenhuma barreira entre ambos; semelhante inferência apoiou-se em suas cartas.

brar também a presença de alianças institucionais e laços pessoais entre os atores consolidados.<sup>33</sup>

Talvez o referido distanciamento entre Azevedo e Germani, na década de 1950, não tenha consistido em uma ruptura das relações, mas em uma estratégia política deste último no contexto de luta pela hegemonia no campo científico latino-americano. Essa hipótese orienta-se pela ideia de que o momento do distanciamento entre tais autores convergiu com aquele no qual Germani iniciou uma espécie de “cruzada” em defesa da Sociologia “científica” no continente americano.

Tal “cruzada” compreendeu o empreendimento intelectual no qual Germani procurou contestar o legado dos atores sociais que ele reconheceu como expoentes da “Sociologia de cátedra”, isto é, como representantes de uma artesanaria “antiquada”, “tradicional” de como “exercer o ofício de sociólogo”; e, ao mesmo tempo, apresentar sua proposta de Sociologia “científica” como uma alternativa para a agenda teórica e metodológica dessa área do conhecimento na região. Embora Gino Germani não explicitasse quem eram os “sociólogos de cátedra”, sua definição se remetia à trajetória e à obra de autores como Alfredo Poviña e Azevedo.

Conforme argumentou Blanco (2007), até os anos 1940, a maioria dos intelectuais envolvidos com a Sociologia nos diferentes países do Cone Sul olhava de modo desconfiado para a Sociologia “empírica”, identificada com os Estados Unidos; e apresentava como produtos de sua artesanaria intelectual o manual, o tratado, a história das ideias, o ensaio político, etc. Segundo Blanco (2007) e Cándido (2006 [1959]), esse tipo de produção – expressiva da obra de sociólogos como Azevedo e Poviña – passou a ser objeto de profundos questionamentos após esse período, os quais resultaram em alterações na organização e nos temas dos trabalhos sociológicos, nas atividades de pesquisa e nas de divulgação.

---

33. As cartas de Poviña para Azevedo fornecem pistas sobre suas parcerias, em particular no âmbito das associações científicas na América Latina, assim como a respeito de sua amizade.

Portanto, afirmou Blanco (2007), sociólogos insatisfeitos nos diferentes países da região – principalmente, no Brasil, na Argentina e no México – foram os responsáveis pelo movimento em prol da renovação na área; ou seja, se posicionaram no campo acadêmico e na esfera pública em defesa da Sociologia “empírica”, a qual, a partir dos trabalhos de Gino Germani, inclusive no âmbito editorial – e de outros –, se tornou sinônimo, em termos discursivos, de Sociologia “científica”.

A obra considerada pioneira nesse caminho foi escrita por José Medina Echavarría, em 1941, e intitulada *Sociología: teoría y método*. Apesar de a primeira edição dessa obra pertencer à década de 1940, as ações e os escritos de alguns “sociólogos científicos” como Gino Germani, no caso argentino, e Florestan Fernandes e Costa Pinto, no caso brasileiro, só adquiriram uma dimensão de movimento a partir do final dos anos 1950. Contudo, ponderaram Sigal (1991) e Blanco (2007), tal movimento foi mais intenso na Argentina do que no Brasil.

A ditadura militar consistiu em um registro comum aos diferentes países da região da América Latina; contudo, no Brasil, ela criou uma situação paradoxal no pós-1964, pois, ao impor aos sociólogos a necessidade de repensar o seu papel, assim como o da Sociologia na sociedade, aprofundou o processo de institucionalização das Ciências Sociais, por meio do desenvolvimento de uma política científica e tecnológica.<sup>34</sup>

---

34. De acordo com Martins (2005), o golpe de 1964, “[...] ao lado de um conjunto de medidas repressivas [...] implantou um sistema de financiamento do desenvolvimento da ciência e tecnologia, até então inexistente no país” (Martins, 2005, p.18). O trabalho de Pécaut (1990) sugere que um regime como o de 1964, que priorizou o desenvolvimento econômico de um lado, e, de outro, a segurança nacional, “[...] não poderia se desinteressar da política científica” (Pécaut, 1990, p.263). Decorre disso a reforma universitária de 1968 ter proporcionado novos cursos e programas de pós-graduação, e aumentado os cargos de tempo integral, entre outras medidas importantes. Na década de 1970, “[...] [o]corre no campo social o mesmo que no cultural: a organização da demanda sob forma de associações profissionais e a organização de políticas públicas sob forma de criação de institutos especializados caminham juntas”

Nesse contexto, a preocupação dos cientistas sociais brasileiros com o estabelecimento de uma nova agenda científica – de definição de temas e de metodologias sociológicas – se mesclou, primeiro, com os sentimentos de recusa e de oposição ao governo ditatorial como agente modernizador – inclusive como ator no ensino superior, por meio da reforma universitária de 1968; e, segundo, com o de sedução pelo engajamento político em defesa dos valores democráticos e/ou revolucionários.

Com o acirramento da ditadura, após o decreto do Ato Institucional 5, em 1968, uma parcela da intelectualidade acadêmica das Ciências Sociais no Brasil identificada pelo governo como expoente da esquerda<sup>35</sup> – seja em virtude de suas obras teóricas, seja por sua participação na esfera pública – foi afastada compulsoriamente das universidades; isso ocorreu em um momento no qual essas instituições passaram a vivenciar uma nova fase do processo de institucionalização. Uma fase marcada pela organização da pós-graduação e pela reorganização da graduação – mediante a ampliação do número de cursos já existentes –, assim como pela criação de novas especialidades; além do apoio ao crescimento da rede privada de ensino superior.

Por outro lado, uma parte dos atores sociais que permaneceu nos quadros universitários passou a definir, no contexto da década de 1970, “[...] a participação em políticas públicas como uma posição reformista [em um sentido pejorativo] e, portanto, reacionária para a cultura teórica da época” (Silva, 2001, p.150). Essa visão pessimista sobre as políticas públicas foi caudatária, entre outras ra-

---

(Pécaut, 1990, p.278). É nesse contexto que a transformação “[...] da identidade do intelectual, iniciada no intervalo 64-68, prossegue, portanto. A ideologia profissionalizante substitui a ideologia demiúrgica [fazendo] [i]mpera[r] o discurso ‘competente’ (Pécaut, 1990, p.279, aspas do autor).

35. Uma interpretação sugestiva versando sobre os dilemas da intelectualidade brasileira entre a política e a profissão é encontrada no trabalho de Lahuerta (1999). O texto de Sorj (2001), em particular sua abordagem sobre o universo intelectual e institucional vivido pelos atores sociais cassados no final da década de 1960, também compreende uma análise interessante para pensar os rumos das Ciências Sociais no Brasil a partir dos anos 1970.

zões, da compreensão a respeito do papel da educação na sociedade brasileira nesse período. A educação, sob a influência de perspectivas teóricas marxistas-estruturalistas, em especial de L. Althusser, deixou de ser considerada uma instituição modernizadora para ser classificada como uma instituição reprodutora das mazelas sociais.

As ideias sobre o significado da educação no Brasil, a partir dos anos 1970, repercutiram nas análises realizadas sobre a trajetória e a obra de atores identificados como reformadores educacionais, a exemplo de Azevedo e de Anísio Teixeira. De tal forma que esses intelectuais foram relegados a uma “tradição esquecida”.

A ditadura militar, a partir da década de 1960, funcionou como um elemento a mais para complexificar as disputas presentes já nos anos 1950 no interior dos países latino-americanos em torno da identidade da Sociologia. A concorrência entre cientistas sociais dos diversos países latino-americanos, para demarcar quais seriam os atores responsáveis por delinear tal identidade, conduziu a uma espécie de cisão do campo intelectual sociológico em dois agrupamentos distintos, nos termos de Blanco (2006).

O grupo autointitulado “sociólogos científicos”, liderado por Germani (na Argentina), Medina Echavarría (no México), Eduardo Hamuy (no Chile) e por Florestan Fernandes (no Brasil) passou a classificar como amadores, ensaístas – no sentido pejorativo – a geração<sup>36</sup> representada pelos precursores da Sociologia no continente como Alfredo Poviña (na Argentina), Fernando de Azevedo (no Brasil), Lucio Mendieta y Núñez (no México), etc. Contudo, no grupo de “sociólogos científicos”, Costa Pinto também consistiu em uma liderança brasileira, porém parece ter estabelecido um posicionamento relativamente distinto daquele adotado por Florestan Fernandes, no que tange a Azevedo. Essa hipótese decorreu do

---

36. Sobre como se constitui uma geração é válida a reflexão de Silva (2003). Para essa autora, sob inspiração de Karl Mannheim, ao lado dos critérios biológicos há o critério sociológico “disposicional”, ou seja, que envolve um “[...] conjunto de afinidades, de sensibilidades comuns, herdadas e vivenciadas, capazes de condicionar o sentimento de partilha de um mesmo destino” (Silva, 2003, p.23).

fato de Costa Pinto atuar como seu parceiro institucional em diferentes oportunidades e realizar uma análise positiva de sua obra.

Nesse contexto de dissensões, as diferenças entre as posturas de Costa Pinto e de Florestan Fernandes em relação a Azevedo talvez possam ser atribuídas, entre outras razões, à natureza dos vínculos institucionais desses atores. Afinal, Florestan Fernandes disputava com Azevedo a hegemonia intelectual no campo sociológico paulista, seja no espaço intramuros da USP seja no extramuros, como na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Assim, Fernandes teria erigido seu projeto intelectual e político, bem como parte de sua identidade profissional, em oposição ao trabalho realizado por Azevedo.

Ao cotejar os projetos intelectuais e políticos desses dois atores, é possível sugerir que a compreensão teórica e metodológica de Azevedo representou um encontro fecundo entre uma nova forma de abordar os problemas sociais e um modelo consagrado de realizar pesquisa, em uma conjuntura, década de 1930, que celebrou a consolidação do bloco agrário-industrial, isto é, que confirmou a convergência entre o “velho” e o “novo”. Guardando as devidas proporções, a perspectiva sociológica adotada por Azevedo, ao admitir o princípio da conciliação, contemplou, analiticamente, essa convergência. Não obstante, na medida em que a aliança representada pelo bloco agrário-industrial não se manteve nos anos posteriores, as transformações estruturais – resultantes do processo crescente de urbanização e de industrialização – proporcionaram a emergência de intelectuais que engendraram reflexões teóricas e políticas distintas (Konder, 2000).

As interpretações que surgiram a partir da década de 1950 contribuíram para questionar os estudiosos da sociedade brasileira que trabalhavam com a abordagem de conciliação, a exemplo de Azevedo, e, ao mesmo tempo, para afirmar a perspectiva de conflito como uma maneira de alcançar, teoricamente, a compreensão da realidade social. Um de seus formuladores foi Florestan Fernandes. Contudo, faz-se necessária a ressalva de que este não inaugurou tal abordagem e tampouco foi o único a adotá-la (Bastos, 1998).

Ao acompanhar a argumentação de Bastos (1998, p.151), é possível inferir que a análise de Fernandes questiona a Sociologia anterior, uma vez que a mesma não teria pensado, segundo ele, a “verdadeira natureza” das relações sociais. Desse modo, a estratégia de Fernandes para legitimar-se enquanto profissional no campo acadêmico – já razoavelmente estruturado, nos anos 1950, com a contribuição de Azevedo – “[...] não mostra um gratuito enfrentamento entre atores, mas indica um profundo enraizamento no solo histórico onde se fundamentam as idéias” (Bastos, 1998, p.152). Estas últimas foram expressivas das diferenças entre as posições teóricas de Fernandes e as de Azevedo.

A emergência de novos atores sociais, operários, trabalhadores rurais, mulheres, negros, indígenas, etc., e de novos problemas – ao comportar mudanças nas agendas política e científica, a partir dos anos 1950 – implicou a possibilidade de novas oportunidades de inserção profissional no campo cultural e acadêmico brasileiro. De tal maneira que as alterações nas agendas de pesquisas foram conformadas pelos “sociólogos científicos” que, a exemplo de Florestan Fernandes, procuraram afirmar o seu lugar como lideranças intelectuais nessa fase da institucionalização da Sociologia.

Vale ressaltar que tanto a configuração do campo cultural brasileiro, a partir da década de 1930, quanto o surgimento de uma “nova” elite intelectual nas Ciências Sociais da América Latina, a partir da década de 1960 – conforme sugeriu Blanco (2007, 2006) –, representaram a necessidade de compreender a noção de campo como um espaço simbólico de forças, capaz de engendrar, de validar ou de questionar suas próprias regras de funcionamento e de legitimidade, nos termos de Bourdieu (1989, 1983).

Essa definição de campo auxilia a entender parte dos apontamentos de Blanco (2007) sobre as atuações de Gino Germani, Talcott Parsons, Robert Merton, Paul Lazarfeld, Eduardo Hamuy, Costa Pinto, Donald Pierson, Peter Heintz, Johan Galtung, etc., no contexto dos anos 1950. Segundo Blanco (2007), esses atores sociais

[...] compartilhavam um horizonte comum de preocupações intelectuais, relativo às necessidades de uma modernização radical da sociedade; unia-os, igualmente, uma visão comum de ciência social como ciência empírica (não obstante as diferenças de grau em suas perspectivas) e um comum rechaço a todas as formas do ensaísmo e da filosofia social; o abandono de uma forma cultivada de exposição em nome da precisão das idéias foi um artigo de fé doutrinário que agitaram contra a geração predecessora [...]. (Blanco, 2007, p.98-9)

Supõe-se que essas considerações, apesar de seu caráter geral, sejam expressivas, no caso brasileiro, tanto da posição de Costa Pinto quanto da de Florestan Fernandes.<sup>37</sup> Ambos os autores teriam trabalhado no campo sociológico brasileiro para se diferenciar dos seus antecessores, e, nesse sentido, se dedicado a elaborar uma definição para a Sociologia cuja função semântica objetivou rechaçar parte das interpretações sociais vigentes na área e elaborar novas, isto é, construir um repertório científico teórico-metodológico distinto.

A função retórica visou suscitar e delimitar o espaço de suas atuações teórica e política no interior da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), no caso de Costa Pinto, e da USP, no caso de Fernandes. Do mesmo modo, ocorreu extramuros – SBS, Associação Internacional de Sociologia (ISA), centros de pesquisa como o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE/SP), etc.

Apoiando-se nos textos de Miceli (1989a, 1989b), Blanco (2007) reiterou que, na busca por distinguir-se de seus predecessores, a “nova” geração<sup>38</sup> de sociólogos, atuante nos anos 1950 em diante, defenderia padrões de trabalho científico caracterizados por normas, procedimentos e valores ainda pouco explorados no campo

37. Consultar a esse respeito o trabalho de Souza (2011).

38. É importante considerar que a “nova” geração não é um grupo homogêneo, e que, no caso do Brasil, uma de suas frações consiste na “nova” geração de sociólogos de São Paulo.

da ciência social. Embora reconhecendo a existência de diferenças entre os padrões de trabalho da geração dos pioneiros, representada no Brasil por Fernando de Azevedo,<sup>39</sup> em relação aos da “nova” geração,<sup>40</sup> simbolizada por Florestan Fernandes, não é exagerado considerar que parte considerável dessa ênfase decorria de uma estratégia discursiva dos atores da “nova” geração voltada para sua autolegitimação, na década de 1950, em um campo intelectual em franco processo de consolidação devido à participação dos pioneiros.

Ao compartilhar do mesmo horizonte intelectual de atores sociais que, como Gino Germani, consideravam a Sociologia sinônimo de ciência empírica, no contexto dos anos 1950, a “nova” geração de sociólogos uspianos, sob a influência de Florestan Fernandes, tornou a competição tanto um valor quanto um instrumento privilegiado para assegurar o reconhecimento intelectual e social de seus trabalhos.

Desse modo, a quantidade de obras realizadas e publicadas, o número de intelectuais envolvidos nas pesquisas, o montante de financiamento obtido, assim como o tipo de instituições financiadoras transformaram-se, paulatinamente, em critérios de profissio-

---

39. Intelectual de formação clássica e humanista, portador de um vasto capital cultural, científico e social – nos termos de Bourdieu (1989). Tais capitais podem ser percebidos mediante um olhar atento para as relações de amizade e de parceria estabelecidas por Azevedo, ao longo de sua carreira, com sujeitos pertencentes a diferentes frações das elites intelectuais e dirigentes do país e do exterior.

40. Uma geração que se caracterizou por ser proveniente das classes média e baixa – e, em decorrência disso, despossuída de capital econômico e social – e, ao mesmo tempo, por ser portadora de uma formação universitária específica em Ciências Sociais, e, assim, por simbolizar a ascensão social propiciada pelas oportunidades abertas com a consolidação da sociedade industrial no Brasil. No entanto, faz-se necessária a ressalva de que, ao apontar que tal geração é oriunda das classes média e baixa, o enfoque satisfaz a realidade vivenciada por uma parcela dos intelectuais da cadeira de Sociologia I da USP e de seus herdeiros, enquanto um caso exemplar; pois, ao refletir a respeito de Costa Pinto, como um expoente da nova geração, essa caracterização torna-se, no mínimo, frágil.

nalização, aceitos e difundidos por eles. Tais critérios adquiriram o *status* de novos padrões de produção científica, ao possibilitarem formas de intensificar e agilizar o alcance das obras para os públicos de especialistas e de leigos e, conseqüentemente, por promoverem uma repercussão de maior proporção no campo intelectual e político, seja no país, seja no exterior.

Assim, uma parcela da hegemonia atribuída e autoatribuída aos intelectuais da “nova” geração, na história da institucionalização da Sociologia na América Latina, deveu-se à confluência entre as práticas e os discursos desses atores e as mudanças ocorridas nas condições de trabalho intelectual dentro e fora do Brasil. As décadas de 1950 e 1960 foram propícias a semelhante convergência, pois criaram tanto as demandas para o tipo de pesquisa proposta por tais atores, quanto parte das condições para satisfazê-las, mediante a atuação de várias instituições de fomento – como a Capes, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), etc.

De acordo com Silva (2001) – ao discutir os limites e as possibilidades da Sociologia como uma ciência das políticas públicas no Brasil – e Blanco (2007, 2006), foi a partir da década de 1950 que a problemática do desenvolvimento na América Latina possibilitou uma oportunidade real para transformar as Ciências Sociais em um instrumento para o projeto de modernização dos diferentes países da região.

As Ciências Sociais passaram a fornecer tanto conteúdo intelectual quanto legitimidade acadêmica às insatisfações e aos anseios dos grupos populares dessas sociedades. Portanto, foi o encontro de seu processo de institucionalização com as transformações do padrão internacional de desenvolvimento científico que assegurou a renovação das Ciências Sociais e a emergência de uma nova elite intelectual, da qual fizeram parte os “sociólogos científicos”. Em outras palavras:

[...] a transformação experimentada pelas ciências sociais coincidiu com a campanha ativa e uma forte pressão de uma série de organismos internacionais – a Divisão de Ciências Sociais da União Panamericana, o Departamento de Ciências Sociais da Unesco, o International Social Science Council e agências filantrópicas como Ford e Rockefeller – determinados a difundir o modelo de um sistema intelectual moderno, voltado sobretudo ao desenvolvimento das ciências e da pesquisa empírica, especialmente das ciências sociais. Tratava-se de um programa de modernização do ensino e da pesquisa nas ciências sociais que deveria incluir, fundamentalmente, reformas nos planos de estudo e nos métodos de ensino, projetos de atualização bibliográfica e de unificação do vocabulário, criação de organizações profissionais das distintas disciplinas, e de centros e institutos de pesquisa. A campanha apoiou-se na reivindicação da necessidade de formar especialistas em ciências sociais que fossem capazes de levar a cabo investigações empíricas nas diferentes áreas de problemas enfrentados pelos países em via de desenvolvimento. (Blanco, 2007, p.102)

No que tange à América Latina, Blanco (2007) destacou ainda que a Divisão de Ciências Sociais da União Pan-Americana criou a publicação denominada *Boletín Ciencias Sociales*, e que esta tornou-se um importante veículo de difusão mediante o trabalho de Theo R. Crevenna. O nome desse intelectual, que foi um dos correspondentes presentes no acervo de Azevedo, vinculou-se estreitamente aos novos rumos que as Ciências Sociais passaram a trilhar após o fim da Segunda Guerra Mundial.

O intercâmbio entre Crevenna e Azevedo consistiu em um indicativo de que este último foi um sociólogo que, na década de 1950, continuava a relacionar-se com nomes proeminentes para o desenvolvimento da institucionalização da Sociologia no cenário internacional. As cartas de Crevenna encontram-se permeadas de reconhecimento para com o trabalho de Azevedo.

Uma pista desse reconhecimento pode ser entrevista na correspondência escrita por Crevenna em 1950. Nela, o remetente

comunica a Fernando de Azevedo o recebimento do relatório das atividades do Departamento de Sociologia e Antropologia da USP, referente aos anos 1947-1950, e da separata da *Revista de História* – “A Sociologia na América Latina e, particularmente, no Brasil”,<sup>41</sup> e afirma que tais documentos serão publicados no *Boletín Ciencias Sociales*,<sup>42</sup> em virtude de seu valor científico e histórico para as Ciências Sociais.

Ao realizar um estudo sobre o funcionamento das cadeiras de Sociologia I e II da USP, no período de 1954-1969, Pulici (2004) proporciona uma visão distinta em relação às interpretações suscitadas a respeito de Fernando de Azevedo, seja nos trabalhos de Candido (2006 [1959]) e Costa Pinto & Carneiro (1955), entre outros, seja por intermédio das cartas de seus interlocutores – como Crevenna, supracitado. Além disso, possibilita entender algumas facetas de parte dos intelectuais que compuseram os quadros da “nova” geração de sociólogos uspianos no período.

No texto de Pulici (2004), há sugestões que permitem compreender a convergência entre as mudanças nos padrões de trabalho intelectual – e, desse modo, nos critérios de legitimidade científica<sup>43</sup> vivenciados pela Sociologia, em âmbito nacional e internacional – e o momento de implementação do projeto acadêmico de Florestan Fernandes, ao assumir a cadeira de Sociologia I, em 1954, em substituição a Roger Bastide. De acordo com Pulici (2004),

- 
41. Esse artigo foi inserido na sexta edição do livro de Azevedo em 1954: *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]).
  42. O texto de Azevedo foi publicado no *Boletín Ciencias Sociales*, o que assegura uma pista sobre o prestígio desse intelectual no período. A confirmação dessa publicação pode ser encontrada em carta de Roberto Mac-Lean y Estenós para Azevedo, em janeiro de 1951.
  43. Para uma visão geral das mudanças no processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil a partir da década de 1960, é interessante consultar o trabalho de Werneck Vianna (1994). Compartilha-se apenas parcialmente de sua análise por entender que, em determinadas passagens, esse autor repõe a ideia de uma suposta hierarquia científica no processo de institucionalização – e, conseqüentemente, no tipo de trabalho produzido – vivenciado no Estado de São Paulo em comparação ao do Rio de Janeiro e demais estados.

Florestan Fernandes desenvolveu, junto com seus colaboradores na cadeira I, um programa que, ao abordar “como o sociólogo deveria praticar o seu ofício”, procurou estabelecer algumas diretrizes fundamentais para o processo de institucionalização da Sociologia na USP.

O referido programa caracterizou-se, entre outros aspectos, pela presença de um conjunto de textos-manifesto, nos quais esses intelectuais teriam se posicionado “[...] contra o que eles consideravam um conhecimento ‘livresco’ [...] um projeto de conhecimento puro e desinteressado” (Pulici, 2004, p.47, aspas da autora).

Pulici (2004) sugere que tanto o “conhecimento ‘livresco’” quanto o “projeto de conhecimento puro e desinteressado” foram identificados e avaliados negativamente, pelos atores sociais da cadeira I, como expressões dos valores e dos interesses científicos de Fernando de Azevedo. Além de não problematizar essa ideia, Pulici (2004) não se preocupa em situar o projeto defendido por esse sociólogo no contexto de sua formulação, ou seja, na década de 1930.<sup>44</sup>

Diferente da visão de Pulici (2004), é possível supor que Azevedo, ao apresentar “um projeto de conhecimento puro e desinteressado”, procurou valorizar a Sociologia como ciência em uma conjuntura desfavorável a seu reconhecimento científico, assim como afastá-la da identificação com o socialismo, o que a tornava potencialmente perigosa aos olhos do governo, em particular durante o Estado Novo.

Tratar a Sociologia como um “conhecimento puro e desinteressado” pode ter sido a maneira encontrada por Azevedo para fortalecer a enquanto ciência autônoma, até para difundir-la como disciplina no ensino universitário brasileiro, com o apoio do Estado; e, ao mesmo tempo, para legitimar seu ideal de objetividade e de neutralidade científica, inspirado no trabalho desenvolvido por Émile Durkheim.

---

44. A dimensão de “desinteresse” presente na obra de Azevedo parece ser tanto um recurso semântico quanto político e retórico.

De certo modo, as colocações de Pulici (2004) – sobre a figura intelectual de Azevedo – permitem sugerir sua filiação à interpretação desenvolvida pelos signatários dos textos-manifesto da cadeira I. Essa hipótese parece encontrar fundamento na apropriação que ela realiza de dois artigos escritos por intelectuais que foram membros da cadeira de Sociologia II – a saber, Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiróz; bem como de uma dedicatória, elaborada pelo primeiro – com o objetivo de traçar o perfil de Azevedo.

No texto de autoria de Candido (1994a), escrito para a comemoração do centenário de nascimento de Azevedo, Pulici (2004) afirmou que o autor destacou “[...] a atuação de Fernando de Azevedo como ‘divulgador’ (e não ‘pensador’) da sociologia para os brasileiros [...]” (Pulici, 2004, p.22, aspas da autora).

E, ao voltar sua atenção para a dedicatória realizada por Antonio Candido para Azevedo, na obra *Os parceiros do Rio Bonito*,<sup>45</sup> Pulici (2004) argumentou que, para Candido, “[...] ‘a razão da dedicatória foram a amizade e reconhecimento’, e isso porque Fernando de Azevedo não [era] ainda alguém cujo mérito se constr[uía] exclusivamente pelo desempenho intelectual-acadêmico” (Pulici, 2004, p.22, aspas da autora). É interessante observar que Pulici (2004) não apresentou nenhuma justificativa que lhe possibilitasse atribuir a Antonio Candido essas afirmações a respeito de Azevedo.

Em outra passagem do texto de Pulici (2004), encontra-se uma leitura também peculiar sobre o artigo publicado por Maria Isaura Pereira de Queiróz, em 1994. Um artigo que, assim como o de Antonio Candido, foi escrito para celebrar o centenário de Azevedo. Segundo Pulici (2004):

[...] o texto de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que muito embora o título [seja] “Fernando de Azevedo: o sociólogo”, não fala

45. Uma análise interessante sobre essa obra de Antonio Candido e sua sociologia pode ser encontrada no trabalho de Jackson (2002).

de sua obra sociológica, mas acompanha o percurso do educador em sua ação em prol das reformas do ensino, paralelamente ao papel de revelador da sociologia e da sociologia educacional no Brasil. (Pulici, 2004, p.21-2, aspas da autora)

Ao afirmar que o texto de Maria Isaura Pereira de Queiróz acompanhou somente o percurso de Azevedo como educador, Pulici (2004) realiza uma abordagem unilateral de seus argumentos, uma vez que Queiróz também se empenha em destacar seu percurso como sociólogo:

[...] sua ação no sentido de ampliar as possibilidades de investigações sociológicas, fundando ou dando apoio à fundação de centro especificamente de pesquisa; sua tentativa de reunir os cientistas sociais numa sociedade em que assuntos de seus interesses pudessem ser discutidos e suas reivindicações fossem levantadas [...] foram [algumas das] atividades que difundiram e ampliaram o âmbito da ciência pela qual lutou, concorrendo de maneira extraordinária para firmá-la como essencial para se alcançar o conhecimento na sociedade nacional. (Queiróz, 1994, p.66)

Essas provocações ao texto de Pulici (2004) não visam desqualificá-lo, mas salientar que essa intérprete não se questiona a respeito dos critérios adotados para qualificar o processo de institucionalização e o legado de Azevedo, em particular no interior da USP.

Por outro lado, a análise de Pulici (2004) permite lançar luz sobre o papel dos intelectuais da cadeira I para a institucionalização da Sociologia em São Paulo e, guardando as devidas proporções, no Brasil. Esses intelectuais foram, reconhecidamente, atores sociais importantes na proposição e na execução de uma nova agenda científica, contribuindo, inclusive, para legitimar “[...] a ligação entre a sociologia e os processos contemporâneos de transformação social [...]” (Pulici, 2004, p.47).

No entanto, diversamente dos representantes da cadeira I<sup>46</sup> – composta por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi, entre outros –, o grupo representado por Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiróz, Ruy Galvão, Azis Simão, etc., que pertenceu à cadeira II, junto a qual Azevedo teve influência até a década de 1960, não elaborou textos-manifesto; tampouco parece ter tornado sua prática científica e pedagógica uma batalha para assegurar uma suposta legitimidade sobre “como o sociólogo deveria realizar seu ofício”, algo que foi cultivado pelos intelectuais da cadeira I.

Ao analisar a atuação de Florestan Fernandes e de seus colaboradores, Pulici (2004) evidencia que parte da legitimidade desses intelectuais consistiu na consolidação de uma prática sociológica distinta; na construção de um novo vocabulário normativo, assim como na elaboração de um discurso retórico, no contexto das disputas viscerais na FFCL/USP, no período de 1954 até 1969. Nesse sentido, a agenda temática e as abordagens desenvolvidas por esses sociólogos representaram importantes diferenças de conteúdo em relação às produções dos participantes da cadeira II.

Os atores dessa cadeira teriam participado no intramuros da USP de uma contenda que foi amplamente alardeada extramuros pelos representantes da cadeira I. Tal litígio, apesar de não ter resultado em vencidos e vencedores, parece ter contribuído para propiciar uma visibilidade científica e política maior às pesquisas realizadas pelos membros da cadeira I. Uma visibilidade que também foi resultado dos esforços dedicados à construção e à consolidação de um novo léxico científico.

Para além das diferenças e das disputas, o trabalho desenvolvido na USP pelos intelectuais de ambas as cadeiras foi fundamental para que parte da Sociologia em São Paulo estivesse,

---

46. Este grupo e o da cadeira II não eram homogêneos, isto é, comportavam intelectuais de origem social, econômica, cultural e étnica variada assim como faixas etárias distintas, etc.

nos anos de 1960, em um patamar distinto do encontrado em alguns países europeus.<sup>47</sup> As ações desses grupos foram marcadas por uma busca incessante para avançar na institucionalização dessa disciplina.

Entretanto, no que se refere a alguns integrantes da cadeira I – e, particularmente, a alguns de seus herdeiros, após a década de 1970 –, suas atuações parecem ter se voltado também para ressignificar, de diferentes maneiras, o que havia sido realizado anteriormente no campo sociológico brasileiro. Para isso, eles auxiliaram na elaboração de uma abordagem institucional que, ao ser constantemente mobilizada e atualizada por diferentes atores, cria ecos, ao longo do tempo e do espaço, e segue funcionando como uma “moderna tradição”, que se caracteriza por hierarquizar os produtos e os produtores culturais brasileiros, desestimulando os cientistas sociais a revisitarem as interpretações que não passaram por uma valorização da dimensão institucional.

---

47. Uma pista sobre essa questão pode ser encontrada na carta de Maria de Isaura de Queiróz para Azevedo em março de 1952. Nela, a remetente comentou a situação da Sociologia na França, destacando que até aquele período havia uma ligação estreita de dependência dessa área para com a Filosofia e a Moral; o que era possível de ser percebido, segundo Queiróz, pela inexistência de um diploma em Sociologia. Essa impressão, apontou Queiróz, teria sido confirmada por ela em conversa com o prof. Gurvitch. Queiróz relatou ainda que alguns colegas franceses se surpreenderam ao saber, por seu intermédio, a respeito da existência de uma Seção de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da USP. Para eles, isso era visto como uma largueza de visão de quem organizou o ensino da matéria entre os brasileiros, ou seja, de sociólogos como Fernando de Azevedo. No livro de Blanco (2006), encontra-se um apontamento que converge com esse quadro apontado por Queiróz. Segundo Blanco (2006), antes da década de 1960, a cátedra de Sociologia em países como Alemanha, Inglaterra, França, etc. ainda não havia sido integrada de forma plena ao sistema universitário. Diante do exposto, a situação das cátedras de Sociologia na USP se coloca com uma exceção no universo intelectual das academias consideradas nesse período.

## Perfil intelectual revisitado: diálogos e problematizações

*[Fernando de Azevedo,] homem de pensamento e de ação, compreendeu, bem cedo, a força das antinomias que se interpõem entre o projeto e a realidade, entre o modelo e a ordem surpreendente dos fatos, passando a exigir de si mesmo e de seus colaboradores fidelidade e dedicação de todas as horas. [...] [A] ambivalência de seu ser pessoal gera-lhe perplexidades no plano teórico, e lhe sugere conciliações só compreensíveis na esfera da práxis.*

Miguel Reale, *Figuras da inteligência brasileira* (1994 [1984], p.114)

As críticas feitas à interpretação de Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979) voltada para o tema da institucionalização da Sociologia no Brasil não desqualificam seus textos nem eximem os estudiosos de dialogar com suas categorias e análises – em particular com aquelas presentes na obra *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* (1979) – para classificar a geração de Fernando de Azevedo e o trabalho intelectual por ela desenvolvido. As formulações presentes neste livro asseguram diferentes ângulos para visitar a trajetória e a obra desse sociólogo. Logo, “primos pobres”, “funcionário-escritor”, “escritor-funcionário”, “administradores da cultura”, “educadores profissionais” e “cooptação” fornecem elementos que podem contribuir na elaboração de um retrato possível de Fernando de Azevedo.

Ao interpelar o registro autobiográfico de Azevedo, intitulado *História de minha vida* (1971b), Miceli (1979) afirmou que, apesar de escrito por um intelectual consagrado em vida, simbolizou uma “[...] baixa na cotação de seu prestígio ou de sua autoridade ‘espiri-

tual' ” (Miceli, 1979, p.xxv, aspas do autor). Ao avaliar o livro como uma perda da autoridade intelectual de Azevedo, Miceli parece ter se afastado dos limites seguros da verificação e realizado um pré-julgamento da obra, no qual esta se tornou uma espécie de discurso de um “vencido”. Assim, sem atentar, às vezes, para o perigo da contaminação hermenêutica, a qual resulta em “misturar desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação”, nos termos apontados por Candido (1979, p.xi), Miceli (1979) parece ter tecido uma análise peculiar sobre o perfil de Azevedo.

A primeira categoria mobilizada para construir tal perfil foi a de “primos pobres”. Nela, Miceli (1979) envolveu um conjunto de intelectuais que, em virtude do declínio social de que suas famílias foram vítimas, se encontravam afastados tanto espacial quanto socialmente “[...] da fração política e intelectual da classe dirigente a que pertenciam seus contemporâneos [...]” (Miceli, 1979, p.27). Acrescenta-se a essa característica o fato de esses intelectuais terem crescido e se educado em cidades do interior; de serem portadores de estigmas e *handicaps* (tremores nas mãos, passagens por internatos, etc.), e de encontrarem fechadas as portas da carreira militar.<sup>48</sup>

Ao acompanhar os delineamentos dessa categoria – nos termos anteriormente – e flertar com a biografia de Azevedo torna-se possível entrever algumas das razões que motivaram Miceli (1979) a classificá-lo como “primo pobre”. Nascido em São Gonçalo do Sapucaí, no interior de Minas Gerais em 1894, Fernando de Azevedo foi educado a maior parte de sua vida escolar em internatos jesuítas – isso ocorreu até mesmo quando seus pais se tornaram desprovidos das condições para assegurar suas despesas nessas instituições. Foi um jovem, como o próprio Azevedo rememorou inúmeras vezes, “de constituição franzina”. Isso, somado ao fato de encontrar-se socialmente distante das frações das elites dirigentes nas duas pri-

---

48. Talvez esse distanciamento dos quadros das elites econômicas tenha influenciado Fernando de Azevedo a defender a noção de mérito e valorizar o capital cultural dos atores sociais que deveriam conduzir os rumos políticos do país.

meiras décadas de sua vida, contribuiu para fechar-lhe as portas da carreira militar – diplomacia ou marinha – para a qual acreditava possuir os requisitos intelectuais necessários, conforme relata em seu livro *História de minha vida* (1971b).

A proximidade ou o afastamento de alguns intelectuais em relação ao Estado e às elites dirigentes – nas décadas de 1920, 1930 e 1940 – instigou Miceli (1979) a trabalhar com as categorias de “funcionário-escritor”, “escritor-funcionário” e “administradores da cultura”.

Contrariamente à visão desse intérprete, a última categoria parece ser útil para abordar parte da trajetória intelectual de Azevedo, na medida em que permite entender algumas das condições em que este pôde fazer valer “seu cabedal de saber especializado”. Aliás, uma dessas oportunidades pode ser vislumbrada ao Azevedo ocupar a função de consultor técnico do IBGE, na temática da cultura.

As cartas de intelectuais ibgeanos – como M. A. Teixeira de Freitas (1938, 1940, 1951, 1952, 1955), José Carneiro Fellipe (1939 a 1943), Rafael Xavier (1942, 1949) e Germano Jardim (1950) – para Azevedo proporcionam alguns indícios a respeito da relação deste com o Instituto. Algumas pistas – inclusive, envolvendo a relação de amizade entre M. A. Teixeira de Freitas e Azevedo – também podem ser encontradas nas obras deste: *História de minha vida* (1971b) e *Figuras de meu convívio* (1960c). Na correspondência que M. A. Teixeira de Freitas escreveu para Azevedo, em 1938, ele discorreu sobre o IBGE como o “nosso” instituto, invocando a ideia segundo a qual essa instituição seria a efetivação de um projeto compartilhado por ambos.<sup>49</sup>

Ao atuar na função de consultor técnico, Azevedo pôde sistematizar e difundir uma leitura sobre a própria história do Brasil, para dentro e para fora do referido instituto, utilizando a categoria

---

49. Fernando de Azevedo (1960c) dedicou para Teixeira de Freitas um artigo intitulado “Idealismo e espírito público”, no qual parece ter sintetizado sua visão a respeito desse intelectual.

“cultura brasileira” e, assim, colaborar para influenciar as análises a respeito da caracterização da população, privilegiando, analiticamente, a perspectiva de conciliação, conforme apontei em trabalho publicado em 2008 (Nascimento, 2008). Vale ressaltar que os dirigentes do IBGE se orientavam pela seguinte recomendação para a seleção dos consultores técnicos do instituto: “[...] deverão ser cidadãos de notável cultura e de reconhecida especialização na seção técnica que lhes for atribuída” (Seção, 1937, p.59).

Diante do exposto, ser um consultor envolvia legitimidade, reconhecimento e autoridade no campo de atuação, o que proporcionou a Azevedo um lugar de destaque na esfera da cultura. Entretanto, o fato de ter sido portador dessa distinção, de ser reconhecido por sua obra como escritor – conforme atesta a repercussão de seu livro *A cultura brasileira* (1971a [1943]) – nos termos apontados por Toledo (1995) –, ou, ainda, de ter atuado na estruturação do campo cultural brasileiro por meio do cargo de diretor de três importantes coleções científicas na Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), nas décadas de 1930 e de 1940, etc., parece não ter consistido em um conjunto de argumentos suficientes para que Miceli (1979) o incluísse em seu panteão dos “administradores da cultura” no Brasil.

As categorias de “administradores da cultura”, “escritor-funcionário” e “funcionário-escritor” foram empregadas por Miceli (1979) para pensar a relação entre os intelectuais, o Estado e as elites dirigentes no período de 1920 até 1940. Nesse contexto, se faz necessário diferir o “escritor-funcionário” do “funcionário-escritor”. É o próprio Miceli (1979) que fornece uma diretriz para essa distinção ao afirmar que, “[...] [e]nquanto os primeiros se transferiram para o Rio de Janeiro a chamado dos chefes políticos do novo regime, os outros eram migrantes sequiosos de encontrar um lugar ao sol [...]” (Miceli, 1979, p.178).

Ao considerar que Azevedo foi convidado a ocupar, em diferentes épocas, postos na administração pública brasileira, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, é aceitável incluir seu nome

entre os “escritores-funcionários”. Entre suas experiências na vida pública destaca-se – a partir da análise construída por Piletti (1994a) – seu trabalho como diretor da Instrução Pública no Distrito Federal. No Rio de Janeiro, Azevedo realizou uma importante reforma na área educacional, no período de 1927 a 1930, a convite do prefeito Antonio Prado Júnior e por indicação do presidente da República Washington Luís.

Segundo Piletti (1994a), ao ocupar o referido cargo, Azevedo pôde executar – não sem embates – o que considerava fundamental em sua política educacional para o Distrito Federal. No entanto, algo diferente parece ter incidido no Estado de São Paulo em duas outras experiências: a primeira, quando Azevedo foi secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo, em 1947. E, a segunda, ao tornar-se secretário de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, em 1961; em ambos os cargos, Azevedo demitiu-se nos primeiros meses de mandato.

Para entender sua conduta é importante recorrer mais uma vez a Candido (1994a). Segundo esse autor, Azevedo sempre trabalhou em prol dos interesses públicos exigindo autonomia intelectual e política. Na ausência desta – sublinha Candido (1994a) –, Azevedo não hesitava, como de fato não hesitou, em abdicar dos cargos, mesmo que estes lhe proporcionassem consideráveis ganhos pessoais.

As dissensões entre a Igreja Católica e o Estado contribuíram para elucidar parte dos princípios orientadores das trajetórias dos intelectuais classificados como “educadores profissionais”.<sup>50</sup> Essa categoria foi forjada e mobilizada por Miceli (1979) com o intuito de qualificar os intelectuais que foram convocados pelo governo, a partir da competência e do saber na sua área de atuação, e que, por ocuparem postos estratégicos, foram capazes de encaminhar as reformas institucionais de acordo com seus pontos de vista.

---

50. Outro aspecto curioso da utilização dessa categoria por Miceli (1979) foi a junção, no mesmo subcapítulo, com os atores sociais classificados por ele como “pensadores autoritários”.

Nesse contexto, pode-se entender a relevância desses atores sociais para a “[...] ordenação jurídico-institucional e [para a] sustentação do pacto de forças então vigente” (Miceli, 1979, p.165) no país. Foram incontestavelmente expoentes do grupo de “educadores profissionais”: Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Mário Casassanta, Antonio Carneiro Leão, entre outros. Essa classificação de Miceli (1979) sobre Azevedo foi reiterada no texto de Gandini (1995). Autora responsável por destacar que Fernando de Azevedo e Lourenço Filho foram convocados pelo Estado devido às suas competências – inclusive, técnica – para colaborar com a obra de modernização institucional empreendida no país sob a égide do governo.

Ainda no contexto da década de 1920, as reformas educacionais empreendidas por Azevedo e Lourenço Filho se caracterizaram por um significativo viés técnico e parecem ter auxiliado no delineamento do que seria o sistema nacional de ensino no Brasil. Esses intelectuais – ao participarem do movimento da Escola Nova<sup>51</sup> e promoverem mudanças na estrutura legal e administrativa dos estados do Ceará (1922-1923) e do Rio de Janeiro (1927-1930), respectivamente – se credenciaram como teóricos e técnicos da educação; e, no que se refere a Azevedo, como político da educação. Portanto, tais atores podem ser reconhecidos como representantes de uma *intelligentsia* capaz de projetar, executar, conduzir e explicar as transformações necessárias para a criação e a organização das instituições educacionais, culturais e científicas no país (Martins, 1987).

Foi nesse universo social, e por intermédio desses e de outros intelectuais, que o princípio da organização – caro ao pensamento de Alberto Torres – tornou-se uma forma de ação para orientar as mudanças sociais no país, a partir dos anos 1920. Assim, é possível apontar que a *intelligentsia* – que se constituiu no Brasil nesse período – compreendeu um conjunto de atores sociais que “[...] valoriz[ou] o

---

51. Sobre a Escola Nova ver: Rocha (2002), Nagle (2001), Boto (1990) e, principalmente, Cunha (2001, 2000, 1999, 1995).

que [era] brasileiro, desesper[ou]-se pelo ‘atraso’ cultural do país, interrog[ou]-se sobre as estruturas da sociedade, procur[ou] sua identidade social e tent[ou] estabelecer uma ponte entre a modernidade e a modernização do país. [...] [Ou seja, um conjunto de atores que] clam[ou] por reformas sociais [...]” (Martins, 1987, p.85).

Tanto as formas de intervenção política dos intelectuais quanto as relações que estes estabeleceram com o Estado tornaram-se objeto de reflexão de Miceli (1979); nesta última, a relação de cooperação entre os intelectuais e o Estado possui um limite tênue entre contribuir com e ser cooptado por. Por conseguinte, para esse autor, entre as características dos intelectuais cooptados encontravam-se, de um lado, a promoção de “álibis nacionalistas” para sua produção e, de outro, a tendência de se colocarem em evidência como gestores do “espólio cultural da nação”. Desse modo, esses intelectuais se destacavam por sua atuação para a “[...] conservação, difusão e manipulação dessa herança, aferrando-se à celebração de autores e obras que p[udessem] ser de alguma utilidade para o êxito dessa empreitada” (Miceli, 1979, p.159). Foi

[...] nesse contexto, sem dúvida, que tomou corpo a concepção de “cultura brasileira” sob cuja chancela, desde então, se constituiu uma rede de instâncias de produção, distribuição e consagração de bens simbólicos, às custas das dotações oficiais. [...] [F]oi esse o momento chave na definição da autoridade de que se reveste o mandato daqueles incumbidos de gerir a política cultural do regime. (Miceli, 1979, p.159, aspas do autor)

Se, por um lado, é possível considerar que a interpretação de Miceli (1979) – sobre o conceito de “cooptação” e sua relação com a noção de cultura brasileira<sup>52</sup> – possui valor heurístico para caracte-

---

52. A compreensão de Miceli (1979) sobre a categoria cultura brasileira parece dialogar diretamente com a leitura realizada por Mota (2002 [1977]). Semelhante leitura remonta a uma avaliação dos aspectos ideológicos que teriam orientado autores como Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo – à guisa de exemplo – no processo de artesanania e de difusão dessa categoria. A interpre-

rizar parte da intelectualidade que se apoiou na dimensão nacionalista de suas obras como uma estratégia para obter o “timbre do oficialismo”, por outro, essa análise parece ser insatisfatória para explicar a atuação de Fernando de Azevedo junto ao Estado, mormente a publicação de sua obra *A cultura brasileira* (1971a [1943]) – editada com o patrocínio governamental.

No trabalho de Toledo (1995) – que versa, entre outros aspectos, sobre a situação de produção da obra *A cultura brasileira* (1971a [1943]) – há argumentos interessantes a respeito das razões que impulsionaram a realização desse livro, assim como dos caminhos que seu autor trilhou nesse processo. A perspectiva de cooptação – sugerida por Miceli (1979) – não se coloca no horizonte analítico de Toledo, ao tratar da aproximação entre Azevedo e o Estado.

De acordo com essa intérprete, a relação entre Azevedo e o Estado, no final da década de 1930, caracterizou-se por uma hostilidade polida, da parte do primeiro, e declarada, do segundo. A hostilidade governamental materializou-se na extinção do Instituto de Educação (Ieusp) em 1938 – criado e dirigido por Azevedo, desde 1933 – e na tentativa de sua aposentadoria compulsória em 1938. Segundo Toledo (1995, p.90-1), o político à frente dessas – e de outras – ofensivas contra o trabalho de Azevedo e a USP, de modo geral, era o interventor de São Paulo, Ademar Pereira de Barros.

Se o governo do Estado de São Paulo<sup>53</sup> era pouco amistoso em relação a Fernando de Azevedo, o mesmo não ocorria na esfera

---

tação de Mota (2002 [1977]), ao remeter-se à dimensão ideológica da cultura brasileira na obra de Azevedo, parece insuficiente para considerar como pouco rigorosa a perspectiva analítica da conciliação adotada por esse autor, bem como para afirmar como única abordagem científica válida a perspectiva do conflito.

53. No acervo de Azevedo encontra-se uma correspondência, escrita em setembro de 1938, na qual M. A. Teixeira de Freitas aparece como o mediador da situação que envolveu a ameaça de aposentadoria compulsória de Fernando de Azevedo assim como de Almeida Júnior e de Milton da Silva Camargo Rodrigues – todos professores do Instituto de Educação (Ieusp) – pelo

federal. Nesta, prevaleceram espaços para negociação, apesar da influência católica junto ao ministro Gustavo Capanema. Um desses espaços parece ter sido explorado por M. A. Teixeira de Freitas ao intermediar a relação entre Azevedo e o governo no processo de realização do livro *A cultura brasileira* (1971a [1943]). Dessa forma, a atuação de M. A. Teixeira de Freitas colaborou para que essa obra recebesse o “timbre do oficialismo” e se tornasse a introdução do primeiro recenseamento nacional, realizado pelo IBGE, em 1940.

Entretanto, o fato de Azevedo ter aceitado escrever tal obra como introdução

[...] do Censo de 1940 não significou, necessariamente, como querem seus leitores, a adesão ao Estado Novo, mas a oportunidade de construir uma história da educação brasileira e de sua atuação que se sobrepunha a outras interpretações, transformando sua obra em “marco de referência” e em “ponto de partida para uma verdadeira escola de investigação” e, ao mesmo tempo, de usar as próprias condições do lugar de produção da obra – introdução do censo – como uma estratégia que possibilitou a si e ao seu grupo [os reformadores da educação] de serem apreendidos de uma determinada maneira, constituindo e perpetuando as suas identidades, assim como a de seus opositores. (Toledo, 1995, p.92, aspas da autora)

Diante do exposto, nesse caso, Azevedo teria atuado – para mobilizar uma expressão de Candido (1994a) ao traçar seu perfil – como um “oportunistamente desinteressado”, ou seja, como um sociólogo “[...] disposto a pôr no primeiro plano as possibilidades de realizar os projetos que lhe pareciam essenciais” (Candido, 1994a, p.16).

---

interventor do Estado de São Paulo em 1938. M. A. Teixeira de Freitas recorreu ao general Francisco José Pinto para auxiliar na reversão desse quadro. Este último obteve êxito em tal propósito.

As ponderações de Candido (1994a) e de Toledo (1995), a respeito do senso de oportunidade de Azevedo, encontram-se contempladas em um artigo que publiquei a respeito dos intelectuais ibgeanos, entre eles, Fernando de Azevedo (Nascimento, 2008). Nesse texto, destacou-se o papel dessa parcela da intelectualidade para a construção da nação brasileira a partir da década de 1930, e, nesse sentido, a cooperação de Azevedo com o Estado, inclusive com o Novo, ao reconhecer a convergência entre os seus ideais – modernizadores e nacionalistas – e os do Estado.

Semelhante análise também encontra respaldo na interpretação de Lahuerta (1997) sobre as relações entre intelectuais e Estado no processo de modernização do Brasil. Para esse autor, o Estado Novo, mesmo apresentando uma

[...] face repressiva, oferecia à massa de intelectuais um horizonte para a satisfação de suas exigências gerais, inclusive as éticas, acolhendo-os e procurando dar sentido à sua atividade, engajando-os na construção de um Estado ético, modernizador, que se pretendia a própria encarnação da nação. (Lahuerta, 1997, p.105-6)

Ou seja, o Estado Novo significou “[...] *o coroamento de um ideal de modernização e de uma demanda de unificação – cultural, política, etc. – que, forte já antes, se radicaliz[ou]*” (Lahuerta, 1997, p.105, grifo do autor) durante os anos de 1930. Com essas considerações, Lahuerta (1997) procurou enfatizar que não houve uma cooptação, nos termos de Miceli (1979), mas uma “conquista” do Estado por parte dos intelectuais, objetivando a formação de um novo bloco de poder. Neste sentido, o governo teria atraído Azevedo e outros ao acenar-lhes com a possibilidade de participação no processo de construção da nação.

Algumas dimensões das análises da obra de Miceli (1979) sobre a geração de Fernando de Azevedo ou sobre o próprio Azevedo não se vinculam à mobilização das categorias tratadas até então, mas parecem dialogar diretamente com a concepção desse autor sobre a institucionalização da Sociologia no Brasil. Partindo

dessa hipótese, é importante aferir alguns de seus limites e possibilidades, particularmente no contexto de criação da USP.

O trabalho de Azevedo – como professor e crítico literário, na década de 1920 –, somado a sua atuação no Inquérito sobre a Educação Pública em São Paulo, realizado em 1926,<sup>54</sup> colaborou para que ele se tornasse, ao lado de Júlio de Mesquita Filho,<sup>55</sup> um dos principais portadores do diagnóstico da situação cultural e educacional de São Paulo, e, em certa medida, do país. E, mais, um dos mentores, articuladores e difusores do projeto de criação de uma universidade nesse estado (Limongi, 1989; Souza, 1983). No que tange ao referido projeto, os textos de Souza (1983) e de Cardoso (1982) convergiram no apontamento segundo o qual, para Fernando de Azevedo, não havia “[...] conflito entre o ideal da formação das elites e os ideais democráticos, pois educação popular e preparo das elites seriam duas faces de um único problema, o da formação da cultura nacional” (Cardoso, 1982, p.30).

É em torno do diagnóstico sobre a necessidade de preparo das elites que Azevedo pode ser aproximado de Mesquita Filho.<sup>56</sup> Este colaborou para abrir-lhe as portas ao convívio com alguns expoentes das elites intelectuais e dirigentes do país.<sup>57</sup> Portanto, além de amigos, esses atores foram parceiros na criação da USP e em outros empreendimentos culturais e educacionais no país (Souza, 1983; Cardoso, 1982).<sup>58</sup>

---

54. O inquérito encontra-se publicado no livro *Educação na encruzilhada* (1960b [1937]) e teve grande repercussão no meio intelectual brasileiro nas décadas de 1920 e 1930. Essa pesquisa foi encomendada pelo jornal de Júlio de Mesquita Filho a Azevedo.

55. Após a publicação de sua obra *A crise nacional*, em 1925.

56. Mesquita Filho e Azevedo foram amigos, desde os anos 1920 até a década de 1960, quando o primeiro faleceu. Uma amizade que não foi desprovida de conflitos, conforme salientou Fernandes (1994).

57. Nos trabalhos de Azevedo: *História de minha vida* (1971b), *Figuras de meu convívio* (1960c) e *Velha e nova política* (1943 [1942]) encontram-se relatos sobre sua amizade e parceria com Mesquita Filho, a quem considerou, entre as figuras com quem conviveu, como “pioneiro de uma política da cultura”.

58. Um contraponto sobre os vínculos de amizade entre esses atores é encontrado no trabalho de Schwartzman (1979).

Ao abordar a constituição da comunidade científica no país, Schwartzman (1979) contemplou a perspectiva institucional e voltou seu olhar para a história de fundação da USP. Nesse processo, destacou a atuação de Paulo Duarte como o responsável por indicar o nome de Fernando de Azevedo para compor a comissão de organização dessa universidade, em 1934, pois Mesquita Filho teria ficado insatisfeito com tal proposta.

A partir desse apontamento, e de outros no decorrer do livro, Schwartzman (1979) sugeriu um deslocamento da importância de Azevedo como parceiro de Mesquita Filho no projeto e, de modo geral, na organização e na consolidação da USP. Uma pista desse menosprezo pode ser observada na seguinte passagem: “[...] o verdadeiro trabalho de estruturação da Universidade e as decisões cruciais ficaram exclusivamente nas mãos de três pessoas: Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira e Paulo Duarte [...]” (Schwartzman, 1979, p.201).

A abordagem institucional de Schwartzman (1979), ao contemplar um recorte e uma perspectiva que privilegiou somente as iniciativas que tiveram longa duração, de certo modo desconsiderava a relevância que a totalidade das ações empreendidas – com o intuito de organizar uma instituição – lega, seja para a cultura organizacional, seja para a produção intelectual. Semelhante abordagem acaba por dificultar, em última instância, conhecer a complexidade da história da formação da comunidade científica uspiana, e, nesse caminho, as contribuições de Azevedo. Até porque seu legado, no processo de criação da USP, foi marcado por um duplo empenho: primeiro, para que a formação de professores do ensino secundário ocupasse um lugar de destaque ao lado da formação das elites. Segundo, para que o ensino secundário fosse reconhecido como um importante lócus para a renovação no quadro das elites dirigentes do país.

Tais ideias denotam coincidências entre as posições de Azevedo sobre a universidade e aquelas defendidas pelos professores franceses Georges Dumas e Paul Fauconnet quando estiveram no Brasil, nos anos 1920. A influência desses professores na obra de Azevedo e na de outros “pioneiros da educação nova” pode ser per-

cebida nas reformas educacionais implantadas por esses atores. Sobre isso, afirmou Bomeny (2001) que:

[...] Da França, os pioneiros retiveram a convicção de que era preciso criar um sistema nacional de educação sob a liderança e condução do Estado. Dos Estados Unidos, mantiveram o exemplo da extensão democrática com a propagação de uma escola pública, laica e gratuita. Mantiveram também a crença de que pela ciência se construiria educação de qualidade. (Bomeny, 2001, p.45)

A defesa de um sistema nacional de ensino público, gratuito e laico, acrescida da preocupação com a formação dos professores do ensino secundário e com a difusão da cultura para os diferentes grupos que compunham a sociedade brasileira – independentemente de suas características econômicas, sociais, étnicas, etc. – possibilitou a Azevedo ser caracterizado como um expoente dos ideais democráticos e liberais no país. No entanto, sob inspiração do texto de Souza (1983), é válido destacar que Azevedo procurou realizar uma interpretação dos conceitos de elite e de democracia que lhe permitisse uma maneira de articular e justificar seu trabalho ao lado de atores como Júlio Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira. Atores que, não obstante preconizassem um ensino superior voltado exclusivamente para a formação das elites, possuíam condições objetivas de efetivar, ao menos em parte, seus projetos intelectuais e políticos na conjuntura dos anos 1930.

Nesse cenário, o conceito de elite<sup>59</sup> passou a significar para Azevedo um grupo aberto “[...] e acessível que se renova[va] constantemente, pelo mecanismo das circulações das elites, com elementos vindos das diferentes camadas sociais, devidamente preparados pela educação” (Souza, 1983, p.114-5). Ao passo que o de democracia afirmou a ideia de representação e defendeu que o governo

---

59. Para Azevedo, segundo Lima (1999), elite e classe seriam categorias sociais distintas, pois, enquanto elite implicava uma minoria constituída de seleção, por mérito pessoal, a classe correspondia às disparidades ligadas às condições de vida, fortuna, etc.

fosse constituído por elementos do povo, os quais seriam selecionados por seus méritos e preparados pela educação.<sup>60</sup>

É possível apontar que a presença de Azevedo ao lado de Mesquita Filho e de Salles Oliveira – em particular no projeto da USP – significou que eles comungavam do mesmo “espírito” de reformas que atingia a muitos do seu tempo; porém, isso não nos autoriza a afirmar que Azevedo compartilhava integralmente da visão desses dois atores sobre a educação – ou a respeito da universidade. O referido “espírito”, longe de ser uma manifestação desencarnada e abstrata, compreendeu um sintoma dos dilemas que a perspectiva de transição da sociedade impunha a esses homens. Uma perspectiva marcada, sobretudo, pela modernização conservadora (Werneck Vianna, 2004; Lahuerta, 1997).

Fernando de Azevedo, Salles Oliveira e Mesquita Filho foram alguns dos representantes das elites intelectuais atuantes na Primeira e na Segunda República, que Cardoso (1982) identificou através da categoria “comunhão paulista”. Essa autora propôs uma interpretação sobre a história de criação da USP na qual essa instituição passou a ser denominada como a “universidade da comunhão paulista”. O diálogo com essa intérprete se justificou devido ao fato de seu trabalho contribuir para atualizar parte das análises que problematizamos a respeito da institucionalização da Sociologia e de Azevedo.

Ao acompanhar a definição de Cardoso (1982) sobre a “comunhão paulista” nota-se que seus representantes são elementos com visão política, que se identificam com a cultura, com a história e com o desenvolvimento – econômico e moral – de parte das elites paulistas, e reivindicam a legitimidade do Estado de São Paulo na condução dos rumos do país.

---

60. Souza (1983) chama a atenção para a influência da obra de Vilfredo Pareto e seu conceito de circulação das elites no pensamento de Fernando de Azevedo. O artigo de Queiróz (1994) também destaca a presença de Pareto nas reflexões desse intelectual. Contudo, vale ressaltar que Azevedo realizou uma adaptação do conceito de Pareto para que o mesmo se tornasse operacional, ao tratar a realidade social do Brasil.

Em seu caminho argumentativo, Cardoso (1982) recupera as reflexões de Capelato & Prado (1980) sobre os intelectuais que pertenceram ao quadro do jornal *O Estado de S. Paulo*; bem como a respeito daqueles que foram seus colaboradores ou apenas simpatizantes de sua ação cultural e política no país. Cardoso (1982) qualifica os atores que pertenceram ao quadro do jornal como representantes do “núcleo da comunhão”, e exclui o nome de Fernando de Azevedo afirmando que este

[...] não seria tipicamente um elemento do núcleo, dada a sua participação autônoma em outros empreendimentos desvinculados dos do “grupo”. Seria, mais, um intelectual incorporado, porém com um lugar de muito destaque por causa de suas ligações de amizade pessoal com Júlio de Mesquita Filho e de sua participação relevante na condução da “campanha da Universidade”. (Cardoso, 1982, p.43-4, aspas da autora)

A concepção de uma sociedade estratificada cujo destino é coordenado de cima para baixo – utilizando-se do autoritarismo como um instrumento para a modernização – é mobilizada por alguns intérpretes do pensamento social no Brasil para explicar certas facetas do elitismo e do autoritarismo que compreendem existir nas obras teóricas e práticas de alguns intelectuais liberais, como Azevedo. Algumas passagens do trabalho de Cardoso (1982) parecem dialogar com essa concepção. Um exemplo disso encontra-se em sua afirmação de que, nos primeiros tempos da implantação da USP, “[...] os liberais postaram-se contra a liberdade de pensamento e expressão, apontando para a necessidade de fiscalizar o que se ensinava nas universidades e escolas secundárias, o que publicavam os jornais e o que se editava em livros e revistas” (Cardoso, 1982, p.18).

Ao utilizar o termo “liberais”, sem defini-lo, Cardoso (1982) torna sua análise fugidia, pois permite aproximar, em um único grupo, intelectuais de diferentes perfis e trajetórias como foram Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, Antonio Ferreira de Almeida Júnior, Armando de Salles Oliveira, entre outros. Ou

seja, com esse procedimento, a autora parece ter dissolvido a singularidade desses indivíduos na referida categoria. Supõe-se que isso tenha incidido, à guisa de exemplo, nas entrelinhas de sua análise sobre Júlio de Mesquita Filho. Nesta, Mesquita Filho é apresentado como um “liberal autoritário”, na medida em que teria contribuído para desencadear a saída de Claude Lévi-Strauss do corpo docente da USP por razões ideológicas.<sup>61</sup>

É preciso estabelecer uma abordagem distinta da realizada por Cardoso (1982) – a respeito de Mesquita Filho e de Azevedo – pelo fato de entendermos ser preciso elaborar uma crítica dos atores e das obras, sem, contudo, rotulá-los *a priori*. Semelhante postura decorre da necessidade de compreender tais intelectuais e não de julgá-los.

Com essa preocupação, é possível sugerir que as diferenças entre os perfis de Mesquita Filho e de Azevedo teriam colaborado para as distintas relações que eles construíram, por exemplo, com Claude Lévi-Strauss. No que tange a Azevedo, observa-se, a partir das correspondências presentes no seu acervo, que ele manteve contato com Lévi-Strauss após o episódio de seu afastamento da USP em 1938. Azevedo até o convidou para ser seu colaborador “informal” nos processos de provimento de cargos para as diferentes cadeiras na FFCL durante o ano de 1942, período no qual foi diretor dessa faculdade.

Outra pista que favorece nossa interpretação sobre as relações cordiais entre Azevedo e Lévi-Strauss é propiciada pela carta que o primeiro escreveu a Roger Bastide, em dezembro de 1969. Nela,

---

61. Cardoso (1982) expõe que houve a imposição no interior da Universidade de São Paulo de uma concepção autoritária e repressiva para que a mesma cumprisse a missão que lhe foi atribuída pela comunhão. Semelhante concepção pôde ser percebida, nos dizeres de Cardoso (1982), em entrevista realizada por ela com Roger Bastide, em 1973. Este, ao mencionar os contratos com os professores estrangeiros, relatou que existia uma cláusula que inviabilizava a atividade e a propaganda política no Brasil. Bastide chegou ao país em 1938 para substituir o professor Claude Lévi-Strauss, afastado involuntariamente, após desentendimentos com Júlio de Mesquita Filho, que, segundo Cardoso (1982), o considerava um comunista perigoso.

Azevedo mostra nutrir uma profunda consideração seja por Roger Bastide e por Paul Arbousse Bastide, seja por Lévi-Strauss. De tal modo que, ao comentar a aposentadoria dos três, afirmou consistir em uma perda significativa para a cultura francesa, e lamentou não possuir mais a mesma influência no governo, como em épocas anteriores, fato que o impedia de trazer novamente tais intelectuais para São Paulo.

Justamente por isso, os argumentos de Miceli (1979) e de Cardoso (1982), que sugerem que Fernando de Azevedo possa ser considerado como uma figura autoritária, soam pouco convincentes,<sup>62</sup> particularmente se o foco concentra-se nas propostas e condutas institucionais nos lugares em que atuou ao longo de sua carreira, inclusive na USP, bem como sobre sua produção. No entanto, é preciso destacar que a argumentação desses intérpretes não explicita esta visão a respeito de Azevedo, porém a difunde nas entrelinhas de suas análises, sobretudo ao focar suas relações com o governo de Vargas na sua fase ditatorial<sup>63</sup> e ao ignorar sua atuação contra a ditadura na década de 1960.

No acervo de Azevedo encontram-se algumas pistas que contribuem para lançar luz sobre sua atuação contra a ditadura nos anos 1960. Entre elas, uma carta de Fernando H. Cardoso para ele de agosto de 1964. Nela, Cardoso agradecia a solidariedade prestada por Azevedo a ele e a seu grupo – após o inquérito militar ins-

---

62. Os artigos de Candido (1994a), Fernandes (1994), Queiróz (1994), etc., assim como as cartas presentes no acervo, escritas por Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Almeida Júnior, entre outros, compuseram parte do material que nos auxiliou a questionar as referidas interpretações de Cardoso (1982) e de Miceli (1979). Vale lembrar que tanto os artigos quanto as cartas consultadas foram elaborados por intelectuais que conviveram pessoal e profissionalmente com Fernando de Azevedo ao longo de décadas.

63. A Era Vargas foi constituída por três fases: uma “revolucionária”, que teve início em 1930; uma ditatorial, que começou em 1937; e outra “democrática”, que se instituiu a partir de 1945. Nesta última, ele exerceu o poder indiretamente através de Gaspar Dutra e, depois, diretamente, quando retorna pelo voto. Para uma análise detalhada da Era Vargas, consultar a obra de Schwartzman (1983).

taurado no interior da USP. E comentava que semelhante atitude de Azevedo não o surpreendia, na medida em que sua coragem e distinção no modo de proceder – seja na administração, quando este foi diretor e chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia, seja na docência, enquanto esteve à frente da cadeira de Sociologia II – na USP, testemunhavam a favor de seu reconhecido caráter.

Ainda nesse documento, Fernando H. Cardoso expôs ter plena convicção de que se Azevedo e Lourival Machado estivessem na congregação, durante o inquérito militar, eles teriam impedido – ao lado de Florestan Fernandes – que os professores daquela casa atuassem como se tudo estivesse dentro da normalidade.

Assim, ao contrário das sugestões presentes em algumas passagens dos textos de Pécaut (1990), Cardoso (1982) e Miceli (1979) sobre a relação de Azevedo com o autoritarismo, os testemunhos dos correspondentes desse intelectual, como Fernando H. Cardoso (1964), Ênio Silveira (1964) e Mário da Silva Brito (1970), para citarmos apenas alguns exemplos, são indicativos de sua postura crítica. Com essa consideração, não se pretende equiparar as cartas às obras mencionadas, mas relativizar as interpretações presentes nestas últimas.

Também contribui para flexibilizar tais análises, a reflexão de Fernando de Azevedo, presente em um texto inédito escrito em 1963 (Vidal, 2000b). Nesse texto, Azevedo teria apresentado algumas ideias-chave a respeito do significado da Sociologia e da profissão de sociólogo, e, em particular, das dificuldades e das possibilidades dessa ciência no Brasil, na década de 1960. Apesar de o autoritarismo não se colocar como um tema de estudo para esse autor, uma postura crítica sobre o assunto parece ter orientado seu pensamento, e, desse modo, conduzido sua visão como sociólogo e homem público. Portanto, para Azevedo,

Nos Estados totalitários, são as restrições à liberdade de pesquisa, nas ciências humanas, a unanimidade maciça do pensamento político, a repulsa às divergências relativas à doutrina ortodoxa, que

não só reduzem mas suprimem as livres investigações sociológicas [...].

Essa fase, portanto, que pode parecer e é, realmente, sob certos aspectos, de declínio de interesse, ou melhor, de desinteresse quase total pelas ciências sociais e suas aplicações práticas, poderá transformar-se, – se sociólogos e antropólogos souberem tirar proveito da situação a que os relegaram as circunstâncias, – em uma nova fase de trabalho fecundo e, talvez, de renovação dos estudos e pesquisas sociológicas. É isto, não somente pela reformulação de princípios básicos e de descoberta de novas teorias e técnicas, como também por uma visão, mais clara e mais larga, do mundo social de que assistimos apenas o amanhecer, e dos meios racionais de reestruturar as sociedades, em fase de mudança [...]. Sejam, portanto, conforme as tendências de cada um, sociólogos teóricos, pesquisadores, ou sociólogos preocupados com a ação, a reforma ou a reconstrução social, cientistas em todo caso, de nosso tempo, se quisermos superar a crise que já sobreveio, de passagem de uma civilização para outra e da qual podemos servir-nos para um balanço dos resultados das atividades sociológicas e reexame de conhecimentos. (Azevedo, 1963 apud Vidal, 2000b, s/p)

De acordo com Azevedo (1963 apud Vidal, 2000b), o período vivido pelas Ciências Sociais no início da década de 1960 é paradoxal; ao mesmo tempo em que há um profundo desinteresse por suas teorias e aplicações práticas – marcado pela tentativa de imposição da “[...] unanimidade maciça do pensamento político, a repulsa às divergências relativas à doutrina ortodoxa [...]” –, existe uma tendência, no contexto nacional e internacional, para a renovação das Ciências Sociais, tanto de suas metodologias quanto de suas teorias. E, nesse sentido, para a transformação dos parâmetros institucionais, seja para reformar as organizações científicas existentes, seja para criar novas.

Assim, poucos meses antes da efetivação do golpe militar de 1964, no Brasil, Azevedo (1963, idem) realizou um diagnóstico crí-

tico sobre a relação entre a sociedade e as Ciências Sociais, no qual atribuiu um papel fundamental ao sociólogo, nos seguintes termos: “[...] [s]ejamos, portanto, conforme as tendências de cada um, sociólogos teóricos, pesquisadores, ou sociólogos preocupados com a ação, a reforma ou a reconstrução social, cientistas em todo caso, de nosso tempo, se quisermos superar a crise que já sobreveio”.

Uma dimensão da crise desencadeada pelo golpe foi o afastamento entre a Sociologia e a Educação, e, ao mesmo tempo, a emergência de uma visão pouco lisonjeira a respeito dos trabalhos dos sociólogos que, a exemplo de Azevedo, preocuparam-se com a reconstrução social do país. Diante desse quadro, é possível supor que parte das alusões dos textos de Pécaut (1990), Cardoso (1982) e Miceli (1979) sobre a relação de Fernando de Azevedo com o autoritarismo, seja decorrente desse processo de afastamento.

Outro caminho para problematizar tais alusões encontra-se na atuação de Azevedo na elaboração do documento intitulado “Declaração de princípios e de solidariedade” aos professores Mário Schenberg, João Cruz Costa, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e ao estudante Fuad Saad – indiciados pela polícia como subversivos no inquérito militar. Esse documento seria amplamente divulgado dentro e fora da USP, sob o título de *Manifesto dos intelectuais: pela liberdade de opinião*, em 1965.<sup>64</sup>

Em outra passagem do livro, Cardoso (1982, p.18) sugeriu que as benesses do trabalho científico desenvolvido na USP não teriam sido obra do “espírito liberal de criação”, e, sim, resultado da atuação dos membros das missões estrangeiras nessa instituição. Essa proposição pode ser questionada a partir das reflexões

---

64. No texto de Penna (1987) encontra-se a reprodução desse manifesto. De acordo com essa intérprete, a partir das análises das cartas trocadas entre Azevedo e seus correspondentes – como Anísio Teixeira, José Getúlio Frota Pessoa, Francisco Venâncio Filho, etc. – é possível constatar que Azevedo era considerado uma liderança intelectual e um defensor da liberdade de opinião e da democracia política. Vão ao encontro dessas considerações de Penna (1987) algumas observações presentes na coletânea de artigos organizada por Pôrto Jr. (2004).

presentes nos textos de Candido (2006 [1959]), Meucci (2000) e Costa Pinto & Carneiro (1955).

De acordo com esses trabalhos, um aspecto fundamental para o desenvolvimento da atividade científica em qualquer universidade – seja no âmbito do ensino, seja no da pesquisa – vincula-se à preocupação com o estabelecimento de uma abordagem didática “sobre como ensinar”, bem como com a criação e a organização do material utilizado para essa finalidade. Não obstante os professores das missões estrangeiras acreditassem na importância de elevar o nível cultural dos alunos brasileiros, a maioria deles não se dedicou a efetuar uma abordagem didática<sup>65</sup> no processo de ensino-aprendizagem, tampouco a desenvolver materiais de suporte que favorecessem o aprendizado do público discente, algo que fez parte das preocupações e trabalho de atores como Fernando de Azevedo. Essas considerações permitem apontar que as benesses do trabalho científico na USP resultaram tanto da atuação dos professores estrangeiros como do empenho dos brasileiros que, a exemplo de Azevedo, compuseram seu “espírito liberal de criação”.

Um testemunho sobre a contribuição de Azevedo para elevar o nível cultural dos alunos brasileiros e assim colaborar para o desenvolvimento da atividade científica nessa, e em outras instituições, pode ser encontrado nas palavras de Paul Arbousse Bastide,<sup>66</sup> em 1936, sobre o manual *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]):

Constitui, em suma, este livro excelente instrumento para os estudantes e fonte de informação para os professores. Está escrito com grande liberdade de espírito e de julgamento; expõe teorias, assinala fatos e apresenta problemas, não sacrificando nem à prática, nem ao espírito de sistema. [...] É preciso louvar o Sr. Fernando de

65. Temos testemunhos sobre tal questão nas obras de Fernandes (1980 [1977]), de Candido (1994a) e de Jackson (2002), nesta, principalmente, na seção dedicada às entrevistas com Antonio Candido.

66. Arbousse Bastide foi um nome de destaque da missão estrangeira proveniente da França que foi responsável por atuar no processo de institucionalização das Ciências Sociais na USP, desde a década de 1930.

Azevedo por ter posto à disposição do estudante brasileiro um guia tão completo e tão seguro. (Arbousse Bastide, 1936 apud Leal, 2003, p.166)

Contribuí para a crítica das considerações de Cardoso (1982) sobre a atuação dos professores estrangeiros na USP, o apontamento de Meucci (2000), segundo o qual:

[...] muitas pesquisas relacionadas ao papel exercido [...] [pelos] cientistas estrangeiros têm sido desenvolvidas pelos autores que se dedicam ao estudo da história da sociologia entre nós. Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que a mesma dedicação analítica não tem sido dada ao modo como nossos intelectuais – que efetivamente foram os responsáveis pela fundação dos cursos superiores de ciências sociais e pela introdução da sociologia nas Faculdades de Filosofia – procuraram compor a identidade acadêmica da sociologia e do sociólogo. (Meucci, 2000, p.74-5)

Sem dúvida, entre os intelectuais brasileiros que colaboraram para compor tal identidade, destacou-se Azevedo, que, além de autor de um dos mais significativos manuais de Sociologia no Brasil, *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]), foi um importante editor desse tipo de obra e de outras com preocupação similar, nas décadas de 1930 e de 1940. A relevância de sua atuação como autor e editor pode ser dimensionada ao considerar que:

[...] os primeiros manuais didáticos de uma nova área do conhecimento compreendem, juntamente com coletâneas de textos e dicionários, as primeiras tentativas de sistematização do conhecimento sociológico. Através dos livros introdutórios, os autores elegeram temas, problemas e conceitos da sociologia empírica e teórica. Reuniram e apresentaram, de forma didática, métodos e procedimentos considerados adequados à análise sociológica. [...] [Assim] estes livros simultaneamente constroem e difundem o novo campo de conhecimento [...]. (Meucci, 2000, p.5)

Outra referência interessante sobre o manual de Azevedo encontra-se em uma carta de Ramon M. Alsina para o autor, em 1936. Nela, Alsina afirma que o livro *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]) formulava os problemas fundamentais da Sociologia apoiando-se nas teorias mais modernas, na década de 1930, sobre o assunto. Alsina expôs tratar-se de uma honra poder difundir tal obra nos meios culturais argentinos, assim como recomendá-la para o ensino da matéria naquele país.

Essa percepção de Alsina sobre a importância desse trabalho pode ser aferida pelo apontamento de Meucci (2000) a respeito da repercussão do referido manual. Segundo essa estudiosa, ao ser reeditado 11 vezes, entre 1935 e 1973, *Princípios de Sociologia* colocou Fernando de Azevedo entre os mais notáveis divulgadores da Sociologia no sistema escolar e acadêmico no Brasil.

## **Vida pública e associações científicas e profissionais na América Latina: SBS e Alas em foco**

*[...] Era preciso nas condições presentes, sacrificar o homem de letras, e eu me dispus naturalmente a sacrificá-lo de certo modo, para servir à ciência e, especialmente, à sociologia que me foi particularmente útil ao técnico, ao reformador e ao político da educação. [...]*

*[A sociologia foi] útil em campos, onde quase tudo estava por fazer e os desafios eram agressivos demais para deixarmos de lhes dar respostas.*

Fernando de Azevedo, *Máscaras e retratos* (1962b, p.12-3)

Ao expressar nesses termos o papel da Sociologia no Brasil, Fernando de Azevedo revela parte de seu perfil sociológico e deixa-

-nos ver, de forma nuançada, um dos significados que atribuiu a essa ciência. Para ele, a Sociologia consistiu em um conjunto de teorias e metodologias que tinha como objeto de estudo a sociedade, a qual buscou explicar, bem como intervir nela. De acordo com sua visão, não havia uma Sociologia brasileira, e sim uma Sociologia no Brasil. O reconhecimento do caráter “útil” da Sociologia deveu-se ao fato de essa ciência ter lhe possibilitado desenvolver novas ideias e procedimentos que orientaram ou reorientaram as formas de sociabilidade e a estrutura organizacional das instituições que fundou, dirigiu e/ou reformou no país, assegurando-lhes maior racionalidade.

Onde “[...] os desafios eram agressivos demais para [deixar] de lhes dar respostas” fez-se presente a colaboração de Azevedo para o processo de institucionalização da Sociologia e, conseqüentemente, para o de modernização do país, a partir das décadas de 1930 e 1940. Esse ator considerou a Sociologia como condição para o progresso da sociedade brasileira ao imputar-lhe papel fundamental nos diagnósticos e nas soluções dos problemas nacionais.<sup>67</sup>

Para que se possa entender parte das contribuições de Azevedo para essa ciência faz-se preciso dialogar com sua trajetória enquanto intelectual – nos termos provocativos de Leclerc (2004)<sup>68</sup> – e como parte da *intelligentsia* – na concepção de Martins (1987). Nesse contexto, a análise da atuação de Azevedo junto à primeira entidade de cientistas sociais criada no Brasil, a Sociedade de Sociologia de São Paulo, hoje, Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), torna-se absolutamente decisiva.

É importante frisar que a inexistência de obras dedicadas ao estudo da Sociedade de Sociologia de São Paulo e a escassez de trabalhos sobre a SBS têm colaborado para dificultar o conhecimento

---

67. Conforme salienta Meucci (2000), Azevedo compreendeu o próprio processo de institucionalização da Sociologia como um indicio do progresso do Brasil.

68. *Grosso modo*, a provocação de Leclerc (2004) estaria na sugestão de olhar o intelectual como um tipo híbrido, resultante do encontro do homem público – no sentido de “viver para a política” – com o profissional da inteligência – da criação científica, cultural, etc. – de uma dada sociedade e época.

de sua história. A parca produção sobre as sociedades científicas de Sociologia no Brasil encontra-se voltada para o período de organização da SBS – na década de 1950 – e, principalmente, de reorganização, a partir dos anos 1980. Nessa produção destacam-se os textos de Barreira (2003) e de Porto (2005). Ambos apresentam uma análise convergente ao revisitarem a história da SBS, pois partem de uma abordagem institucional que contribui tanto para valorizar quanto para balizar as interpretações sociais criadas pelos intelectuais que nela atuaram desde a sua fundação.

Nesse sentido, os referidos trabalhos propõem uma interpretação da memória da SBS que parece ter privilegiado – como marco científico de sua história – o momento de sua reorganização, após o período da ditadura militar. É interessante observar que tanto César Barreira quanto Maria Stela Grossi Porto foram intérpretes-personagens dessa fase da história da entidade, inclusive assumindo a presidência da SBS em gestões recentes.<sup>69</sup> Desse modo, ambos seriam autores que escreveram de um “lugar autorizado”, isto é, de um lugar capaz de converter seus discursos em memória oficial.

Um exemplo dessa conversão pode ser vislumbrado no título do livro de Barreira (2003): *A Sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia*.<sup>70</sup> É a partir dessa perspectiva que Barreira propõe um diálogo com o passado da Sociologia e da SBS no país. E para isso, já em sua primeira parte, recupera textos escritos pelos diferentes presidentes da entidade, desde o I Congresso Brasileiro de Sociologia realizado, em 1954, até o realizado na gestão de Barreira, em 2001.

Entre os textos, Barreira (2003) seleciona dois artigos de Fernando de Azevedo no I Congresso, o de abertura e o de encerra-

---

69. De acordo com Carvalho & Mattos (2005, p.113-4), César Barreira e Maria Stela Grossi Porto foram, respectivamente, presidente e vice-presidente da SBS na gestão (2001-2003). E, na gestão seguinte, Maria Stela Grossi Porto se tornou presidente da entidade.

70. O livro é dividido em duas partes: a primeira intitulada “A memória nos discursos”, e a segunda, “A sociologia como teoria e imaginação”.

mento do evento; um de Florestan Fernandes, no II Congresso, em 1962; assim como três artigos que se dedicaram ao contexto do III Congresso, realizado em 1987 – o qual ocorreu na gestão de Gabriel Cohn, no período de reorganização da entidade –, e, para finalizar essa parte do livro, o artigo escolhido foi o de 2001, apresentado no X Congresso e de autoria do próprio César Barreira.

Na construção dessa memória, percebe-se uma ênfase sobre o III Congresso, bem como a ausência de uma menção a respeito do trabalho realizado, desde os anos 1930, para construir a entidade que possibilitou organizar a SBS em âmbito nacional, na década de 1950. Já a segunda parte do livro foi composta pelas conferências do X Congresso, ou melhor, nas palavras desse autor: “pelas principais conferências do X Congresso”.

Diante do exposto, é legítimo indagar por que não há referência sobre as atividades de Fernando de Azevedo, e de outros atores, ao longo dos 15 anos que antecederam o surgimento da SBS. E, mais, questionar quais foram os critérios que orientaram Barreira (2003) na seleção das “principais” conferências do III Congresso. O objetivo dessas questões não é desmerecer os trabalhos realizados na entidade e sobre esta, para e após a sua reorganização na década de 1980, porém explicitar que a história da SBS resulta de uma série de esforços acumulados desde os anos 1930.

O livro de Carvalho & Mattos (2005), ao dedicar-se à história das entidades de Sociologia, no Brasil e no exterior, nos proporciona uma síntese mais descritiva que analítica do papel de Azevedo e do de outros intelectuais na fundação e consolidação de associações científicas e profissionais, bem como a respeito de algumas facetas de seus eventos no e fora do país.

Segundo esses intérpretes, em âmbito internacional, Azevedo – então presidente da SBS – foi eleito um dos vice-presidentes da primeira diretoria da Associação Internacional de Sociologia (ISA), de 1950 a 1952 – ao lado de Morris Ginsberg (Inglaterra) e Georges Davy (França). E, após o falecimento do presidente Louis Wirth, alemão radicado nos Estados Unidos, assumiu junto com Ginsberg e Davy a presidência da ISA em 1952.

É possível apontar que parte da deferência dos intelectuais latino-americanos ao nome de Azevedo, ao elegê-lo membro da diretoria da ISA, consistiu em uma resposta ao trabalho realizado por ele no campo sociológico brasileiro desde a década de 1930. Por outro lado, sua presença e sua permanência nessa associação parecem ter resultado em uma espécie de reforço da legitimidade da Sociologia desenvolvida no Brasil e de seu próprio nome no meio intelectual e político latino-americano. Semelhante apontamento parece encontrar respaldo na argumentação de Blanco (2005) ao salientar que, no decorrer da década de 1950, Fernando de Azevedo manteve-se como o único representante da América Latina no comitê executivo da ISA.

Na SBS, Azevedo foi o presidente com maior tempo de gestão (1935-1960). Embora não existam informações detalhadas sobre a história dessa sociedade, fica a impressão de que, nesse período, seu perfil foi de uma entidade científica e profissional. Entretanto, esse duplo direcionamento e o significado sobre o que seria uma entidade científica eram objetos de disputas em seu interior, especialmente com a criação das seções estaduais – Rio de Janeiro (Distrito Federal), Pernambuco, Minas Gerais, etc. – nos anos 1950.

Na ausência de informações sobre a SBS, as cartas do acervo subsidiaram a reconstrução de alguns aspectos de seu funcionamento, inclusive da organização do I Congresso Brasileiro de Sociologia e do reconhecimento dessa entidade e do trabalho de Azevedo no Brasil e no exterior. Ao consultá-las, uma das seções mais controvertidas da SBS parece ter sido a do Distrito Federal. É possível entrever alguns fragmentos da história dessa seção nas correspondências de Costa Pinto (1950 (2), 1951, 1952 (4), 1953 (2)), Mário Lins (1951) e Guerreiro Ramos (1953) para Azevedo, e na resposta que este enviou para Costa Pinto.

Em correspondência escrita em maio de 1950, Costa Pinto comenta com Azevedo que não enxergava outra maneira de revitalizar a SBS senão mediante a fundação das seções regionais, e que semelhante ideia era compartilhada por outros intelectuais do Rio de Janeiro. Azevedo, então, se articulou com vários so-

ciólogos, entre eles o próprio Costa Pinto, para criar as seções estaduais.

Em agosto do mesmo ano, Costa Pinto escreveu para Azevedo agradecendo-lhe por transferir a instalação da seção do Distrito Federal para o momento do retorno dele, Costa Pinto, ao Rio. Tal instalação parece ter sido apenas formal, pois, em carta de abril de 1951, Mário Lins expõe para Azevedo que conversou com Djacir Menezes e com Guerreiro Ramos sobre a criação da seção da SBS no Rio; e que Menezes disse-lhe que havia encontrado Costa Pinto, o qual estava preparando o expediente relativo à fundação desta.

Pouco tempo depois, em carta de julho de 1951, Costa Pinto escreve para Azevedo relatando que foram eleitos para compor a primeira diretoria da seção do Rio, ele para presidente, Edison Carneiro como secretário, Marina Vasconcelos (catedrática de Antropologia) como tesoureira e Djacir Menezes para vogal. Após tais considerações, Costa Pinto reafirmou seu compromisso e satisfação de estar ao lado de Fernando de Azevedo na SBS, compartilhando com este das mesmas aspirações sobre a Sociologia e sua entidade.

Em carta de 5 de maio de 1952 para Azevedo, Costa Pinto propôs ser o representante da seção da SBS/DF no II Congresso de Sociologia da Associação Internacional de Sociologia (ISA), a ser realizado em 1953. Em 31 do mesmo mês, Costa Pinto modificou seu discurso, afirmando que não desejava ser o único representante da SBS/DF, sugerindo, para a apreciação de Azevedo, o nome de Victor Nunes Leal como outro representante do Rio no evento. Em uma passagem da carta, Costa Pinto felicita Azevedo pela escolha dos professores Roger Bastide e Herbert Baldus para representarem a SBS, em âmbito nacional, no II Congresso da ISA. E expõe que irá contribuir na organização do II Congresso Latino-Americano de Sociologia – promovido pela Alas, a ser realizado também em 1953 (no mês de julho).

Contudo, Costa Pinto adverte Azevedo para que este não tenha muitas esperanças sobre a aprovação integral de sua proposta de temário para o II Congresso Latino-Americano. Argumenta que o fato de a convocação desse evento ser realizada pelo governo – so-

mado ao de contar em sua comissão organizadora com vários “medalhões”<sup>71</sup> – não lhe inspirava entusiasmos. Antes de encerrar a carta, Costa Pinto lembra que leu a proposta de Azevedo para o temário e que fez apenas mudanças na redação.

As cisões entre os sociólogos da SBS/DF parecem ter alcançado uma dimensão pública após a realização dos congressos científicos da ISA e da Alas em 1953. Uma carta que sugere tal hipótese foi escrita por Guerreiro Ramos,<sup>72</sup> em dezembro desse ano, e destinada a Azevedo. Nela, Guerreiro menciona que, em seus artigos publicados na imprensa naquele período, encontrava-se defendendo seu trabalho das afrontas realizadas por parte de alguns “pseudo-sociólogos”<sup>73</sup> durante o II Congresso Latino-Americano de Sociologia. Ainda que não cite seus nomes, Guerreiro expõe que entre eles encontrava-se um dos dominadores da seção da SBS/DF que tinha sido prestigiado por Azevedo. Ao considerar as relações institucionais e pessoais entre Azevedo e Costa Pinto, tudo indica que este seja um dos supostos dominadores. Guerreiro encerra a correspondência reivindicando a intervenção de Azevedo para garantir o bom funcionamento dessa seção.

Durante a organização do I Congresso Brasileiro de Sociologia, Azevedo escreveu para Costa Pinto, em abril de 1953, afirmando

- 
71. Vale destacar que, apesar de realizar semelhante avaliação sobre os membros do comitê executivo do II Congresso, Costa Pinto assumiu o lugar de Fernando de Azevedo na vice-presidência do evento. Entre os membros do comitê destacaram-se, segundo Blanco (2005): Francisco Ayala, Alfredo Povña, Lucio Mendieta y Núñez, Isaac Ganón e Carneiro Leão.
  72. Nessa correspondência, Guerreiro expõe sentir-se lisonjeado com a atenção de Azevedo para com ele. E aponta que possui uma profunda admiração e respeito pela pessoa de Fernando de Azevedo e por sua obra. Relata ainda que, poucos dias antes de escrever aquela correspondência, dedicou uma palestra sobre os trabalhos de Azevedo em um curso de Sociologia que ministrou no Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp).
  73. Alguns aspectos dos embates na década de 1950 – em particular, no bojo do II Congresso Latino-Americano de Sociologia – podem ser encontrados no artigo: Bariani, E. *A Sociologia brasileira nos anos de 1950: heterogeneidade e heteronomia*. Disponível em <[http://www.contextualizacioneslatinoamericanas.com/numeros\\_anteriores/configuraciones\\_n\\_2/pdf\\_n2/e\\_bariani.pdf](http://www.contextualizacioneslatinoamericanas.com/numeros_anteriores/configuraciones_n_2/pdf_n2/e_bariani.pdf)>. Acesso em 1<sup>a</sup> /2/2011.

seu propósito de legar à “nova geração de mestres e sociólogos” – geração à qual pertencia Costa Pinto, considerado por Azevedo “uma das figuras mais brilhantes” – uma associação que pudesse impor-se ao respeito, até em âmbito internacional, por sua dimensão científica e profissional. Nessa correspondência, Azevedo apresenta a SBS como um espaço intelectual – acadêmico e político – no qual os estudos sociológicos e antropológicos poderiam e deveriam se fortalecer e se legitimar, dentro e fora do Brasil, visando ao progresso das Ciências Sociais.

Portanto, para ele, a aproximação entre os campos da Sociologia e da Antropologia era vista, naquela conjuntura, como desejável e estratégica, seja na SBS, seja fora dela,<sup>74</sup> entretanto, semelhante visão não era compartilhada por intelectuais da “nova” geração, como Costa Pinto, que, já em 1952, argumentava enxergar como um problema a aproximação entre as áreas, em particular quando se considerava o aspecto teórico-metodológico.

Essa postura pode ser vista na carta que Costa Pinto enviou a Azevedo em maio de 1952. Vale lembrar que tal visão manteve-se presente no decorrer das negociações envolvendo a organização do I Congresso Brasileiro de Sociologia nos anos de 1953 e 1954. Assim, a possibilidade de realizar nesse evento a unificação entre a Sociologia e a Antropologia foi apreciada por Costa Pinto de modo hesitante; expôs que, do ponto de vista prático, considerava interessante somar esforços e realizar um único Congresso para as duas áreas, mas que, por outro lado, ao refletir sobre a dimensão metodológica, sentia a necessidade de colocar os “pontos nos iis”.

O I Congresso, realizado em 1954, contemplou a participação de diferentes cientistas sociais, mesmo daqueles que se destacavam pelas pesquisas antropológicas; todavia, esse evento científico foi denominado de I Congresso Brasileiro de Sociologia. Talvez semelhante denominação tenha sido uma espécie de estratégia de seu

---

74. Até aquele período, se tomarmos como exemplo a organização dessas áreas no interior da USP, constata-se que o departamento chefiado por Azevedo (de 1947 até 1961) consistia no Departamento de Sociologia e Antropologia.

presidente – Fernando de Azevedo – para criar um consenso em torno do evento e, dessa maneira, assegurar como aliados na organização aqueles sociólogos que, a exemplo de Costa Pinto,<sup>75</sup> olhavam desconfiados para alguns aspectos da aproximação entre as duas áreas do conhecimento.

O tema do I Congresso – “O ensino e as pesquisas sociológicas; organização social; mudança social” – evidenciou a preocupação de seu presidente com as dimensões científica e profissional da entidade e também o posicionamento político dos seus organizadores, em uma conjuntura marcada por intensas disputas, internas e externas à SBS, pelos rumos da Sociologia, da educação, da política e da economia no país. Tendo como horizonte as contendas no interior da SBS, Azevedo – no discurso inaugural do I Congresso, em 1954 – remeteu-se nos seguintes termos aos congressistas:

Todos vós sabeis que a Sociologia, como qualquer outra ciência, é uma alta especialização que se embaraça em dificuldades que seria imprudente, quase desonesto, querer dissimular, que não progride senão pelo trabalho incessante de gerações sucessivas; que reclama de todos os que a ela se consagram uma obstinação metódica e uma disciplina ascética de todos os dias, e cujo desenvolvimento não se realiza nem se mede senão pelas contribuições originais, mais ou menos importantes, provenientes quer das elaborações teóricas quer das longas e pacientes pesquisas em setores limitados. (Azevedo, 2003 [1954], p.29-30)

Com esse discurso, Azevedo (2003 [1954]) estabeleceu o lugar “dos precursores” no campo da Sociologia no país, ao destacar que essa ciência “não progred[ia] senão pelo trabalho incessante de gerações sucessivas”. E reafirmou a Sociologia como uma ciência metódica, na qual tanto as elaborações teóricas (interpretações globalizantes, etc.) quanto as pesquisas em setores limitados (estudos

---

75. Costa Pinto foi vice-presidente do I Congresso Brasileiro de Sociologia junto com Pinto Ferreira, o qual era presidente da seção da SBS em Pernambuco.

monográficos, etc.) foram importantes para o seu desenvolvimento.<sup>76</sup> E, por fim, empenhou-se em conclamar os congressistas a respeitar e a reconhecer como válidas as diferentes contribuições científicas no interior e fora da SBS.

De certo modo, tanto a temática do I Congresso – ao unir ensino, pesquisa, organização e mudança social – quanto sua condução no evento sugere que a gestão de Azevedo foi marcada por sua tentativa de imprimir-lhe um caráter científico, profissional e político. Ou seja, a SBS consistiu em um espaço para apresentar, debater e legitimar – ou questionar – orientações para as políticas públicas (em particular científicas, educacionais e culturais), além de propiciar o surgimento de um “lugar epistemológico” no qual se debateu a própria Sociologia.

Guardando as devidas distinções, a gestão de Azevedo e a de Florestan Fernandes (1960-1962) na SBS – esta última ao propor a “sociologia como afirmação” – foram caracterizadas pela preocupação desses atores de se posicionarem como representantes da *intelligentsia*; e, nesse sentido, como sujeitos capazes de fornecer, além de uma interpretação da sociedade brasileira, propostas para orientar as mudanças sociais em andamento no país.

No entanto, fica a impressão de que, a partir da desarticulação da SBS – após o golpe de 1964 – e sua reativação na década de 1980, a dimensão de entidade profissional deixou de existir. Uma das justificativas apontadas para essa mudança foi o fato de terem sido criadas, na década de 1970, as instituições voltadas para a representação da categoria de sociólogos, segundo Carvalho & Mattos

---

76. A argumentação de Ianni (1989, 1976) de que a contraposição entre indução qualitativa e indução quantitativa compreende um problema mal colocado, pois “[...] o pensamento científico não é um esquema rígido e único [...]. [E sua conclusão, segundo a qual] [a]s oposições que alguns críticos vêm nas interpretações globalizadoras e os estudos monográficos muitas vezes são aparentes [...]” (Ianni, 1976, p.17-8), talvez possam ser aproximadas, guardando as devidas proporções, da posição defendida por Azevedo (2003 [1954]) no contexto desse evento.

(2005).<sup>77</sup> Outra hipótese possível consiste na ideia segundo a qual a concepção de institucionalização adotada por parte dos intelectuais atuantes nessa entidade, após sua reorganização na década de 1980, e no campo sociológico, de modo geral, tornou problemático incorporar o legado de Azevedo como uma herança científica.

Para entender o alcance dessa questão faz-se necessário reconhecer que, a partir da década de 1960, uma nova fase da institucionalização das Ciências Sociais teve início no Brasil e que ela foi realizada sob a égide do governo militar com a ausência de vários atores sociais importantes. A atuação desse governo – ao se apropriar da educação como uma bandeira – ressignificou a visão a respeito de intelectuais como Fernando de Azevedo, cujo legado primou pela educação como uma instituição modernizadora da sociedade; e, nesse sentido, por uma concepção que reconhecia a participação dos cientistas sociais como possíveis colaboradores do Estado no processo de desenvolvimento e de avaliação das políticas públicas nas diferentes áreas, em particular na ciência, na educação e na cultura.

A influência teórica das perspectivas marxistas-estruturalistas, no decorrer dos anos 1970, também favoreceu a caracterização da educação como uma instituição reprodutora das condições sociais e a da reforma como um instrumento conservador de atuação. Isso incidiu diretamente sobre os autores identificados com essa temática, entre eles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, entre outros.

Embora em outro registro, o texto de Silva (2001) nos fornece uma argumentação sobre as consequências da ditadura para a nova fase de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, iniciada

---

77. Entre as entidades profissionais destacou-se, na esfera federal, a Associação dos Sociólogos do Brasil (ASB), criada em 1977. No âmbito estadual, surgiram a Associação dos Sociólogos do Estado do Pará, em 1970; Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, em 1971; Associação dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro, em 1975; Associação dos Sociólogos do Estado do Paraná, em 1977; Associação dos Sociólogos do Estado de Pernambuco, em 1979, etc.

nos anos 1970. Segundo essa estudiosa, tais ciências passaram a responder ao sistema de incentivos introduzido pelas agências de financiamento à pós-graduação e pesquisa. Nesse contexto, não havia

[...] razão para tratar de questões empíricas e em diálogo com as políticas sociais brasileiras – ainda mais com parceiros de outras esferas e, pior ainda, se o parceiro for o regime militar. Além de ser uma resposta eficiente ao sistema de incentivos, a opção por pesquisas teóricas oferece sofisticação e complexidade (boa reputação acadêmica) e ainda permite manter o tom politicamente correto de oposição ao regime. (Silva, 2001, p.150)

O contexto de abertura democrática – que marcou a reorganização da SBS – assistiu, assim, ao surgimento de uma entidade disposta, prioritariamente, a discutir e refinar as teorias e metodologias dessa área de conhecimento, ou seja, ao nascimento de uma entidade preocupada em assegurar a existência de um “lugar epistemológico”.

Ao longo da gestão de Azevedo na SBS, parte de seus interlocutores estrangeiros – por intermédio das cartas – como Alfredo Poviña (1951 (3), 1952 (4), 1953, 1954), Lucio Mendieta y Núñez (1951), Carlos Alberto Echanove Trujillo (1948, 1951, 1959),<sup>78</sup> etc. – o reconheceram como uma autoridade intelectual no continente. Esse reconhecimento permite que se pense sobre a possível influência de Azevedo sobre as associações científicas às quais esses sociólogos encontravam-se vinculados.

Ao interpretar as cartas desses interlocutores, cotejando-as com alguns aspectos de suas biografias, foi possível perceber que a influência de Fernando de Azevedo ocorreu por meio: a) de sua atuação na construção das agendas dos congressos científicos na América Latina; b) ao se tornar membro, por convite de seus fun-

---

78. Outras cartas que trazem o tema das associações científicas foram escritas por Roberto Mac-Lean y Estenós (1950, 1951, 1952).

dadores, das novas associações científicas criadas nos diferentes países da América Latina; c) ou, ainda, ao intermediar as informações sobre as sociedades e congressos na América Latina para instituições internacionais como a ISA.<sup>79</sup>

Dos correspondentes supracitados, o primeiro a iniciar o diálogo com Azevedo, já na década de 1930, foi o argentino Alfredo Poviña. Ao ser considerado como um dos principais expoentes da “sociologia de cátedra”, pela literatura especializada na história da institucionalização da Argentina, Poviña encontra-se no centro das contendas presentes no campo sociológico latino-americano ao lado de Fernando de Azevedo. Portanto, seja na Argentina, seja no Brasil, esse campo apresentou-se dividido entre os atores sociais já consolidados, como Poviña e Azevedo, de um lado, e os atores desejosos de reconhecimento, como Gino Germani e Florestan Fernandes, de outro.

Alfredo Poviña foi catedrático nas universidades de Córdoba e de Tucumán, atuando também em importantes centros de pesquisa na América. Como construtor institucional, Poviña criou a primeira associação científica de Sociologia regional do mundo – ou seja, a Alas – e estimulou o desenvolvimento de várias associações científicas em diferentes países do continente. Tais associações foram responsáveis pelos eventos científicos que colaboraram no fortalecimento do debate entre os distintos grupos de sociólogos da América Latina (Blanco, 2006, 2005).

Em carta de janeiro de 1951 para Azevedo, Poviña demonstra sua satisfação em saber, através de seu presidente, que a SBS participará das atividades organizadas por ele, entre elas, o I Congresso Latino-Americano de Sociologia. E expõe que foi encarregado de redigir o Estatuto da Associação Latino-Americana de Sociologia

---

79. Pistas sobre essa intermediação podem ser encontradas nas cartas de Stein Rokkan, secretário da ISA, e de Erik Rinde para Fernando de Azevedo nos anos de 1953 e 1951, respectivamente. Outras informações também podem ser encontradas no Dossiê 3: Associação Internacional de Sociologia – ISA (1948-1953), presente no acervo de Azevedo.

(Alas), recém-fundada, e de apresentá-lo no I Congresso dessa entidade.

No mês de junho de 1951, Poviña relata a Azevedo que estava trabalhando na organização do I Congresso e que tomou a liberdade de colocar a SBS como instituição filiada à Alas, ao lado da Sociedade Mexicana de Sociologia, da Chilena e de diversas argentinas, no prospecto definitivo do evento. Solicitava um posicionamento oficial sobre a filiação, já que o compromisso entre eles ainda não estava formalizado. Na conclusão da carta, comprometia-se a encaminhar para Azevedo tanto o Estatuto da Alas quanto o regulamento do I Congresso, e reiterava seu interesse que este e os demais membros da SBS enviassem trabalhos,<sup>80</sup> bem como que Azevedo pudesse participar das deliberações sobre a Alas no evento.

Em correspondência de julho de 1951, Poviña expõe que recebeu a carta-resposta de Azevedo na qual este aprovava e incentivava a efetivação do I Congresso, assim como a organização da Alas. Segundo Poviña, independentemente de os organizadores do I Congresso terem uma lista com alguns nomes de sociólogos de São Paulo e do Rio de Janeiro que receberiam o convite oficial, ele desejava que Azevedo sugerisse outros intelectuais.

Poviña é incisivo em seu pedido para que Azevedo esteja no I Congresso, justificando a solicitação tanto por sua legitimidade intelectual como autor e editor quanto por sua autoridade como presidente da SBS e vice-presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA). Para demonstrar seu reconhecimento por Azevedo, Poviña o convida para pronunciar o discurso como representante das delegações estrangeiras. Não obstante, explica que não dispõe de recursos financeiros para a ajuda de custo dos palestrantes e dos participantes, desse modo, todos terão que ir com recursos próprios ou com o apoio de suas instituições de origem.

---

80. Em carta para Azevedo de 26 de abril de 1951, Mário Lins aponta que recebeu uma comunicação de Alfredo Poviña a respeito da realização do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, e que encaminharia trabalho para o evento, assim como Guerreiro Ramos e outros.

O diálogo entre ambos é recuperado em carta de maio de 1952. Nela, Poviña afirma encontrar-se de pleno acordo sobre o adiamento da data do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, por compreender que não haveria tempo hábil para o sucesso da organização. Relata a Azevedo que escreveu nesses termos a Odo-rico Pires Pinto,<sup>81</sup> o qual havia lhe falado que conversara com Azevedo sobre preocupações em comum a respeito da Sociologia no continente.

Em outra passagem da carta, Poviña expõe não haver nenhum inconveniente em fazer alterações no estatuto da Alas – durante o II Congresso, a ser realizado em 1953, no Brasil –, pois seu interesse enquanto presidente dessa associação era, primeiro, que ela progredisse e se tornasse de fato uma entidade representativa dos sociólogos latino-americanos, e, segundo, que ficasse clara sua finalidade exclusivamente científica.

Diante da possibilidade de Fernando de Azevedo participar do II Congresso, Poviña expõe que gostaria que ele integrasse a comissão organizadora, juntamente com outros dois ou três eminentes cientistas sociais. Poviña acrescenta que o apoio do governo ao evento consiste em uma condição para que sua realização seja bem-sucedida. Essa postura sobre o papel do governo na organização do II Congresso não foi consensual, de tal modo que Azevedo e Costa Pinto, embora tenham auxiliado na organização, demonstraram insatisfação com a abrangência da participação governamental.

Em correspondência de junho de 1952, Poviña dá notícias de sua satisfação por receber a confirmação da adesão oficial da SBS à Alas. Nesse documento, se desdobra em elogios à obra teórica e prática de Azevedo, apontando, inclusive, que seu trabalho desempenhava um papel-chave na Sociologia latino-americana. E agradece o fato de Azevedo ter aceitado o convite para compor o comitê

---

81. Representante do governo na organização do II Congresso Latino-Americano.

organizador do II Congresso de Sociologia, solicitando-lhe que sugira outros nomes para o comitê além dos já designados: Carneiro Leão, Gilberto Freyre e Odorico Pires Pinto, como secretário. Poviña procurou justificar a participação de Pires Pinto na organização do II Congresso ao apontar que este poderia auxiliar na superação de possíveis dificuldades políticas e financeiras. No último parágrafo, indaga sobre o que Azevedo pensava a respeito dos encaminhamentos propostos por ele para o II Congresso e qual seria a melhor data para a realização desse evento.

Em agosto de 1952, Poviña compartilha com Azevedo que esteve na Bolívia participando do I Congresso Boliviano de Sociologia e que, nessa ocasião, foi fundada a Sociedade Boliviana de Sociologia, a qual se filiou à Alas por intermédio de seu presidente, José Antonio Arze. Comenta os vários convites que recebeu para fazer conferências pela Bolívia e que obteve dos representantes daquela sociedade o compromisso de que participaria do II Congresso Latino-Americano.

Em outra passagem da carta, Poviña expõe que estava satisfeito com a composição do comitê do II Congresso, mas que entendia ser necessário ampliá-lo com algum outro nome de São Paulo. Ressalta também que a definição da agenda do evento era de fato algo delicado, e que, a princípio, ele tinha pensado em algo amplo, porém sentira a necessidade de restringi-lo e para isso contava com a colaboração de Azevedo, a fim de que se evitasse inconvenientes no evento. Poviña incluía na carta uma proposta de agenda para apreciação de Azevedo e comunicava que fizera o mesmo para Odorico Pires Pinto. Ao recear que a agenda pudesse ficar restrita demais, Poviña solicitava uma solução por parte de Azevedo.

Em carta de setembro de 1952, Poviña comunica a Azevedo que recebeu a sua proposta de agenda para o II Congresso, com a qual estava de pleno acordo, e também sua sugestão para a composição do comitê. Poviña consulta novamente Azevedo sobre a possibilidade de incluir outros dois nomes entre os diretores do comitê: Álvaro Magalhães e Tristão de Athayde; e procura argumentar que nada se perderia com tal inclusão. No rodapé da carta, volta à questão da

inserção de outros nomes e indaga o que Azevedo pensava sobre Amaral Fontoura e Mário Lins.<sup>82</sup>

Um breve período de silêncio, até agosto de 1953. Ao corresponder-se com Azevedo, Poviña relatou que acabava de regressar a Córdoba, após uma agradável convivência com esse sociólogo e sua família no Brasil; e que semelhante visita havia atuado no sentido de reforçar a amizade entre eles, a qual tinha nascido do compromisso de ambos com a Sociologia. Essa aproximação entre os dois parece ter sido consolidada no contexto do II Congresso Latino-Americano, realizado no Rio de Janeiro.

Já em correspondência de maio de 1954, Poviña agradeceu a proposta de Azevedo sobre o primeiro ponto da agenda do III Congresso Latino-Americano de Sociologia e sugeriu a seguinte redação para a mesma: “Bases para um programa comum de ensino e pesquisa da Sociologia na América Latina”. Esse ator justificou sua sugestão afirmando que tal enunciação poderia evitar possíveis dificuldades para o estabelecimento de consensos entre os participantes do evento. Ao consultar o texto de Carvalho & Mattos (2005), constata-se que este foi de fato o primeiro ponto da agenda do III Congresso, contudo, retirou-se dele a palavra “pesquisa”.

Talvez essa supressão tenha sido empregada para evitar, conforme Poviña já assinalava, possíveis obstáculos na construção de consensos. Apesar dessa precaução, as teses apresentadas no II Con-

---

82. Segundo Blanco (2005), destacaram-se entre os membros do comitê executivo: Francisco Ayala, Alfredo Poviña, Lucio Mendieta y Núñez, Isaac Ganón e Carneiro Leão, além de Costa Pinto na vice-presidência, no lugar de Fernando de Azevedo. Diante dessa composição do comitê, é possível sugerir que as investidas de Alfredo Poviña para contemplar sociólogos católicos como Tristão de Athayde e Amaral Fontoura tenham sido vetadas por Azevedo. Entretanto, não foi possível encontrar nenhuma informação que possibilitasse fazer uma afirmação nesse sentido; também não foram encontrados dados sobre quais foram os nomes que Azevedo propôs na carta para Poviña, os quais este aceitou prontamente. Enquanto hipótese, pode-se aventar que entre tais nomes estivesse o de Costa Pinto, para substituí-lo na vice-presidência do evento, e os de alguns de seus correspondentes estrangeiros, como Francisco Ayala, Lucio Mendieta y Núñez e/ou Isaac Ganón.

gresso Latino-Americano geraram vários pontos de discordância entre os sociólogos, em particular envolvendo o trabalho de Guerreiro Ramos. A carta deste último para Azevedo em 1953, mencionada em outro momento, compreende uma pista desse contexto de disputas pelos rumos da Sociologia na América Latina.

Entre os intelectuais mexicanos que se corresponderam com Fernando de Azevedo, estão Lucio Mendieta y Núñez (1941 (2), 1951) e Carlos Alberto Echanove Trujillo (1948, 1951, 1959). Mendieta y Núñez atuou em importantes cargos públicos no México, como na direção do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam), por mais de vinte anos. No campo editorial, foi o responsável por fundar e dirigir várias publicações, como a *Revista Mexicana de Sociología*, a *Revista Interamericana de Sociología*, o *Boletín Informativo*, etc. Embora Mendieta y Núñez pudesse ser apresentado como um dos interlocutores editores de Azevedo, optou-se por destacar sua atuação como incentivador e construtor de associações científicas. Nesse sentido, é interessante acompanhá-lo em sua correspondência de 1951.

Nela, Mendieta y Núñez comunica a Azevedo que fundou em 1950 a Associação Mexicana de Sociología, tornando-se presidente da mesma, e que o nomeou membro honorário dessa entidade. Vale lembrar ainda que, em 13 cartas escritas por Mendieta y Núñez para Azevedo, entre os anos de 1941 e de 1960, ele o convidou reiteradamente para participar dos congressos de Sociologia, seja os realizados na América, seja os na Europa.

O intelectual Carlos Alberto Echanove Trujillo (1959, 1951, 1948) ocupou as cadeiras de Sociologia Geral e de Sociografia Mexicana na Unam, universidade na qual Mendieta y Núñez também atuou. Echanove Trujillo, além de ser membro da Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística, foi diretor de importantes revistas, como *México en la Cultura* e a *Revista Mexicana de Cultura*. Esse ator trabalhou na organização de vários eventos científicos internacionais no campo da Sociologia.

Ao escrever para Azevedo em 1948, Echanove Trujillo conta-lhe sobre seu projeto de realizar uma exposição que percorreria,

entre outros países europeus, a França, e que versaria sobre os principais sociólogos latino-americanos e suas obras. Por considerar Fernando de Azevedo um dos membros desse panteão, solicita que este lhe envie um retrato e várias obras, assim como seus dados biográficos para inseri-lo na exposição.

Echanove Trujillo foi presidente do Seminário Mexicano de Sociologia, no ano de 1951, ocasião em que escreveu a Azevedo expondo o objetivo desse evento: estabelecer trocas de experiências e de publicações entre grupos e instituições científicas similares, no campo da Sociologia. E, novamente, solicitou que Azevedo lhe enviasse suas obras, assim como livros de outros autores expressivos da Sociologia no Brasil, para satisfazer as finalidades do evento.

Anos mais tarde, em 1959, Echanove Trujillo, na condição de presidente do XIX Congrès International de Sociologie, escreve para Azevedo sobre a composição do comitê executivo do evento e o convida para prestigiá-lo. É interessante observar que uma preocupação constante nas cartas de Echanove Trujillo e Mendieta y Núñez foi assegurar, no decorrer da década de 1950, que Fernando de Azevedo estivesse junto com eles nas reuniões científicas nacionais, regionais e internacionais.

Embora tais correspondências permitam vislumbrar fragmentos das convergências entre parte dos sociólogos atuantes nas diferentes instituições da América Latina, na década de 1950, esta região também foi marcada por dissensos e controvérsias que se ampliaram nas décadas posteriores. No que se refere a tais polêmicas, é possível destacar que, no ano de 1957,

[...] o sociólogo suíço Peter Heintz, expert da Unesco, oferecia um quadro intensamente negativo sobre o ensino da disciplina nos países da América Latina depois de uma série de missões incumbidas para tal fim. Curiosamente, o quadro de Heitz contrastava notavelmente com o que, tão apenas cinco anos atrás, a mesma publicação, o *Internacional Social Science Bulletin*, havia dado a conhecer através de Alfredo Poviña. [...] Tal situação, segundo [...] [Heintz], merecia uma urgente e “fundamental reorientação” de

seu ensinamento, que devia ser empreendida pelas agências encarregadas pela “difusão de uma sociologia moderna nesta área do mundo”. (Blanco, 2006, p.224, aspas e grifo do autor)

Um diagnóstico semelhante ao de Peter Heintz, a respeito do ensino de Sociologia, foi realizado no ano seguinte por sociólogos de distintos países da América Latina, no Seminário Latino-Americano sobre Metodologia, o Ensino e a Pesquisa em Ciências Sociais. Nesse evento, tais atores apontaram a necessidade de mudanças relativas à organização e à institucionalização da Sociologia na região. O Brasil apresentou como porta-vozes dessa avaliação, de um lado, Costa Pinto,<sup>83</sup> de outro, Florestan Fernandes.<sup>84</sup>

De certo modo, é possível supor que estes e outros participantes do seminário anunciavam traços do projeto intelectual que Gino Germani defenderia como uma espécie de bandeira nos anos 1960. No interior de tal projeto destacava-se que a Sociologia deveria separar-se da Filosofia, ajustar-se a uma metodologia rigorosa, afastar-se do caráter especulativo e literário, e, por fim,

---

83. Outro exemplo sobre a atuação de Costa Pinto, com tal orientação, pode ser buscado em sua participação – à frente do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (Clapcs), em 1961 – na criação do Grupo Latino-Americano para o desenvolvimento da Sociologia (Califórnia, EUA) junto com Gino Germani, Guillermo Briones, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), e Peter Heintz, também da Flacso, objetivando “[...] ‘promover a elevação do nível acadêmico e científico desta disciplina e impulsionar seu desenvolvimento [...]’” (Blanco, 2006, p.229, aspas do autor) na América Latina. O Clapcs foi fundado em 1957, no Rio de Janeiro, e dirigido por Costa Pinto. Seu principal objetivo consistiu na formação de pesquisadores em Ciências Sociais na América Latina; nesse sentido, dedicou-se à pesquisa social comparada e foi considerado como uma alternativa para o financiamento de estudos na área de Ciências Sociais. Já a Flacso foi criada no Chile, em 1958, e tornou-se uma importante experiência na formação de quadros, nos intercâmbios de concepções e de pessoas, diferindo do Clapcs por sua ênfase na pós-graduação (Blanco, 2007). Sobre Costa Pinto e o Clapcs consultar também Souza (2011).

84. Florestan Fernandes substituiu Fernando de Azevedo na presidência da SBS em 1960.

adequar-se ao movimento internacional de especialização (Germani, 1964).

A criação de novas associações científicas, a partir desse período, era um indicativo do andamento do projeto de busca pela legitimidade intelectual empreendido por esses atores sociais. Na Argentina é fundada a Associação Sociológica Argentina (ASA), em 1960, em “oposição” à Sociedade Argentina de Sociologia (SAS) de Poviña, fundada em 1959. Ao criar a ASA, Germani afirma que esta objetivava “[...] definir, defender e melhorar o caráter ‘profissional’ da Sociologia [...]” (Blanco, 2005, p.41, aspas do autor).

Assim, para os fundadores da ASA, a Sociologia realizada na Argentina era considerada amadora e isto se devia, entre outras razões, às associações que, até aquele período, a haviam orientado. Todavia, é interessante observar uma das contradições de Germani na direção dessa entidade. Germani aceitou, como membros de prestígio da ASA, intelectuais com o mesmo perfil “amador” que seu projeto se propunha a combater, ou seja, filiou Carlos A. Erros e Nobert R. Bustamente, entre outros (Blanco, 2006). Por outro lado, no Brasil, não houve a criação de uma nova associação, mas, desde a década de 1950, acirraram-se as disputas internas<sup>85</sup> pelos rumos da SBS.

Para Blanco (2006), o projeto intelectual de Germani,

---

85. Uma pista sobre essas disputas pode ser encontrada na correspondência coletiva de 18 de setembro de 1953, a qual foi escrita por José Querino Ribeiro, Herbert Baldus, Lucila Hermann, Antonio Candido, Oracy Nogueira, Egon Schaden, Vicente Unzer de Almeida, Antonio Rubbo Muller e Mário Wagner Vieira da Cunha para Fernando de Azevedo, no contexto da organização do I Congresso Brasileiro de Sociologia. Nessa correspondência, esses intelectuais solicitaram que ele reconsiderasse seu pedido de renúncia da presidência do congresso. Como justificativa, afirmaram que sua orientação era imprescindível ao bom êxito dos trabalhos, os quais, tanto a iniciativa quanto o planejamento e a execução se deviam a sua dedicação. No decorrer da carta, afirmaram que Azevedo consistia em um esclarecido mentor para a SBS. Embora Azevedo tenha reconsiderado seu pedido de demissão e assumido a presidência do I Congresso, esse fato talvez possa ser visto como um indicativo dos dissensos no interior dessa entidade.

[...] seguiu os passos de Poviña, mas trocou o eixo da aliança. Uma das primeiras determinações que adotou quando assumiu a direção do Instituto de Sociologia foi precisamente sua filiação com a Internacional Sociological Association (ISA), uma associação criada pela Unesco em 1949 em direta oposição ao IIS, o que ilustra o caráter igualmente internacional do conflito que na América Latina dividia os sociólogos de cátedra dos sociólogos científicos. (Blanco, 2006, p.230)

Se para Germani – como afirmou Blanco (2006, 2005) – a filiação à ISA representou uma maneira de reafirmar sua postura de oposição no campo intelectual argentino, para Poviña e Azevedo, respectivamente, a filiação da Alas e da SBS a essa associação significou apenas o estabelecimento de apostas múltiplas. Ou seja, esses intelectuais – o primeiro classificado como “sociólogo de cátedra” e o segundo como “sociólogo normalista” – buscaram participar dos quadros científicos tanto do Instituto Internacional de Sociologia (IIS) quanto da ISA.

Assim, caso a ISA não se consolidasse, Azevedo e Poviña continuariam integrados ao circuito internacional através do IIS. Resulta disso o empenho de Poviña de, ao criar a Alas em 1950, buscar filiar todas as suas organizações-membros ao IIS e à ISA simultaneamente.

No entanto, no decorrer da década de 1960, os intelectuais que estiveram à frente da associação (ISA), tornaram a filiação um símbolo de diferenciação entre esta instituição e o instituto (IIS). Faz sentido, portanto, a afirmação de Blanco (2005), segundo a qual, “[...] um sinal por demais expressivo desse sistema de alianças diferenciado foi a designação de Gino Germani, em 1962, como vice-presidente da ISA e de Alfredo Poviña, em 1963, como presidente do ISS” (Blanco, 2005, p.45).

No que tange ao âmbito científico, a ISA caracterizou-se pela ênfase no trabalho empírico e pela “americanização” das tendências teórico-metodológicas de seus associados. Com essa postura, tal entidade parece ter se distanciado, ao longo da década de 1960, da fi-

nalidade por ela assumida quando de sua fundação, em 1949, a qual consistia em “[...] representar todos os sociólogos em qualquer lugar, com independência de sua escola de pensamento, enfoque científico e ideologia e a promoção do conhecimento sociológico em nível internacional” (Carvalho & Mattos, 2005, p.19).

Em 1957, Costa Pinto participou do IV Congresso Latino-Americano de Sociologia, sediado no Chile – como um dos vice-presidentes da ISA –, no qual defendeu o projeto de modernização da Sociologia empreendido por Gino Germani, na Argentina. Aliás, aludiu ao nome deste último como um legítimo representante da nova Sociologia, ou seja, da Sociologia “científica”.

Na compreensão de Blanco (2006), os direcionamentos de Costa Pinto, como porta-voz dos “sociólogos científicos” no evento, foram atendidos de tal modo que se criou tanto o contexto para a fundação do Clapcs e da Flacso quanto as condições para que Gino Germani se tornasse membro do comitê executivo da ISA em 1959. Algo bastante significativo tendo em conta que, a rigor, “[...] até fim dos anos 1950, a representação da América Latina com o Comitê Executivo da ISA se manteve em um só membro e até se tratou sempre de um brasileiro (Fernando de Azevedo, em um primeiro momento, substituído logo por L. A. Costa Pinto) [...]”. (Blanco, 2005, p.33)

O fato de Germani ter se tornado membro do comitê da ISA teria contribuído para propiciar-lhe, de um lado, a reputação internacional que almejava e, de outro, as condições de efetivação de seu projeto intelectual nos anos subsequentes. Dessa maneira, é possível sugerir que “[...] as instâncias externas de reconhecimento e consagração se tornaram um ‘capital cultural’, cuja conquista permitia a [...] [Germani] sobrepor-se à falta de reconhecimento interno” (Blanco, 2006, p.240, aspas do autor). Para entender as dificuldades vividas por Germani, e pelos demais “sociólogos científicos” latino-americanos, para obter reconhecimento no campo sociológico do continente é necessário considerar que, desde os anos 1930, sociólogos como Alfredo Poviña, Ricardo Levene, Lucio Mendieta y Núñez, Fernando de Azevedo, entre outros, atuavam

nas instituições universitárias, nos centros de pesquisas, nas editoras, nas associações científicas, etc. que foram fundamentais para a institucionalização da Sociologia na região.

Segundo Blanco (2006), as oposições nas orientações sociológicas representadas por Poviña e Germani não desencadearam um conflito aberto, até a década de 1960, ou seja, expressaram-se como “[...] uma cortês indiferença” entre ambos. No entanto, a partir desse período, o campo sociológico argentino tornou-se cada vez mais segmentado, já que novos competidores surgiram. Ao lado de expoentes como Poviña e Azevedo, atuantes desde a década de 1930, se enfileiraram disputando a liderança, no decorrer da década de 1960, os representantes da Sociologia “científica” – Gino Germani, na Argentina, e Florestan Fernandes e Costa Pinto, no Brasil.

Conquanto houvesse certa legitimidade em torno do projeto de uma Sociologia “científica” na América Latina, a ditadura militar – ao ser instituída em vários países da região, inclusive sob o patrocínio dos Estados Unidos, nos anos de 1960, 1970 e 1980 – contribuiu para colocá-la em xeque, isto é, a ditadura potencializou um distanciamento entre os atores sociais dos diferentes países.

Entretanto, um afastamento relativo que resultou da convergência entre a existência de “[...] marcos teóricos, focando os conceitos universais sobre o modo de produção capitalista [e] a realização de doutorados nos países centrais” (Sorj, 2001, p.109). Este último aspecto parece ter colaborado para consolidar “[...] laços sociais e institucionais e uma atitude de valorização do padrão de trabalho acadêmico e publicações dos países avançados” (Sorj, 2001, p.109).

A concepção de institucionalização que orientou essa versão sobre parte da história de algumas associações científicas de Sociologia na América Latina não compreendeu uma distinção entre uma suposta fase pré-científica e outra científica de tal história, mas ressaltou a existência de consensos e alianças, assim como de dissensos e afastamentos, como dimensões conjunturais comuns no processo de construção, de organização e de consolidação de um campo do conhecimento.

Por outro lado, uma versão que contemple a classificação de um período pré-científico e outro científico deve inspirar cautela, pois compreende um artifício descritivo, o qual – nos termos de Ianni (1989) – somente colabora para reduzir o significado do pensamento criador nas ciências. Ou seja, apenas “[...] exerce o efeito negativo de intimidar a inteligência de jovens sociólogos, fazendo-os temer o uso inteligente da imaginação sociológica<sup>86</sup> [...]” (Ianni, 1989, p.134).

### **Pesquisas sociológicas e educacionais: a experiência do CRPE/SP na gestão de Fernando de Azevedo**

*O que se dá aos Centros não se subtrai, mas se acrescenta à solução dos problemas da educação nacional. Gasta-se hoje, mas para economizar depois. Gasta-se, não importa se pouco ou muito, nas atividades científicas de pesquisa, de levantamento de situações, de colocação de problemas, de procura de soluções adequadas, mas para cortar rente nas despesas e reorganização, para aplainar dificuldades, para cercear abusos, contra sensos [sic] e erros, de conseqüências irreparáveis.*

Fernando de Azevedo, *Pesquisa e Planejamento* (1957, p.6-7)

Entre os correspondentes de Fernando de Azevedo encontravam-se os intelectuais Lourenço Filho e M. A. Teixeira de Freitas, os quais se caracterizavam, entre outros aspectos, pelo fato de terem

---

86. O trabalho de Mills (1965) explora de forma primorosa a categoria “imaginação sociológica”, mobilizada por esse texto de Ianni.

sido defensores da importância da Estatística<sup>87</sup> para a tarefa de organização da sociedade brasileira. De modo similar a esses interlocutores, Azevedo compreendeu a Estatística como um valioso instrumento para conhecer e administrar os problemas sociais.

Para Azevedo desvelar quantitativamente a realidade social tornou-se tão relevante quanto conhecê-la qualitativamente. Um exemplo de como a Estatística foi vista por ele pode ser encontrado no seu trabalho como diretor da Instrução Pública – tanto no Distrito Federal quanto em São Paulo, nas décadas de 1920 e 1930. Em ambas as oportunidades, coordenou a realização de levantamentos censitários que orientaram sua política educacional.

Outro exemplo pode ser sugerido a partir de sua atuação como consultor técnico no IBGE e, por meio de sua amizade com M. A. Teixeira de Freitas, um dos responsáveis por institucionalizar a Estatística nesse instituto. A relação com Teixeira de Freitas contribuiu para que Azevedo fosse convidado a ser o presidente da comissão censitária do primeiro recenseamento nacional realizado pelo IBGE, em 1940.

Antes disso, durante sua administração no Instituto de Educação (Ieusp), Azevedo fundou o Laboratório de Estatística, tornando-se, desde então, um incentivador das pesquisas empíricas. Algo que parece ter se repetido em sua administração no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP), nos anos de 1956 até 1960.

Na década de 1950, é possível afirmar que dois projetos se intercalaram e, de certa maneira, se influenciaram mutuamente; de um lado, o projeto de modernização nacional, com ênfase na reforma da educação – defendido por Anísio Teixeira, Azevedo e pelo grupo de intelectuais a eles ligado – e, de outro, o de institucionalização das Ciências Sociais e de afirmação da atividade científica no país.

---

87. Sobre M. A. Teixeira de Freitas é significativo considerar que foi diretor de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, assim como secretário-geral do Instituto de Estatística do IBGE.

Dialogando com tais projetos, a interpretação de Ferreira (2001) procurou abordar a história de institucionalização do CRPE/SP e sua contribuição para o desenvolvimento das pesquisas educacionais e sociais no Brasil, além de qualificar o trabalho realizado por Azevedo na direção desse centro.

Para construir sua versão sobre a história do CRPE/SP, Ferreira (2001) partiu das reflexões presentes nas obras de Xavier (1999a, 1999b) – que se dedicaram, respectivamente, à análise da instituição que deu origem ao CRPE/SP, ou seja, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e à interpretação dos centros regionais –, bem como das colocações de Florestan Fernandes (1966), em sua coletânea sobre a temática educacional. Vale lembrar que esse trabalho foi classificado pelo próprio autor, no prefácio da obra, como “uma coletânea de artigos em sua maioria parassociológicos”.<sup>88</sup>

Recuperar esse apontamento de Fernandes (1966) objetiva esclarecer que, não obstante tenha definido esses artigos como parassociológicos, ao atuar junto ao CRPE/SP, na década de 1950, esta não parece ter sido a compreensão que o orientava sobre a educação. A impressão que fica é que essa classificação assinala o desprestígio que essa área passou a enfrentar no país após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1961) e a instauração da ditadura militar em 1964.

Reconstruir o processo de institucionalização do CRPE/SP impõe como necessidade conhecer alguns aspectos do contexto de fundação do CBPE. Para Ferreira (2001), a história desse centro pode ser dividida em dois momentos: primeiro, o da iniciativa de Anísio Teixeira – então diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) –, com suas negociações com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), no período de 1952 a 1954. Segundo, o que envolveu a participação de Otto Klineberg (Unesco), a partir de 1955, no pro-

---

88. O que para Florestan Fernandes pode ser traduzido como não científicos.

cesso de organização dessa instituição.<sup>89</sup> Klineberg foi uma figura importante no estabelecimento das metas do CBPE, as quais consistiram na produção de dois mapas do Brasil, um “educacional” e outro “cultural”. Os mapas propostos seriam interdependentes e resultariam em um conjunto de sugestões para alterar a estrutura educacional nas diferentes regiões brasileiras, isto é, para desencadear uma mudança cultural no país por intermédio da educação.

De acordo com Ferreira (2001), a partir de junho de 1955, Charles Wagley – da Columbia University – e João Roberto Moreira – da USP – iniciaram os seguintes procedimentos práticos para a fundação do CBPE: a instalação da sede, o planejamento das primeiras pesquisas e o recrutamento dos cientistas. Simultaneamente a essas iniciativas, estabeleceu-se em São Paulo o acordo entre a USP, o Inep e o MEC para a criação do CRPE/SP. Anísio Teixeira definiu como objetivo principal desse centro o estabelecimento dos diagnósticos para orientar o planejamento educacional no estado.

No processo de organização do CRPE/SP, Teixeira

[...] convidou Fernando de Azevedo para dirigir o CRPE depois que Antonio Candido e Florestan Fernandes recusaram o convite. Anísio Teixeira teria hesitado em fazer esse convite por considerar Fernando de Azevedo uma figura de grande destaque no cenário político nacional, que não se interessaria pela direção de um centro de pesquisas. Fernando de Azevedo era membro de Departamento de Sociologia e Antropologia da USP, além de ter sido um dos fundadores da USP e secretário de Educação em várias oportunidades. (Ferreira, 2001, p.28)

---

89. De acordo com Ferreira (2001), participaram das reuniões de organização do CBPE os seguintes intelectuais: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Antonio Candido, Mário Brito, Egon Schaden, Antonio Ferreira Almeida Júnior, Lourival Gomes Machado, Costa Pinto, Florestan Fernandes, L. de Castro Faria, Bertram Hutchinson, Jayme Abreu, Charles Wagley, João Roberto Moreira e Henri Laurentie.

Ao contrário do que Anísio Teixeira pensou, Azevedo aceitou o convite prontamente; e, embora Antonio Candido e Florestan Fernandes tenham declinado do convite, ambos participaram do Conselho Administrativo, órgão responsável por assistir ao diretor geral. O conselho se constituiu da seguinte forma: dois membros eleitos pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da USP, os quais foram Florestan Fernandes e Egon Schaden; dois membros eleitos pelo Departamento de Pedagogia da USP: os professores José Queirino Ribeiro e Laerte R. de Carvalho; e dois escolhidos pelo diretor: Antonio Candido e Milton da Silva Camargo Rodrigues, ambos amigos e colaboradores de Azevedo nessa universidade.

De modo sintético, o CRPE/SP seguia a mesma organização do CBPE, isto é, contava com duas divisões de pesquisa: a Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (Depe), dirigida por Joel Martins, e a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (Deps), sob a direção de Renato Jardim Moreira. E com uma Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM),<sup>90</sup> a qual resultou de uma parceria com a Unesco para o desenvolvimento dos Cursos de Especialistas em Educação para a América Latina. Além de uma Seção de Publicações que foi chefiada por Eugênio César Bertoncini e teve como seu principal periódico a revista *Pesquisa e Planejamento* (Ferreira, 2001).

Na análise de Ferreira (2001) encontram-se informações interessantes a respeito do Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros de 1959, e sobre os Cursos de Especialistas em Educação para a América Latina realizados, anualmente, de 1958 até 1961. Essas atividades sintetizaram as principais contribuições do CRPE/SP para o desenvolvimento e para a difusão das pesquisas sociais no Brasil e apresentaram como ponto de convergência entre seus objetivos o compromisso de estabelecer um diagnóstico da situação educacional do país – cotejando-a com o quadro latino-ame-

---

90. Joel Martins transferiu-se para a DAM, em 1957, sendo substituído na Depe, por Dante Moreira Leite.

ricano – no contexto das mudanças desencadeadas pelos processos de urbanização e industrialização na década de 1950.

No que se refere ao simpósio foram quatro os assuntos que apareceram com maior frequência nas comunicações apresentadas pelos profissionais do CRPE/SP: 1) Educação e Ciências Sociais; 2) Desenvolvimento Socioeconômico, Mudança Cultural e Educação; 3) Pesquisa Científica e Planejamento Educacional, e 4) Tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse temário explicitou o caminho por meio do qual os sociólogos e educadores atuantes no CRPE/SP – e nos demais centros, inclusive no CBPE – procuraram colocar seus trabalhos desenvolvidos nas Ciências Sociais a serviço da educação nos anos 1950 (Ferreira, 2001).

Com base na produção teórica resultante de tal simpósio, percebe-se que os intelectuais do centro convergiram nas ideias a respeito do papel das Ciências Sociais e da educação no processo de mudança social no país; na visão sobre o planejamento como um caminho seguro para orientar as políticas educacionais, no reconhecimento de que o sistema educacional vigente não atendia às necessidades do desenvolvimento econômico e social brasileiro, e na construção de um consenso em torno da compreensão segundo a qual a educação – isoladamente – não apresentava condições para mudar a sociedade.

Tais atores compartilharam da opinião de que os problemas educacionais brasileiros eram, sobretudo, sociais; o que lhes colocava como desafio contribuir para a superação dos obstáculos vencidos pela sociedade. Semelhantes confluências, no entanto, não reduziram a existência de disputas no interior do CRPE/SP – pela legitimidade dos diagnósticos, das soluções propostas, bem como pela definição dos atores que deveriam orientá-las.

Em 1956, a Unesco tinha estabelecido como prioridades para a América Latina: a formação de professores e de especialistas em educação, a melhoria do ensino primário e a conseqüente erradicação do analfabetismo na região. Como tais prerrogativas também faziam parte da agenda do governo brasileiro e das preocupações de parte da *intelligentsia* das Ciências Sociais, nessa década, firmou-se o

compromisso entre esses atores. Para contemplar a prioridade de formação de professores e de especialistas em educação, foram organizados – pelas instituições congêneres do CBPE – os Cursos de Especialistas em Educação para a América Latina (Ceeal).

Tais cursos começaram a ser realizados em 1958 – e, durante nove anos, consistiram nas atividades de maior prestígio promovidas pelo CRPE/SP – e obtiveram organicidade e continuidade devido ao apoio da Unesco, em parceria<sup>91</sup> com o governo brasileiro e com a USP. Observando-se alguns aspectos desses cursos – como os temas das comunicações e a origem do público – desvela-se parte do contexto intelectual e discursivo de seu corpo de especialistas, entre eles, de seu diretor, Fernando de Azevedo.

Nos cursos destacaram-se os seguintes assuntos: 1) Fundamentos Sociais e Filosóficos da Educação; 2) Técnica de Construção de Currículo; 3) Processos de Trabalho em Grupo; 4) Supervisão e Administração Escolar; 5) Organização de Escolas Secundárias e Formação de Professores; 6) Problemas Educacionais Latino-Americanos; 7) Organização de Escolas Primárias no Brasil; 8) Pesquisa em Educação; 9) Estatística e Pesquisa em Educação; 10) Medidas e Pesquisas em Educação; 11) Psicologia e Formação de Professores; 12) Psicologia e Português; 13) Sociologia; 14) Fundamentos da Educação e Inglês (Ferreira, 2001).

Tais temas evidenciaram a preocupação do centro, sob a direção de Azevedo, com a formação técnica e pedagógica daqueles que trabalhavam na área educacional. Embora sua trajetória como construtor institucional, desde os anos 1930, tenha sido marcada pela dedicação à formação, foi somente no contexto dos processos de industrialização e de urbanização, na década de 1950, que esse tema adquiriu legitimidade e apoio do governo, da intelectualidade e da sociedade civil nascente.

A organização dos Cursos de Especialistas (Ceeal) buscou atingir os seguintes objetivos: 1) a compreensão dos fundamentos

---

91. A parceria com o governo ocorreu por meio do Ministério da Educação, do Ministério das Relações Exteriores e do Inep.

da filosofia moderna de educação e da importância dos problemas educacionais; 2) a apreensão de como os alunos se desenvolvem e aprendem e como isso deve funcionar no planejamento da educação; 3) o conhecimento da variedade de material, métodos e facilidades à disposição da tarefa educativa; 4) a compreensão dos problemas educacionais da América Latina; 5) o desenvolvimento da consciência e da responsabilidade na solução dos problemas educacionais de cada país (Ferreira, 2001, p.38). Os dois últimos propósitos foram reiteradamente satisfeitos pelos temas e pelas abordagens realizadas pelos sociólogos e educadores do CRPE/SP e explicitaram parte das questões que tais autores discutiram no Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros, realizado em 1959.

Outro aspecto a ser considerado é que uma parcela do prestígio alcançado por esses cursos e pelo CRPE/SP, de modo geral, resultou do reconhecimento da autoridade intelectual – como sociólogo e como educador – conferida ao diretor dessa instituição. Índícios de tal consideração podem ser verificados em dois momentos. Primeiro, quando da instalação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco (CRPE/PE), quando Gilberto Freyre escreveu para Fernando de Azevedo, em 1957.

Na carta, Freyre relatou a Azevedo que uma das razões que Anísio Teixeira mobilizou para convencê-lo a administrar o referido centro foi “[...] o *Fernando dirige o de São Paulo*”. Este argumento, de acordo com Freyre, teria sido decisivo para que ele aceitasse a incumbência de dirigir o CRPE/PE. Segundo, no decorrer da realização do primeiro Curso de Especialistas em Educação para a América Latina (I Ceeal), quando Malcolm S. Adiseshiah, assistente-diretor-geral da Unesco, escreve para Azevedo, em abril de 1958. Nessa correspondência, Adiseshiah elogiou a organização do CRPE/SP e afirmou que o trabalho realizado por Azevedo consistia em uma importante contribuição para o projeto maior da Unesco no Brasil.

O primeiro Curso de Especialistas em Educação para a América Latina (I Ceeal) ocorreu entre os meses de março e de dezembro de 1958 e contou com a participação de educadores estrangeiros prove-

nientes de diversos países, como a Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Panamá, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela, assim como brasileiros originários das cinco regiões. A heterogeneidade do público do curso, somada a criação da Associação Latino-Americana de Educadores durante a sua realização, revelam a existência de um intercâmbio cultural entre os países latino-americanos e entre as diferentes instituições de pesquisa e de ensino do Brasil.

Os dados apresentados por Ferreira (2001) a respeito do II Ceeal, ocorrido em 1959, revelam um sutil crescimento do número de participantes, em relação ao primeiro, e da presença de brasileiros. Outro aspecto interessante do II Ceeal foi o fato de Hélène Brullé, no seminário ministrado por ela – sobre o Sistema Escolar Francês – ter destacado o nome de Azevedo ao lado de John Dewey como importantes “[...] defensores da modernização dos métodos educacionais” (Ferreira, 2001, p.42). O reconhecimento da relação entre esses autores talvez seja revelador de que alguns aspectos do pragmatismo da obra de Fernando de Azevedo inspiraram-se na experiência norte-americana.<sup>92</sup>

O III Ceeal apresentou uma inversão em relação à origem dos participantes; se até aquele momento havia predominância de brasileiros, nesse curso, elevou-se o número de participantes estrangeiros, assim como o número de países representados. O IV Ceeal, realizado em dezembro de 1961, manteve a tendência do III, com o crescimento do número de estrangeiros e do total de participantes; contudo, diferenciou-se ao apresentar um aumento no número de cursistas argentinos.

Assim, durante a realização dos três primeiros Ceeals, Azevedo foi uma figura constante, já que colaborou na organização e participou dos trabalhos proferindo conferências e coordenando mesas, etc., algo que não se repetiu no IV Ceeal. Neste, Azevedo encontrava-se desvinculado do centro, pois havia pedido demissão no começo do ano de 1961. Vale ressaltar que os Ceeals foram acom-

---

92. O trabalho de Totti (2003) e o de Alves (2004) também sinalizaram para a influência de John Dewey na obra de Azevedo.

panhados de outros tipos de cursos, os quais se destinaram a públicos distintos – como delegados de ensino, inspetores escolares do ensino primário de São Paulo, etc. –, mas sempre com a preocupação de aprimorar os profissionais da educação no exercício de suas funções. Desse modo, o objetivo desses cursos foi tornar tais atores “[...] aptos a desempenhar seu papel no processo de renovação educacional no Estado de São Paulo” (Ferreira, 2001, p.49).

O *Manifesto de 1959*,<sup>93</sup> redigido por Azevedo quando ainda ocupava o cargo de diretor do CRPE/SP, expressou tanto preocupações com o desenvolvimento econômico do país quanto com sua política educacional. Para os signatários desse documento, salvo suas diferenças teórico-metodológicas, o sistema educacional teria que contemplar as novas demandas da sociedade industrial de forma integrada ao processo geral de modernização. Destarte, o *Manifesto* parece ter simbolizado a possibilidade de uma aliança entre os diferentes atores do campo sociológico brasileiro, inclusive entre aqueles que se encontravam em disputa em outras instituições.

Alguns indícios de convergência entre tais intelectuais podem ser vistos nos artigos escritos por Azevedo, Florestan Fernandes, Fernando H. Cardoso e Octávio Ianni, entre outros, para o Simpósio sobre os Problemas Educacionais Brasileiros, em 1959, e outros eventos, dentro e fora do CRPE/SP. Tais artigos, guardando as devidas especificidades, respaldaram, de modo geral, a visão de Azevedo sobre o papel do sistema educacional, presente no *Manifesto*.

Desse modo, parece ter sido a partir da utopia de reconstruir a educação no país e de solucionar parte dos problemas sociais que as

---

93. Trata-se do “[...] Manifesto ao povo e ao governo: mais uma vez convocados, publicado em 1º de julho, combatendo o ante-projeto apresentado por Carlos Lacerda que modificava a Lei de Diretrizes e Bases em votação na Câmara dos Deputados. Esse manifesto, assinado por 180 educadores, cientistas e escritores, teve larga repercussão não só no Brasil como também em todos os países da América Latina, onde foi amplamente divulgado em revistas e jornais” (Vidal, 2000b, s/p). A lista com os nomes dos signatários pode ser consultada em *Manifesto* (2006).

noções de planejamento e de mudança foram mobilizadas nos artigos destes e de outros intelectuais do CRPE/SP, inclusive nos de autoria de Azevedo.<sup>94</sup> Em sua visão, a educação poderia contribuir para orientar as mudanças sociais e para encaminhá-las num sentido progressista. Enquanto o planejamento seria o principal instrumento na administração em geral.<sup>95</sup>

A intensificação dos fenômenos de urbanização e de industrialização no Brasil colaborou para favorecer a democratização do ensino a partir do momento que passou a exigir e a legitimar uma formação de novo tipo – o saber prático – e o atendimento a um número maior de pessoas. Assim, a década de 1950 foi marcada pela ideia segundo a qual tanto a definição quanto a condição de superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina encontravam-se alicerçadas na educação e, conseqüentemente, no planejamento científico.

Semelhante perspectiva convergiu com a visão dos atores difusores da importância do planejamento educacional no interior do CRPE/SP. Entre tais atores destacamos Azevedo e Renato Jardim Moreira. Este último trabalhou ativamente na realização de *surveys*,

---

94. Entre os textos de Fernando de Azevedo com essa temática destacou-se “Educação e mudança social”, comunicação apresentada no referido simpósio. Esse artigo encontra-se publicado em Azevedo (1962a) e é objeto de interpretação no capítulo 3.

95. No processo de interpretação dos textos de Fernando de Azevedo publicados nos anos de 1950 e 1960, encontram-se referências sobre a obra de Karl Mannheim. Azevedo parece ter trabalhado com concepções próximas àquelas desenvolvidas por Mannheim a respeito do tema do planejamento. Nesse contexto de hipóteses, o livro de Villas Bôas (2006), ao abordar o tema da recepção da sociologia alemã no Brasil e o papel de Emilio Willems, propicia pistas sobre uma possível influência, mesmo que difusa, de Mannheim nos textos de Azevedo. Vale destacar ainda que a preocupação de Azevedo com esse tema se originou em suas experiências nos anos de 1920 e 1930, sob inspiração das obras de Émile Durkheim e John Dewey. Em outro registro, o texto de Ferreira (2001) propõe que a presença de Karl Mannheim pode ser percebida na produção do CRPE/SP. Contudo, tal influência estaria somente nas obras dos sociólogos que eram vinculados à cadeira de Sociologia I da USP como Florestan Fernandes e Renato Jardim Moreira.

como um dos tipos de investigação que atenderia às necessidades de aperfeiçoamento dos instrumentos, dos processos de coleta e da análise de dados; e, ao mesmo tempo, permitiria estudar problemas teóricos mediante materiais que foram reunidos com finalidades práticas.

Nesse contexto de crescente racionalização do cotidiano e das instituições, o planejamento se apresentou – na visão dos educadores e sociólogos que atuaram nos centros, como o CRPE/SP – como um “[...] símbolo organizatório da civilização em mudança” (Xavier, 1999a, p.197). Desse modo, o planejamento não foi prerrogativa de um grupo, e sim uma espécie de “senso comum intelectual”, partilhado por diferentes grupos, particularmente, no universo social da década de 1950, no Brasil (Villas Bôas, 2006).

A política de industrialização, adotada pelo presidente Juscelino Kubitschek, foi caudatária desse contexto; e se caracterizou por procurar contemplar as antigas reivindicações de melhoria e de expansão do ensino no Brasil. Contudo, no decorrer do mandato de Kubitschek, o empenho em favorecer a área educacional foi se transformando, paulatinamente, em um problema; a ponto de o governo iniciar uma política de cortes nos investimentos do setor, a partir de 1959.

A implicação desses cortes para o CRPE/SP foi o abandono de parte considerável de suas investigações ainda inconclusas, ou simplificações nos projetos de pesquisa originais. Não obstante essa década ter sido favorável às iniciativas que privilegiaram a racionalização dos procedimentos administrativos, e, nesse sentido, o planejamento científico, a conjuntura econômica e a política nacional dos anos 1950 influenciaram o governo a assumir outras prioridades para os recursos públicos.<sup>96</sup> Além da dimensão financeira, outros

---

96. Contudo, vale a ressalva de que essa conjuntura foi marcada, entre outros aspectos, pelas disputas entre políticos, intelectuais defensores do ensino público e atores sociais partidários do ensino privado e religioso em torno da definição da LDB; e, nesse sentido, de parte significativa do ordenamento do mercado cultural brasileiro.

fatores agiram para a desestruturação dos centros a partir de 1959; um deles parece ter sido, no caso do CRPE/SP, a existência de problemas internos.

Na busca por interpretar tais problemas, Ferreira (2001) se dedicou à análise dos vínculos institucionais do CRPE/SP. Para essa intérprete, o fato de o CRPE/SP, desde sua fundação, ter se encontrado ligado a uma instituição como a USP consistiu em argumento suficiente para que ela classificasse a produção teórica do CRPE/SP como científica. Por outro lado, ao voltar-se para o CBPE e constatar que ele possuía uma estrutura de funcionamento semelhante à do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb),<sup>97</sup> ou seja, que se desenvolveu à margem da universidade, isto parece ter influenciado Ferreira a caracterizar seus atores sociais, e suas produções, como símbolos de improvisação e de difusão de ideologias.

Essa abordagem precisa ser problematizada, primeiro, por Ferreira (2001) associar a presença discreta de pesquisas empíricas à inexistência de investigações científicas por parte do Iseb e do CBPE. Segundo, por menosprezar o fato de que nenhuma instituição de ensino e de pesquisa, ou apenas de pesquisa, na área de Ciências Sociais encontrava-se, na conjuntura dos anos 1950, isenta de crí-

---

97. O Iseb foi criado, em 1955, como um órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC), ainda no governo de Café Filho, e se caracterizou por uma diversidade de atores sociais e teses que atuaram junto aos diferentes governos, ora por meio de críticas severas a suas políticas, ora a partir de contribuições para orientar e legitimar parte de sua obra no cenário político brasileiro. Assim, é possível ponderar que os intelectuais isebianos – entre eles: Hélio Jaguaribe (Filosofia e Ciência Política), Cândido Mendes (História), Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia), Nelson Werneck Sodré (História), Roland Corbisier (Filosofia), etc. – se colocaram como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das Ciências Sociais no Brasil e, com isto, o compromisso de colaborar para a superação do problema do subdesenvolvimento do país. Esses intelectuais assumiram uma concepção ideológica que parece ter se materializado, em parte, na prática do projeto nacional-desenvolvimentista implantado sobretudo por Juscelino Kubitschek. O texto de Bariani (2005) realiza um recenseamento crítico envolvendo diferentes trabalhos que se dedicaram a refletir sobre as contribuições e os limites da produção isebiana para o pensamento social no Brasil.

ticas, internas e/ou externas, em relação à ênfase dada as pesquisas teóricas em detrimento das empíricas. Esta era uma realidade vivenciada seja pela USP (e pelo CRPE/SP), seja pelo CBPE (e pelo Iseb), e por diferentes instituições no Brasil e em outros países da América Latina.

Um ponto de vista distinto sobre os problemas vividos pelo CRPE/SP, na gestão de Azevedo, foi propiciado em sua autobiografia: *História de minha vida* (1971b). Nela, ele expôs que:

[...] Tôda grande obra renovadora, está sujeita a êsses percalços que provêm da ignorância de uns, da desonestidade de outros e da fraqueza de muitos que se deixam envolver e arrastar pelas manobras e traições de poucos. A prova de legitimidade e importância de uma obra ou empresa está exatamente na resistência fria ou na reação enérgica contra os que a ela se opõem, por interesses pessoais, caprichos e ambições. (Azevedo, 1971b, p.157)

Apesar de consistir em um olhar subjetivo, o testemunho de Azevedo permite revisitar alguns aspectos das relações profissionais e pessoais desenvolvidas nessa instituição, em particular no decorrer do ano de 1960. Nessa conjuntura, vivenciou duas situações que colocaram em questão sua competência administrativa e sua autoridade intelectual no CRPE/SP.

A primeira delas envolveu diretamente uma pessoa de sua confiança, o sociólogo Renato Jardim Moreira. Nesse episódio, Azevedo parece ter assumido a “reação enérgica” – para utilizar suas próprias palavras – como atitude, uma vez que, no desenrolar da situação, Jardim Moreira deixou o cargo de diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (Deps). O pivô da demissão parece ter sido uma carta escrita por ele para Azevedo, em 18 de maio de 1960, quando este era ainda o diretor do centro.

No referido documento, Jardim Moreira realizou um balanço das dificuldades vividas pelo CRPE/SP – em particular, pela divisão sob sua direção – no qual criticou a gestão de Azevedo, afir-

mando que o centro havia se afastado dos propósitos em nome dos quais tinha sido criado; à guisa de exemplo, o correspondente salientou a crescente desarticulação dos grupos de pesquisa.

No entanto, em outra passagem da carta, Jardim Moreira reconheceu duas ordens de razões para os referidos problemas: uma delas remetia-se, em última instância, às “[...] deficiências pessoais dos encarregados da direção desses grupos”; a outra, às condições estruturais. Sobre estas, Jardim Moreira apontou a necessidade de estabelecer novas parcerias para obtenção de recursos financeiros para o CRPE/SP, assim como solicitou maior autonomia administrativa, enquanto diretor da DEPS, para gerir os recursos dessa divisão.

Em resposta, Azevedo escreveu uma correspondência no dia seguinte, 19 de maio de 1960. Nela, relatou sua decepção em relação à postura adotada por Jardim Moreira e afirmou lamentar ter que aceitar sua renúncia ao cargo de diretor da Deps.<sup>98</sup> Dois dias após a demissão de Jardim Moreira, em 21 de maio, uma nova investida contra a gestão de Azevedo buscou questionar sua competência e autoridade. Tal ação foi desencadeada pelo grupo de técnicos coordenado por Jardim Moreira. Esses atores encaminharam para Azevedo uma carta<sup>99</sup> e um relatório nos quais reiteravam as críticas do ex-diretor da Deps.

Faz-se preciso conhecer o teor de tais documentos, assim como os atores que os escreveram. Nesse caminho, diferente da perspectiva adotada por Ferreira (2001), a interpretação de Vidal (2000b) e a minha, a partir da pesquisa no acervo desse sociólogo, procuraram explicitar quem compunha o grupo de técnicos da Deps. Destacaram-se entre estes profissionais: Francisco Corrêa Weffort, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Celso de Rui Beisiegel, Gabriel Bolaffi, José Mário Pires Azanha, José Fábio Barbosa da Silva, entre outros.

---

98. De fato, Jardim Moreira não se demitiu de forma expressa, mas na carta que encaminhou expôs que o atendimento a suas solicitações consistia em uma condição para sua permanência. Tendo em vista que Azevedo não as aceitou, Jardim Moreira teve que sair do cargo.

99. Localização da correspondência no acervo: FA-D8/1, 50.

Ao lançar luz sobre esses personagens sociais é interessante reconhecer que alguns possuíam vínculos institucionais e pessoais com a cadeira de Sociologia I da USP, sob a direção de Florestan Fernandes; isto é, representavam a parcela dos cientistas sociais responsável por desencadear, no interior dessa universidade, uma dinâmica de concorrência com os membros da cadeira de Sociologia II – sob a influência de Azevedo – e com ele próprio, no processo de embates pela hegemonia “do fazer sociológico” (Pulici, 2004; LaHuerta, 1999).

Fernando de Azevedo não se manteve indiferente a essas investidas contra sua administração no CRPE/SP, no entanto, parece ter procurado interpretá-las de duas maneiras: primeira, como uma manifestação legítima para buscar melhorar as condições de trabalho no interior do centro; segunda, como uma artimanha para abalar sua autoridade, ou seja, um artifício para abrir espaço de ascensão para “novos” profissionais.

Os técnicos da Deps destacaram como sérios problemas vividos pelo CRPE/SP, na gestão de Azevedo: a grande mobilidade do pessoal técnico e o isolamento do centro em relação às instituições ligadas à política e à administração escolar do município. Sobre a questão da mobilidade de pessoal é preciso reconhecer a existência de várias razões, sendo, talvez, a principal delas a remuneração insuficiente, e entender que isto pode ter sido resultado da política do governo federal de redução dos recursos para as instituições de pesquisa no país, no período. Portanto, as dificuldades orçamentárias, que colaboraram para a mobilidade de pessoal, não seriam exclusivas da administração desse sociólogo, tampouco produto da mesma.

Já o isolamento do centro em relação ao poder público envolveu uma situação delicada, pois, no período de 1957 a 1961, era prefeito de São Paulo o político Ademar Pereira de Barros. Este, desde a década de 1930, apresentou uma relação conflituosa – e, às vezes, ambígua – com Fernando de Azevedo, ora de forma explícita, como em 1938, ora de maneira latente, como em 1947. Em 1938, período no qual ocupou o posto de interventor do Estado de São Paulo,

Ademar Pereira de Barros foi o responsável por extinguir, sem uma justificativa plausível, o Instituto de Educação (Ieusp), o qual havia sido criado e dirigido por Azevedo.

Quase dez anos depois desse incidente, com convite de Ademar Pereira de Barros, Azevedo torna-se secretário da Educação do Estado de São Paulo, em 1947. Contudo, ao perceber que não possuía as condições políticas e financeiras para o exercício do cargo, abdicou com apenas cinco meses de mandato. Diante desse quadro sucinto, é possível supor as dificuldades enfrentadas por sua gestão na relação com o governo e com as administrações escolares.<sup>100</sup>

Por outro lado, a administração em âmbito estadual também não era favorável a Fernando de Azevedo, pois se encontrava nas mãos de Jânio Quadros,<sup>101</sup> no período de 1955 até 1961. Este último e Ademar Pereira de Barros, historicamente, eram figuras avessas ao grupo que construiu a USP, assim como à própria instituição. Decorre disso que o isolamento do centro não parece ter sido resultado de uma ausência de habilidade ou de vontade política de Azevedo.

Ao avaliar o trabalho desenvolvido pelo CRPE/SP, Ferreira (2001) afirmou:

[...] existiu no Brasil uma instituição voltada para a pesquisa educacional que, mesmo vinculada à Universidade, não restringia seus objetivos aos limites das exigências acadêmicas e que contava com recursos humanos e financeiros próprios para estabelecer, de forma independente, linhas de pesquisas convergentes com o propósito de transformação da educação brasileira a partir da análise sistemática de seus principais problemas. (Ferreira, 2001, p.168)

100. Em 1961, antes do fim de seu mandato, Azevedo entregou a direção do centro ao professor Milton da Silva Camargo Rodrigues, membro do conselho administrativo do centro e seu amigo pessoal.

101. Uma pista sobre a maneira como Azevedo enxergava Jânio Quadros encontra-se na carta de Azevedo para Nelson Werneck Sodré em 1968.

Nesse sentido, prossegue a autora, o CRPE/SP desempenhou atividades que “[...] geraram resultados significativos para a pesquisa educacional brasileira: seja através do resultado de algumas pesquisas e cursos bem-sucedidos, seja pela influência causada na formação de pesquisadores e em seus trabalhos posteriores” (Ferreira, 2001, p.168).

Embora Ferreira (2001) elabore uma interpretação consistente sobre alguns limites e conquistas do CRPE/SP na gestão de Azevedo, ela desenvolveu uma argumentação problemática, pois caracterizou os avanços institucionais e teóricos como contribuições apenas dos atores sociais que desencadearam as críticas contra sua administração e, ao mesmo tempo, situou o trabalho de Azevedo ao lado dos limites. Essa análise decorreu da compreensão de Ferreira (2001) de que, durante a gestão de Azevedo, imperou no centro a ausência de uma definição precisa da agenda de pesquisas – a qual era atribuição do diretor – e que essa omissão teria desencadeado os principais problemas organizacionais e administrativos do CRPE/SP.

No entanto, é válido questionar até que ponto os diretores das divisões do centro não seriam corresponsáveis por tal omissão. Guardando as devidas proporções, a carta de Renato Jardim Moreira de 1960 aventou a ideia de uma corresponsabilidade nesse processo. Com esse questionamento objetiva-se flexibilizar a interpretação de Ferreira (2001), apontando que não existe uma única história institucional.

Vale ressaltar ainda que as críticas que Azevedo enfrentou, na direção do CRPE/SP no ano de 1960, parecem ter abalado apenas parcialmente sua autoridade intelectual. Essa hipótese apoia-se na constatação de que, ao assumir o cargo de secretário da Educação e da Cultura do Município de São Paulo, em 1961, ele obteve a colaboração não remunerada de um grupo de 18 intelectuais para assessorá-lo na criação das políticas públicas municipais de educação e de cultura. Pertenceram a esse grupo: Antonio Candido, parceiro de Azevedo em sua administração no CRPE/SP; Lourival Gomes Machado e Mário da Silva Brito, partidários da criação do CBPE e

do CRPE/SP; além de outros nomes significativos do cenário cultural brasileiro como Décio de Almeida Prado; Paulo Emílio Sales Gomes, etc.<sup>102</sup>

Outro indício de que o prestígio desfrutado por Azevedo no CRPE/SP junto a organismos internacionais – como a Unesco – manteve-se na década de 1960, pode ser encontrado em seu acervo pessoal. Assim, em 1968, Julio Larrea escreve para Azevedo para que este forneça referências sobre ele, Larrea, para o cargo de especialista em Planejamento Educacional na Unesco.<sup>103</sup>

---

102. As informações sobre os nomes desses atores e sobre a inexistência de remuneração pelas assessorias prestadas por eles nos campos de suas especialidades foram encontradas na autobiografia de Azevedo (1971b) e na consulta ao seu acervo pessoal, especificamente a Seção Dossiê 1: Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961). Os relatórios das comissões formadas por esses intelectuais, e por outros como Mário Schenberg, também estão disponíveis no acervo.

103. As cartas de Larrea, assim como a de Baltazzi – chefe da Divisão de Recrutamento do Departamento Pessoal da Unesco –, para Azevedo e suas respostas encontram-se no acervo.



## 2

# PROJETO EDITORIAL E INTELECTUAL DE FERNANDO DE AZEVEDO

*Fruto típico da geração nascida por  
perto da proclamação da República,  
[...] tinha a religião do saber e  
procurava fecundar de maneira  
construtiva e atual a tradição  
“ilustrada”, visando superar o passado  
sem renegá-lo, concentrando o melhor  
da sua força na transformação do  
presente como preparo para o futuro.  
Quando falo em geração da República,  
penso em homens que apostaram  
na possibilidade de mudar para melhor  
a vida em sociedade, certos de que  
as utopias dão acesso ao real.*

Antonio Candido,  
*Prefácio* (1994b, p.9).

### **Intercâmbios intelectuais latino-americanos: aspectos da institucionalização da Sociologia no Brasil através das cartas**

Considerar Azevedo como uma figura importante da Sociologia acadêmica no Brasil não significa aderir a uma representação

mítica a respeito desse sociólogo, mas problematizar as interpretações que buscaram minimizar seus empreendimentos no campo sociológico latino-americano. Nessa perspectiva, tal reconhecimento propicia qualificar as relações estabelecidas em uma fase do processo de institucionalização dessa ciência no país – período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960 – e o papel de Azevedo como intelectual ligado à defesa de uma concepção de Sociologia baseada a um só tempo na modernização institucional, editorial e cultural. Inovação da própria Sociologia enquanto uma área especializada do conhecimento, e modernização do país.

Alguns aspectos do diálogo intelectual latino-americano envolvendo a institucionalização dessa ciência podem ser acompanhados através da correspondência passiva de Azevedo, de 1936 até a década de 1960, uma vez que nesse material encontram-se registrados temas e problemas comuns vivenciados por seus interlocutores – José Medina Echavarría (1942, 1964),<sup>1</sup> Daniel Cosío Villegas (1942 (9), 1943, 1946), Francisco Ayala (1946 (3), 1947, 1948 (2), 1958 (2)), Ricardo Levene (1943, 1945), Alfredo Poviña (1936, 1940, 1951 (3), 1952 (4), 1953, 1954), Gino Germani (1948), Theo R. Crevenna (1950, 1953, 1954), Mario Bon Espasandín (1968), Isaac Ganón (1945, 1946 (2), 1947), bem como as impressões e avaliações desses construtores institucionais a respeito da obra teórica de Azevedo.

As correspondências possibilitam reconstruir parte das teias institucionais, dos sentimentos, das dificuldades, dos interesses, etc. compartilhados por esses atores sociais. Com isso, asseguram alguns elementos para estabelecer o lugar de Azevedo no campo editorial, científico e educacional das Ciências Sociais na América Latina e, em especial, no Brasil.

O enfoque sobre esse material revela que Argentina e México foram os países com o maior número de correspondentes. O que

---

1. Vale recordar que os números dentro dos parênteses representam os anos em que foram escritas as cartas, já o número, também entre parênteses, mas com um único dígito, refere-se à quantidade de cartas escritas naquele ano.

talvez possa estar relacionado ao fato de ambos serem, juntamente com o Brasil, os principais exemplos de organização e de incremento da divisão intelectual do trabalho cultural e editorial na América Latina à época.

Para a arteficialidade dessa abordagem que visa revisitar e, ao mesmo tempo, reconstruir parte do contexto discursivo dos correspondentes estrangeiros, os textos de Pocock (2003) e Skinner (1999) se impõem como referências.

Na América Latina e, em particular, nos países do Cone Sul, é a partir dos anos 1930 e 1940 que a Sociologia experimenta e experimenta, ainda que com intensidades e ritmos diferentes em cada país, um processo mais estruturado de institucionalização (Blanco, 2007, 2006; Ianni, 1976).<sup>2</sup> Tal processo se consolida através do aparecimento das instituições especializadas no ensino e nas pesquisas de Sociologia; no surgimento das publicações oficiais e das coleções de livros e, também, na fundação e na consolidação das sociedades e das associações profissionais e científicas dessa área do conhecimento (Blanco, 2007, 2005; Sigal, 1991).

As transformações ocorridas nesses anos nas esferas política, econômica, cultural e social convergiram para tornar esse período um momento-chave no processo de institucionalização da Sociologia na América Latina, ao passo que as décadas subsequentes foram fundamentais para o desenvolvimento e consolidação desse processo, que teve entre seus desdobramentos, na década de 1960, a emergência de outros atores sociais nos campos acadêmicos e culturais latino-americanos (Blanco, 2007; Jacoby, 1990; Ianni, 1976).

*Grosso modo*, a partir de meados da década de 1950, Florestan Fernandes luta para instituir – em sua prática, assim como em termos discursivos – um novo modelo de pesquisa e de ensino da Sociologia dentro do campo acadêmico paulista e, com isso, passa a classificar a contribuição de Azevedo como algo a ser superado na história da Sociologia no Brasil: o ensaísmo. De certo modo, algo similar parece ter ocorrido no campo acadêmico argentino; Gino

---

2. Os textos de Poviña (1959, 1941) também contemplam esse apontamento.

Germani emergiu, assim como Florestan Fernandes, questionando o legado de seus antecessores, entre eles, o sociólogo Alfredo Poviña (Blanco, 2007, 2006, 2005).

Essas “iniciativas domésticas” dos “novos” atores institucionais – Fernandes, Germani, Costa Pinto, etc. – a favor de uma renovação da Sociologia foram reforçadas pelas pressões exercidas por uma série de organismos internacionais, como a União Pan-Americana<sup>3</sup> e a Unesco, nas décadas de 1950 e 1960; por pressões de organizações regionais, com destaque para o Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (Clapcs), o qual foi fundado e dirigido por Costa Pinto, e para a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso); e de agências filantrópicas, a exemplo da Ford e da Rockefeller, mediante um discurso de defesa da modernização da educação superior nos países latino-americanos (Blanco, 2007, 2006; Ianni, 1976).<sup>4</sup>

Isoladas inicialmente, as pressões externas e as iniciativas domésticas adquiriram a forma de um movimento mais amplo e sistemático a partir da década de 1960 (Germani, 1964). Talvez os sociólogos José Medina Echavarría, espanhol que atuou no México e na Cepal,<sup>5</sup> Gino Germani, italiano que atuou na Argentina, e Florestan Fernandes tenham sido as figuras proeminentes desse movimento, o qual também contou com Costa Pinto (no Brasil), José Rafael Arboleda (na Colômbia) e Eduardo Hamuy (no Chile), entre outros.

---

3. A União Pan-Americana foi incorporada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948. Ela abandonou esse nome na década de 1970.

4. É preciso ponderar que, se as pressões desses organismos e agências resultaram em estímulos para o desenvolvimento institucional nos países da região, esta não foi a única consequência, nem tampouco o maior interesse em jogo. No entanto, reflexões sobre esse processo ultrapassam os limites deste texto.

5. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) foi criada em 1948 e subordinada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), com sede em Santiago no Chile. A Cepal, principal centro de influência sobre o tema do desenvolvimento, foi dirigida, a partir de 1950, pelo argentino Raul Prebisch que reuniu em torno da instituição nomes como o de Medina Echavarría, Aníbal Pinto, Celso Furtado, entre outros.

Esses autores apregoaram a necessidade de tornar a Sociologia uma ciência reconhecida e respeitada por sua cientificidade teórica e metodológica, com forte viés empirista. Portanto, no transcurso de poucos anos, eles iniciaram uma luta simbólica e institucional entre os denominados “sociólogos científicos” – liderados por Florestan Fernandes<sup>6</sup> e por Gino Germani, nos seus respectivos países – e os “sociólogos de cátedra” ou “sociólogos normalistas” – representados por aqueles a serem superados no campo sociológico latino-americano como Alfredo Poviña, na Argentina, e Azevedo, no Brasil.

A oposição “científicos” *versus* “de cátedra”, no caso da Argentina, ou “normalistas” no que se refere ao Brasil, nos possibilita representar, normativa e retoricamente, o esquema classificatório que foi mobilizado por Germani e Fernandes, entre outros, para se diferenciar, e, particularmente, para hierarquizar as produções intelectuais, segundo graus diversos de reivindicação do caráter empírico e científico do fazer sociológico na América Latina. O contraste entre as categorias “sociólogos científicos” e “sociólogos de cátedra”, ou “sociólogos normalistas”, traduziu-se nos seguintes pares de opostos no âmbito discursivo: profissionais *versus* amadores, cientistas *versus* humanistas, empíricos *versus* ensaístas, etc.

O fato de reconhecer a existência de tais disputas e de propor o uso das referidas categorias para explicá-las não representa subestimar as tensões que essas categorias comportam, tampouco ignorar a inexistência de consenso a respeito de seu emprego para simbolizar o complexo processo de construção das identidades sociais dos diferentes grupos de intelectuais.

Nesse contexto, revelar alguns dos interlocutores estrangeiros de Azevedo e parte do conteúdo de suas cartas permite questionar a oposição entre os “sociólogos científicos” e os “sociólogos de cátedra” (ou “normalistas”), e demonstrar que, além dos discursos de diferenciação, suas relações também foram marcadas por reciprocidade expressa por um delicado sistema de colaboração nos

---

6. E de modo menos incisivo por Costa Pinto.

empreendimentos institucionais, em particular editoriais, por eles realizados.

No entanto, uma interpretação sobre o campo editorial latino-americano a partir das correspondências limita-se a lançar luz sobre aqueles sociólogos que estabeleceram contato com Azevedo. Isto significa que vários atores sociais tão importantes quanto estes não serão mencionados. Logo, as cartas permitem desvelar alguns aspectos do pensamento e da atuação daqueles sociólogos que partilharam com Azevedo suas dificuldades, anseios, estratégias para construir e consolidar esse campo.

A experiência de Azevedo como editor forneceu subsídios para a estruturação do campo cultural do Brasil; seus esforços somaram-se aos de Octalles Marcondes Ferreira e Monteiro Lobato no processo de configuração da indústria de livros e do mercado editorial nacional. Esse trabalho possibilitou a Azevedo tornar-se um reconhecido divulgador das Ciências Sociais, dentro e fora do país (Dutra, 2006; Toledo, 2006, 2001; Leal, 2003; Pontes, 1989; Hallewell, 1985). Embora tenha participado de iniciativas editoriais no CRPE/SP, nos anos 1950, foi nas décadas de 1930 e de 1940 que Azevedo consagrou-se como editor. Como autor e difusor, ele permaneceu atuante até 1974, ano de seu falecimento.

A apresentação dos conteúdos das cartas e de alguns aspectos dos perfis de seus autores compôs uma espécie de mosaico, cuja construção ocorreu em diálogo com a literatura especializada sobre a história da Sociologia na América Latina. Essa relação influenciou na escolha dos correspondentes de tal modo que foram selecionados somente aqueles considerados por essa literatura como referências no campo sociológico da região, e, em particular, no campo editorial. Outro aspecto privilegiado na seleção foi que esses correspondentes apresentassem alguma relação entre si, como amizade, parceria em instituições e/ou projetos, ou, ainda, atuação no mesmo país, etc.

As primeiras cartas desse mosaico foram escritas por José Medina Echavarría (1942, 1964), seguidas pelas de Daniel Cosío Villegas (1942(9), 1943, 1946). O espanhol Medina Echavarría emigrou

para o México em 1939, onde assumiu a direção da coleção *Sección de Obras de Sociología* – pertencente ao Fondo de Cultura Económica, uma editora fundada pelo mexicano Daniel Cosío Villegas, em 1934 – e consolidou sua carreira como editor. Em poucos anos, o trabalho desses intelectuais proporcionou ao Fondo ser reconhecido como uma das editoras de maior prestígio nas Ciências Sociais da América Latina.

Por meio dessa editora, Medina Echavarría disponibilizou aos leitores latino-americanos uma literatura pouco conhecida, até mesmo para o incipiente público especializado, conforme sinalizou Blanco (2007, 2006). Foram traduzidas e difundidas obras de autores como Max Weber, Karl Mannheim, Vilfredo Pareto, entre outros. A preocupação desse editor em sintonizar o México com o que se produzia e lia na Europa e nos Estados Unidos se fez sentir em outros países, como Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, etc. O projeto editorial de Medina Echavarría, compartilhado por Cosío Villegas, também buscou promover a integração da produção latino-americana em Ciências Sociais, ao publicar – através da coleção *Sección de Obras de Sociología* – livros de diversos sociólogos da região, entre eles, Alfredo Poviña e Fernando de Azevedo.

Na Argentina, a preocupação de Medina Echavarría foi compartilhada por Gino Germani ao traduzir e publicar autores como Erich Fromm, George H. Mead, Bronislaw Kasper Malinowski, Karl Popper, Talcott Parsons, entre outros (Blanco, 2007, 2006). Germani teria concorrido para estabelecer um lugar diferenciado no campo editorial argentino, pelo qual já transitavam intelectuais como o argentino Ricardo Levene e o espanhol Francisco Ayala, que atuou na Argentina. No Brasil, Azevedo realizou parte considerável de seu projeto editorial no interior da Cia. Editora Nacional, no período de 1931 até 1946.

A primeira carta de Medina Echavarría para Azevedo foi escrita em 1942. Nela, o remetente explicita a relevância que destina à opinião de Azevedo sobre o seu trabalho; bem como comenta a respeito da recomendação que fez para Daniel Cosío Villegas da

tradução da obra *Sociologia Educacional* (1954b [1940]), de autoria de Azevedo, para o espanhol. Segundo Medina Echavarría, esse livro era, à época, o melhor trabalho publicado sobre o assunto.

Ainda nessa correspondência, Medina Echavarría revela alguns aspectos do campo editorial latino-americano ao mencionar as dificuldades para conhecer e intercambiar as produções sociológicas realizadas nos vários países. Para esse sociólogo, a difusão dessas obras permitiria assegurar avanços teóricos e metodológicos nas Ciências Sociais e sair da ignorância sobre o que cada país estava realizando.

Em sua visão, a produção brasileira poderia disputar um lugar de liderança na Sociologia latino-americana; e essa situação resultava, entre outras razões, dos esforços de editores como Azevedo. Em outro momento da carta, Medina Echavarría declarou que pretendia incorporar as produções brasileiras na coleção por ele dirigida no Fondo e, que para isto, contava com o auxílio de Azevedo, tanto para sugerir títulos de obras quanto para intermediar os contatos com os autores.

Já na correspondência de 1964, Medina Echavarría lamenta não ter sido ainda maior a comunicação entre ambos; o tom presente na carta é de reconhecimento pelo trabalho de Azevedo. A partir do exposto, é possível apontar que, durante alguns anos, possa ter existido certo distanciamento entre esses atores. No entanto, isto não autoriza a afirmar a presença de rupturas em suas relações.

O mexicano Daniel Cosío Villegas (1946, 1943, 1942(9)) foi o fundador e o diretor, de 1934 até 1947, da editora Fondo de Cultura Económica e, também, companheiro de Medina Echavarría no desenvolvimento do campo editorial mexicano. O Fondo, seu principal empreendimento no campo, foi a instituição responsável por promover tanto a publicação de livros em espanhol quanto a tradução, para o espanhol, de importantes obras em outros idiomas.

Além disso, fez parte da obra institucional de Cosío Villegas a criação de redes de distribuição das publicações do Fondo no exte-

rior. A primeira filial dessa editora foi inaugurada em 1945, na cidade de Buenos Aires, sob a direção de Arnaldo Orfila Reynal. Com a saída de Medina Echavarría do México, Reynal, Julián Calvo e Cosío Villegas foram os continuadores do seu projeto editorial.

No ano de 1942, Cosío Villegas escreveu nove cartas para Azevedo, todas apresentando registros dos trâmites que envolveram as condições, inclusive financeiras, para a publicação da obra *Sociología Educacional* (1954b [1940]) pelo Fondo. Convém recordar que o interesse em publicar tal livro encontrou apoio na apreciação realizada por Medina Echavarría a respeito dessa obra. Em suas correspondências para Azevedo, Medina Echavarría e Cosío Villegas prestam deferência ao seu papel como editor.

Em carta de 1943, Cosío Villegas pede que Azevedo lhe indique um professor que possa ministrar o curso a ser organizado por ele – Cosío Villegas – no México. Semelhante solicitação pode ser vista como um indício do prestígio intelectual de Azevedo como organizador da cultura no país, nos termos de Gramsci (1968). Essa hipótese é reforçada pelo fato de parte dos intercâmbios institucionais nesse período – como as visitas de professores/pesquisadores para ministrar cursos e realizar pesquisas, etc. – ter ocorrido através de negociações envolvendo esse ator.

Na correspondência de 1946, Cosío Villegas escreve sobre a segunda edição da obra *Sociología de la Educación*, que também foi realizada sob os auspícios do Fondo, e informa a Azevedo que Medina Echavarría foi o responsável por revisar a primeira edição do livro e incorporar as modificações propostas por seu autor. O fato de Medina Echavarría comprometer-se com a revisão sugere que sua opinião sobre esse texto, em carta de 1942, foi mais que uma gentileza conjuntural, ou seja, consistiu no reconhecimento do seu mérito.

O espanhol Francisco Ayala (1946 (3), 1947, 1948 (2), 1958 (2)), foi outro correspondente de Azevedo com forte presença no campo editorial latino-americano, em particular na Argentina, na década de 1940. No ano de 1939, em virtude da conjuntura política europeia, Ayala foi obrigado a ir para o exílio. Após uma rápida estadia na França, ele passou a viver na Argentina até 1950. Nesse país,

trabalhou no jornal *La Nación* e lecionou Sociologia na Universidade do Litoral; destacou-se também como editor na Biblioteca de Sociología, na Editora Losada, e como tradutor de diversas obras nos idiomas francês, inglês, alemão, italiano e português.

Em carta escrita em maio de 1946, Ayala agradeceu a Azevedo pelas informações que este forneceu a respeito da história da Sociologia e afirmou que algumas delas, de fato, eram desconhecidas por ele; informou que iria incorporá-las na publicação de seu livro *Tratado de Sociología*. Ainda nessa correspondência, explicou a estrutura do livro e comentou que as possíveis deficiências do mesmo talvez resultassem das dificuldades em obter bibliografias. Por fim, discorreu a respeito do apreço que sentia por Azevedo e solicitou sua opinião sobre o *Tratado*.

Em carta de setembro de 1946, Ayala conta para Azevedo que irá fundar uma revista e que deseja a sua colaboração através de artigos; porém salienta que seu principal interesse é que Azevedo se torne o representante desse empreendimento no Brasil, isto é, que ele ampare a revista *Realidad* “sob sua autoridade intelectual”, segundo as palavras de Ayala. Nesse contexto, solicita que Azevedo indique autores e, ao mesmo tempo, estabeleça contatos com possíveis colaboradores no país; e cita, como nomes de seu interesse, os intelectuais Sérgio Milliet e Roger Bastide. Ayala aponta ainda que a escolha dos colaboradores orienta-se pela preocupação em satisfazer os critérios de uma revista de porte internacional.

Em novembro de 1946, a correspondência de Ayala chega às mãos de Azevedo por intermédio de Elías Palasí, da Editora Losada. Nessa carta, o remetente aponta que Azevedo poderá contar com Palasí para obter quaisquer informações sobre questões editoriais em Buenos Aires. No ano de 1947, Ayala indaga sobre os artigos que pediu para a revista *Realidad* e também se Azevedo já leu o *Tratado de Sociología*. Partindo do pressuposto de que Azevedo tinha lido, solicita que lhe aponte as possíveis deficiências no que tange às páginas sobre a Sociologia no Brasil. Nesse contexto, não parece excessivo sugerir que Fernando de Azevedo, através de suas

cartas e obras, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, orienta parte do olhar estrangeiro sobre o país.

Ao longo do ano de 1948, Ayala escreve sobre os problemas encontrados no mercado editorial da região. Já em janeiro, comenta que as dificuldades em adquirir no Brasil exemplares da revista *Realidad* e de seu livro *Tratado de Sociología* – relatadas por Azevedo em carta – seriam resultantes das péssimas condições de distribuição encontradas neste país. De acordo com Ayala, os distribuidores argentinos não encontravam no Brasil uma estrutura organizacional mínima que lhes assegurasse cobrar as faturas, por isso, eles se abstinham de remeter o material ao país. Esse correspondente também atribui à desorganização da distribuição editorial o baixo número de assinaturas da revista *Realidad* no Brasil (cerca de trinta).

Em carta de março de 1948, Ayala agradece a Azevedo pelo auxílio na divulgação do livro *Tratado de Sociología* e reitera que um dos maiores problemas da indústria editorial latino-americana, naquele período, consistia na desestruturação da distribuição. Ayala solicita que Azevedo sugira uma casa editorial que possa assumir a tarefa de divulgar o *Tratado* e a revista *Realidad* no país e explicita sua gratidão pela indicação que Azevedo fez de seu nome para a Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte. Na correspondência de março de 1958, Ayala demonstrou-se satisfeito com a aprovação que sua obra recebeu de Azevedo.

Entre os anos de 1926 e 1930, Ricardo Levene tornou-se uma figura importante na Universidade de La Plata, ao fundar e dirigir o Instituto Bibliográfico e criar o Arquivo Histórico da Província de Buenos Aires. Contudo, parte significativa de seu trabalho institucional e editorial vincula-se à sua atuação como presidente (de 1927 até 1931) da Academia Nacional de História.<sup>7</sup>

Nessa academia, Levene empreendeu uma obra monumental: a pesquisa sobre a História da Nação Argentina, na qual partici-

---

7. Na literatura especializada, essa academia é considerada a instituição (não universitária) mais importante de pesquisa na área de História no período.

param dezenas de historiadores sob sua coordenação. Esse trabalho resultou no aparecimento de 10 volumes com 14 tomos entre as décadas de 1930 e 1950. Ainda na década de 1930, Levene criou o Instituto de História do Direito Argentino e Americano, na Universidade de Buenos Aires.

Ao escrever para Azevedo em 1943, Levene explica o objetivo do Instituto de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires, o qual consistia em estabelecer vínculos institucionais com outros centros de estudo da Argentina e da América Latina, em geral; e sinaliza seu interesse em aproximar-se desse ator. Para isto, solicita a Azevedo que escolha um sociólogo brasileiro que possa ser classificado como um expoente da Sociologia nos últimos tempos, e realize uma síntese dos seus trabalhos para ser publicada no *Boletín* do instituto. Em carta de 1945, Levene comenta que está preparando o quarto número do *Boletín* e que deseja uma colaboração de Azevedo. Essas cartas denotam seu reconhecimento pelo trabalho de Azevedo.

A seleção do nome de Alfredo Poviña, no conjunto dos interlocutores “editores” de Azevedo, se justifica na medida em que sua obra – de criação e de administração de associações científicas de Sociologia, como a Alas – teve como resultados o crescimento e a inovação do mercado editorial latino-americano. Afinal, cada instituição criada e cada evento realizado implicaram a geração de conhecimento e de reconhecimento de “novos” e de “consagrados” intelectuais no campo sociológico da região.

Isso resultou em um consequente aumento da demanda por obras especializadas; bem como estimulou o interesse em publicá-las e traduzi-las. Portanto, é a partir da contribuição de Poviña para esse processo e como autor que se fará sentir sua presença no campo editorial latino-americano. Ao atuar em instituições como a SBS e a ISA, e em eventos científicos, Azevedo parece ter buscado resultados similares aos de Poviña no setor editorial.

Em carta de maio de 1954, Poviña relata que seu livro *La Sociología contemporánea* será publicado e que negociou com o editor para ilustrá-lo com fotos. Entre estas, Poviña afirma que gostaria

que estivesse a de Azevedo, algo que se justifica, nas palavras desse remetente, por ser o brasileiro um representante significativo da Sociologia na América Latina. Contudo, ao observar que a única fotografia que possuía de Azevedo era a contida no livro de Echanove Trujillo, Poviña solicita que Azevedo lhe envie com urgência uma foto e, caso tenha, as fotografias de Ginsberg e de Freyer.

É interessante ponderar que a visão de Poviña sobre Azevedo, em 1954, dialoga com aquela exposta em seu livro *Historia de la Sociología en Latinoamérica*, publicado em 1941, e é reiterada na obra *Nueva historia de la Sociología latinoamericana*, de 1959. A partir destes trabalhos expõe que “[...] Fernando de Azevedo é já uma figura de prestígio no campo sociológico [...]” (Poviña, 1941, p.82) latino-americano; e que, no Brasil, “[...] a Sociologia oficial, acadêmica e científica, tem hoje seus principais centros de irradiação em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, agrupada ao redor de três grandes figuras, que são: Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, e Antonio Carneiro Leao” (Poviña, 1959, p.225).

A história do intelectual italiano Gino Germani na Argentina iniciou-se em 1934, quando foi exilado em virtude de sua militância antifascista. Além de estudar na Universidade de Buenos Aires, Germani tornou-se pesquisador no seu Instituto de Sociologia. Contudo, na década de 1940, foi afastado de suas atividades pelo governo peronista. No decorrer desse período, lecionou cursos apenas em instituições particulares e colaborou com editoras voltadas para a publicação de livros na área de Ciências Sociais.

Com a deposição de Juan Domingo Perón, na década de 1950, Germani retorna à universidade como professor titular de Sociologia. Já na década de 1960, realiza várias visitas aos Estados Unidos, país cuja influência se fará sentir em parte de suas obras e em seus empreendimentos institucionais, inclusive editoriais.

Foi em 1948, na conjuntura de perseguição política exercida pelo governo peronista contra Germani e alguns intelectuais argentinos, que ele escreveu para Azevedo. Esse contexto desfavorável parece ter motivado Germani a buscar no campo editorial um caminho alternativo para projetar-se como sociólogo. Segundo Blanco (2006),

Germani procurou contribuir com editores já consolidados, como Ricardo Levene (de quem foi aluno), Medina Echavarría, entre outros, o que lhe possibilitou conhecer o funcionamento do campo e estabelecer sua própria rede de colaboradores.

Assim, na correspondência de maio de 1948, assinada por Gino Germani e Mario Segre, o projeto editorial *Revista de Sociología y Economía* foi apresentado a Azevedo com a preocupação de afirmar que, desde o primeiro número, ambos, Germani e Segre, esperavam contar com seu apoio e colaboração. Visando à adesão de Azevedo, esses correspondentes explicitaram que a revista consistia em uma iniciativa que abarcava tanto sociólogos quanto economistas americanos e europeus, e, que, entre os nomes já ligados ao projeto, constavam o de Ricardo Levene, Alfredo Poviña, Donald Pierson, Oracy Nogueira, Erich Fromm, George H. Mead, etc. Germani e Segre finalizam tal carta reiterando o desejo de que Azevedo participe e envie um artigo seu, o qual, segundo afirmaram, teriam imenso prazer em publicar em um dos primeiros números da *Revista de Sociología e Economía*.

Ao explicitar o apoio de Alfredo Poviña ao seu empreendimento editorial e solicitar a adesão de Azevedo, essa carta de Germani revela que, além de um período de disputas entre os “sociólogos científicos” e os “sociólogos de cátedra” – ou “normalistas” –, houve momentos de colaboração.

Vale salientar que as lutas simbólicas por legitimidade e por espaço institucional, entre as décadas de 1930 e 1960, não foram algo extraordinário e sim parte de um processo rotineiro de adaptação e atualização do campo sociológico que, à época, encontrava-se em construção no âmbito editorial e acadêmico.

Embora Theo R. Crevenna já tenha sido mobilizado em outro registro, faz-se preciso voltar a esse correspondente e compreender suas contribuições para a organização do mercado editorial do continente americano. Esse sociólogo atuou em organismos internacionais que foram responsáveis por criar condições favoráveis para a implantação de diversos empreendimentos voltados ao fomento da ciência, educação e cultura na América Latina. Tais empreendimentos

colaboraram diretamente para a formação e para o crescimento da demanda de um público especializado, algo imprescindível no mercado de bens culturais e, portanto, no campo editorial.

Os novos rumos que as Ciências Sociais passaram a trilhar na América Latina, após 1945, resultaram, inclusive, dos trabalhos desenvolvidos por Crevenna na União Pan-Americana, posteriormente Organização dos Estados Americanos (OEA). Nessa instituição, ele exerceu as funções de diretor de Assuntos Culturais, diretor de Assuntos Econômicos e Sociais, diretor de Bolsas de Estudo e Capacitação, entre outros altos cargos, no período de 1947 a 1978.

Foi também responsável por dinamizar as relações entre a Universidade do Novo México (UNM) e a OEA, por meio de acordos interinstitucionais que permitiram executar, nas últimas décadas do século XX, uma ampla gama de projetos e atividades em temas vinculados a aspectos científicos, educativos, culturais e tecnológicos, como também programas de bolsas de estudo e de atualização profissional, gerando importantes intercâmbios intelectuais entre várias instituições no continente.

Na correspondência de 1953, Crevenna expôs que os responsáveis pelo *Boletín Ciencias Sociales* pretendiam realizar uma seção de críticas de livros e que desejavam que Azevedo a compusesse. Também consultou Azevedo sobre sua disponibilidade para escrever uma crítica a respeito da obra recém-publicada, à época, “*Readings in Latin American Social Organization and Institutions* (East Lansing, Michigan, Michigan State College Press, 1953)”, um trabalho considerado de grande interesse para os estudantes latino-americanos, na opinião de Crevenna.

Ainda nessa carta, comenta com Azevedo que os editores comumente disponibilizavam aos críticos duas ou três páginas, mas, no caso de uma contribuição sua, lhe propiciariam o espaço que julgasse necessário. Em 1954, Crevenna escreve agradecendo a colaboração de Azevedo e afirma que suas críticas ao *Boletín Ciencias Sociales* servirão para orientar o processo de aprimoramento do conteúdo e da estrutura dessa publicação.

Os correspondentes Isaac Ganón (1945, 1946 (2), 1947) e Mario Bon Espasandín (1968) representaram parte dos contatos de Azevedo com as instituições uruguaias. Bon Espasandín foi diretor e fundador do *Boletín Uruguayo de Sociología* e permaneceu ativo como editor até a década de 1960. Como editor, contou com a colaboração de Ganón. Na correspondência para Azevedo em 1968, Bon Espasandín menciona que o *Boletín* encontrava-se sempre à espera de seus artigos; despede-se colocando-se à disposição de Azevedo para contribuir como autor em seus empreendimentos editoriais.

Em carta de março de 1946, Ganón discorre sobre a necessidade de que o Fondo de Cultura Económica realize uma edição, em espanhol, da obra *Princípios de Sociología*, de autoria de Azevedo, e solicita que Azevedo o coloque em contato com as editoras brasileiras para que possa conhecer a produção realizada no país. Já em correspondência de 1947, Ganón explica que, no artigo que escreveu – a pedido de Ricardo Levene, denominado “La enseñanza de la Sociología en el Uruguay” –, afirmou que a orientação que empregava em seus cursos era a mesma realizada por Levene, na Argentina, e por Azevedo, no Brasil.

Tal afirmação de Ganón é significativa ao considerar que ele foi criador e docente dos e nos primeiros cursos universitários de Sociologia no interior do Uruguai. Ganón representa uma referência importante na Sociologia latino-americana, entre outras razões, por sua extensa lista de produções bibliográficas e ativa participação nas organizações internacionais da área.

Da mesma forma que Ganón buscou estabelecer, por carta, uma filiação com as orientações teóricas de Azevedo, o argentino José Juan Bruera-España escreveu para Azevedo, em 1954, afirmando existir uma afinidade entre seus campos de estudos e de pesquisas. O fato de identificar-se intelectualmente com Azevedo, somado ao de reconhecê-lo como uma referência para o público argentino há vários anos, contribuiu para que Bruera-España se dispusesse a colaborar em seus empreendimentos editoriais em Rosário.

Outra dimensão que precisa ser valorizada ao tratar do campo editorial é da recepção das obras. Nesta perspectiva, ao estabelecer

como foco os livros de Azevedo é possível constatar um caleidoscópio de opiniões originárias de intelectuais estrangeiros e brasileiros. Em virtude da extensão e diversidade da produção teórica desse autor, optou-se por selecionar apenas os comentários dos interlocutores estrangeiros, destinados às obras *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]) e *Sociologia Educacional* (1954b [1940]). A escolha dos comentários dessas obras se justifica pelo fato de elas privilegiarem diretamente o tema da Sociologia, abordando suas teorias e metodologias e, ao mesmo tempo, propondo uma perspectiva institucional sobre a história dessa área do conhecimento. De outro modo, a seleção dos correspondentes estrangeiros demonstra a preocupação com a relevância desses atores para o campo sociológico do continente.

A sistematização de seus comentários pode ser acompanhada no Quadro 1.

Além das cartas, outros suportes textuais registraram a recepção desses manuais, como a coletânea de artigos de Fernandes (1980 [1977]). Nesta, salientou-se o papel de tais obras, bem como o daquelas escritas por Gilberto Freyre,<sup>8</sup> Roger Bastide e Emílio Willems para as Ciências Sociais no Brasil.

Segundo Fernandes (1980 [1977]) surgiram

[...] as primeiras tentativas de sistematização dos conhecimentos sociológicos, empreendidas com o propósito de contribuir para o progresso da teoria sociológica (Fernando de Azevedo, *Sociologia Educacional*, 1940); Roger Bastide a) *Arte e sociedade*, 1945; [...] ou para servir à formação teórica dos alunos de escolas normais e superiores (Fernando de Azevedo, *Princípios de Sociologia*, 1935; [...] Gilberto Freyre, *Sociologia*, 2 volumes, 1945; Herbert Baldus e Emílio Willems, *Dicionário de Sociologia*, 1950; [...]). (Fernandes, 1980 [1977], p.43, grifo do autor)

---

8. Segundo Freyre, em carta para Azevedo em 1935, *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]) propiciou, em seus exemplos de formas sociais e em suas sugestões metodológicas, um ponto de vista brasileiro de caráter científico.

Quadro 1 – Recepção das obras *Princípios de Sociologia* e *Sociologia Educacional* nas cartas

Correspondentes estrangeiros	Ano da carta	Comentário sobre a obra <i>Princípios de Sociologia</i> , 1. ed., 1935	Comentário sobre a obra <i>Sociologia Educacional</i> , 1. ed., 1940
Raul A. Orgaz	1936	Expõe que pretende realizar um resumo da obra e publicá-lo na <i>Revista da Universidade de Córdoba</i> .	
Alfredo Povinha (discípulo de Raul A. Orgaz)	1936 e 1940	Expõe que o livro serviu para confirmar a excelente opinião que ele já possuía sobre Fernando de Azevedo, a partir de conversas com Raul A. Orgaz, e afirma que tal obra era uma honra para a Sociologia da América do Sul.	Em 1940, aponta que o livro representa um verdadeiro tratado sobre o tema, ou seja, que consiste na primeira obra a abordar de forma sistemática a educação a partir de uma perspectiva sociológica. Povinha relata que está se dedicando em suas férias a ler as obras de Azevedo, sobre as quais pretende realizar um amplo comentário na <i>Revista da Universidade de Córdoba</i> e comenta que conversou com Raul A. Orgaz sobre <i>Sociologia Educacional</i> , e que ambos coincidiram na opinião lisonjeira sobre o livro.
Armand Cuvillier	1940	Expõe que gostou particularmente do capítulo <i>Le problème des fins dans l'éducation</i> , no qual Azevedo demonstra de forma sugestiva a gravidade dos problemas nessa matéria. Apresenta sua satisfação em ver citados na obra os sociólogos e filósofos franceses, particularmente em um momento no qual a França encontrava-se em um conflito, responsável por colocar em jogo os valores do humanismo e do universalismo.	Não consta comentário.

(continua)

(continuação)

Correspondentes estrangeiros	Ano da carta	Comentário sobre a obra <i>Princípios de Sociologia</i> , 1. ed., 1935	Comentário sobre a obra <i>Sociologia Educacional</i> , 1. ed., 1940
Lucio Mendieta y Núñez	1941 e 1951	Afirma, em 1941, que o livro consiste em um importante guia para os iniciantes no campo sociológico e menciona que o seu valor didático é indiscutível.	Em 1941, relata que essa obra tem sido de grande interesse para o Instituto Mexicano de Sociologia. E, em correspondência escrita dez anos depois (em 1951), reitera a boa impressão que teve da obra, destacando sua repercussão em várias instituições mexicanas.
Roger Bastide	1941	Expõe que se trata de uma referência primordial para a iniciação no mundo das teorias sociológicas.	Reitera que <i>Sociologia Educacional</i> – como já teve oportunidade de escrever na <i>Revue Internationale de Sociologie</i> – consistia em um trabalho de profunda originalidade.
A. Lipschütz	1944	Não consta comentário.	Notifica que a publicação de <i>Sociología de la Educación</i> , pelo Fondo, acaba de chegar ao Chile e que já repercutiu de forma favorável.
Isaac Ganón	1945 e 1946		Relata que ambos os livros são muito estimados e recomendados aos estudantes uruguaios, inclusive, por ele. Porém, em carta de 1946, ressalta a dificuldade apresentada pelos estudantes de encontrar tais obras no mercado uruguaio.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de pesquisa no acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo.

Nessa passagem, o autor aproxima Fernando de Azevedo de Roger Bastide destacar quando a preocupação de ambos em colaborar para o progresso da teoria sociológica no país; e relaciona os trabalhos de Gilberto Freyre e Emílio Willems ao de Azevedo, ao considerar as contribuições que suas obras propiciaram para a formação de professores e alunos do ensino secundário e universitário. Vale a ressalva de que essas obras, ao colaborarem para a formação dos públicos docente e discente, também cuidaram do desenvolvimento da teoria sociológica,<sup>9</sup> pois asseguraram uma sólida e ampla preparação para os cientistas sociais, isto é, para seus produtores.

Sobre o tema da construção e funcionamento do campo editorial latino-americano, assim como da repercussão de parte de sua produção científica, a interpretação apoiada nas cartas sugere como as duas principais características dos interlocutores estrangeiros de Azevedo, e dele próprio, a dimensão do “empreendedorismo” institucional e a preocupação com o progresso da teoria sociológica. Nesses documentos, esses atores compartilharam suas dificuldades e conquistas na produção e difusão da Sociologia na América Latina, ao narrar fragmentos de suas histórias como fundadores e/ou diretores de editoras, institutos de pesquisa, universidades, associações científicas e profissionais voltadas a essa área do conhecimento.

Isso, somado ao trabalho de vários desses intelectuais na cúpula da administração pública, estadual e federal, em seus respectivos países, e em órgãos internacionais como a Unesco, OEA, Clapcs, etc., permite que esses interlocutores sejam considerados baluartes da *intelligentsia* das Ciências Sociais na América Latina, nos termos

---

9. Essa interpretação encontra apoio no texto de Meucci (2000), a respeito dos manuais de Sociologia no Brasil, e no de Leal (2003) – sobre o trabalho de Azevedo como editor da coleção Iniciação Científica. Para Leal (2003), foi a partir de uma preocupação com a formação didática do público leitor que esse editor orientou parte de suas escolhas. Nesse sentido, publicou como primeiro volume da coleção, a obra *Cinco lições de psicanálise*, de autoria de Sigmund Freud; e, como segundo volume, o livro *ABC da Psicologia*, de Armand Cuvillier.

de Martins (1987) e Mannheim (1974, 1972). E permite situar Azevedo como um expoente dessa *intelligentsia* ao possibilitar conhecer, mesmo que indiretamente, seus esforços para delimitar, difundir e legitimar a Sociologia como uma ciência.

## **Azevedo e as coleções científicas: Brasiliana, Atualidades Pedagógicas e Iniciação Científica**

As questões formuladas por Blanco (2006), para pensar o papel de Gino Germani como editor, inspiraram o questionamento sobre o alcance do projeto intelectual de Azevedo no Brasil, destacando suas contribuições para o mercado cultural, em particular para o editorial. Nesse caminho, não faltaram indagações sobre quais obras e autores Azevedo publicou, quais livros foram traduzidos para o português, ou ainda, quais trabalhos e autores foram ignorados. Assim, partiu-se da premissa de que sua trajetória como editor na Cia. Editora Nacional teria funcionado como um aspecto adicional para a institucionalização da Sociologia no Brasil.

No entanto, é preciso esclarecer que a produção editada por Azevedo compreendeu um material vasto e de difícil classificação. Um material que se caracterizou pela presença de “linhagens teóricas e metodológicas”<sup>10</sup> que se abriram em distintas direções. Embora a escolha dos textos que foram traduzidos e publicados por esse editor não obedecesse a um critério propriamente disciplinar, pois, nas décadas de 1930 e de 1940, as fronteiras entre as Ciências Sociais eram bastante flexíveis, isso não parece ter impedido que seu trabalho possibilitasse um desenvolvimento em conjunto do repertório teórico-metodológico das Ciências Sociais no país, contribuindo, em última instância, para sua institucionalização.

---

10. Sobre a discussão de linhagens, consultar Brandão (2001).

De forma preliminar, é possível expor que o caminho percorrido por Blanco (2006), para reconstruir o projeto editorial de Germani nas editoras Abril e Paidós, orientou o olhar sobre o trabalho desenvolvido por Azevedo na direção das coleções científicas da Cia. Editora Nacional, a saber, *Atualidades Pedagógicas* e *Iniciação Científica*. O diálogo com Blanco (2006) foi possível na medida em que o projeto editorial de Azevedo se caracterizou, assim como o de Germani em outro momento, pela preocupação de criar e difundir novos conceitos, contribuindo para a renovação nos campos acadêmico e editorial de seus países.

Por outro lado, a preocupação com o desenvolvimento de um novo vocabulário científico não parece ter orientado a atuação de Azevedo na direção da coleção *Brasiliana*, também pertencente à Cia. Editora Nacional. Nessa coleção, Azevedo se dedicou a difundir temas e abordagens já conhecidas pela intelectualidade brasileira, independente de tal conhecimento encontrar-se limitado pela ausência de traduções ou pelo número ínfimo de exemplares no idioma original do país. Ou seja, na *Brasiliana*, esse editor optou por enfatizar a difusão do léxico científico existente.

Conquanto o projeto editorial de Germani, e de seus colaboradores, se apresentasse como inovador, ao estabelecer como objetivo “[...] ‘[c]onhecer, formar e reformar o homem’. Eis assim um dos motivos que haveria de articular o projeto: o humanismo científico em que a ciência aparece conectada com a tarefa de uma ilustração e reforma do homem e da sociedade” (Blanco, 2006, p.94, aspas e itálico do autor). Essa concepção não foi exclusiva desse projeto, tampouco específico do contexto argentino.

O papel que esses sociólogos atribuíram para a ciência foi compartilhado por vários intelectuais latino-americanos que se dedicaram a tarefa de editar e de lecionar no campo sociológico da região, entre eles, Azevedo. A ideia de “[...]‘[c]onocer, formar y reformar al hombre” também orientou parte de seu projeto editorial, especialmente na coleção científica *Atualidades Pedagógicas*, além de influenciar algumas de suas experiências como reformador, admi-

nistrador e docente em diferentes instituições de ensino e de pesquisa no Brasil.

Diante do exposto, é oportuno questionar como ocorreu a intervenção editorial de Azevedo a partir da *Atualidades Pedagógicas*. Essa coleção caracterizou-se por procurar suprir no campo educacional a ausência de uma literatura crítica – capaz de rever os papéis da instituição escolar, assim como de seus atores sociais – e por fornecer opções teórico-metodológicas, em diálogo com as Ciências Sociais, para a reflexão e a prática educativa no Brasil. Esses aspectos da coleção resultaram dos embates institucionais presentes no campo pedagógico brasileiro, ou seja, das disputas intelectuais e políticas que, no decorrer dos anos 1920 e 1930, assumiram um lugar de destaque na esfera pública.

Algo diferente parece ter ocorrido com o trabalho editorial de Azevedo no campo sociológico. Sugere-se que em sua compreensão a Sociologia foi objeto de uma disputa acirrada, porém com uma veiculação discreta na esfera pública, pois, no início do processo de institucionalização dessa ciência na universidade, era o próprio modelo universitário que se encontrava em litígio no país.

Por isso, Azevedo parece ter assumido uma postura menos incisiva, politicamente, em relação à defesa da Sociologia, o que lhe permitiu desenvolver um projeto institucional com ramificações em diferentes campos: editorial, acadêmico e profissional. Foi a universidade que ocupou o lugar de “bandeira” em suas preocupações e discursos, nas décadas de 1930 e 1940.

Foi por intermédio de sua defesa que Azevedo disputou a liderança nas orientações sociológicas (teóricas e metodológicas) em São Paulo; visto que entendia que na ausência dessa instituição não seria possível o desenvolvimento e a consolidação das novas áreas do conhecimento – entre elas, a Sociologia.

A divisão obra editorial no campo sociológico e obra editorial no campo educacional fornece uma diretriz para entender como na trajetória de Azevedo a Sociologia e a Educação atuaram como duas vocações. Vocações que se entrecruzaram e tiveram lugares igual-

mente importantes do ponto de vista científico em sua trajetória e obra, mas estrategicamente distintos, em termos políticos (Evangélista & Lima, 2008; Bomeny, 1999).

Com isto pretende-se apontar que, antes de o sistema universitário – responsável por propiciar à Sociologia colocar-se como uma das disciplinas principais no campo acadêmico brasileiro – ter surgido com a fundação da Elsp, da USP, da UDF e de outras instituições, no e fora do eixo Rio-São Paulo, a Sociologia não havia se apresentado como um campo de contenda no Brasil.

Em outras palavras, o campo sociológico – artesanalmente tecido a partir da década de 1930, apesar de comportar rivalidades entre as orientações adotadas pelos intelectuais que atuaram em suas distintas instituições – encontrava-se, ao longo das décadas de 1930 e de 1940, aberto a novas experiências e iniciativas, tanto no que se referia a teoria como à prática. Assim, um empreendimento intelectual contestador desse legado – e, nesse sentido, que se caracterizou nos termos de “como o sociólogo deveria praticar o seu ofício” – apenas foi construído nas décadas de 1950 e 1960, pelos quadros gestados pelo modelo universitário que, à época, encontrava-se razoavelmente estruturado.

No caso do Brasil, Florestan Fernandes e Costa Pinto, resguardados suas particularidades, podem ser vistos como ícones desse viés contestatório, enquanto, na Argentina – com uma história distinta de criação do sistema universitário –, esse papel foi exercido fundamentalmente por Gino Germani.

Azevedo procurou assegurar em seus escritos – seja em âmbito discursivo, seja como reflexão teórica – a existência de uma divisão estratégica entre sua “posição política” e sua “postura científica”. No que se refere a essa divisão, relata o autor em seu livro de memórias:

[...] Eu vinha lendo, desde que deixei a Ordem Religiosa, duas obras quase inteiramente desconhecidas entre nós – as de Karl Marx e de Engels, de um lado, e a de Émile Durkheim, de outro.

Aquelas, sôbre o Socialismo, e esta, sôbre a Sociologia. Desde logo, percebi a natureza e a profunda diferença entre essas obras fundamentais: aquelas, as de Karl Marx, sôbre o Socialismo, a luta de classes e a ditadura do proletariado, – e esta, a de Durkheim, sôbre uma ciência nova, a Sociologia, desenvolvida na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. Não havia dificuldade nenhuma, ao menos para mim, em distingui-las: as de Karl Marx, levam a uma tomada de “posição política”, em face de suas análises, da estrutura social e econômica, e a de E. Durkheim, estabelece a natureza e os fundamentos de uma nova ciência, – a Sociologia que, sendo uma ciência, não implicava nem podia implicar qualquer idéia ou atitude política. [...] sob a inspiração de Karl Marx [tornei-me] um socialista, e, sob outras influências, – as de Durkheim, – sociólogo e um dos fundadores da Sociologia no Brasil. (Azevedo, 1971b, p.210, aspas do autor)

Em várias obras – e, em específico, nessa passagem –, Azevedo recorre a uma visão da Sociologia como uma ciência neutra. Para isso, inspira-se no legado de Émile Durkheim, importante construtor do campo sociológico francês. A postura de Azevedo parece apoiar-se na avaliação segundo a qual essa noção de Sociologia era providencial para criar as condições institucionais e políticas favoráveis para seu desenvolvimento como um campo científico autônomo no Brasil.

Nesse contexto, Azevedo reitera o discurso sobre a Sociologia como uma “ciência desinteressada” para colocá-la no mesmo patamar de reconhecimento político e científico das ciências naturais no país; ou seja, para institucionalizá-la, nos anos 1930, com o apoio do Estado e de outros atores sociais, como algumas frações das elites dirigentes e das intelectuais. Desse modo, a perspectiva de “desinteresse” presente em sua obra não parece consistir em uma visão ingênua, mas instrumental.

Um exemplo de que semelhante perspectiva encontra-se relativizada por Azevedo pode ser percebido em suas reflexões sobre o

papel da inteligência brasileira – expressão esta que pode ser aproximada do conceito de *intelligentsia* nos moldes de Martins (1987). De acordo com Azevedo, os intelectuais deveriam atuar para o desenvolvimento do bem comum, como porta-vozes da nação, e não enquanto partidários de um grupo social.

Nessa abordagem, Azevedo assume sua posição “interessada” ao defender – demonstrando seu viés iluminista – a necessidade e a possibilidade de se alcançar o conhecimento sobre os fatos sociais e, desse modo, poder contribuir para a solução dos problemas diagnosticados na sociedade. Portanto, a proposta de divisão entre sua “posição política” e sua “postura científica” parece encontrar uma relativa coerência apenas ao se considerar sua trajetória e obra como “[...] um dos fundadores da Sociologia [acadêmica] no Brasil” (Azevedo, 1971b, p.210).

De acordo com Blanco (2006), os textos editados por Germani, em sua maioria, não eram classificados como obras sociológicas; além disso, grande parte do material considerado “clássico da Sociologia”, à época, já se encontrava publicado na Argentina por Ricardo Levene e Francisco Ayala. Estes últimos eram importantes editores no campo científico desse país.

Essas considerações não objetivam questionar o mérito de Germani, mas destacar a existência de predecessores e a complexidade que envolve a estruturação desse campo cultural e de seu mercado, os quais, para além de rupturas, são permeados por continuidades.

Portanto, é desejável aproximar Azevedo de Levene e de Ayala, na medida em que os três foram pioneiros no campo editorial que guarneceu o campo sociológico no Brasil e na Argentina, respectivamente, nas décadas de 1930 e 1940. Esses atores introduziram importantes orientações na reflexão sociológica nesses países a partir de suas decisões sobre o que publicar e o que não publicar.

No período subsequente, outras coleções científicas se impuseram, ampliando e diversificando ainda mais o mercado editorial. No Brasil, as coleções da Cia. Editora Nacional passaram a sofrer a

concorrência das coleções criadas pela Brasiliense, Civilização Brasileira, Paz e Terra, entre outras. No caso do mercado argentino, após a presença editorial de Levene nos anos 1930 e 1940, e de Ayala, nos anos 1940, destacou-se, a partir da década de 1950, o trabalho de Gino Germani como editor.

Azevedo, Ayala, Levene e Germani, salvadas suas diferenças, auxiliaram, em distintos momentos históricos e lugares, para ampliar o horizonte teórico-metodológico da Sociologia, ou seja, colaboraram para inscrevê-la no contexto disciplinar, tornando-a um campo autônomo, com léxico, objeto e contribuições próprias. No caso de Azevedo, é aceitável a acepção segundo a qual ele contribuiu para talhar o perfil de uma nova ciência do homem no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940.

Seu projeto editorial não se inspirou apenas em razões teórico-metodológicas, mas em um profundo desejo de favorecer uma formação intelectual ampla, capaz de contribuir, inclusive, para um programa de intervenção na realidade brasileira. Essa interpretação reitera, em alguma medida, parte das análises de Dutra (2006), Toledo (2006, 2001), Leal (2003) e Pontes (1989) sobre seus projetos editoriais e de Hallewell (1985) a respeito da história do livro no Brasil.

Ao traçar uma versão sobre essa história é necessário ressaltar o papel da Cia. Editora Nacional como a maior editora do Estado de São Paulo, nos anos 1930, e como líder nacional, na década de 1940 (Hallewell, 1985). A trajetória da Nacional foi tributária da experiência de Monteiro Lobato – no mercado editorial e na indústria de livros no país, nas décadas de 1910 e 1920 –, pois sua parceria com Octalles Marcondes Ferreira, proprietário dessa editora, iniciou-se antes da fundação da Nacional.

A atuação de Monteiro Lobato como editor/empresário – a qual remonta à *Revista do Brasil*<sup>11</sup> e à Cia. Gráfica Editora Monteiro Lo-

---

11. Um trabalho abrangente sobre o projeto editorial e cultural do grupo de autores que fizeram parte da *Revista do Brasil* foi escrito por De Luca (1999).

bato – permitiu que ele consolidasse uma percepção a respeito do livro na qual este deveria ser concebido, produzido e vendido como uma mercadoria atraente e rentável (Dutra, 2006; Pontes, 1989; Hallewell, 1985). Uma visão partilhada por Marcondes Ferreira.

Nas palavras de Dutra (2006, p.304), a relação entre esses atores também propiciou que Marcondes Ferreira comungasse da ideia de Lobato de que era premente conhecer o Brasil e civilizá-lo através da educação. Nesse sentido, Marcondes Ferreira passou a ver no livro um instrumento privilegiado para a obra civilizatória e a enxergar na elaboração de distintas coleções editoriais uma oportunidade de crescimento e de consolidação no mercado cultural do país. Esse contexto lhe impôs a necessidade de selecionar um nome de prestígio para coordenar o que seria um ambicioso e inovador projeto editorial: a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB). O nome escolhido foi o de Fernando de Azevedo.

A opção por Azevedo, afirmaram Dutra (2006) e Toledo (2006, 2001), se justificou pela repercussão que seu nome conquistou na esfera cultural ao tornar-se reformador no Distrito Federal (1927-1930) e, mesmo antes, em 1926, ao realizar o Inquérito sobre a Educação Pública em São Paulo. Segundo Piletti (1994a), esse inquérito serviu de base para a campanha em prol da criação da universidade em São Paulo e de estímulo para outros estados da União. Destarte, a escolha de Azevedo revela que tanto seu capital cultural quanto seu capital social lhe asseguravam ampla circulação nos campos cultural e político brasileiro, a partir da década de 1920.

Um fato significativo sobre a criação da Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB) é ela ter se originado no mesmo período em que foi instituído o Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Francisco Campos (Hallewell, 1985). Mais que uma coincidência, o momento de seu surgimento parece providencial, uma vez que a criação do referido ministério favoreceu consideravelmente o desenvolvimento dos mercados cultural, educacional e editorial, inclusive, tornando-se uma espécie de balizador das “regras do jogo”. Além disso, esse ministério foi um dos principais consumidores das produções dessa biblioteca.

A BPB foi estruturada em cinco subséries ou coleções<sup>12</sup> científicas: I. Literatura Infantil;<sup>13</sup> II. Livros Didáticos;<sup>14</sup> III. Atualidades Pedagógicas; IV. Iniciação Científica e V. Brasileira; sendo as três últimas dirigidas por Azevedo, no período de 1931 até 1946. A BPB resultou de um contexto no qual:

[...] se deposita[ram] na escola e no professor, bem como no livro – as missões de nacionalizar a cultura brasileira pela conquista do público leitor para a literatura nacional, de uma instrumentalização de uma escola remodelada em prol da civilização e de produzir uma nova opinião pública sobre a política e a cultura nacional [...]. (Toledo, 2001, p.59)

Uma mudança significativa no campo cultural foi iniciada quando o poder público passou a reconhecer a importância da educação para a obra de modernização e de integração nacional na década de 1930. Nesse período, a criação e o desenvolvimento do projeto da BPB, com as coleções dirigidas por Azevedo, contemplaram a difusão de um material de alto nível científico e literário para um crescente público leitor de não especialistas e de especialistas; ou seja, satisfizeram uma necessidade que passou a ser reconhecida para além dos muros da academia brasileira.

- 
12. A relevância da estruturação de um projeto editorial baseado em coleções consiste na capacidade de ordenar, ou seja, regerar parte da destinação dos livros editados, de seus usos, das práticas de leitura “[...] por meio de dispositivos como os índices classificadores, os comentários das obras ou de autores na forma de sinopses dos textos e a sua localização em bibliotecas [...]” (Leal, 2003, p.59). Essa compreensão de Leal (2003) é reiterada pelos textos de Dutra (2006) e de Toledo (2006).
  13. O nome mais expressivo da Literatura Infantil foi o de Monteiro Lobato, que, além de autor de inúmeros livros, realizou adaptações da literatura infantil universal. Esse intelectual foi responsável por livros de larga tiragem nessa subsérie.
  14. A subsérie Livros Didáticos inaugurou a produção de uma literatura escolar mediante um procedimento inovador, ou seja, a encomenda de obras para autores.

O trabalho de Dutra (2006) sobre a *Brasiliana*, os de Toledo (2006, 2001) a respeito da *Atualidades Pedagógicas* e o de Leal (2003) versando sobre a *Iniciação Científica* compartilharam da ideia segundo a qual esses projetos editoriais consistiram em lócus de inovação, seja por procurarem atingir um público novo, seja por vislumbrarem a divulgação das Ciências Sociais no Brasil.

A partir dessa literatura, os projetos das coleções científicas podem ser sintetizados nos seguintes termos: a *Brasiliana* foi responsável por reorientar a percepção sobre o significado do Brasil. A *Atualidades Pedagógicas* se dedicou a instituir um novo léxico normativo no campo educacional do Brasil, e a coleção *Iniciação Científica* caracterizou-se pelo “[...] sentido de iniciação às ciências: o nome da ciência e a referência de que é uma iniciação (lições) estão explicitamente postas no título repondo permanentemente a nova série” (Leal, 2003, p.28).

Faz-se preciso entender como e em que medida esses projetos editoriais alcançaram seus objetivos. No que se refere à *Brasiliana* é possível expor que ela

[...] se dispôs a reunir, e de fato o fez, reedições de obras raras, clássicos esgotados, traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros, novos trabalhos sobre o Brasil na forma de ensaios sobre sua formação histórica e social, estudos de vultos da história brasileira e de problemas nacionais – geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, militares etc. –, de forma a ser, segundo a palavra de seus editores, “a maior e mais completa biblioteca de estudos nacionais”. Por que biblioteca?<sup>15</sup> Porque reunião de livros, de séries, de coleções; porque lugar, ainda que imaterial, onde a acumulação de livros foi articulada com um sentido. Biblioteca, também, por pretender totalizar leituras e saberes específicos. (Dutra, 2006, p.305, aspas da autora)

15. Ao mobilizar o termo biblioteca para se referir à coleção *Brasiliana*, essa estudiosa parece preocupar-se em destacar a capacidade dessa coleção de projetar-se de modo autônomo diante da BPPB.

Para Dutra (2006), a forma como se apresentou a organização dessa coleção propiciou duas dinâmicas: primeira, a acumulação de saberes que permite uma leitura profunda e crítica sobre o Brasil; segunda, a produção de uma série de conhecimentos capazes de assegurar novos caminhos para reescrever a história sobre o país. Nessa perspectiva, a autora se propôs a análise da estruturação da coleção enfocando cada seção que a compôs.

Assim, ao abordar as seções de Antropologia, Pré-História, Arqueologia e Demografia, Dutra (2006) apontou a existência da valorização do mestiço como o tipo étnico brasileiro. Já nas seções de Folclore e Etnologia, a autora percebeu a ênfase na recuperação das contribuições indígenas. Enquanto nos estudos de Filologia destacou a preocupação com o assentamento das bases para a língua nacional.

Na seção de História do Brasil ocorreu a caracterização da nação, a partir de diferentes estratégias, como a valorização e a recuperação dos vultos célebres do país por meio da publicação de cartas, biografias, memórias, etc.<sup>16</sup> Além de contar com o maior número de obras publicadas na *Brasiliana*, até 1941, os trabalhos dessa seção enfocaram sobretudo, o período colonial – isso assegurou compreender a história como uma espécie de fiadora do processo de formação do país, diagnosticando suas mazelas, sem esquecer-se de suas virtudes (Dutra, 2006).

Destacaram-se três implicações dessa organização da *Brasiliana*: primeira, o efeito cognitivo da leitura de suas obras para a elaboração de uma interpretação a respeito da identidade nacional – marcada pela pluralidade de abordagens teórico-metodológicas.

---

16. Essa estratégia envolvendo a abordagem da história do país encontra-se tanto na *Revista Brasileira de Estatística* quanto na *Revista Brasileira de Geografia*, ambas do IBGE. Talvez a presença de Azevedo como consultor técnico na área de cultura desse instituto e como editor da *Brasiliana*, no mesmo período, seja uma pista para explicar a semelhança de abordagem nas publicações. Sobre os conteúdos dos artigos e a estrutura dessas revistas do IBGE, consultar minha dissertação (Nascimento, 2005).

Segunda, a concepção “brasiliana” de Estado-nação<sup>17</sup> e, nesse caminho, o suporte para conformar os diagnósticos e as alternativas para o Brasil, colaborando para a formulação de políticas públicas nos diferentes setores. E, terceira, o fato de a Brasileira ter funcionado simultaneamente como “espaço estruturado” e “estruturante”, ou seja, se materializado nos livros e, desse modo, contribuído para moldar a mentalidade dos leitores orientando suas visões sobre o país (Dutra, 2006).

Os levantamentos de Dutra (2006) e Pontes (1989) apontam que publicaram na Brasileira intelectuais como Pedro Calmon (9),<sup>18</sup> Augusto de Saint Hilaire (8), Pandiá Calógeras (6), Oliveira Viana (6), Alfredo Ellis Júnior (6), Cândido de Melo Leitão (5), Tavares Bastos (4), Artur Ramos (3), Afrânio Peixoto (3), Nina Rodrigues (3), Afonso de Taunay (3), Roquete Pinto (3), Primitivo Moacir (3), Basílio de Magalhães, Roberto Simonsen, Afonso Arinos de Mello Franco, Manuel Bonfim, Richard F. Burton, Von Spix e Von Martius, Lúcia Miguel Pereira, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Nestor Duarte, Hildebrando Accioly, Couto de Magalhães, Gilberto Freyre, Otávio Tarquínio de Souza, Fernando de Azevedo,<sup>19</sup> entre dezenas de outros.

- 
17. Tal compreensão remete-se a uma sociedade plural em termos geográficos, populacionais, econômicos, etc., mas socialmente hierarquizada e caracterizada por um profundo desejo de modernização, sob a égide da ordem e da unidade.
  18. A numeração entre parênteses representa a quantidade de obras que foi publicada pelo autor nessa coleção, entre os anos de 1931 e 1946 – período no qual Azevedo foi o diretor. Tal classificação considera apenas os autores com três ou mais títulos publicados e encontra-se no trabalho de Pontes (1989). Os demais autores, sem a numeração, foram selecionados da obra de Dutra (2006), que, apesar de destacá-los, não quantifica os livros editados.
  19. Diferente da postura adotada por Gilberto Freyre e por Otávio Tarquínio de Souza – intelectuais responsáveis por coordenar uma coleção inspirada no modelo da Brasileira, a coleção Documentos Brasileiros –, segundo a qual eles foram os autores com o maior número de trabalhos publicados na coleção que dirigiram, Azevedo publicou na Brasileira apenas uma obra. E, apesar de ter publicado alguns de seus livros nas outras duas iniciativas editoriais sobre sua responsabilidade – ou seja, nas coleções Atualidades Pedagógicas e Ini-

Ao considerar a pluralidade de vínculos institucionais estabelecidos pelos autores publicados na *Brasiliana* e relacioná-la ao projeto intelectual e pedagógico idealizado por Azevedo, torna-se possível situar essa coleção como símbolo da produção teórica de parte da *intelligentsia* das Ciências Sociais no Brasil, nas décadas de 1930 e de 1940.

Um elemento a mais para essa reflexão encontra-se em Dutra (2006) ao realizar um apontamento sobre a peculiaridade do gênero ensaio, um tipo de produção amplamente publicado pela *Brasiliana*. Diferente de outros autores, Dutra (2006) destacou como força do ensaio sua característica de não contemplar o “acabamento” do objeto tratado, ou seja, um aspecto que diferentes intérpretes qualificam como sua fragilidade. Para Dutra (2006), esse foi o atributo que assegurou adequabilidade “[...] às indagações e às inquietações da movimentação política, intelectual e social em curso nos anos 30” (Dutra, 2006, p.309). Um período marcado por um amplo e intenso processo de transformações institucionais, políticas e culturais.

Ainda no trabalho de Dutra (2006) encontra-se outra hipótese para pensar sobre a atuação de Azevedo como parte da *intelligentsia* brasileira: a *Brasiliana* teria propiciado em torno desse sociólogo a construção de uma “sociedade intelectual sem muros”; e, nessa perspectiva, teria fixado “[...] um padrão de intervenção intelectual, com a definição de regras de legitimação para a produção intelectual dos convidados a integrá-la e com o estabelecimento de padrões de inclusão, e, ou exclusão de autores e obras na coleção” (Dutra, 2006, p.309).

Nesse contexto, a presença de um número maior de publicações de autores brasileiros pela *Brasiliana* se justificou devido à crença de seu editor de que competia à *intelligentsia* do país a responsabilidade de conduzir a vida pública e de criar o espírito de nacionalidade.

---

ciação Científica –, não constou no rol dos principais autores editados em nenhuma delas.

Ao enfocar o tema da receptividade da *Brasiliana*, Dutra (2006) realizou uma análise de várias notas e resenhas publicadas sobre essa coleção e seus livros na imprensa, no início da década de 1940. Nessa interpretação, constatou que apenas o fato de uma obra integrar a coleção já a qualificava de antemão no campo intelectual para ser recomendada e respeitada, até mesmo pelos críticos.

Contudo, essas considerações não ignoram o fato de não haver uma relação direta entre o padrão de recepção dos comentadores e a totalidade do público leitor, tampouco de inexistir um controle absoluto da recepção da coleção por parte dos seus idealizadores. Feitas essas ressalvas, o legado da *Brasiliana* consistiu em assegurar a organicidade entre a sua proposta pedagógica de nacionalidade – marcada pela difusão de valores culturais e civilizacionais capazes de garantir a concepção de Estado-nação como moderno, mestiço e cosmopolita<sup>20</sup> – e o projeto de modernização institucional implantado pelo Estado a partir da Revolução de 1930.

Ao considerar os autores e as obras publicadas pela *Brasiliana* e as elogiosas avaliações a seu respeito, feitas por expoentes das frações das elites intelectuais e dirigentes, é aceitável defini-la metaforicamente como um mosaico que, visto a distância, favorece a ideia de continuidade, de ausência de rupturas, ou seja, a noção de síntese;<sup>21</sup> porém, quando contemplado de perto, demonstra a sutileza e a riqueza de suas arestas. Segundo Azevedo, a coleção *Brasiliana* representou o coroamento do seu programa editorial, tendo publicado mais de 250 obras desconhecidas do grande público.

---

20. Seja através dos estudos etnológicos e antropológicos, seja devido às interpretações históricas e econômicas que publicou.

21. A noção de síntese na obra de Azevedo pode ser delineada como uma “síntese por unificação”, ou seja, compreende um procedimento a partir do qual o autor constrói a unidade em torno de um ponto de vista, com uma clara ideia de conjunto. Essa compreensão encontra-se no artigo de Moraes (1994) e no texto de Toledo (1995); vale destacar que ambos os intérpretes se inspiraram no artigo escrito por Roger Bastide, em 1943, sobre a obra *A cultura brasileira* (1971a [1943]). Não obstante tais autores se referirem especificamente a esse livro de Azevedo, sugere-se que tal observação possa ser ampliada para a sua obra prática como construtor institucional, inclusive como editor.

Para Dutra (2006), a criação de coleções similares, a partir de meados dos anos 1930, como a Documentos Brasileiros, pela Editora José Olympio, e a Biblioteca Histórica Brasileira, pela Editora Martins Fontes, é uma das razões que contribuiu para explicar a redução do dinamismo desse filão editorial. Outra justificativa vincula-se à existência de disputas por recursos financeiros e por legitimidade científica, as quais desencadearam o desenvolvimento de espaços sociais cada vez mais competitivos.

A coleção *Brasiliana*, a *Atualidades Pedagógicas* e a *Iniciação Científica* – assim como outros empreendimentos editoriais, culturais e educacionais – não ficaram imunes a esse processo. Isso ficou claro no contexto do Estado Novo, que, ao permitir uma rearticulação entre o Estado e a Igreja, assegurou uma perseguição disfarçada, e às vezes explícita, aos projetos dos intelectuais da Escola Nova nos diferentes setores, inclusive no campo editorial (Toledo, 2006, 2001; Leal, 2003).

Como expoente da Escola Nova, Azevedo, ao trabalhar na organização e direção da coleção *Atualidades Pedagógicas* introduziu o que havia de mais moderno para atender às necessidades do leitor, buscando selecionar textos de intelectuais reconhecidos internacionalmente no campo educacional, como John Dewey, Henri Piéron, Henri Wallon, A. M. Aguayo, Lorenzo Luzuriaga, etc. além de autores nacionais, como Anísio Teixeira, Noemy da Silveira Rudolpher, Antonio Ferreira de Almeida Júnior, etc. (Toledo, 2006, 2001).

A tradução das obras originalmente escritas em francês, inglês, etc. foi considerada uma atividade fundamental por Azevedo e por isso potencializada para atender ao critério de assegurar maior alcance da difusão das ideias inovadoras no país. Outro aspecto importante nessa coleção foi o procedimento denominado de “complementariedade temática”, isto é, ao ser publicada uma obra de um autor brasileiro sobre determinado assunto era lançada, em seguida, a tradução de um livro de um autor estrangeiro voltado para o mesmo tema (Toledo, 2006, 2001).

A publicação do livro *Novos caminhos e novos fins* (1958e [1932]), de Azevedo, abrindo a coleção *Atualidades Pedagógicas*, pode ser entendida como uma resposta às críticas que ele sofreu durante e após a reforma que realizou no Distrito Federal de 1927 a 1930 (Toledo, 2006, 2001). Para esse editor e para seus apoiadores, a escola só teria condições de contribuir efetivamente para o processo de modernização da sociedade brasileira a partir de uma formação de qualidade para os professores; decorre disso a relevância das coleções da BPB, em particular da *Atualidades Pedagógicas*. Na década de 1930, essa coleção inovou ao propiciar a elaboração de um material pedagógico com padrões editoriais considerados de excelência. Outro aspecto que chama a atenção é que esses padrões foram estabelecidos por várias instituições, entre elas, a Cia. Editora Nacional.

A escolha dos colaboradores da coleção demonstrou a estratégia de torná-la um *front* de luta por um projeto educacional para o Brasil, caracterizado pelo ideário dos reformadores da Escola Nova (Toledo, 2006, 2001). Nesse contexto, entre os autores publicados figuraram membros da Associação Brasileira de Educação (ABE), intelectuais que contribuíram com Anísio Teixeira para a Reforma no Distrito Federal após a administração de Azevedo (1927-1930), e atores que trabalharam ao lado de Azevedo na criação e desenvolvimento do Instituto de Educação (Ieusp).

Em 1938, a extinção desse instituto pelo interventor paulista Ademar Pereira de Barros atingiu diretamente o projeto político, cultural e editorial de Azevedo, de tal forma que seu *front* de batalha,<sup>22</sup> representado pela *Atualidades*, perdeu parte de seu vigor e prestígio. Portanto, ao final da década de 1930, a desarticulação

---

22. Um *front* já abalado pela perda da parceria entre Azevedo como editor na Cia. Editora Nacional e Anísio Teixeira na direção da Instrução Pública no Distrito Federal. Segundo Evangelista (1997), Azevedo tinha em Teixeira, na condição de diretor da Instrução Pública, um importante consumidor dos livros publicados por sua coleção. Com o afastamento de Teixeira do cargo, em 1935, por influência católica, Azevedo perdeu um importante comprador.

institucional promovida pelo Estado, em particular suas intervenções no modelo universitário brasileiro – sob a influência de grupos católicos –, fez com que Azevedo modificasse as publicações que até então tinham caracterizado seus empreendimentos editoriais nessa e em outras coleções (Toledo, 2006, 2001).

O contexto político-institucional do Estado Novo impôs alterações no projeto editorial de Azevedo. Entre as razões que impulsionaram essas mudanças, Leal (2003) destacou o surgimento e a conseqüente concorrência das obras católicas no lócus editorial de Azevedo, ou seja, na Cia. Editora Nacional, em 1939. A partir desse período, essa editora passou a difundir os livros das coleções católicas: Dom Bosco e Cristina.

A presença católica gerou uma alteração substantiva nos descritores da coleção Livros Didáticos,<sup>23</sup> ela deixou de identificar-se com as novas correntes metodológicas representadas pelos reformadores da Escola Nova, como Azevedo e Anísio Teixeira, e passou a divulgar lado a lado as obras das coleções Dom Bosco e Cristina e os exemplares da coleção Iniciação Científica, como *ABC da Psicologia*, de Armand Cuvillier, e *Princípios de Sociologia*, de Fernando de Azevedo, etc.

Em uma apresentação<sup>24</sup>sobre o modelo católico de leitura e de formação de professores na coleção Atualidades Pedagógicas, no período de 1940 a 1970, Toledo afirmou que a saída de Azevedo da

23. Segundo Leal (2003), apesar de essa coleção não ser formalmente dirigida por Azevedo, sua influência sobre seu programa editorial foi considerável. É importante destacar que parte dos exemplares, seja da coleção Iniciação Científica, seja da Atualidades Pedagógicas, foi difundida sob a rubrica da Livros Didáticos.

24. A comunicação que condensa essa discussão de Maria Rita Toledo foi apresentada no Congresso Brasileiro de História da Educação, evento realizado pela Sociedade Brasileira de História da Educação. Contudo, não há referência sobre o título da comunicação, tampouco a respeito de sua data. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/Coordenada%20por%20Marta%20Maria%20Chagas%20de%20Carvalho/Maria%20Rita%20de%20Almeida%20Toledo%20-20Texto.pdf>>. Acesso em 2/2/2009.

Cia. Editora Nacional, em 1946, representou um deslocamento de seu projeto editorial. Portanto, o trabalho de Damasco Penna na *Atualidades Pedagógicas*, a partir de 1947, teria colaborado para que essa coleção se tornasse “apolítica e consensual”.

Segundo Toledo, Penna<sup>25</sup> seria o responsável por introduzir autores católicos nessa coleção e articulá-los ao programa editorial escolanovista, todavia, a partir de uma releitura do mesmo. Dessa forma, a principal consequência de sua atuação na direção da *Atualidades Pedagógicas* foi torná-la hostil às inovações pedagógicas.

Ao ser criada em 1931, a coleção *Iniciação Científica* caracterizou-se por lançar traduções. Contudo, a partir de 1939, passou a editar títulos novos e a reeditar. No ano de 1944, modificou novamente seu projeto editorial, voltando-se sobretudo para a reedição de obras. Esse perfil se consolidou com a saída de Azevedo da sua direção em 1946. Segundo Leal (2003), o fato de o acervo de uma coleção compreender traduções, textos originais e/ou reedições comporta características distintas.

Em outros termos, a efetivação de cada uma dessas orientações relaciona-se tanto com as condições econômicas da coleção quanto com a “[...] capacidade política do editor de montar e sustentar uma rede de autores” (Leal, 2003, p.40). O fato de essas alterações terem sido experimentadas pela *Iniciação Científica* e pela *Atualidades Pedagógicas*, e em menor proporção pela *Brasiliana*, evidencia as dificuldades vivenciadas por Azevedo no campo editorial brasileiro.

No que se refere ao ritmo da produção e a origem dos títulos e autores editados na *Iniciação Científica*, houve “[...] um equilíbrio entre os títulos e autores nacionais e traduções, sendo a França o

---

25. As cartas de Damasco Penna para Azevedo encontradas no acervo, nos anos de 1958 e 1963, apontam para a existência de uma relação de intimidade e amizade entre eles após a saída de Azevedo da Cia. Editora Nacional. Assim, vale indagar até que ponto Penna teria sido o responsável por desestruturar o projeto editorial organizado por Azevedo na coleção *Atualidades*. Esse questionamento visa apenas problematizar as afirmações de Toledo sobre Penna e não descartá-las.

país que se apresent[ou] como carro-chefe das traduções” (Leal, 2003, p.43), no período da direção de Azevedo (1931-1946).

A fase sob sua direção também foi marcada por uma alta produção, na qual os títulos nacionais superaram os traduzidos (Leal, 2003). Essa opção pelo nacional se justificou pelo fato de haver uma compreensão segundo a qual “[...] editar significa[va], então, interferir politicamente no estado geral da cultura nacional. Editar livros de autores nacionais [seria] [...] um ato de patriotismo e de defesa nacional; editar livros escolares [compreendia] [...] intervir e contribuir para instrução pública” (Toledo, 2001, p.47).

Nessa coleção, Azevedo caracterizou-se por procurar organizar uma rede de autores capaz de fornecer títulos para um público diversificado, composto tanto por alunos das escolas normais, secundárias e superiores quanto por um público não escolar. Nesse sentido, ao contrário das outras coleções da BPB, a

[...] *Iniciação Científica* não explicit[ou] o público ao qual se destina[va], base[ando] sua apresentação exclusivamente nos objetivos que a série almeja[va] alcançar, ou seja, vulgarizar, difundir as ciências, [...] realizar a iniciação científica, como indica o seu nome. (Leal, 2003, p.87, grifo da autora)

Para Leal (2003), parte dos problemas enfrentados por essa coleção vinculou-se a essa indefinição do público-alvo. Azevedo encontrava-se premido, pelos objetivos que projetou para a coleção, a ter que selecionar autores capazes de elaborar uma literatura que fosse didática aos olhos de um público diversificado, e que isto não causasse prejuízo ao conhecimento científico difundido.

Essas características da coleção demonstram seu mérito e sua maior dificuldade. A publicação de trabalhos como o de Armand Cuvillier, *ABC da Psicologia*, e o de Azevedo, *Princípios de Sociologia*, à guisa de exemplo, expressa a diferença entre a iniciação e a vulgarização científica, ambas diretrizes propostas pela coleção. Esses livros objetivaram “[...] introduzir ao leitor as noções de determinado ‘ramo de estudo’ com a intenção de um futuro apro-

fundamento [...]” (Leal, 2003, p.108). Portanto, distintamente da vulgarização, essas obras buscaram “[...] um público preponderantemente escolar” (Leal, 2003, p.108).

Obras que não contemplavam nem a vulgarização, nem a iniciação, também foram apresentadas no catálogo dessa coleção. Assim, durante o Estado Novo foram publicados os livros *A democracia*, de autoria de Rudolf Laun, e *Os mitos hitleristas*, de François Perroux. A hipótese de Leal (2003) sobre essas publicações é que elas tiveram o papel de “[...] divulgar uma representação de democracia no momento em que a repressão e o autoritarismo se afirmam na sociedade brasileira com Vargas” (Leal, 2003, p.115); isto é, representaram uma preocupação de Azevedo com o tema.

Antes desse período, o primeiro título da área de Sociologia publicado pela Iniciação Científica foi *Karl Marx* – de autoria de Max Beer, em 1933 –, com o objetivo de difundir sua vida e obra; seguido, em 1935, pelo livro *Progresso e pobreza*, escrito por Henri George.

Nas coleções da BPB, houve uma diferença entre as programações planejadas por Azevedo e as concretizadas. No caso da programação da Iniciação Científica, a estratégia de tentar remanejar os títulos entre as coleções para impedir que os autores deixassem de ser editados não obteve sucesso. Algo diferente parece ter ocorrido na *Atualidades Pedagógicas*, pois, mesmo quando os textos selecionados não foram editados, “[...] os autores escolhidos não deixa[ra]m de escrever para a coleção” (Leal, 2003, p.129).

Durante a vigência do Estado Novo parte dos problemas relacionados a não publicação da programação prevista pela Iniciação Científica deveu-se ao fato dos autores selecionados não enviarem os trabalhos para o editor. Apesar de não esclarecer as razões destes desencontros, Leal (2003) expôs que os referidos autores eram ligados a instituições cariocas. Uma consequência desta ausência de colaboração foi a realização da maioria das traduções e a confecção de livros novos por intermédio de autores de São Paulo, em particular, por aqueles vinculados ao Instituto de Educação (Ieusp) e à FFCL/USP.

A coleção Iniciação Científica destinava-se a exercer influência na formação do seu público e, assim, colaborar para o desenvolvimento da cultura nacional. Além desta finalidade, esta coleção comportou o propósito de despertar o interesse pela ciência, legitimando-a enquanto atividade de relevância social. Nesse sentido, atuou como um “[...] mecanismo [...] para formação da opinião pública em favor das pesquisas científicas, o que [em última instância] funcion[ou] como instrumento de pressão social para obtenção de recursos econômicos para as ciências” (Leal, 2003, p.158). Decorreu desses objetivos o desenvolvimento da institucionalização das ciências no Brasil, em particular das Ciências Sociais.

Ao analisar os títulos publicados pela Iniciação Científica, é perceptível o compromisso em informar os leigos sobre a “[...] necessidade de uma profilaxia social, alcançada pela higienização da sociedade, por meio do controle da sexualidade, da procriação e do conhecimento científico” (Leal, 2003, p.105). Com isto, sugerem-se outros objetivos da vulgarização da ciência que não se encontravam explícitos nos descritores da coleção.

Na direção de Azevedo, a Iniciação Científica caracterizou-se por apresentar uma visão “[...] de ciência vinculada ao progresso e à melhoria da qualidade de vida das pessoas [...]” (Leal, 2003, p.106). Havia no trabalho desse editor a consciência sobre a responsabilidade dos cientistas na construção de uma sociedade com melhores índices de educação, cultura, saúde, emprego, etc. Dessa forma, existia uma compreensão a respeito da necessidade de mudanças sociais efetivas no país, porém dentro da ordem.

A presença de obras da área de Biologia nessa coleção é um exemplo de como Azevedo estava comprometido com a melhoria das condições de vida da população brasileira. Nessa perspectiva, publicou-se como primeiro livro nessa área, *Cinco lições de eugenia*, de autoria de Octávio Domingues. Para Leal (2003), um dos motivos para o espaço destinado à Biologia consistia no fato de Azevedo participar da Associação Eugênica, e de outras entidades com perfil parecido, bem como de eventos científicos que relacionavam higiene e eugenia à questão da organização nacional, desde a dé-

cada de 1910. Entretanto, entre os anos 1931 e 1944, “[...] os títulos que cont[inham] relações com as Ciências Sociais e jurídicas destaca[ra]m-se entre as escolhas do editor” (Leal, 2003, p.164).

A razão dessa preferência temática baseou-se na ideia segundo a qual a Sociologia era uma ciência imatura e a Iniciação Científica representava um “[...] espaço para a divulgação desta disciplina [e] para pensar seu amadurecimento [...]” (Leal, 2003, p.165). Isso tornou-se compreensível o objetivo dos volumes direcionados às Ciências Sociais nessa coleção:

[...] Estudar a ação e o esforço dos grandes pensadores, antigos e modernos, sobre o desenvolvimento do pensamento sociológico; depreender de cada autor o que constitui sua originalidade e restabelecer o laço que o prende aos sociólogos modernos ou imediatamente posteriores; examinar o conteúdo das principais teorias e suas bases científicas e marcar-lhes os pontos de contato [...]. (Azevedo, 1935, p.23 apud Leal, 2003, p.165)

Embora a atividade de tradução de livros estivesse presente nas três coleções dirigidas por Azevedo, essa prática foi analisada por Rodrigues (2008)<sup>26</sup> enfocando apenas a Brasileira. Essa coleção, ao traduzir obras de autores estrangeiros a respeito de assuntos brasileiros, proporcionou considerável visibilidade aos nomes dos tradutores e colocou em evidência suas notas introdutórias, assim como aquelas realizadas pelos prefaciadores. Esses apontamentos nos levam a pensar que a “[...] Brasileira adotava uma política editorial voltada para a valorização da tarefa do tradutor” (Rodrigues, 2008, p.4), isto é, uma política editorial inovadora, visto que a tradução consistia em um tipo de atividade que não existia enquanto profissão no mercado brasileiro antes de 1930. Foi somente a partir desse período que foram criadas no Brasil

---

26. O texto de Rodrigues (2008) foi o único trabalho encontrado que se dedicou, exclusivamente, a esse tema.

[...] as condições mínimas para falarmos em tradução como uma atividade profissional. São duas as condições, “o surgimento de uma indústria editorial realmente digna do nome” e o “crescimento, quantitativo e qualitativo do público leitor”. Ambas são consequência do projeto de modernização do Brasil que começa a ser implementado na era Vargas. (Rodrigues, 2008, p.1, aspas da autora)

Entretanto, a escolha e a maneira como os tradutores – professores e pesquisadores de instituições renomadas – foram apresentados nessa coleção resultaram em uma estratégia de Azevedo para que eles emprestassem sua autoridade, e a de suas instituições, aos livros traduzidos. Nesse sentido, a “[...] identificação do tradutor na capa [...] [era] mais para evidenciar a importância do *nome e qualificação do tradutor* [...]” (Rodrigues, 2008, p.5, grifo da autora). Intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Afonso de E. Taunay, Américo Jacobina Lacombe, Carlos Lacerda, Edgar Süsskind de Mendonça, Luiz da Câmara Cascudo, etc.<sup>27</sup> foram alguns dos tradutores que colaboraram com a Brasileira.

Guardando as devidas diferenças de enfoque, as reflexões de Dutra (2006), Toledo (2006, 2001), Leal (2003), Pontes (1989), Hallewell (1985) e Rodrigues (2008) estabeleceram a relevância dos anos 1930 para o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro e demonstraram o papel exercido por Azevedo. No entanto, a valorização desse período como um momento significativo para a história da edição não foi uma especificidade das análises sobre o Brasil, conforme demonstra o trabalho de Blanco (2006) sobre a indústria e o mercado editorial argentinos. Para esse autor é possível caracterizar o “[...] período compreendido entre 1936 e 1956 como aquele de maior prosperidade da indústria editorial [...]” (Blanco, 2006,

---

27. Rodrigues (2008) construiu uma lista completa dos tradutores da coleção Brasileira, do volume 1 até o 300. Vale constatar que, nessa listagem, a autora buscou explicitar se os tradutores tiveram ou não seus nomes inseridos nas capas dos livros, se houve ou não prefácio introduzindo a obra e se existiram ou não notas do tradutor ou do prefaciador.

p.95) da Argentina. Isso teria resultado na “[...] aparição de um conjunto de novas especialidades profissionais, entre as quais cabe destacar as de assessor literário, diretor de coleção e tradutor [...]” (Blanco, 2006, p.96).

Ao aproximar esses intérpretes sobre a edição no Brasil da análise feita por Blanco (2006) a respeito desse tema na Argentina percebeu-se que a organização e o crescimento do campo editorial nestes países, a partir da década de 1930, se converteram em oportunidades para transformar os projetos editoriais vigentes em importantes instrumentos para a institucionalização das Ciências Sociais. O que permite assegurar um lugar de destaque ao trabalho de Azevedo como editor, assim como ao de seus correspondentes Ricardo Levene e Francisco Ayala, no contexto argentino.

## **A universidade na formação e na profissão do sociólogo: o Instituto de Educação (Ieusp)**

A configuração do modelo de universidade implica uma determinada visão sobre os profissionais que se deseja formar e da sociedade na qual eles deverão atuar. A primeira experiência brasileira de formação universitária de professores – primários e secundários – e de técnicos de ensino foi propiciada pelo Instituto de Educação (Ieusp),<sup>28</sup> criado por Azevedo em 1933, e dirigido por ele até 1938, quando foi extinto pelo interventor federal Ademar Pereira de Barros.

A história de criação e extinção desse instituto apresenta uma literatura escassa, sendo sua principal referência o trabalho de Evangelista (1997). Sob sua inspiração, foi formulada a hipótese segundo a qual a história do Ieusp possui relevância para o entendimento de alguns aspectos da institucionalização das Ciências Sociais no Estado de São Paulo, e, guardando as devidas proporções, no Brasil,

---

28. O Ieusp também ofereceu cursos para o aperfeiçoamento de docentes da rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

nos anos 1930. Essa sugestão encontra apoio no fato de esse instituto ter movimentado o mercado editorial de obras especializadas e realizado uma iniciativa pioneira na produção de pesquisa em educação no país.

Entender o lugar da formação docente no curso superior de Ciências Sociais na USP, nos seus primeiros anos de existência, e o seu papel para o projeto de construção da nacionalidade contribui para refletir sobre como a transformação da cultura, por intermédio da educação, pôde colaborar para o processo de mudanças sociais no Brasil.

A partir da década de 1920, a preocupação educacional dos intelectuais brasileiros – que atuaram como parte da *intelligentsia* do período<sup>29</sup> – convergiu com os diagnósticos sobre os riscos da desagregação social, representados seja pela política imigratória, adotada desde o final do século XIX, seja pela organização dos trabalhadores urbanos, depois da Primeira Guerra Mundial. As reformas educacionais implantadas pelos pioneiros da Educação Nova comungaram dessa preocupação compondo parte do projeto civilizador brasileiro. Um projeto que enxergou na ciência a possibilidade de construir uma nação harmônica, coesa e desenvolvida – econômica, social e culturalmente.

Nesse projeto, uma fração da *intelligentsia* brasileira representada por Azevedo, Anísio Teixeira, Mesquita Filho, entre outros, enxergou um papel diferenciado para a universidade. Portanto, após o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo, em 1926<sup>30</sup>

29. O emprego desse conceito apoia-se na obra de Martins (1987).

30. O inquérito realizado por Fernando de Azevedo, sob patrocínio do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi publicado na imprensa e depois como livro. Os intelectuais entrevistados tiveram em comum o fato de serem docentes. Utilizou-se para efeito de citação a publicação do inquérito sob o título *Educação na encruzilhada: problemas e discussões* (1960b [1937]). Já sobre sua organização em livro destaca-se a presença de três partes diferentes: a primeira, entrevistas orientadas sobre o ensino primário e normal; a terceira, entrevistas a respeito do ensino secundário e superior – sendo que ambas as partes estão ligadas à formação do professor; a segunda parte versou sobre entrevistas relacionadas ao ensino técnico e profissional. Em 1928, a ABE também realizou um in-

– coordenado por Azevedo –, essa instituição tornou-se responsável por orientar o processo de modernização do país.

As disputas em torno das diretrizes do modelo universitário brasileiro representaram, a partir dos anos 1920, os próprios dilemas sobre como modernizar o país e como definir quais seriam os atores sociais responsáveis por dirigir as mudanças. Esses dilemas ocorreram em um momento no qual o próprio campo cultural encontrava-se aberto, ou seja, quando as regras para o seu funcionamento estavam em processo de negociação.

No bojo desses embates, a universidade se tornou sinônimo de lócus da ciência, da razão, do necessário, do superior, do avançado, do moderno, do ordenado, etc., enfim, foi concebida como uma espécie de “bandeira”, a partir das intervenções dos intelectuais reformadores no campo cultural e político brasileiro. Para Evangelista (1997), foi esse cenário que proporcionou que as frações das elites dirigentes e intelectuais católicas fossem classificadas – a partir da década de 1930, por intermédio dos discursos e do trabalho institucional de reformadores como Azevedo e Anísio Teixeira –, como representantes do arcaico, do retrógrado, do conservador no país.

Ao apresentarem a si próprios como os tradutores dos desejos da nação brasileira<sup>31</sup> e, assim, como possuidores de um instrumento privilegiado para se alcançar os diagnósticos e as soluções dos problemas sociais, isto é, a ciência experimental, esses reformadores puderam expulsar, ainda que retoricamente, a dimensão política de suas intervenções.

Dos anos 1920 em diante, o tema da educação passou a fazer parte do debate público. Os diferentes grupos que compuseram a *intelligentsia* brasileira passaram a defender na arena cultural e na política a necessidade de preparação especializada do magistério. A formação converteu-se em uma estratégia propícia ao contexto de

---

quérito sobre educação, porém voltou-se para o ensino universitário brasileiro. Apesar desse enfoque, tal trabalho teve aspirações nacionais, conforme apontou Evangelista (1997).

31. Isto é, como correspondentes objetivos do querer da sociedade.

valorização da civilização técnica e, assim, de racionalização do trabalho. As discussões em torno da preparação do magistério inspiraram-se e apoiaram-se nas experiências desenvolvidas em âmbito externo, tanto pelo Teacher's College norte-americano quanto pela Escola Normal Superior Francesa – do Instituto Pedagógico da Universidade de Louvain na Bélgica (Evangelista, 1997).

A pluralidade de posições no referido debate não deve obscurecer a existência de diferenças e de convergências no interior dos projetos dos reformadores, como Azevedo e Anísio Teixeira, e entre seus projetos e os das frações das elites laicas – das quais participaram Júlio de Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira. A confluência entre os projetos de tais reformadores e os dessas frações consistiu na compreensão a respeito da necessidade de uma intervenção de natureza cultural no país; e, assim, da imprescindibilidade da criação da universidade. A divergência abrangeu a defesa ou não da formação dos quadros das elites dirigentes em seu interior.<sup>32</sup> Essa defesa foi vista por atores como Mesquita Filho e Salles Oliveira como algo fundamental.

Diferentes áreas do conhecimento foram mobilizadas por Azevedo para compor o projeto institucional e político da formação das elites, entre elas: a Biologia, a partir do diálogo com a higiene e com a eugenia, para satisfazer a finalidade de construir o corpo da nação desejada; a Psicologia, para atender ao propósito de selecionar as capacidades e identificar as habilidades para uma nação produtiva economicamente; e a Sociologia, “[...] como via de conhecimento do meio, da sociedade e do indivíduo e de promoção das necessárias adaptações exigidas pela convivência cooperativa, solidária e harmônica, fundamentais para a conservação da paz num mundo saído de uma grande guerra mundial” (Evangelista, 1997, p.19).

---

32. Diferente da concepção de Azevedo, a formação das elites na universidade não foi uma prioridade na visão de Anísio Teixeira. Embora a formação das elites não tenha tido um aspecto fundamental para esse ator, isso não o impediu de contemplá-la em seu projeto acadêmico na Universidade do Distrito Federal (UDF).

Contudo, essas áreas também foram selecionadas por Azevedo para a formação dos professores em nível superior, primeiro, porque acreditava na ciência como um instrumento de inovação e de intervenção racional na realidade do país. Segundo, pelo fato de enxergar na capacitação dos professores, em todos os níveis de ensino, um mecanismo eficiente para preparar e selecionar os melhores atores para compor e renovar os quadros das elites dirigentes do país. E, por fim, por considerar essa capacitação um instrumento indispensável para desencadear a transformação da mentalidade da população como um todo, educando-a para uma vida orientada para o desejo de ordem e progresso.

Portanto, parece ter existido um consenso entre Azevedo e os demais membros do Ieusp em torno de três aspectos: primeiro, que por intermédio do trabalho dos professores se formariam as elites intelectuais dirigentes do país, isto é, os grupos portadores de uma visão de respeito ao bem público; segundo, que com o auxílio dos professores se educaria a população – independente de etnia, gênero, idade ou condições econômicas – para que esta desenvolvesse uma consciência de seus deveres e seus direitos, e, terceiro, que com a participação desses atores sociais se produziria a ciência nacional e se efetivaria a democracia no Brasil (Evangelista, 1997).

A conjuntura política que propiciou a criação do Ieusp e da USP foi caracterizada pelo posicionamento flexível do governo federal em relação aos interesses dos diferentes atores que lutavam na esfera pública para estabelecer as orientações sobre o modelo universitário brasileiro; e, portanto, para definir os rumos e os responsáveis pela modernização do país. *Grosso modo*, esses interesses foram representados, de um lado, pelas frações intelectuais laicas em que se situou Azevedo e a maioria dos reformadores, e, de outro, pelas frações intelectuais católicas e parte das oligarquias que partilhavam de seus valores e ambições.

Entre os instrumentos jurídicos que possibilitaram a fundação do Ieusp e da USP por Azevedo e outras, como a Universidade do Distrito Federal (UDF) por Anísio Teixeira, destacou-se o Esta-

tuto das Universidades Brasileiras de 1931, criado pelo ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos. No caso específico das instituições paulistas, esse instrumento jurídico foi complementado pelo Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933, redigido pelo diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo, à época, Fernando de Azevedo.

De acordo com Evangelista (1997), a despeito de ter sido legalmente uma “[...] instituição formadora de professores de caráter técnico e profissionalizante, o Ieusp assumiu a produção de pesquisa e de conhecimento como parte de suas funções. [E] [a]o ser incorporado à USP, levou consigo a importante herança de formação superior dos intelectuais da educação [...]” (Evangelista, 1997, p.21).

Ao se tornar uma instituição diferenciada do modelo de escola normal<sup>33</sup> e assumir sua posição de instituto anexo à USP, em 1934, o Ieusp institucionalizou as “[...] ‘as ciências fontes da educação’ – História, Filosofia, Biologia, Psicologia, Sociologia – assim como seu correlato imediato, a prática de ensino, observação, experimentação e prática, e suas expressões metodológicas e técnicas” (Evangelista, 1997, p.22, aspas da autora). É importante destacar que, antes ou depois de sua incorporação à universidade, esse instituto buscou realizar a formação profissional dos professores primários e secundários e dos administradores escolares.

Se por um lado é possível sugerir que existia na avaliação de Azevedo, e de outros reformadores, uma demanda por formação técnica do professor, por outro, é importante frisar que, em sua visão, a proeminência da ideia de profissionalização “[...] não sig-

---

33. A reforma da Escola Normal da Praça realizada por Lourenço Filho, em 1931, proporcionou que ela fosse transformada no Instituto Pedagógico. Uma instituição voltada para a investigação aplicada, assim como para a formação de profissionais do ensino. Esta instituição passou a ser denominada Instituto Caetano de Campos e foi transformada a partir do Decreto de Lei nº 5.846, de 1933 e do Código de Educação do Estado de São Paulo (Decreto nº 5.884, de 1933) no Ieusp.

nificava, pois, estreiteza, mas sim ‘largueza de vistas’ e expressão de dedicação à ‘causa do magistério’” (Evangelista, 1997, p.24, aspas da autora).

Em outros termos, a ênfase na profissionalização correspondia a uma resposta teórica e prática, além de política, ao tipo de ensino livresco que havia sido ministrado pela Igreja e se tornado hegemônico no Brasil até a década de 1920. É interessante observar que o adjetivo “livresco” mobilizado por Azevedo para qualificar o ensino religioso foi utilizado no contexto dos anos 1950 para caracterizar, de modo pejorativo, o projeto universitário do qual foi um dos protagonistas. Alguns dos autores que o empregaram para atingir esse projeto foram colaboradores da cadeira de Sociologia I da USP, entre eles, Florestan Fernandes.

No entender de Evangelista (1997), foi a partir da preocupação com a dimensão profissionalizante que os colaboradores de Azevedo no Ieusp, e ele próprio, procuraram imprimir ao ensino um caráter experimental. Para isso, recorreram à organização dos laboratórios de ensino como instrumentos para a realização das verificações objetivas das teorias. Os professores do Ieusp, com apoio incondicional de seu diretor, atuaram nos três pilares propostos no projeto de fundação da USP, isto é, no ensino, na pesquisa e na extensão.<sup>34</sup>

Para Azevedo, seja no Ieusp seja na USP, o professor só poderia ser um intelectual se produzisse ciência e, para produzi-la, fazia-se indispensável saber o que ensinar aos alunos e como ensinar (Evangelista, 1997). Desde 1931, essa preocupação norteava seus projetos editoriais na Cia. Editora Nacional. Assim, as coleções científicas que coordenou nessa editora estabeleceram entre seus objetivos “ensinar a ensinar”, conforme sugerem os trabalhos de Toledo (2006, 2001), e “ensinar”, segundo os textos de Leal (2003) e Dutra (2006).

---

34. De acordo com Evangelista (1997), o termo “extensão” raramente é utilizado no instituto, mobilizando-se em seu lugar as expressões “cursos de conferências” ou “cursos livres”.

Nos escritos de Evangelista (1997) encontram-se pistas sobre a inserção social, política e intelectual dos atores sociais do Ieusp:

[...] Sociedade de Educação/SP; Instituto de Direito Social/SP; Sociedade de Filosofia/SP; Sociedade de Psicologia/SP; Sociedade de Medicina e Cirurgia/SP; Associação Paulista de Medicina; Sociedade de Medicina Legal e Criminologia/SP; Sociedade de História da Medicina/SP; Associação Brasileira de Educação (ABE)/RJ; Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort)/SP; Associação Sanatórios Populares/SP; União Universitária Feminina/SP; Subcomissão de Cooperação Intelectual de São Paulo; Sociedade Brasileira de Sociologia;<sup>35</sup> Sociedade Brasileira de Eugenia; Sociedade de Sociologia de São Paulo; Sociedade de Antropologia e Etnologia/RJ; Instituto Internacional de Sociologia/França; Instituto Nacional de Geografia e Estatística. (Evangelista, 1997, p.26)

Esse conjunto de instituições deixa entrever parte da influência que esses intelectuais tiveram na sociedade brasileira, na década de 1930. Contudo, independente da amplitude dessa influência ou da qualidade do trabalho desenvolvido por eles no Ieusp, esse instituto foi fechado pelo governo, em 1938. Seu patrimônio material foi transferido para a Escola Normal Modelo e seus professores divididos entre duas instituições, a Escola Modelo e a FFCL da USP.

A herança imaterial do Ieusp, seus professores, continuou na USP o trabalho que vinha realizando nesse instituto para o desenvolvimento das Ciências Sociais. Compuseram essa herança na FFCL: Fernando de Azevedo, que também foi seu diretor, entre os anos de 1941 e 1943; Antonio Ferreira de Almeida Júnior; Milton da Silva Camargo Rodrigues; Emílio Willems; Achilles Archêro Jr.;

---

35. A rigor, antes da década de 1950, os nomes Sociedade de Sociologia de São Paulo e Sociedade Brasileira de Sociologia são intercambiáveis ao se considerar seus membros e raio de atuação.

Roldão Lopes de Barros; José Querino Ribeiro; Noemy da Silveira Rudolpher; Ernestina Giordano; Onofre de Arruda Penteadó Jr.; Dora Caldeira de Barros Pastorino, entre outros (Evangelista, 1997, p.146).

Os anos 1930 compreenderam um momento de consolidação e de extinção de dois importantes projetos de formação de professores em nível superior: o Ieusp, sob a direção de Azevedo, e a Escola de Educação da UDF, em 1935, sob a influência intelectual de Anísio Teixeira. Para Evangelista (1997), apesar de estas serem as primeiras iniciativas que conseguiram se institucionalizar, outras merecem menção, como a de Minas Gerais, em 1929, e a de São Paulo, em 1931, com a reforma da Escola Normal da Praça realizada por Lourenço Filho. Ainda segundo Evangelista (1997), o Ieusp se destacou em relação a essas iniciativas por conseguir articular a formação universitária do magistério para todos os níveis (primário, secundário e superior) com a produção de conhecimento científico no campo educacional.

A ideia de aproximar os diferentes níveis de ensino para compor um sistema educacional integrado já se insinuava no Inquérito sobre a Educação em São Paulo realizado por Azevedo, em 1926. Nesse documento é interessante observar que o laço que aproximou os dois extremos do sistema, ou seja, a universidade e o ensino primário, foi a preocupação com o tema da formação do professor.

Os intelectuais entrevistados nesse inquérito dialogaram, direta ou indiretamente, sobre a questão da formação e, desse modo, procuraram demarcar suas posições a respeito do tipo de instituição que deveria comportá-la. Na maioria das opiniões, o modelo que orientava a conformação dessa instituição era o francês. Talvez a presença e a participação no cenário cultural brasileiro de intelectuais franceses – como Georges Dumas e Paul Fauconnet – tenham contribuído para essa predileção dos entrevistados. A influência de Dumas e Fauconnet já foi aventada ao mencionar a orientação geral das reformas educacionais realizadas nos anos 1920

no Brasil, entre estas, a Reforma do Distrito Federal (1927-1930) dirigida por Azevedo.<sup>36</sup>

Os inquéritos de São Paulo, de 1926, e o do Rio de Janeiro, realizado pela ABE em 1928, convergiram na compreensão a respeito da necessidade de a formação do professor ocorrer em nível superior e na universidade; não obstante seja possível perceber a presença de divergências entre os participantes sobre a estrutura e os conteúdos dessa formação.

Não era consenso entre os intelectuais entrevistados em ambos os inquéritos vincular o preparo pedagógico e técnico com a produção de conhecimento. Diferente desses atores, Azevedo buscou defender e construir esse vínculo nos empreendimentos que organizou e dirigiu, como o Ieusp, a FFCL e, posteriormente, o CRPE/SP.

Sob influência da leitura dos trabalhos de Evangelista (1997) e Cardoso (1982) é possível apontar que o fato de Azevedo ter organizado o Ieusp<sup>37</sup> para contemplar a formação dos professores em nível superior – como uma instituição vinculada, mas paralela à universidade – funcionou como uma estratégia para minimizar os atritos com alguns de seus parceiros institucionais. Parceiros que, a exemplo de Júlio de Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira, se empenharam na fundação da universidade, mas não reconheceram a formação do professor como um dos seus objetivos.

Parecem ter resultado dessa ausência de reconhecimento algumas das dificuldades enfrentadas por Azevedo para conseguir adequar o Ieusp às suas funções durante a gestão de Salles Oliveira, como interventor federal do Estado de São Paulo (1933-1935) e, depois, como governador eleito pela Assembleia Legislativa (1935-1936). Segundo Evangelista (1997), foi preciso que Azevedo articulasse, em 1934, uma *Representação* com cerca de 8 mil adesões

---

36. Embora tal influência seja perceptível nessa reforma, é importante explicitar que Azevedo mesclou os modelos francês e o norte-americano em suas orientações teóricas e empreendimentos institucionais, inclusive ao propor e criar o Ieusp.

37. No Código de Educação do Estado de São Paulo, em 1933.

para obter desse interventor os recursos necessários para a efetivação das reformas que o instituto requeria.

Conquanto tenham existido dificuldades nas relações entre o Ieusp e Salles Oliveira, este foi um ator fundamental para favorecer – por meio do Decreto nº 6.512, de 1934 – a afluência e a consolidação de candidatos para a licença do magistério secundário e superior, pois “[...] estabeleceu que, depois que houvesse licenciados pela USP [com a colaboração do Ieusp], a inscrição em concursos docentes passaria a exigir esse título [...] [o que faria] parte da instituição da carreira do professor [...]” (Evangelista, 1997, p.113).

No entanto, é importante expor que o encerramento do Ieusp, por Ademar Pereira de Barros, e a promulgação da Lei Orgânica de 1942, pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, contribuíram para desorganizar a iniciativa de ordenamento da carreira do magistério com a participação das Ciências Sociais proposta pelas ações de Azevedo e Salles Oliveira.

Outro aspecto da história de estruturação do Ieusp vincula-se ao período em que seu regulamento entrou em vigor, em 1935. Assim, nesse ano, três docentes tornaram-se catedráticos sem concurso público: Fernando de Azevedo, Roldão Lopes de Barros e Antonio Ferreira de Almeida Júnior.<sup>38</sup> Essa concessão permitiu que esses atores pudessem organizar o processo de normatização do quadro de docentes do instituto, ou seja, se tornassem organizadores e membros das bancas dos concursos públicos para o provimento dos cargos.

Exemplos da atuação desses intelectuais em bancas examinadoras podem ser observados nos concursos para a cadeira de Sociologia Educacional no Ieusp. Em 1936, quando ocorreu o primeiro concurso, os sociólogos Fernando de Azevedo, Paul Arbousse Bastide e Samuel H. Lowrie compuseram a banca, mas nenhum candidato foi aprovado. No ano seguinte, procedeu-se novo concurso para essa cadeira; Azevedo e Arbousse Bastide se manti-

---

38. Esse fato foi amplamente noticiado pela imprensa católica visando atingir o trabalho desenvolvido por Azevedo.

veram como membros da banca e Lowrie foi substituído por Raul Briquet. Nesse concurso foi contratado como docente-livre o sociólogo Emílio Willems (Evangelista, 1997).

Com a extinção do Ieusp em 1938, Willems passou a ocupar essa cadeira na USP, como primeiro assistente de Fernando de Azevedo, até 1941. Posteriormente, foi trabalhar na cadeira de Antropologia, onde obteve importante apoio institucional de Azevedo – na condição de chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia – para seu processo de afastamento, na década de 1950. Semelhante apoio e a existência de uma relação de amizade entre esses atores podem ser inferidos a partir das cartas de Emílio Willems (1949, 1950 (6), 1951 (4), 1953, 1954, 1958 (2)) para Azevedo.

No processo de estruturação do Ieusp, Azevedo valorizou a produção da pesquisa a partir da organização espacial (bibliotecas, laboratórios, etc.) que criou. A iniciativa de valorização da pesquisa por meio dos laboratórios encontra terreno fértil na sua concepção de ciência. Assim, “[...] [e]m muitos dos escritos de Azevedo estava presente uma concepção de ciência diretamente vinculada às práticas laboratoriais. Fazendo ciência entraria o professor no futuro e, com ele, seus alunos. O melhor lugar para isso acontecer seria o Laboratório [...]” (Evangelista, 1997, p.84). A preocupação com a difusão da pesquisa também foi contemplada na estrutura do instituto. Isso ocorreu por meio da criação da revista *Archivos do Instituto de Educação*. Uma publicação responsável por difundir a produção acadêmica dos docentes desse instituto, bem como os artigos de outros autores brasileiros com preocupações teórico-metodológicas próximas àquelas vigentes no Ieusp e os textos de autores estrangeiros, como Paul Arbousse Bastide.<sup>39</sup>

---

39. Arbousse Bastide foi professor contratado no Ieusp, o que equivalia às atribuições de um catedrático. Nesse instituto, tornou-se responsável por ministrar a disciplina de Metodologia do Ensino Secundário. Uma disciplina preocupada em debater temas fundamentais para Azevedo, a saber: “[...] *O professor do ensino secundário e a pesquisa científica pura. O professor deve se preparar para a pesquisa científica. Diferentes graus na pesquisa pura. Meios de que dispõe o professor para tornar-se e permanecer um pesquisador*” (Evangelista, 1997,

Diante do exposto, é aceitável propor que Azevedo propiciou as condições necessárias “[...] para o desenvolvimento do desiderato do Ieusp, que se traduzia na produção da pesquisa, ensino e na extensão” (Evangelista, 1997, p.80).

Essa visão de Azevedo sobre a ciência fez-se sentir também nas suas orientações para a seleção das publicações vinculadas aos seus projetos editoriais das coleções científicas *Atualidades Pedagógicas* e *Iniciação Científica*, ao longo dos anos 1930 e 1940, e em sua experiência, na década de 1950, como diretor do CRPE/SP.

Sobre a questão das atividades de extensão desenvolvidas pelo Ieusp, vale destacar, além do empenho de Azevedo na articulação dos cursos livres e das conferências, sua dedicação para o bom andamento dos trabalhos sociais realizados por intermédio do Laboratório de Biologia Educacional, sob a responsabilidade de Antonio Ferreira de Almeida Júnior.

Nos trabalhos desse laboratório constaram a assistência médica, sanitária e alimentar às crianças carentes, moradoras nas proximidades do instituto. Conquanto tais atividades parecessem ter apenas um caráter social, Azevedo e os demais profissionais do Ieusp buscaram acrescentar-lhes uma dimensão educativa. Nesse cenário, esses atores defenderam os valores citadinos e industrializantes, como parte das proposições dos anos 1920 e 1930, dirigindo suas ações de acordo com a afirmação de Azevedo sobre a necessidade de formar “um homem novo para um mundo novo”.

No processo de busca de enraizamento do projeto educacional do Ieusp na rede pública de ensino, Azevedo convidou Antonio Ferreira Almeida Júnior para, em conjunto com os membros da congregação do instituto, exarar parecer sobre os programas das disciplinas a serem ministradas nele. Tal convite recebeu o apoio da congregação devido ao fato de seus membros compreenderem o papel estratégico de Almeida Júnior naquela conjuntura; afinal,

---

p.164, grifo da autora). Arbousse Bastide foi parceiro e amigo pessoal de Azevedo, conforme sugerem suas cartas para Arbousse Bastide.

tratava-se do diretor de Ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Também parece ter feito parte dessa estratégia de aproximação institucional entre a universidade e a rede pública de ensino a concessão de bolsas de estudo pelo estado, por intermédio da ação de Almeida Júnior, aos matriculados no Curso de Aperfeiçoamento do Professor ministrado pelo Ieusp.

As atribuições docentes na USP e no Ieusp foram as mesmas: “[...] *realizar, promover e orientar pesquisas, inquéritos e monografias científicas*, concedendo-se regime integral para os docentes, na medida do possível, incluídos em princípio todos os professores da universidade” (Evangelista, 1997, p.114, grifo da autora). Talvez essa similitude possa ser explicada pela presença de Azevedo como o redator dos estatutos de ambas as instituições.

Ao propor uma parceria entre essas instituições na formação do professor secundarista, Azevedo estabeleceu a formação pedagógica como responsabilidade do Ieusp e a formação geral ou específica como atribuição da FFCL. Além da formação, o Ieusp e a USP compartilharam o comprometimento com a produção científica.

Após superar vários obstáculos, esse instituto alcançou, no ano de 1937, a plenitude do seu funcionamento. Diante dessa situação, sua designação jurídica de instituição profissionalizante tornou-se um problema, uma vez que os trabalhos desenvolvidos lá não correspondiam apenas a essa dimensão. Sendo assim, os professores do instituto, juntamente com o seu diretor, propuseram mudanças substantivas no regulamento, vigente desde 1935.

O regulamento reformulado foi enviado para o Conselho Universitário da USP, que, após aprová-lo, o encaminhou para o governo do Estado de São Paulo. Essa movimentação dos atores do instituto para adequá-lo juridicamente às funções que realizava na prática – e, assim, para torná-lo um modelo para o funcionamento do sistema educacional brasileiro – evidencia como esses intelectuais foram surpreendidos pelo ato de seu fechamento em 1938.

A principal mudança proposta pelo novo regulamento do Ieusp visou transformá-lo na Faculdade de Educação – mantendo suas es-

colas anexas –, o que lhe proporcionaria as mesmas prerrogativas da FFCL. Além disso, esse documento também buscou defender “[...] a criação de um Centro de Documentação e Informação Pedagógica com a competência de ‘recolher e difundir informações sobre as atividades educacionais do Brasil e do estrangeiro [...]’” (Evangelista, 1997, p.244, aspas da autora). Visto que esse centro já existia na prática, sua defesa foi apenas uma estratégia para oficializá-lo. Vale mencionar que sua organização encontrou em Paul Arbousse Bastide um importante incentivador, de tal modo que, ao se constituir sua diretoria, ele tornou-se o presidente.

A respeito da história da extinção do Ieusp, expôs Evangelista (1997, p.186) que “[...] [o]s motivos alegados pelo Interventor Federal [Ademar Pereira de Barros] para o encerramento do Instituto de Educação trouxeram o gosto dos argumentos administrativos. Entretanto sob tais argumentos corriam motivações de sabor diferente”. Na entrevista que concedeu à imprensa explicando as razões que justificavam sua atitude, Ademar de Barros elencou dez argumentos que foram contestados de forma veemente pelos professores do instituto. Embora Evangelista (1997) apresente todos os argumentos e contra-argumentos dessa contenda, interessa destacar somente o oitavo argumento e sua réplica por ambos demonstrarem o alcance da influência política de Azevedo.<sup>40</sup>

No oitavo argumento, Ademar de Barros afirmou que Azevedo tinha sido “[...] acusado pelo Estado de dirigir pessoalmente as escolas anexas ao Instituto [como o Jardim da Infância, a Escola Primária e a Secundária] ou nomear sua direção segundo seus interesses [...]” (Evangelista, 1997, p.196). Diante dessas acusações,

---

40. O depoimento de Florestan Fernandes também apresenta pistas sobre sua influência política ao afirmar que, se Azevedo “[...] fosse um conformista [...] teria tido tudo o que pudesse desejar. Teria ocupado os maiores cargos da República. Sua capacidade de ação era disputada [...]” (Fernandes, 1994, p.197). Corroborar esse depoimento o conteúdo da carta de Azevedo para o dr. James Lauer, datada de 16 de abril de 1971. Nesse documento, Azevedo relatou o episódio envolvendo o convite que recebeu para ser o candidato da esquerda para o cargo de presidente da República do Brasil, após 1945.

os professores do Ieusp contra-argumentaram que Azevedo jamais dirigiu tais escolas e que a nomeação de seus diretores era uma das atribuições de seu cargo. Entretanto, Evangelista (1997, p.197) pondera sobre essa réplica que “[m]esmo sendo prerrogativa do Estado a nomeação dos cargos de direção à revelia do Diretor do Instituto, este direito jamais foi utilizado contra [...] [as] indicações [de Azevedo]” [...] (Evangelista, 1997, p.197). Com isso, conclui-se que sua influência política ultrapassava as fronteiras do instituto.

Ao refletir sobre os argumentos de Ademar de Barros, Evangelista (1997) afirmou que eles não foram destituídos de objetividade, não obstante parte desta tenha sido construída no terreno político. Semelhante hipótese adquire consistência ao considerar que esse interventor desconsiderou a legislação em vigor ao extinguir o Ieusp.

No desfecho desse episódio ocorreram as aposentadorias compulsórias de Fernando de Azevedo, Milton da Silva Camargo Rodrigues e Antonio Ferreira Almeida Júnior “[...] sob a alegação de desrespeito à Constituição de 1937 e subversão [...]” (Evangelista, 1997, p.201). Para reverter esse quadro, foi necessária a intervenção de M. A. Teixeira de Freitas, amigo pessoal de Azevedo, falando com o general José Pinto, do Conselho de Segurança Nacional.

Também chama a atenção no processo de encerramento do Ieusp o fato de o católico Alexandre Corrêa, inimigo<sup>41</sup> histórico de Azevedo, ter sido indicado pelo governo ditatorial para a direção da FFCL naquela conjuntura. Essa indicação se justifica por seus vínculos políticos e sociais. Para Evangelista (1997), a complexidade

---

41. Desde a divulgação do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, em 1932, católicos como Tristão de Athayde, Leonardo Van Acker e Alexandre Corrêa assumiram posturas públicas contrárias à obra e à pessoa de Azevedo e de Anísio Teixeira. No que tange a Azevedo, para além das investidas contra o *Manifesto*, Alexandre Corrêa, à guisa de exemplo, procurou infamar sua imagem como intelectual, professor e administrador, afirmando que Azevedo tratava-se de “[...] um criador de ‘filosofia de fumaça’ que aproveitara o *Manifesto* para tecer elogios a si próprio [...]” (Evangelista, 1997, p.221, aspas e grifo da autora).

da relação entre a Igreja e o Estado tornou Corrêa a pessoa mais apropriada para redirecionar a formação do magistério dentro da USP, segundo os interesses emanados desses atores.

Os textos de Antunha (1974) e de Nadai (1994, 1991) também abordam o episódio da extinção do Ieusp. No entanto, um aspecto problemático da análise de Antunha (1974) compreende a sua afirmação de que a formação dos professores secundários era algo desprovido de reconhecimento social e, mais, que isto havia favorecido o processo de encerramento do instituto. Com essa leitura, Antunha (1974) parece ter incorrido no

[...] procedimento de tomar como critério de avaliação do Instituto o desprestígio da formação para o magistério no momento de sua pesquisa. [Afinal] [n]o período em estudo – décadas de 20 e 30 – a Escola Normal da Praça era responsável pela formação dos intelectuais da área educacional e seu padrão era de alto nível. (Evangelista, 1997, p.203)

Outro aspecto da análise de Antunha (1974) passível de problematização consiste em seu argumento de que Azevedo fragilizou o Ieusp ao ter admitido, na sua primeira geração de professores, docentes, inclusive ele próprio, nomeados sem concurso e atores sociais sem formação.

Tal argumento precisa ser mais bem dimensionado, primeiro, porque apenas três professores foram nomeados sem concurso, porém nenhum deles inexperiente na esfera educacional: Azevedo, normalista e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais; Antonio Ferreira Almeida Júnior, normalista e médico; e Roldão Lopes de Barros, normalista e bacharel. Segundo, esses intelectuais não eram destituídos de mérito ou experiência no campo cultural, pois, além de autores de livros e artigos científicos, inclusive sendo um deles editor, participavam de diferentes organizações científicas no país.

Nos trabalhos de Nadai (1994, 1991), a extinção do Ieusp é explicada como parte de sua incapacidade de se impor em uma con-

juntura na qual suas atribuições eram contrárias àquelas vigentes na sociedade. Independente de essa explicação apresentar fundamento, ela é parcial, pois as prerrogativas que o Ieusp se colocou foram parte constitutiva do processo de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que a sociedade brasileira vinha passando desde o começo do século XX. Um processo marcado pelo papel da educação como instrumento privilegiado para responder ao crescente desejo de racionalização e de organização social.

Outra explicação proposta por Nadai (1994, 1991) e Antunha (1974) para o encerramento do instituto foi a ausência de apoio a Azevedo no interior da USP. Ainda que seja pertinente, esse argumento necessita ser mais bem compreendido. Essa falta de apoio foi apenas conjuntural, deveu-se a uma espécie de represália contra Azevedo por este ter declarado, na condição de diretor do Ieusp, sua adesão ao projeto de reestruturação da FFCL em 1936. As instituições congêneres ao instituto não aprovavam essa reestruturação e o apoio de Azevedo foi entendido como uma afronta a seus interesses. Logo, no momento do fechamento do Ieusp, esses atores não se mobilizaram em sua defesa.

Um ponto de vista distinto a respeito da extinção do Ieusp foi propiciado pelo texto de Toledo (1995).<sup>42</sup> Para essa autora, o encerramento do instituto indicou a intenção do Estado – sob influência católica, inclusive, em postos-chave<sup>43</sup> – de esvaziar os projetos que se diferenciavam de sua diretriz educacional, isto é, consistiu em uma estratégia declarada de fazer oposição desestruturando os atores sociais concorrentes – como Azevedo e Anísio Teixeira – no campo cultural. A extinção do Ieusp e da UDF, em 1938, parece ter

---

42. Não obstante Toledo (1995) ter pesquisado outra temática – a obra *A cultura brasileira* (1971a, [1943]), de autoria de Fernando de Azevedo –, ela possibilitou pistas interessantes sobre a questão do fechamento do Ieusp.

43. Os trabalhos de Cardoso (1982) e de Schwartzman, Bomeny & Costa (1984) apresentam elementos interessantes para refletir sobre as artimanhas católicas junto ao Estado, as quais visaram o fortalecimento desse grupo em detrimento dos empreendimentos de atores como Azevedo e Anísio Teixeira, na década de 1930.

sido parte do mesmo processo político que, nos anos 1940, impulsionou o surgimento do curso de Pedagogia no Brasil, sob as hostes católicas.

Assim, sobre o fechamento do Ieusp, é

[...] razoável supor que o que se pretendeu foi estancar um processo de crescimento do Instituto que o ejetaria a lugares acadêmicos e políticos, na cidade, no Estado e nacionalmente, pouco apreciáveis pelas forças contrárias [católicas]. Azevedo não tratava apenas de viabilizar a formação do professor em nível universitário, mas de articular de tal modo os vários graus de ensino que o Instituto viesse a ser modelo para o funcionamento do sistema educativo. Na verdade várias iniciativas vinham sendo tomadas no sentido de ampliar seu público, fosse com convites às delegacias regionais para visitas, fosse com conferências de seus professores, artigos na imprensa, publicação de livros, trabalhos conjuntos com outras instituições, ações assistencialistas, entre outras. [...] Funcionando o Instituto como um sistema reunia condições de propor à rede um projeto pedagógico de caráter global. (Evangelista, 1997, p.193)

Evangelista (1997) identifica, na narrativa de Azevedo sobre o Ieusp, uma supressão dos fatos que resultaram na extinção do instituto e, ao mesmo tempo, um modo bastante peculiar de contar a história sobre a formação do professor no ensino superior, na qual ele foi um dos protagonistas. Talvez uma diretriz para entender essa especificidade possa ser buscada na argumentação de Toledo (1995).

De acordo com Toledo (1995), o fato de a obra *A cultura brasileira* (1971a [1943])<sup>44</sup> ter sido escrita pouco tempo depois do encer-

---

44. Segundo Toledo (1995), esse livro foi, simultaneamente, científico – devido a sua metodologia e interpretações – e político, pelo lugar de sua artesanaria e por algumas de suas concepções sobre a educação no Brasil.

ramento do Ieusp, como introdução do primeiro recenseamento nacional do IBGE, ou seja, sob o “timbre do oficialismo”, criou as condições para que ela se convertesse em uma fonte de referência para a história da educação no Brasil. Isso forneceu a Azevedo a oportunidade de estabelecer

[...] uma determinada leitura da história que lhe interessava, na medida em que firmara a identidade dos grupos em conflito, sua ação e o modo como deveriam ser entendidos os acontecimentos – notabilizando a si mesmo e se projetando como marco fundamental, num momento em que seu projeto político parecia estar derrotado – excluindo, portanto, a “derrota” política dos embates no campo da Educação [...]. (Toledo, 1995, p.166, aspas da autora)

Desse modo, a forma fragmentária de Azevedo referir-se à história do Ieusp, conforme apontamento de Evangelista (1997), parece ter-lhe permitido não romper relações com o governo tampouco com alguns dos antigos aliados do “grupo da comunhão paulista”.<sup>45</sup> E, por outro lado, assegurado uma maneira de abordar a história educacional brasileira na qual apenas os aspectos vitoriosos dos seus empreendimentos – inclusive os do Ieusp – pudessem ecoar, se tornando parte da memória oficial a respeito da educação no país.

Sobre o Ieusp é preciso reconhecer que sua iniciativa pioneira de formação docente no ensino superior contribuiu para promover a institucionalização das Ciências Sociais fontes da Educação – entre elas, a Sociologia –, primeiro, ao criar e ampliar a demanda

---

45. Diferente do trabalho de Nadai (1994, p.169), que estabelece o Ieusp como “[...] uma das instituições mais flagrantemente identificadas à *Comunhão* [...]”, aponta-se a pertinência da ideia de Evangelista (1997) segundo a qual esse empreendimento institucional não fez parte dos interesses da “comunhão paulista”. Para Evangelista (1997), essa hipótese se sustenta pela ausência de manifestação pública por parte da “comunhão”, quando da extinção do instituto.

por obras especializadas; segundo, ao lançar os alicerces, na opinião pública e no governo, de uma visão sobre o valor das pesquisas sociais para orientar o processo de modernização institucional do Estado e da sociedade brasileira. E, por fim, ao propor o vínculo entre a Sociologia e a Educação como um caminho fundamental para orientar a mudança social no país dentro da ordem.

### 3

## UM INTÉRPRETE DO BRASIL

*A posteridade abrevia; e está no seu direito, pois que escrevemos para ela; e é seu dever também, e, por menos que pareça, um dever piedoso, pois não abrevia senão para não perder tudo.*

E. Faguet, *Princípios de Sociologia*  
(apud Azevedo, 1954a [1935], s/p)

Na produção teórica de Azevedo incluíram-se publicações no Brasil e no exterior em colaboração com outros autores; introduções e prefácios nos trabalhos de diferentes intelectuais; inúmeros artigos em periódicos especializados e livros publicados por diferentes editoras e em distintos idiomas. A amplitude de sua obra e a pluralidade dos temas tratados influenciou na seleção apresentada neste capítulo.

Um aspecto que precisa ser recordado é o fato de a obra e a trajetória de Azevedo terem se inscrito nos quadros de uma sociedade em transformação, e isto ter se refletido em sua maneira de expor, bem como nos assuntos abordados e na recepção que sua obra recebeu. Outro aspecto refere-se à adoção do termo “ensaio” como uma alternativa para pensar a respeito de seu legado.

O termo “ensaio”<sup>1</sup> compreende uma maneira de apontar que a produção de Azevedo transitou no campo científico e no literário construindo um conhecimento aberto, seja em virtude de seus conteúdos, seja de sua forma. Ou seja, tal conceito nos possibilita caracterizar seu trabalho como um tipo de produção “[...] que não pretende esgotar um assunto, mas o aborda de maneira original e pessoal [...]” (Queiróz, 1994, p.59).

Assim, ao olhar para alguns aspectos da obra teórica de Azevedo, procurou-se contemplar, mesmo que parcialmente, os debates de seu tempo, lembrando, porém, que as influências teóricas que esse autor sofreu e legou encontraram-se para além do entendimento do contexto de criação de seus trabalhos. Desse modo, buscou-se reconhecer a existência de um “antes” e um “depois” nas obras enquanto elementos constitutivos do texto como estilo e visão de mundo. Por outro lado, é importante salientar que não se realizou uma exegese interna dos livros, mas uma interpretação sintética e seletiva de determinadas dimensões desses trabalhos que possibilitasse desvelar o significado e o papel da Sociologia, assim como o da matriz institucional, em sua abordagem histórica. Tal interpretação contemplou como hipótese a presença de um fio condutor no material selecionado, seja na maneira de Azevedo escolher as teorias e metodologias sociológicas, seja na de aplicá-las para a análise da realidade social brasileira, ou, ainda, em algumas explicações e propostas realizadas por ele.

No interior de sua produção, foram escolhidos os livros *As ciências no Brasil* (1994a [1955], 1994b [1955]), *A cultura brasileira* (1971a [1943]), *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a), *Da Educação Física* (1960a [1915]), *A educação entre dois mundos* (1958c), *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* (1958d [1948]), *Novos caminhos e novos fins* (1958e [1932]), *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]), *Sociologia Educacional* (1954b [1940]) e *Um trem corre para o oeste* (1950). Vale ressaltar que essa sequência

---

1. Ver sobre o conceito a abordagem de Adorno (1986).

não representou a ordem de mobilização dessa literatura ao longo do capítulo.

Embora se reconheça entre esses livros a existência de alguns com maior e outros com menor enfoque nas Ciências Sociais – conforme as sugestões presentes nos artigos de Candido (1994a)<sup>2</sup> e de Queiróz (1994)<sup>3</sup> –, optou-se por aproximá-los desconsiderando tal diferenciação, pois, nessas obras, o pensamento de Azevedo se colocou como um desafio constante; de um lado, perscrutar os caminhos práticos da organização e da mudança social no Brasil, e, de outro, propor diretrizes para pensar cientificamente – ou seja, se empenhou em apresentar, a partir de uma refinada seleção e organização, parte significativa do instrumental teórico-metodológico da Sociologia produzido interna e externamente até meados do século XX. Isto levou Azevedo, mesmo quando o cerne de sua obra não era essa ciência, a refletir a respeito do seu legado científico – teórico e prático – para o desenvolvimento do país, e, desse modo, para uma abordagem da cultura e da educação.

- 
2. Candido (1994a) elaborou a seguinte tipologia para classificar as obras de Azevedo: “livros simples” e “livros compostos”; os primeiros se caracterizaram por representar uma unidade, em torno de temas definidos; em sua maioria foram ordenados em pares sucessivos. Exemplos: *Princípios de Sociologia e Sociologia Educacional*; *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* e *Um trem corre para o oeste*, etc. Já os livros “compostos” compreenderam reuniões de artigos e de palestras realizados em diferentes momentos por Azevedo. Vale destacar que, sendo tal ordenamento didático, ele orientou apenas indiretamente a escolha ou a aproximação dos e entre os referidos livros.
  3. Queiróz (1994) apontou que no conjunto de livros de Azevedo – 26 publicados – apenas 6 poderiam ser classificados como pertencentes às Ciências Sociais. Não obstante esta classificação, a intérprete salientou que sua influência como sociólogo não se restringiu a tais livros. Ao corroborar com esta consideração contemplou-se, além das obras citadas por Queiróz, outras.

## **Da Educação Física, Novos caminhos e novos fins e A cultura brasileira**

*Fernando de Azevedo foi, dentro de sua geração, uma figura singularmente acima do seu tempo. As propostas de reforma educacional que endossou receberam um violento ataque reacionário e conservador, raro na cena brasileira. [...] O paradigma da educação pelo qual se bateu não cabia dentro do horizonte cultural estreito e egoísta das elites no poder.*

Florestan Fernandes, *A contestação necessária* (1995, p.180)

Para entender Azevedo como um intérprete do país faz-se preciso destacar sua concepção sobre o significado e o papel das ciências, em particular da Sociologia, no desenvolvimento da sociedade brasileira. Uma concepção presente inicialmente na obra *Da Educação Física* (1960a [1915]); depois, como resultado de uma experiência vivenciada com sua contribuição, retratada no livro intitulado *Novos caminhos e novos fins* (1958e [1932]), bem como enquanto abordagem teórico-metodológica para interpretar a realidade social do país a partir do texto *A cultura brasileira* (1971a [1943]).

A principal referência encontrada sobre o livro de Azevedo *Da Educação Física* (1960a [1915]), foi escrita por Camargo (1995). Essa estudiosa dedicou-se a reconstruir a biografia-trajetória de Azevedo no processo de interpretação de sua obra. Para Camargo, tal livro condensou a “[...] concepção pedagógica de ensino que [Azevedo] receb[eu] dos jesuítas [a qual] incluía a cultura física, moral e intelectual” (Camargo, 1995, p.45). Assim, a formação jesuítica teria influenciado na arteficialidade dessa obra e nas atividades de Azevedo como professor de Latim e de Literatura, e enquanto crítico literário.

O surgimento do livro *Da Educação Física* (1960a [1915]) vincula-se à experiência vivenciada por seu autor no Ginásio em Minas Gerais, em 1913, ao atuar como professor substituto na cadeira de Latim. Nessa instituição, Azevedo encontrou um quadro desolador no que se referia à cadeira de Instrução Física e Militar; ou seja, a ginástica encontrava-se negligenciada pela proeminência das armas.

Semelhante quadro o teria estimulado a organizar um projeto de lei cuja finalidade era remodelar a ginástica desenvolvida no Ginásio, e apresentá-lo ao governo do Estado de Minas Gerais. Esse projeto parece ter possibilitado a Azevedo, por um lado, a oportunidade de abandonar sua situação de insegurança profissional, pois, àquela época, trabalhava como professor substituto, e, por outro, de desenvolver uma proposta de Educação Física até então incomum no país. Desse modo, iniciou-se com sua atuação “[...] uma campanha por uma nova concepção de Educação Física nesse estabelecimento de ensino” (Camargo, 1995, p.66).

De acordo com a visão de Azevedo a respeito da Educação Física, era imprescindível estabelecer uma ginástica racional, na qual o professor da cadeira tivesse “[...] uma formação teórica sobre essa área de conhecimento e considera[sse] a formação física, parte de uma educação integral” (Camargo, 1995, p.68). O projeto que apresentou ao governo contemplava tal filosofia, e, ao mesmo tempo, possibilitava que a referida cadeira fosse disputada por meio de concurso público.

Diante dessa possibilidade, Azevedo candidatou-se ao cargo com o trabalho *A poesia do corpo*,<sup>4</sup> mas foi preterido por outro candidato.<sup>5</sup> Embora esse resultado tivesse lhe causado frustração, a ex-

---

4. O título foi modificado posteriormente para *Da Educação Física* (1960a [1915]).

5. A partir de pesquisas na documentação referente ao concurso no Ginásio de Minas Gerais, Camargo (1995) afirmou que a recepção da tese defendida por Fernando de Azevedo, assim como sua desenvoltura na defesa, parecem tê-lo induzido a narrar, equivocadamente, em seu livro de memórias, *História de minha vida* (1971b), que ele havia sido o primeiro colocado do concurso e, in-

periência parece ter servido para confirmar sua opinião sobre a relevância do concurso como um procedimento idôneo para que as pessoas alcançassem os cargos públicos. A defesa desse instrumento para a carreira pública acompanhou sua trajetória como intelectual e administrador.

A conjuntura brasileira em 1915, ano de surgimento da obra *Da Educação Física* (1960a [1915]), foi marcada, de um lado, pela compreensão segundo a qual o Brasil vivia uma profunda crise intelectual e moral e, de outro, pela preocupação com a construção da nacionalidade. Para criar a nacionalidade, Azevedo adotou a ideia de “regeneração social do país” tendo como estratégia a Educação Física. Ou seja, passou a definir a escolarização como um instrumento fundamental para vencer o “atraso” do Brasil. Como vários atores sociais do começo do século XX – à guisa de exemplo, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, etc. –, Azevedo entendia que o país vivia um rebaixamento moral e que era papel da intelectualidade colaborar para transformar esse quadro.

Entre as ideias que foram publicizadas no livro *Da Educação Física* (1960a [1915]) e aprimoradas posteriormente, destacam-se as que defenderam que a educação deveria: 1) resultar em um equilíbrio entre o corpo e o espírito; 2) colaborar para o progresso do país, por meio da criação de uma população saudável – mental e fisicamente – e preparada para atuar no mercado de trabalho; e 3) romper com o empirismo, ao valorizar que a formação do professor fosse realizada no ensino superior. Nesse sentido, Azevedo reconhecia que dependia da preparação desse ator a potência transformadora do ato de educar.

A concepção de educação proposta por Azevedo contemplou a ideia de desenvolvimento integral dos alunos. Essa visão fundamentou-se nos conhecimentos provenientes da Biologia e da Psicologia. Para Camargo (1995), ao mobilizar esses conhecimentos, Azevedo antecipou uma tendência que foi amplamente difundida

---

justamente, não nomeado pelo governo. De fato, expôs Camargo (1995), Azevedo foi aprovado, mas em segundo lugar.

no Brasil por intermédio do movimento da Escola Nova, um movimento do qual ele foi uma das principais lideranças no país.

Em *Da Educação Física*, Azevedo (1960a [1915]) vinculou a cultura desenvolvida no decorrer da Idade Média à ruína do corpo, pois a interpretou como parte do legado cultural da Igreja Católica, que tornou o corpo antagonista do espírito. Ainda nesse livro, reconheceu como seus interlocutores, a respeito do tema da Educação Física, somente os intelectuais que foram considerados pela literatura estrangeira especializada como os “[...] teóricos que institucionalizaram a ginástica no séc. XVIII e [no] XIX [...]” (Camargo, 1995, p.166). Desse modo, é possível sugerir que Azevedo privilegiou uma perspectiva institucionalista para abordar a história dessa área do conhecimento, na medida em que enfatizou os trabalhos de autores “[...] que em seus países deram à ginástica e à educação física um estatuto oficial, uma organização estável [...]” (Camargo, 1995, p.167).<sup>6</sup>

A produção teórica que mais colaborou para orientar esse livro “[...] de Fernando de Azevedo foi produzida por médicos e educadores numa tendência higiênica” (Camargo, 1995, p.177). Apesar de não ser isenta de estereótipos a respeito do homem e da mulher, essa tendência também compreendeu uma perspectiva moderna, ao realizar a defesa da educação física feminina como elemento importante para a regeneração da população, destacando o papel social da mulher na educação informal e formal das gerações; e mais, ao possibilitar flexibilizar parte dos problemas sociais, afirmando que estes possuíam solução.

Se as propostas de Azevedo (1960a [1915]) sobre a necessidade de combater a fadiga e de realizar exercícios ambidestros podem ser vistas como conservadoras, ao possibilitarem um aumento da exploração da força de trabalho no país (Camargo, 1995),

---

6. De acordo com Camargo (1995), a orientação institucionalista seguida por Azevedo nessa obra parece ter influenciado vários artigos, dissertações, teses e livros sobre educação física, escritos por diferentes autores brasileiros, no final do século XX. Semelhante afirmação pautou-se nas consultas bibliográficas realizadas por essa autora, no processo de artefactualização de seu trabalho.

isto pode ser flexibilizado ao se considerar que em seu horizonte intelectual sobressaía a preocupação em colaborar para construir uma nação saudável, isto é, em combater as doenças em voga no período, em particular a tuberculose.<sup>7</sup>

No pensamento de Azevedo, as teorias eugênicas exerceram um papel secundário para a formação da nacionalidade, pois, ao contrário da higiene, a eugenia reduzia significativamente a margem de atuação sobre os problemas sociais diagnosticados. Logo, foi o referencial higiênico que lhe permitiu afirmar, nos anos 1910, que o Brasil atravessava:

[...] *um período de plasticidade e elasticidade*, porque, não tendo uma civilização homogênea e antiga, para manter um tipo anteriormente adquirido, e devendo *resultar de uma fusão de raças este tipo psíquico-morfológico*, o “homem novo” será entre nós (para usar uma expressão de Taine) “uma argila tôda mole e flexível ainda e capaz de dobrar-se e adaptar-se *sob a pressão física* (a pressão do meio, do regime alimentar e do exercício), contra a qual seu passado não lhe fornece suficiente apoio. (Azevedo, 1960a [1915], p.140-1, grifo e aspas do autor)

Diante do exposto, as teorias higiênicas parecem ter propiciado a base para a conceituação de Azevedo sobre o significado e as possibilidades da Educação Física na construção de um país saudável e moderno; e, desse modo, parecem ter orientado seu modelo de ginástica pedagógica. Um modelo que se caracterizou: 1) por não necessitar de grandes dispêndios com aparelhos de ginástica; 2) por estabelecer como fundamental destinar verbas para construir espaços higiênicos, pois estes é que serviriam aos propósitos de assegurar educação e saúde aos praticantes; 3) por atribuir importância aos jogos até os 11 anos de idade, para estimular a cooperação e a criatividade; 4) por respeitar a questão das diferenças individuais, apoiando-se nas contribuições teórico-metodológicas da Psicologia

---

7. A doença que vitimou e conduziu a morte de seu irmão, Mário de Azevedo.

e da Pedagogia Experimental; 5) por compreender que o fim da ginástica deveria ser moralizador (de controle social) e não voltado para o prazer, uma visão dominante no Brasil no período em que sua obra *Da Educação Física* (1960a [1915]) foi escrita, e 6) por instituir sua relevância para o combate ao raquitismo.

A partir dessas considerações é possível apontar que a visão de educação apresentada nesse livro contemplou a apreciação do “[...] método, [d]a ciência, [d]a técnica, [d]a ordem, [d]a eficiência, [d]o adestramento e [d]a disciplina” (Camargo, 1995, p.318) no projeto de construção de uma sociedade que almejava tornar-se moderna.

O ponto de convergência entre a definição de Educação Física – e sua finalidade social – proposta por Azevedo e a política realizada pelo Estado nessa área consistiu, prioritariamente, na valorização “da ordem e da disciplina” para administrar o país. O repertório teórico azevediano que fornecia sustentação a uma ideia ampliada sobre a educação – na qual o ser humano era concebido de modo integral e a democracia enxergada como um processo – foi relegado ao esquecimento pela política estatal implantada.

De acordo com Totti (2003),<sup>8</sup> nos anos 1930 foi incisiva a tentativa dos militares de influenciar a concepção de educação – em particular, a de Educação Física – na gestão do ministro da Educação e da Saúde Gustavo Capanema. Um dos caminhos encontrados por esses atores sociais para intervir nas diretrizes da política nacional para o setor foi a criação da Direção de Educação Física, cujo objetivo compreendeu interferir, diretamente, na formação do profissional dessa área. A atuação de alguns segmentos das Forças Armadas do país, no período, colaborou para imprimir, como características da política de nacionalização do ensino, a preocupação com o revigoramento físico da população e a presença do racismo.

Não obstante a concepção de Azevedo a respeito da Educação Física – e, nesse sentido, sobre o papel da ciência na superação do

---

8. Totti (2003) aborda o tema da Educação Física apenas de maneira secundária, pois o objeto central de seu trabalho consiste em tentar estabelecer as influências teóricas que orientaram o pensamento educacional de Azevedo.

“atraso” do país – não tenha encontrado condições favoráveis para tornar-se a principal força orientadora da política nacional para essa área, esse autor se deparou com uma oportunidade de colocá-la em prática em âmbito estadual, ao ser convidado,<sup>9</sup> em 1927, para realizar uma reforma educacional no Rio de Janeiro.

Derivou dessa experiência como reformador a publicação do livro *Novos caminhos e novos fins* (1958e [1932]).<sup>10</sup> A obra era uma coletânea de conferências que marcaram o empenho de Azevedo em esclarecer, sensibilizar e buscar o apoio da opinião pública para sua política educacional, ao ocupar o cargo de diretor da Instrução Pública do Distrito Federal,<sup>11</sup> entre os anos de 1927 e 1930.

O convite para esse cargo foi resultado, entre outras razões, do trabalho desenvolvido por Azevedo na organização e execução do Inquérito sobre a Educação Pública no Estado de São Paulo, em 1926. Segundo Toledo (2001), a obra *Novos caminhos e novos fins* (1958e [1932]) consistiu em uma resposta de Azevedo às acusações realizadas contra ele e contra sua gestão – como diretor da Instrução Pública, no Rio de Janeiro – por parte dos intelectuais católicos. Ou seja, essa publicação atuou para justificar e difundir no meio cultural, político e educacional brasileiro os ideais da Escola Nova, a partir do exemplo de uma experiência.

Para implantar a reforma relatada nesse livro, Azevedo procurou estabelecer uma ideia de continuidade nas concepções e nos propósitos educacionais em relação a seus antecessores no cargo – Renato Jardim e, antes deste, Carneiro Leão. Essa estratégia foi bem-sucedida, de tal modo que Jardim aceitou tornar-se um dos

9. O convite foi feito pelo prefeito do Distrito Federal, Antonio Prado Júnior, por indicação do presidente da República, Washington Luís.

10. Esse trabalho inaugurou os lançamentos da coleção científica *Atualidades Pedagógicas* dirigida por Azevedo, na Cia. Editora Nacional.

11. Os textos de Piletti (1994a, 1983) dedicaram-se a estudar a atuação de Azevedo, no referido cargo, enfocando, em detalhes, a Reforma do Distrito Federal. Embora tal abordagem e tema sejam relevantes, ambos foram tratados aqui somente de modo tangencial. Desta forma, para um estudo aprofundado consultar, principalmente, Piletti (1983).

seus colaboradores na gestão. Uma das primeiras providências de Azevedo no cargo foi coordenar a execução de um recenseamento escolar para construir um diagnóstico mais preciso sobre a situação da educação no Distrito Federal.

Diante dos resultados desse censo, Azevedo elaborou um plano de reorganização da Diretoria da Instrução Pública, no qual constou a alteração do ensino normal; a construção de novos prédios; a organização do ensino primário, que se tornou gratuito e obrigatório; a remodelação das escolas, seguindo a vocação econômica da região – isto é, com possibilidades de especialização técnica para o comércio, para a indústria, ou ainda para a agricultura; a obrigatoriedade da ginástica pedagógica em todas as escolas e a construção de praças de jogos próximas a essas instituições (o que lhe permitiu retomar e implementar parte de suas ideias sobre a Educação Física, na perspectiva higiênica); a formação dos professores e o desenvolvimento de uma relação de parceria com esses atores, os quais foram vistos como os principais agentes, seja para o sucesso, seja para o fracasso dessa reforma.

Segundo Azevedo (1958e [1932]), o aspecto social da educação colocou em destaque três princípios que conformaram a organização escolar, inspirada nos ideais da Escola Nova, implantada por ele: 1) o princípio da escola única; 2) o da comunidade; e 3) o da escola do trabalho. Esses preceitos compuseram sua visão de ciência social e de sociedade. Assim, por meio da concepção de escola única, Azevedo entendeu ser possível assegurar a todos os segmentos sociais, independentemente de condição social, gênero, etc., condições dignas de vida e oportunidades concretas de mobilidade social.

Mediante os princípios de escola da comunidade e do trabalho, Azevedo (1958e [1932]) enxergou a capacidade de construir uma sociedade diversa, porém coesa, solidária, na qual os vários atores sociais pudessem ser educados, isto é, formados – inclusive tecnicamente –, para desenvolver ao máximo suas distintas potencialidades físicas e intelectuais; e, a partir disso, se reconhecerem como partes integradas ao todo, isto é, ao Brasil.

Esses preceitos não foram forjados por Azevedo como parte do projeto modernizador do Estado brasileiro, na conjuntura dos anos 1930. Contudo, a existência de confluência entre sua preocupação com a unidade nacional e alguns interesses apresentados pelo governo – como o de estabelecer o controle sobre a população, o de fornecer mão de obra qualificada, ou, ainda, o de construir uma imagem, para dentro e para fora do país, de nação coesa – colaborou para que tais princípios passassem a compor a agenda do Estado para a política nacional do setor. Vale destacar, no entanto, que tais preceitos foram instituídos mantendo-se permeados por arestas. Afinal, o governo os associou às ideias educacionais dos intelectuais católicos, ignorando qualquer potencial democrático que eles pudessem apresentar.

Azevedo (1958e [1932]) concebeu a Sociologia como um dos instrumentos fundamentais para nortear os princípios de escola única, da comunidade e do trabalho. Nesse caminho, estabeleceu uma relação entre essa ciência e o tema da formação de professores. Para ele, o fato de os professores serem os responsáveis pelo ensino da teoria e da prática dos métodos científicos às novas gerações justificava a inserção da Sociologia na sua formação. Desse modo, na reforma ocorrida no Distrito Federal, nos anos 1920, a presença da Sociologia

[...] não se prop[unha] sòmente a fornecer “novos materiais ao nosso ensino”, mas a atingir as suas idéias diretrizes e as suas tendências próprias, ajudando-nos a “tomar uma consciência mais nítida de nossa função social”.

Pois, se é certo que, colocando os professôres em face dos problemas postos pelas pesquisas sociológicas, se consegue “imprimir a seus espíritos uma orientação geral”, de que todo o ensino poderá beneficiar-se, é verdade também que o confronto do sistema pedagógico com “o conjunto do sistema social” levará o professor a compreender melhor o lugar da escola na vida e os limites de seu “círculo de ação”. [...] Dir-se-ia, de fato como observou C. Bouglé, que a escola pode “tudo”, e que “dominar a escola é do-

minar toda a sociedade”. (Azevedo, 1958e [1932], p.97-8, aspas do autor)

Embora entendesse os limites que os contextos político, econômico, social, cultural, etc. impunham à instituição escolar, Azevedo (1958e [1932]) valorizou a escola como um lugar fundamental para o desenvolvimento da criticidade dos diferentes segmentos sociais presentes na população, ou seja, para a capacitação desses atores de modo que eles pudessem realizar associações entre os fatos e os porquês, envolvendo o passado e o presente, e, assim, delinear perspectivas para o futuro.

O espaço escolar foi reconhecido, na obra de Azevedo, por permitir fomentar, de um lado, a robustez física dos referidos segmentos e, de outro, sua inteligência, assegurando a construção de opiniões bem fundamentadas a respeito de seus limites e possibilidades enquanto sujeitos históricos. Ao considerar o potencial da educação para a transformação das mentalidades torna-se possível sugerir um sentido para a afirmação de Azevedo (1958e [1932], p.98) em *Novos caminhos e novos fins*, segundo a qual “dominar a escola é dominar toda a sociedade”.<sup>12</sup>

Não parece ter existido em sua produção teórica uma visão ingênua em relação à educação, tampouco uma ruptura em suas reflexões sobre o tema, embora se perceba uma diferença ao comparar os escritos de 1920 com aqueles de 1950. Na década de 1920 havia uma esperança quase inquebrantável no poder da educação para transformar o Brasil, já na de 1950, esta foi abrandada pelas experiências na área educacional, a exemplo das lutas em torno da LDB, que propiciaram um legado fragmentado, permeado por avanços e retrocessos, em que se sobressaíram os últimos.

Em entrevista realizada em 1927, o jornal *A Noite* questionou Azevedo sobre as características de sua Reforma no Distrito Fe-

---

12. Vale destacar que as palavras “tudo” e “toda” presentes nesse trecho do livro de Azevedo (1958e [1932]) apenas compuseram sua ênfase discursiva, pois foram parte de uma conferência ministrada por ele, a pedido da ABE, para um público amplo na década de 1930.

deral. Ao responder, ele afirmou que a reforma não apresentava um cunho burocrático, definindo seu modelo de escola nos seguintes termos:

É a escola essencialmente democrática – acolhedora, igualitária, produtiva. Estará aberta a todos, ricos e pobres. A criança pobre aprenderá ali a trabalhar. A criança rica, trabalhando igualmente, aprenderá a respeitar o trabalho alheio. Mais tarde, quando as condições econômicas e sociais apartarem em castas a primitiva multidão haverá entre pobres e ricos entendimento tácito, simpatia familiar adquirida no primeiro convívio – uma razão legítima, portanto, de unidade e de cooperação. A escola criada é a escola do movimento, da saúde, da moralidade, da consciência econômica e da consciência política. (Azevedo, 1958e [1932], p.223)

Azevedo (1958e [1932]) reconhecia nessa proposta de escola a possibilidade de construir no Brasil uma nação coesa e democrática. O que para ele significava uma sociedade com condições de inserção e ascensão social, política e cultural, sem, contudo, questionar a existência ou a permanência do princípio de hierarquia social. Essa posição do autor foi considerada, por diferentes intérpretes, como o limite de sua visão de democracia.

A trajetória de Azevedo, depois da Reforma no Distrito Federal até a arteficial da obra *A cultura brasileira* (1971a [1943]), foi caracterizada por sua atuação enquanto diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo, em 1933; por sua colaboração para a criação do Instituto de Educação (Ieusp), em 1933 – e da FFCL da USP, em 1934; pela consolidação de seu projeto editorial na Cia. Editora Nacional; e pela fundação e presidência da instituição que deu origem à SBS, isto é, a Sociedade de Sociologia de São Paulo, entre outras realizações. Vale lembrar que essa trajetória ocorreu em um contexto marcado pelo fortalecimento da presença dos intelectuais católicos no campo cultural, educacional e editorial brasileiro, e, nesse sentido, por intensos embates de ideias, além de disputas

em torno dos recursos financeiros e de reconhecimento para influenciar no direcionamento político das mudanças sociais no país.

Dentre as implicações desse cenário de lutas podem-se destacar o veto de Alceu Amoroso Lima ao nome de Azevedo para o cargo de diretor-geral da Educação, em 1935, encaminhado ao ministro Gustavo Capanema; o fechamento do Ieusp, em 1938, e a tentativa de sua aposentadoria compulsória por obra do interventor de São Paulo, Ademar Pereira de Barros. No meio das investidas contra o trabalho desenvolvido por Azevedo e diante de sua expectativa frustrada de tornar-se ministro da Educação e da Saúde,<sup>13</sup> devido à emergência do Estado Novo, ele recebeu – por meio de correspondência confidencial – o convite de Teixeira de Freitas para presidir a comissão censitária do primeiro recenseamento do IBGE, realizado em 1940.

Azevedo parece ter vislumbrado nesse convite a possibilidade de conquistar maior trânsito político para suas propostas. Entretanto, ao constatar que para o empreendimento do censo os recursos destinados pelo governo encontravam-se abaixo do que seria necessário para um bom funcionamento do trabalho, e ao perceber que, ocupando a direção da comissão, ficaria a mercê de Francisco Campos, Azevedo não hesitou em abdicar dessa oportunidade.<sup>14</sup> Contudo, segundo Toledo (1995), para não causar problema para si próprio, ou para Teixeira de Freitas, Azevedo alegou incompatibilidade entre o seu estado de saúde e o esforço que tal empreendimento requereria.

Aproveitando-se da conjuntura de aproximação com o governo federal, Azevedo realizou uma contraproposta em relação ao

---

13. Com uma possível eleição de Armando de Salles Oliveira para o cargo de presidente da República, em 1937, o nome de Fernando de Azevedo era o mais cotado para o ministério. Tendo em vista que o Estado Novo inviabilizou a realização das eleições, essa possibilidade foi descartada.

14. Encontram-se no acervo várias cartas trocadas entre Azevedo e Teixeira de Freitas envolvendo essa questão. Destacam-se: FA-CP-Cx. 12, 10; FA-CP-Cx. 12, 25; FA-CA-Cx. 6, 82.

censo: escrever uma monografia na qual pudesse tomar como objeto o que o recenseamento não poderia alcançar pelos números e, simultaneamente, propiciar inteligibilidade aos dados censitários; nesse sentido, propôs redigir uma obra de introdução ao censo,<sup>15</sup> assim como fizera Oliveira Vianna, em 1920.

Ao refletir sobre a estrutura do livro proposto por Azevedo para apresentar o censo, *A cultura brasileira* (1971a [1943]), Toledo (1995)<sup>16</sup> afirmou que foi por meio da seleção

- 
15. É interessante ponderar que, ao consultar o livro *A cultura brasileira* (1971a [1943]), constatou-se que Azevedo contou uma história diferente dessa, ou seja, apontou que a proposta de escrevê-lo como uma introdução ao recenseamento partiu de outros atores e não dele. Desse modo, afirmou o autor: “[...] em 1939, alguns de meus melhores amigos a solicitar-me colaboração de outra natureza. Que ao menos tomasse a mim o encargo de escrever a Introdução ao Recenseamento de 1940, uma vez que declinara da incumbência de lhe dirigir os trabalhos” (Azevedo, 1971a [1943], p.21). Com semelhante discurso, Azevedo parece ter almejado criar sobre sua obra uma aura de prestígio e, para isso, procurou ofuscar seu interesse em realizá-la.
16. O texto de Toledo (1995) é significativo por dedicar-se a analisar o processo de produção do livro *A cultura brasileira* (1971a [1943]), sua repercussão e sua lógica interna. Um dos destaques da abordagem dessa autora refere-se à interpretação que realiza das fontes citadas na obra. A partir do estudo desse material, Toledo (1995) procura reconhecer os modos como Azevedo articulou e utilizou as fontes, quais os “pesos” e “funções” que elas encerraram no trabalho. Segundo Toledo (1995), verifica-se a existência de três tipos de fontes no livro: as obras conformadoras, às quais pertencem, em sua maioria, a escola de Sociologia francesa durkheimiana; as obras de consenso teórico, que são mobilizadas para compor e reforçar as interpretações preconizadas por Azevedo; e as fontes informativas, que contribuem para fornecer os dados sobre os acontecimentos sintetizados nas análises do livro (a origem da maioria dos autores desse tipo de fonte é brasileira). Embora se reconheça a importância da classificação das fontes sugerida por Toledo (1995), sua argumentação sobre o motivo de as obras de consenso teórico serem de origem estrangeira não é plenamente satisfatória. Para essa autora, o fato de essas obras serem de origem estrangeira poderia ser explicado por Azevedo considerar “[...] o grau de desenvolvimento da cultura brasileira ainda aquém da produção teórica desejável, não podendo, portanto, contribuir para uma discussão mais profunda, bem como com o avanço da ciência”. Diferente dessa autora, sugere-se que o fato de Azevedo apoiar-se em obras de origem estrangeira talvez tenha pretendido demonstrar a capacidade dos intelectuais brasileiros de se apropriar de um instrumental teórico-metodológico desenvolvido

[...] do tema e pela escolha dos recortes analíticos [que] Azevedo transform[ou] o espaço da Introdução do Censo em uma ação política de ereção de um monumento para si mesmo e para os demais “derrotados”, fazendo com que a derrota política se transformasse em vitória pela história. Índícios dessa perspectiva de Azevedo inscrita em sua obra é o fato de não haver qualquer tipo de referência aos motivos pelos quais se dá a saída de Anísio Teixeira [do cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, em 1935] quando, em *A Cultura Brasileira*, sua Reforma ganha destaque; ou mesmo não haver qualquer referência ao fechamento do Instituto de Educação [Ieusp], que abalou tão fortemente a vida de Azevedo. (Toledo, 1995, p.92, aspas e grifo da autora)

Portanto, foi por intermédio dessa obra que o “[...] Intérprete suprim[iu] da história a derrota do Educador” (Toledo, 1995, p.92). De certo modo, é possível aventar que a participação política de Azevedo no cenário cultural brasileiro tenha funcionado como um diferencial que o qualificou como intérprete. Ou seja, sua análise parece ter se legitimado “[...] pelo lugar onde [...] [foi] produzida, pelo método científico adotado e pela sua própria participação e testemunho da ‘história mais recente’. Essa ‘legitimidade’ pode ter contribuído para que sua interpretação tenha se transformado em memória [oficial] da História da Educação Brasileira” (Toledo, 1995, p.95, aspas da autora).

A despeito de não ser um procedimento constante, seja na obra *A cultura brasileira* (1971a [1943]), seja em outros livros de autoria de Azevedo, ele buscou alertar que, “[...] embora tenha procurado

---

em outras realidades sociais, realizando, de modo eficiente, adaptações para a interpretação do Brasil. Com essa utilização, Azevedo parece ter pretendido frisar a existência de um diálogo com as produções estrangeiras e não uma submissão a elas. De maneira geral, é válido o apontamento de Toledo (1995) sobre *A cultura brasileira*, segundo o qual, “[...] [l]onge de ser uma construção eclética, a obra de Azevedo é fruto de um método que conforma a análise à interpretação e o próprio modo pelo qual o Autor concebe a articulação de suas fontes e a estrutura lógica de seu trabalho” (Toledo, 1995, p.143).

sempre considerar objetivamente [os problemas pesquisados], sem querer sôbre êles emitir juízos de valor, [...] uma vez por outra se [...] [insinuou] na apreciação dos fatos a [...] [sua] própria escala de valôres” (Azevedo, 1971a [1943], p.27). Semelhante apontamento sugere que Azevedo tinha consciência das dificuldades e riscos que envolviam a produção científica.

No entanto, seja por sua opção teórico-metodológica funcionalista-estruturalista, seja em virtude de seu compromisso público, como parte da *intelligentsia* brasileira, Azevedo potencializou em seus trabalhos – e nas obras dos demais autores pertencentes ao campo sociológico – as dimensões conceituais que propiciavam diálogos, ou seja, que permitiam convergências. Esse procedimento parece ter sido uma característica fundamental da interpretação presente em seu livro *A cultura brasileira* (1971a [1943]), bem como de sua proposta de agenda para a institucionalização da Sociologia no Brasil sob inspiração durkheimiana.<sup>17</sup>

Entretanto, diferente desse livro, que prima pela presença dos diálogos teóricos, os manuais *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]) e *Sociologia Educacional* (1954b [1940]) apresentam, para além das convergências conceituais, algumas arestas.<sup>18</sup> A explicitação destas parece ter funcionado como uma estratégia de Azevedo para contemplar a dinamicidade, a pertinência, e, ao mesmo tempo, as divergências das teorias e metodologias sociológicas, diante e a partir dos problemas propostos por novos atores e contextos sociais.

Diante do exposto, é interessante conhecer como Azevedo definiu o papel do intelectual:

17. Essa questão será abordada de modo sistemático na seção “Sobre os *Princípios de Sociologia* e sua consolidação em *As ciências no Brasil*”, deste capítulo.

18. Um exemplo desse tipo de abordagem é apontado por Rezende (2004/2005). Para essa autora, em *Princípios de Sociologia*, “[...] Fernando de Azevedo tentava avançar não de perspectivas petrificadas, mas sim dos debates que iam tomando corpo na primeira metade do século XX. Desses embates centrais nas ciências sociais, ele extraía a seiva para a construção de suas reflexões sobre as mentalidades e seus caracteres mutáveis e passíveis de recriação contínua por meio de uma educação que refletisse o grau de diferenciação e de complexidade da vida social” (Rezende, 2004/2005, p.190).

[...] uma função de produção, de circulação e de organização no domínio espiritual: criadora de valores e de bens espirituais, com que instaura um domínio que é uma pátria e um asilo para todos, a inteligência não só os distribui e se esforça por torná-los acessíveis a um maior número possível, como empreende a organização da sociedade, segundo pontos de vista espirituais, “atingindo a sua mais alta expressão quando empreende organizar a vida moral”. (Azevedo, 1971a [1943], p.38, aspas do autor)<sup>19</sup>

Assim, ao refletir sobre essa função, nas primeiras décadas do século XX, Azevedo (1971a [1943]) afirmou que tanto a cultura quanto a educação “[...] esta[vam] em uma fase da evolução descontraída da evolução da estrutura do país. [...] A situação em que [este] [...] se encontra[va] [era] de desequilíbrio entre duas evoluções que deveriam ser complementares” (Toledo, 1995, p.63). Semelhante ponderação nos sugere que, para Azevedo, a crise existente no Brasil, naquele período, se caracterizava pela incompatibilidade entre as transformações econômicas e as tradições culturais vigentes.

Ao tratar do tema das tradições culturais, nesse e em outros trabalhos, Azevedo afiançou que a educação era a instituição responsável por transmitir as visões, os valores, enfim, o patrimônio material de uma geração a outra – assegurando a coesão social. E reconheceu que, em um período de crise, a educação se transformava em um instrumento privilegiado para desencadear novas tradições e superar as antigas. Desse modo, a vitória das novas tradições representava para Azevedo a garantia do restabelecimento do equilíbrio social e da evolução civilizacional do país.

Dessa forma, a abordagem que realizou da concepção de cultura e, por esse viés, da educação, na obra *A cultura brasileira* (1971a [1943]), compreendeu:

---

19. Essa definição foi apresentada, pela primeira vez, no manual desse autor intitulado *Sociologia Educacional*; para verificá-la, consultar Azevedo (1954b [1940], p.123).

[...] o corte preciso que permitiria uma “síntese do Brasil de corpo inteiro”; operação que tornaria o Brasil “mais conhecido aos brasileiros e a descobri-lo os homens dos outros países”. [...] Os marcos e amplitude específicos da obra, dentro do horizonte do Censo, estão aí dados: deveria ser produto de análise da Sociologia, encarando a cultura como fenômeno social; análise que se utiliza da história para explicar a especificidade do fenômeno [...]. *A Cultura Brasileira* é, neste sentido, o exercício prático do que já havia produzido teoricamente [nos livros *Princípios de Sociologia* e *Sociologia Educacional*]. (Toledo, 1995, p.105, aspas e grifo da autora)

Por que a cultura é o recorte temático para esse estudo de Azevedo a respeito da sociedade brasileira? Talvez por suas características de possibilitar um acesso privilegiado ao estudo dos fenômenos sociais, na medida em que permite alcançar o modo por meio do qual a sociedade se pensa, se representa e se organiza. Por outro lado, o enfoque de Azevedo na educação se justifica por esta consistir naquilo que é possível institucionalizar da cultura; além de compreender o instrumento por meio do qual se transmite se perpetua, ou se modifica, o que foi institucionalizado.

É importante evidenciar que o livro *A cultura brasileira* (1971a [1943]) nasceu vinculado ao censo ibgeano, mas tornou-se obra autônoma; o que pode ser observado diante do fato de Azevedo ter substituído os dados referentes ao recenseamento de 1940 pelos de 1950 sem prejuízo para a análise presente neste trabalho. Outro aspecto a ser considerado nessa obra é o fato de poder relacioná-la ao projeto da coleção científica Brasileira.<sup>20</sup> Semelhante relação pode ser vislumbrada ao se consultar a bibliografia desse livro, pois esta apresenta um número considerável de trabalhos publicados pela referida coleção, e ao se refletir sobre um dos objetivos que o livro se propõe, isto é, “o de tornar o Brasil mais conhecido por sua população”.

20. O próprio Azevedo propõe este vínculo, no prefácio do livro, e o texto de Toledo (1995) o reitera.

Ao interpretar alguns aspectos da história do país, Azevedo (1971a [1943]) expôs que foi o contexto da Primeira Guerra Mundial que proporcionou a emergência das oportunidades para o desenvolvimento, ainda incipiente, da industrialização. E, com esta, para o aparecimento dos primeiros sinais de questionamento da estrutura oligárquica do poder, possibilitando as condições para que parte da burguesia industrial nascente, e dos primeiros grupos de operários, passasse a enxergar na educação – por intermédio de interesses diferentes – uma forma de ampliar sua força política. A educação adquire relevância para esses atores ao se considerar a proibição do voto do analfabeto. Nas primeiras décadas do século XX, o analfabetismo era vivenciado por cerca de 80% da população brasileira.

De acordo com a análise de Azevedo (1971a [1943]), alguns grupos de intelectuais também voltaram suas atenções para a ciência e para a educação nesse período, todavia, em uma perspectiva distinta, pois esses atores preocuparam-se, primordialmente, com a possibilidade de crescimento da desordem pública. Nesse sentido, tais intelectuais passaram a adotar os conhecimentos científicos – produzidos nas diferentes áreas – e a educação como mecanismos de moralização do espaço público – isto é, de intervenção para criar uma convivência harmoniosa entre as classes sociais – e de modernização do país.

Ainda que Azevedo (1971a [1943]) não fosse indiferente a essas preocupações, sobressaía nesse livro, e em outros de seus escritos, que a ciência e a educação eram os instrumentos a partir dos quais a sociedade brasileira poderia se tornar moderna e democrática com a contribuição dos intelectuais e do Estado.

Assim, para Azevedo, e para o grupo de reformadores com o qual se identificava, era fundamental transformar a educação viável nas primeiras décadas do século XX para que o Brasil pudesse superar sua crise moral e econômica (Lima, 1999). A opção pela educação era também uma maneira de esses intelectuais responderem – de forma científica e política – às novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais presentes no país, sem, contudo, romperem com a ordem social.

Se, por um lado, as sociedades marcadas pelo “atraso”, conforme salientam os trabalhos organizados por Altamirano (2010, 2008), impuseram aos seus intelectuais o papel de sujeitos no processo de transformação social, por outro, tais atores escolheram caminhos distintos para sua ação. No caso brasileiro, a reforma<sup>21</sup> foi uma das opções privilegiadas pelos intelectuais para sua atuação. Ao ser um desses atores, Azevedo estabeleceu como objetivo central da reforma conseguir realizar, com métodos pacíficos, o que se faria de forma violenta por meio de uma revolução. Desse modo, vale destacar que, conquanto a reforma fizesse parte de uma visão progressista, na obra de Azevedo ela esbarrou na aceitação do princípio de uma sociedade hierárquica.

Ao eleger a educação como uma ferramenta para modernizar e civilizar o Brasil no início do século XX, Azevedo proporcionou um lugar de destaque ao ensino profissional na obra *A cultura brasileira* (1971a [1943]) e em outros trabalhos. Por intermédio dessa modalidade de ensino vislumbrou uma “[...] forma de valorizar o ‘elemento nacional’ fazendo com que esse tivesse condições de concorrer com o ‘estrangeiro’ – o europeu –, já assimilado pela indústria emergente, ao mesmo tempo em que seria criado, entre os brasileiros, o ‘gosto pelo trabalho’” (Lima, 1999, p.180, aspas da autora).

Essa valorização do trabalhador nacional foi importante em um período no qual esse ator era preterido pelo estrangeiro, seja em virtude de este ter uma experiência técnica adquirida no país de origem, seja em razão do racismo contra a população de descendência negra no Brasil,<sup>22</sup> ou, ainda, devido às dificuldades da população brasileira de enxergar de forma positiva o trabalho manual,

---

21. Uma interpretação bem-sucedida sobre a concepção de reforma no Brasil pode ser encontrada no trabalho de Werneck Vianna (2004), mediante a mobilização da ideia de “revolução passiva à brasileira”.

22. Isso não significa que trabalhadores estrangeiros não tenham sido vítimas de preconceito étnico-racial no país, tampouco que entre os grupos negros que chegaram ao Brasil não existissem aqueles com experiência técnica.

na medida em que essa atividade foi historicamente desvalorizada no país.

Outro aspecto dessa questão foi a educação dos grupos estrangeiros; um conceito que orientou sua abordagem foi o de aculturação.<sup>23</sup> Para Azevedo (1971a [1943]), era preciso que essa população fosse formada por professores brasileiros, e na língua oficial do país, para que seu horizonte cultural pudesse ser conformado, por meio da relação social-pedagógica, pelo patrimônio cultural do Brasil. A educação tornou-se, nesse contexto, um instrumento de integração nacional.

Por outro lado, a defesa do fortalecimento do Estado nas obras de Azevedo – entre elas, *A cultura brasileira* (1971a [1943]) – não foi fruto dos anos 1930, tampouco uma justificativa para a atuação autoritária do Estado no país. Essa defesa foi resultado de um diagnóstico segundo o qual a não interferência da União nas unidades federativas seria um dos componentes responsáveis pelas disparidades existentes nas políticas públicas implementadas por essas unidades. Dessa forma, a ausência de intervenção por parte da União teria contribuído para o recrudescimento dos interesses das oligarquias em detrimento dos interesses gerais.

Assim, a centralização do poder converteu-se para Azevedo em uma ferramenta para a organização e integração nacional. A discussão em torno do fortalecimento do Estado se relacionou com sua preocupação de assegurar mecanismos institucionais para que o Brasil pudesse se desenvolver de modo mais equilibrado regionalmente. Trabalhos como o de Lima (1999) e o de Rezende (2008) têm sugerido a influência do pensamento de Alberto Torres na geração intelectual representada por autores como Azevedo. Uma geração dedicada a pensar e a intervir na realidade social de seu país, orientando a organização e a mudança social, com o propósito de garantir a unidade nacional.

---

23. Uma referência importante sobre esse conceito é a obra do sociólogo Emilio Willems.

## **A conquista do Oeste e a unidade nacional: reflexões sobre a *Cidade e o campo*, *Canaviais e engenhos* e o sistema de transporte no país**

*O intelectual [...] reflete certamente o meio não somente exprimindo-se nos seus estilos de pensamento e de conduta, fazendo-o viver em suas obras, como também, opondo-se a ele – que é outra maneira de representá-lo, de lhe reconhecer as influências, para lhe fazer face e reagir contra elas, afirmando-se na plenitude de suas forças renovadoras.*

Fernando de Azevedo, *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a, p.243)

Os temas desenvolvimento e mudança social ocuparam parte significativa das discussões intelectuais presentes nas décadas de 1950 e de 1960. Azevedo demonstrou sintonia com esses debates, ao abordar assuntos como a conquista do Oeste, o sentido do progresso, o papel do cientista social e o da escola, etc. No entanto, diferentemente de parte considerável dos sociólogos que, nesse período, escreveram sob a inspiração das teses marxistas – no Brasil e no exterior –, esse autor manteve-se a distância desse instrumental teórico-metodológico. A concepção de Azevedo sobre a ciência, embora comportasse uma dimensão política clara, não vislumbrou na revolução uma alternativa viável a ser trilhada pelo Brasil; também não admitiu o conflito como perspectiva analítica, apesar de reconhecê-lo como parte imanente da realidade social.

No pensamento de Azevedo, a oposição entre tradição e modernidade apresentou-se suplantada pela valorização de sua complementaridade. Essa ideia é o fio condutor das interpretações presentes nos seguintes trabalhos de sua autoria: *A cidade e o campo*

na *civilização industrial* (1962a),<sup>24</sup> *Canaviais e engenheiros na vida política do Brasil* (1958d [1948]) e *Um trem corre para o oeste* (1950). O que justifica a proposta de aproximá-los nesta seção.

Para Azevedo (1962a), um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do Brasil, nos anos 1950 e 1960, consistia no descompasso entre as mudanças na esfera econômica, desencadeadas pelos processos de industrialização e urbanização – e a consequente mobilidade social e política dos atores pertencentes às diferentes frações de classe – e a ausência de alterações na mentalidade dos grupos que compõem a população.

Parece encontrar-se, nas entrelinhas de sua reflexão em *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a), o argumento segundo o qual uma alteração na estrutura de poder do Brasil, nos moldes inspirados pelo marxismo, não implicaria, necessariamente, rupturas com uma visão hierárquica de sociedade, nem seria suficiente para promover o desenvolvimento do país. Decorre dessa perspectiva o reconhecimento da necessidade da educação para modificar a mentalidade dos diferentes grupos sociais e, a partir disso, criar as condições efetivas de mudança social.

No caminho argumentativo sobre o tema da mudança social, Azevedo (1962a) mobilizou o conceito de progresso e flertou com alguns apontamentos de John Dewey e de Claude Lévi-Strauss. Nesse diálogo, Azevedo estabeleceu como premissa a possibilidade de delimitar as conotações valorativas que comprometeriam a cientificidade do termo progresso.

Nesse contexto, reconheceu que o conceito de progresso comportava uma ideia de “vir a ser”, isto é, de mudança, o que repre-

---

24. Essa obra é uma coletânea de artigos escritos e publicados por Azevedo no decorrer da década de 1950; nesta seção serão abordadas somente a Parte Segunda e a Parte Terceira do livro. Tal escolha deveu-se ao fato de a Parte Segunda ser composta por textos organizados em torno do tema da mudança social e a Parte Terceira se caracterizar pela presença de artigos que buscaram analisar os problemas atuais (referentes à década de 1950) e de alcance prático como a reforma agrária, etc. A Parte Primeira dessa coletânea encontra-se contemplada na seção seguinte.

sentava o critério objetivo de sua definição; contudo, percebeu que esse termo também favorecia uma noção de direção, de aspiração para melhor, que era concebida como sua dimensão valorativa, a qual precisava ser erradicada.

Para Azevedo, enquanto o critério objetivo para determinar o progresso técnico-científico compreendia “[...] ‘a acumulação de aquisições materiais e de conhecimentos experimentalmente comprovados de uma cultura’ [...]” (Azevedo, 1962a, p.202, aspas do autor), ou melhor, que tal progresso era sinônimo de aumento de precisão nas previsões físicas, biológicas, etc., o progresso social significava

[...] aumento ou acréscimo do poder (social) utilizável pelos homens e de precisão que possam atingir em suas previsões, sociais, econômicas e políticas, ou, ainda, [...] aumento da capacidade e da eficiência humana sôbre a base do conhecimento da vida social, em seu dinamismo, em seus processos, na direção, modificação e reconstrução da sociedade, de acôrdo com [...] as conclusões ou os resultados de pesquisas planejadas com rigor e metodologicamente conduzidas. (Azevedo, 1962a, p.203-4)

Com base na obra de John Dewey, Azevedo (1962a) concluiu que o progresso poderia consistir em um “[...] aumento de significado e alcance da experiência humana” (Azevedo, 1962a, p.204). Na leitura que fez do trabalho de Claude Lévi-Strauss, reconheceu que todas as sociedades, em seus diversos setores, viveriam o duplo processo de diferenciação e de unificação. Isto implicava a ideia segundo a qual o progresso não era contínuo, tampouco linear, e sua condição de realização encontrava-se, ao mesmo tempo, na diferenciação e no contato entre as culturas.

Derivava dessa visão que a mudança social não caracterizava um progresso em si, no entanto, poderia propiciar as oportunidades para que este ocorresse. Por outro lado, a diferenciação social também não compreenderia um progresso, mas possibilitava as condições para sua efetivação (Azevedo, 1962a).

De acordo com Azevedo (1962a), embora a cultura representasse um todo estruturado – composto por diferentes segmentos materiais (como os tecnológicos) e imateriais –, a mudança em um de seus segmentos não significava alteração nos outros com a mesma intensidade e no mesmo momento. Ou seja, existia um descompasso, o qual foi explicado por esse autor mediante a mobilização da categoria de demora cultural. A diferença de ritmo representava uma desigualdade nas atitudes diante das categorias de ideias tecnológicas e não-tecnológicas; uma disparidade expressa pela maior aceitação e rapidez das ideias tecnológicas.

Assim, afirmou Azevedo, sempre existiu “[...] em graus variáveis, resistência (inércia cultural) às transformações sócio-culturais [...]” (Azevedo, 1962a, p.156). Essa argumentação possibilitava que se relativizasse o “atraso” brasileiro, enxergando-o como uma característica comum a outras formações sociais, e, ao mesmo tempo, propusesse sua superação, a partir de estudos dos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade brasileira e dos grupos que a compunham.

Para esse sociólogo, a educação representava um mecanismo de perpetuação das culturas, devido a sua capacidade de transmitir a herança social de uma geração a outra, por meio da relação social-pedagógica que ela engendra. Dessa forma, a educação era parte constitutiva da cultura e seu instrumento de transmissão, e seu resultado poderia ser tanto uma ação conservadora quanto transformadora da realidade social.

Em diálogo com a obra do pensador espanhol José Ortega y Gasset,<sup>25</sup> Azevedo (1962a) propôs cautela ao atribuir à escola uma

---

25. O título da obra de Fernando de Azevedo, *Velha e nova política* (1943 [1942]), é idêntico ao do trabalho de Ortega y Gasset, publicado em 1914. Entretanto, ao passo que a obra de Ortega y Gasset preocupou-se em colaborar para o processo de regeneração da Espanha, o livro de Azevedo reuniu vários textos sobre sua trajetória nos cargos públicos no Brasil, além de artigos sobre as obras de diferentes intelectuais brasileiros. É possível que, além do título do livro, Azevedo e Ortega y Gasset tenham outros aspectos em comum. Um trabalho que explora semelhante hipótese foi realizado por Alves (2004). Se-

força criadora que, por si mesma, ela não possui. Para Azevedo, ao funcionar como um fator de estabilidade em que se organiza institucionalmente, a educação apresenta dificuldade em atuar como agente de mudança, resultando disso a necessidade de considerá-la em sua relação com o meio social circundante. Isto evidencia que a educação pode tanto obstaculizar como potencializar a mudança.

A educação poderia ser um fator de mudança dependendo, particularmente, da maneira pela qual ocorresse o processo de transmissão da cultura de uma geração a outra. Entretanto, esclareceu Azevedo, a transmissão “[...] em que consiste a educação, não se realiza ‘mecanicamente’, mas, [...] através de resistências e conflitos [...]” (Azevedo, 1962a, p.175, aspas do autor). A experiência “transmitida” não é “recebida”, e sim “reconstruída” pela nova geração. Essa concepção sobre a transmissão é concordante com a visão presente na obra de Émile Durkheim, enquanto a ideia sobre a reconstrução é tributária do trabalho de John Dewey.<sup>26</sup>

Em *A cidade e o campo na civilização industrial*, Azevedo afirmou que somente uma educação pautada pelo uso intensivo e extensivo do método científico experimental poderia ser definida como instrumento de transformação e, por esse viés, de mudança. Contudo, advertiu: “[...] a escola pode ser, pois, qualificada como uma fonte de mudança, sem deixar, no entanto, de ser ‘um traço de

---

gundo essa autora, a influência de Ortega y Gasset no pensamento de Azevedo pode ser percebida em torno do tema do humanismo.

26. A sugestão de Totti (2003) para compreender a mobilização que Azevedo realiza desses dois intelectuais em sua obra, consiste no diálogo com a categoria de recontextualização proposta por Cunha (2001). Para Totti (2003), a referida categoria ultrapassa a concepção de simples apropriação, ela representa uma estratégia discursiva que enfatiza determinados conteúdos das teorias e das abordagens na busca por estabelecer um conjunto de ideias originais aplicáveis ao país e à época. Talvez um caminho para entender como esse processo foi realizado por Azevedo seja apontar que, nos textos de Émile Durkheim, ele flexibilizou a atuação da sociedade sobre o indivíduo, a ponto de permitir que este último pudesse se tornar, sob inspiração deweyana, sujeito da história. Ao passo que, na obra de John Dewey, apesar de divergir sobre parte de suas ideias envolvendo o conceito de democracia, Azevedo buscou apoio para construir sua definição de democracia como processo.

união entre a antiga e a nova cultura' [...]" (Azevedo, 1962a, p.172-3, aspas do autor).

Ao refletir sobre os caminhos e descaminhos do desenvolvimento brasileiro, no início da década de 1960, Azevedo (1962a) reconheceu uma relação de causalidade entre o progresso industrial e o rural e apontou a existência de interdependência entre o campo e a cidade; inclusive destacando como uma condição para o progresso da indústria o fortalecimento da agricultura e da pecuária.

Para esse intérprete, colocava-se como fundamental a elaboração de iniciativas que assegurassem o equilíbrio entre a cidade e o campo. Afinal, afirmou Azevedo, derivava da relação de interdependência entre esses espaços o fato de os problemas do campo terem se refletido como questões delicadas na e para a cidade.

Entre tais problemas, Azevedo (1962a) diagnosticou a concentração de grandes áreas territoriais em poucas mãos, a pulverização de minifúndios de baixa produtividade – caracterizados por um sistema inadequado de distribuição de recursos financeiros e técnicos –, etc., e assinalou como contrapartida desses problemas do campo o crescimento desordenado da urbanização na cidade, além de outras questões.

Ao dissertar a respeito da reforma agrária no Brasil, Azevedo (1962a) procurou dissociar sua visão sobre o assunto da dimensão ideológica, fortemente disseminada através de alguns discursos do governo e da oposição, bem como por meio da produção intelectual, nas décadas de 1950 e 1960. Assim, sem remeter-se aos argumentos políticos em voga, ele criticou a política agrária e defendeu a necessidade de uma reforma no campo. Contudo, ressaltou questões técnicas, como o reconhecimento da baixa produtividade dos minifúndios, etc., entre as razões de seu diagnóstico e sua proposta.

A reforma agrária foi considerada por Azevedo (1962a) como um instrumento essencial para organizar e direcionar o processo de urbanização no Brasil. Contudo, para que essa reforma pudesse realizar seu papel, era necessário associá-la a outras medidas, como a industrialização do campo, a valorização do papel do ensino técnico, a construção de uma infra-estrutura que – ao contemplar uma

política de energia e de transporte – possibilitasse conforto à população e aumento da produtividade, e a criação de uma nova política de financiamento e de assistência técnica para o pequeno e o grande produtor rural. A associação entre tais medidas seria o caminho pelo qual as reformas sociais, como a agrária, poderiam se converter em fatores para a estabilidade política, para o crescimento econômico, enfim, para o desenvolvimento do país.

Ao ministrar a conferência intitulada “Para a análise e interpretação do Brasil”,<sup>27</sup> em 1954, Azevedo afirmou “[...] não exist[ir], como pode parecer à primeira vista, um só Brasil, mas, dentro dêle, muitos Brasis diferentes num só Brasil nem sempre verdadeiro” (Azevedo, 1958c, p.19-20). Com esse apontamento, Azevedo destacou a relação entre diversidade e unidade, um tema importante no pensamento social e político brasileiro, em particular nos séculos XIX e XX.

A valorização da diversidade de paisagens sociais, naturais, étnicas, etc. representou um traço constante em seus trabalhos, não obstante fosse um defensor da unidade nacional. Para Azevedo (1958c), sob influência durkheimiana, unidade e diversidade não se excluíam, e sim se complementavam, sendo a diversidade uma condição para a unidade. Relacionam-se com essas categorias os

---

27. Essa palestra foi o único texto selecionado da coletânea *A educação entre dois mundos* (1958c); semelhante escolha justifica-se por ela tratar diretamente do tema da interpretação do Brasil. Outros artigos da coletânea, como “O ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil”, etc., foram abordados, em registro distinto; este, à guisa de exemplo, foi discutido no capítulo 1, ao consistir na conferência de encerramento do I Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela SBS, em 1954. Faz-se necessária uma observação geral a respeito do contexto de publicação dessa coletânea; sugere-se que o aspecto que une os diferentes artigos que a compõem seja a preocupação de seu autor com a defesa da ciência e da educação, propiciando grande destaque para o papel das universidades. Tendo em vista que no ano de 1958, quando esse trabalho foi publicado, as disputas em torno da LDB estavam em voga, é possível propor que essa publicação tenha sido uma estratégia de Azevedo para reiterar suas concepções no cenário cultural, educacional e político brasileiro; e, nesse sentido, para influenciar seus rumos.

conceitos de “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica” de Durkheim, assim como suas implicações.

Em diálogo com a obra do historiador brasileiro Pedro Calmon, Azevedo expôs, na conferência de 1954, que o Brasil poderia ser representado como uma estratificação de épocas; ao que acrescentou: é “[...] todo êle, e em cada uma das sociedades em que se decompõe, uma sociedade de classes, superpostas e hierarquizadas” (Azevedo, 1958c, p.24). Desse modo, era fundamental pesquisar dois fatos para interpretar o país, primeiro, “[...] o tipo característico da expansão geográfica e social, e [...] [segundo,] o retardamento (décalage ou demora cultural) da expansão ou conquista do poder político em relação a expansão geográfica e social” (Azevedo, 1958c, p.25).

Para a realização desses estudos, Azevedo (1958c) propôs a retomada crítica das análises desenvolvidas por intelectuais brasileiros – como Euclides da Cunha, com suas considerações sobre o litoral e o sertão; Gilberto Freyre, com seus apontamentos a respeito da casa-grande e da senzala,<sup>28</sup> entre outros – em um processo de valorização do intercâmbio com os autores ensaístas, para explicar a realidade social do país, inclusive nos anos 1950.

Nessa década, Azevedo se posicionou publicamente nos seguintes termos:

[...] É preciso, afinal, passar da teoria à prática, da análise científica às aplicações, do estágio documentário ao de previsão para elaborar uma política de base realista e objetiva. Não é, de fato, a previsão que merece ser condenada, “mas uma previsão vasta demais, estabelecida superficialmente sobre constatações em que um espírito de partido tenha desempenhado um papel predominante”. (Azevedo, 1958c, p.40, aspas do autor)

---

28. No entanto, ao mobilizar estas interpretações de Freyre, Azevedo ponderou sobre alguns de seus limites para entender o Brasil como um todo, ou mesmo, para abordar o ciclo do café.

Sugere-se que tanto a obra *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* (1958d [1948]) quanto o livro *Um trem corre para o oeste* (1950) resultaram dessa preocupação de Azevedo de “passar da teoria à prática”, e, assim, de proporcionar – como fizeram vários intelectuais isebianos e outros vinculados a diferentes instituições de pesquisa e de ensino – uma “previsão para elaborar uma política realista e objetiva”, seja no que se refere à questão agrária, conforme é tratada na primeira obra, seja sobre o sistema de transportes no Brasil, objeto de reflexão da segunda.

O livro *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* (1958d [1948]), publicado com o apoio do Instituto do Açúcar e do Alcool,<sup>29</sup> visou refletir sobre o elemento político na civilização do açúcar. Para isto, Azevedo (1958d [1948]) dedicou-se aos estudos da paisagem, da população e da economia rural brasileira, dialogando com vários trabalhos publicados pela coleção científica Brasileira – cujos autores foram Pedro Calmon, Pandiá Calógeras, Nestor Duarte, Almeida Prado, Gilberto Freyre, Roberto Simonsen, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, entre outros.

Segundo Azevedo (1958d [1948]), as bases de nossa civilização do açúcar foram a estrutura da família patriarcal e a mentalidade que nela se formou. Esse tipo de família compreendeu “[...] o mais poderoso elemento de unificação e de coesão social, mas também de descentralização política e de resistência particularista [...]” (Azevedo, 1958d [1948], p.66).

Nesse contexto, apontou Azevedo (1958d [1948]), seja por meio do filho doutor, educado em Coimbra, seja através do filho seminarista, a casa-grande conseguiu projetar as ideias, os valores e

---

29. As relações entre Azevedo e o instituto se remetem ao ano de 1945, quando ele foi convidado, por sugestão de Breno Pinheiro, para ser colaborador da *Revista Brasil Açucareiro*, o periódico oficial dessa instituição. Poucos anos depois, Azevedo obteve apoio do instituto para publicar *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, em 1948. A história dessa organização foi marcada pela atuação de Barbosa Lima Sobrinho como um dos seus diretores. Este último aspecto é interessante, na medida em que Lima Sobrinho compôs o grupo de correspondentes de Azevedo. Cartas que revelam esses contatos podem ser consultadas no acervo.

os comportamentos do patriarcalismo e da religião católica sobre as instituições da cidade; a tal ponto que, em parte significativa da história do Brasil, a vida pública tornou-se uma espécie de extensão da vida doméstica.

Outro aspecto abordado em *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* (1958d [1948]) consistiu no papel das novas técnicas para a emergência de novos valores e ideias, e, assim, para o surgimento de uma organização social distinta e uma nova civilização. No que tange às novas técnicas, Azevedo (1958d [1948]) propiciou um lugar de destaque para a máquina a vapor no processo de transformação da paisagem colonial.

Esse equipamento foi considerado responsável por marcar a transição entre os engenhos de banguês e as usinas modernas; uma mudança que, no plano social e político, teria se caracterizado, segundo Azevedo (1958d [1948]), pelo surgimento do usineiro e de sua concorrência com o senhor de engenho. Vale destacar que ambos os conceitos – o de usineiro e o de senhor de engenho –, assim como o de bandeirante, foram considerados “tipos ideais” por esse sociólogo. Essa conceituação inspirou-se na obra de Max Weber.

Para Azevedo (1958d [1948]), o senhor de engenho e o usineiro compreenderam os elementos principais das classes dirigentes do período, a aristocracia e a burguesia, respectivamente, sendo a família patriarcal, ou melhor, sua estrutura de valores, interesses e comportamentos, uma característica compartilhada por ambas as classes (Azevedo, 1958d [1948]). Azevedo relacionou as alianças e as disputas entre as famílias de ambas as classes, e entre elas e o Estado, ao tema da descentralização e da centralização política e administrativa.

E ressaltou que o crescimento das usinas no Brasil teria contribuído para retardar a democratização do país, pois esse tipo de indústria seria responsável por reforçar a existência da grande propriedade rural e vincular a política agrária à política industrial. Segundo Azevedo (1958d [1948]), esse elo parece ter funcionado como um entrave ao progresso do Brasil até os anos 1950, período abarcado por sua análise.

Ao considerar a extensão territorial do país, Azevedo (1958d [1948]) sugeriu que o latifúndio não era em si um problema, mas se tornava ao ser associado a uma política agrária ineficiente e irresponsável, ou seja, a uma política que não possibilitava condições efetivas de subsistência e de existência ao pequeno produtor rural. E defendeu a necessidade de realizar uma conciliação entre os interesses dos pequenos produtores rurais e os dos latifundiários. Essa proposta foi, no mínimo, audaciosa, ao se considerar uma conjuntura na qual os partidos de esquerda relacionaram o tema da reforma agrária à discussão em torno da socialização dos meios de produção, o que apontava para o confronto. Na visão de Azevedo, para que a reforma agrária pudesse ser realizada de forma a assegurar condições para o desenvolvimento do país era necessário dissociá-la das discussões ideológicas e enfatizar a dimensão técnica.

No livro *Um trem corre para o oeste*, Azevedo (1950) preocupou-se em demonstrar a relevância do sistema de transporte para o projeto de desenvolvimento e de unidade nacional. Para ele, a circulação de pessoas, de mercadorias e de ideias era a mais essencial das funções em uma sociedade, pois ela “[...] realiza a interdependência de todas as partes do organismo e sua solidariedade [...] cria e mantém a vida [social]” (Azevedo, 1950, p.19).

Embora reconhecesse o importante papel exercido pela rodovia e pela aviação para a circulação no país, Azevedo (1950) afirmou ser um equívoco esses meios de transporte disputarem a primazia à ferrovia. O trilho representava, em sua concepção, “[...] um extraordinário instrumento de penetração e um pioneiro do povoamento” (Azevedo, 1950, p.32) para qualquer país.

Segundo Azevedo, a ferrovia precisava ser integrada a outros meios de transporte – como a rodovia, a hidrovia e a aviação – para a construção de um sistema nacional de circulação que pudesse favorecer o desenvolvimento do país. Desse modo, afirmou que “[...] a coordenação dos transportes ferroviários, rodoviários, fluviais, marítimos e aéreos [sic] constitui medida fundamental no conjunto de qualquer plano viatório [sic] e a expressão prática e realista de

uma sabia [sic] política de comunicações [...]” (Azevedo, 1950, p.167).

Contudo, ao analisar os entraves que a ferrovia enfrentava para tornar-se um meio de transporte privilegiado para as longas distâncias no Brasil, Azevedo (1950) destacou o de ser utilizada como um instrumento político, isto é, o de ser empregada para satisfazer aos interesses de alguns grupos e não os da população como um todo.

Se a questão da estruturação do sistema nacional de transporte estava se delineando quando esse sociólogo dedicou-se ao tema, em 1950, ela se tornou central na administração do presidente Juscelino Kubitschek. Nesse governo, privilegiou-se a política industrial em detrimento da agrária e acentuou-se a presença do capital externo no país. Como implicações dessa administração ressaltaram-se, de um lado, a presença das grandes montadoras de automóveis, como a Ford, a Volkswagen, etc. – aumentando as oportunidades de empregos na cidade e o caos de uma urbanização incentivada, mas não planejada. E, de outro, a intensificação do êxodo rural e dos conflitos no campo e na cidade.

Na interpretação desenvolvida em *Um trem corre para o oeste*, Azevedo (1950, p.97) vislumbrou como obstáculos para a marcha dos trilhos nas diferentes regiões brasileiras: a economia rudimentar, a industrialização recente, a baixa densidade demográfica e a falta de espírito de continuidade na administração pública. Somaram-se a esses entraves, em sua visão, o transporte de produtos de tarifas desfavoráveis (como o algodão em fardos, o gado de pé, etc.) e o alto custo financeiro e ambiental do combustível (lenha).<sup>30</sup>

Para os problemas relacionados à energia, Azevedo (1950) salientou como uma solução plausível a eletrificação das ferrovias. Outra proposta sua foi o estabelecimento de uma política de responsabilização legal dos gestores e dos técnicos públicos no caso de

---

30. Azevedo destacou como custos ambientais a devastação de florestas e a erosão do solo.

uma administração insatisfatória dos recursos financeiros e humanos nesse setor.

Diante das opções para a política de transportes no Brasil – o sistema de livre concorrência, o de exploração pelo Estado e o de concessão –, Azevedo (1950) expôs, em *Um trem corre para o oeste*, que qualquer uma dessas alternativas, se tomada isoladamente, traria inconvenientes ao desenvolvimento do país. Sendo assim, Azevedo parece ter sido favorável à adoção de um sistema misto, isto é, um sistema que assegurasse a propriedade da União, no entanto estabelecendo relações de concessão para os governos das unidades federativas e para os particulares.

De acordo com Azevedo (1950), era necessário construir mecanismos institucionais e legais para a responsabilização da União pela organização, fiscalização e modernização dos serviços de transporte prestados no Brasil, seja pelo poder público, seja pelas empresas particulares. Nesse sentido, chamou a atenção para um dos papéis que a União deveria exercer, a saber, vincular, contratualmente, as linhas com grandes receitas àquelas com baixo faturamento para as concessões.

A preocupação de Azevedo com a administração pública – no setor de transportes e nos demais – se fez presente nessa obra e, em outras publicações, como *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a). O principal tema abordado foi a burocracia. Para Azevedo, a burocracia se colocou como um problema teórico e empírico a exigir respostas. Embora suas experiências como administrador público, na área de educação, não pareçam ter obscurecido os méritos de sua análise ou de suas propostas, talvez elas tenham colaborado para influenciar sua visão pouco lisonjeira a respeito da burocracia no Brasil.

Ao refletir sobre esse assunto, Azevedo (1950) expôs, sobretudo em *Um trem corre para o oeste*, a necessidade de modificar a cultura organizacional da administração pública e, ao mesmo tempo, de elevar o padrão técnico de seus funcionários para poder contemplar a ideia de eficiência nas políticas públicas.

Nesse caminho, Azevedo defendeu que o foco da mudança precisava voltar-se, prioritariamente, para o “elemento humano” nas organizações, pois era esse elemento “[...] a medula do sistema, a seiva que circula[va] pela organização em todos os seus ramos [...]. [Assim,] não [...] [era] apenas na conservação da saúde [sic] dos empregados e trabalhadores que se deve[ria] centrar o interesse das administrações [...]” (Azevedo, 1950, p.284-5), mas no entendimento desses atores como seres integrais.<sup>31</sup>

Desse modo, destacou-se em sua proposta de reforma administrativa do Estado – além da preocupação com a capacitação técnica e com uma melhor remuneração dos funcionários – a necessidade de alteração da cultura organizacional. Afinal, concluía Azevedo (1962a), um dos grandes entraves para o desenvolvimento do Brasil consistia em não se difundir a consciência segundo a qual “[...] sem a transformação do homem e de sua mentalidade, pelo ensino, educação e cultura, se ficará sempre a meio caminho das reformas de base, sociais, econômicas e políticas” (Azevedo, 1962a, p.267).

A proposta de construção de mecanismos institucionais por meio dos quais os técnicos e os gestores públicos, nas diferentes esferas do Estado, pudessem ser conduzidos a compreender a importância de seu papel na produção e para a qualidade de um tipo específico de mercadoria – isto é, os serviços públicos – foi algo considerado relevante na concepção de reforma administrativa de Azevedo.<sup>32</sup>

As interpretações de Azevedo em *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* (1958d [1948]) e em *Um trem corre para o oeste*

---

31. Para Azevedo, os atores sociais das organizações não eram considerados como recursos, e sim como pessoas, em sentido pleno, ou seja, com suas potencialidades, limites, esperanças, frustrações, interesses, habilidades, etc. Esse reconhecimento fazia-se preciso, na concepção desse autor, para que cada indivíduo pudesse ser sensibilizado e se sentisse valorizado a tal ponto que desejasse colaborar para a transformação das práticas institucionais. Uma discussão voltada para as possíveis contribuições de Azevedo para o tema da cultura organizacional pode ser vislumbrada em Nascimento (2010).

32. Vale mencionar que parte de sua análise sobre a burocracia encontrou-se baliçada pela leitura da obra de Guerreiro Ramos voltada a esse assunto.

(1950) apontaram que o processo de modernização pelo qual o Brasil passou, até a década de 1950, não havia conseguido se traduzir diretamente em modernidade, devido ao fato de o Estado ter sustentado projetos de crescimento econômico dissociados de uma visão de desenvolvimento, ou seja, ter defendido propostas distantes de uma concepção que dialogasse com uma ideia ampliada de cidadania.

Em ambos os trabalhos, Azevedo (1958d [1948], 1950) defendeu a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico. Essa diferenciação, nos anos 1950, possibilita sugerir uma aproximação entre a concepção de desenvolvimento elaborada por Azevedo e aquela defendida por alguns expoentes da Cepal, a exemplo de Celso Furtado. Contudo, vale destacar que essa hipótese não significa que esses atores sociais tenham construído seus argumentos mobilizando as mesmas abordagens teórico-metodológicas, tampouco que tenham se influenciado mutuamente.

A relevância dessa proposição não se encontra na possibilidade de ser comprovada ou refutada, mas em apontar a necessidade de aprender com o legado teórico de autores ensaístas, como Fernando de Azevedo. Assim, ao dedicar-se às políticas educacionais, seja adotando-as como objeto de reflexão, seja enquanto prática cotidiana, sua noção de desenvolvimento contemplou a ideia de aquisição de bens culturais, de melhores condições de educação, de transporte, de saúde, de trabalho, etc., ou seja, uma conceituação que extrapolou a dimensão econômica.

No entanto, é preciso reconhecer que as concepções de Azevedo a respeito da reforma educacional e administrativa do Estado, ou, ainda, sobre a política de transportes no Brasil, não parecem ter encontrado espaço no horizonte cultural estreito das elites no poder. Um exemplo disso foi a opção pelo transporte rodoviário para as longas distâncias, na década de 1950.

Por outro lado, ao investigar minuciosamente o tratamento que Azevedo dispensou ao tema da mudança social, é possível propor que inúmeras questões com as quais esse autor “[...] se debatia entre as décadas de 1930 e 1960 em seus esforços para interpretar o

país e os seus processos de mudança” (Rezende, 2004/2005, p.190) continuam atuais no século XXI. Em particular, quando se considera a permanência das condições de exclusão e de desigualdade de vários segmentos sociais nas esferas econômica e cultural; ou ainda, quando se observam os tortuosos caminhos do sistema político e da democracia no Brasil, independente das transformações ocorridas no país após o fim da ditadura militar.

Assim, as análises de Azevedo (1962a, 1958 [1948], 1950) permanecem propiciando subsídios para uma reflexão sobre o papel das mentalidades no processo de mudança social; para a elaboração de uma política educacional capaz de favorecer o surgimento de uma escola pública apta a colaborar para a construção da democracia no país, entendendo-a como um processo que requer a reconstrução dos modos de pensar e proceder socialmente; bem como para a reorganização do Estado, através do estabelecimento de um conjunto de reformas administrativas que modifiquem os procedimentos e as visões da burocracia e dos governantes, afirmando a defesa do bem público e o respeito à democracia como pilares para sua eficiência e eficácia.

## **Sobre os *Princípios de Sociologia* e sua consolidação em *As ciências no Brasil***

*[...] A observação e a comparação das realidades sociais, presentes ou passadas fãcilmente acessíveis, reduzido o estudo documentário (se se trata do passado) à essência dos fatos significativos, pela pesquisa e pelos documentos e pela crítica histórica, constituem, pois, o ponto de partida e a base do ensino e dos estudos sociológicos, realizados com espírito científico.*

Fernando de Azevedo, *Princípios de Sociologia* (1954a [1935], p.5)

No prefácio da coletânea *A cidade e o campo na civilização industrial*, e nos artigos que compõem a Parte Primeira,<sup>33</sup> Azevedo (1962a) procurou apresentar e defender seu posicionamento em relação à linguagem e a abordagem científica das ciências, em particular das Ciências Sociais e seu campo de atuação. Esse trabalho permite – a partir do diálogo com seus manuais, *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]) e *Sociologia Educacional* (1954b [1940]), e com os livros *A cultura brasileira* (1971a [1943])<sup>34</sup> e *As ciências no Brasil* (1994a [1955], 1994b [1955])<sup>35</sup> – revisitar sua versão sobre a história da institucionalização da Sociologia no país, e apresentar algumas definições conceituais que compuseram sua versão a respeito do instrumental teórico-metodológico dessa ciência.

- 
33. A Parte Primeira compreende os seguintes textos: a introdução do livro *As ciências no Brasil* (1994a [1955], 1994b [1955]) e o artigo intitulado “A Antropologia e a Sociologia no Brasil”, um livro que foi organizado por Azevedo com a colaboração de 14 especialistas, nas diferentes áreas do conhecimento; a conferência proferida em reunião da SBPC, s. d., denominada “Ciências Sociais e Ciências Naturais” e o trabalho que abre a Seção de Ciências Sociais da Enciclopédia Delta-Larousse, em 1961, cujo título é “Introdução às Ciências Sociais”.
34. A história institucional que essa obra propôs – já em sua primeira edição, nos anos de 1943 – se colocou como uma referência fundamental para orientar a abordagem de Azevedo. Na sua quinta edição, em 1971, encontra-se uma história com novos personagens e novas instituições, sem, contudo, deslocar as antigas. Desse modo, é possível sugerir que a edição de 1971 incorporou parte das reflexões e experiências realizadas por Azevedo ao longo dos anos 1950 e 1960, somando-as à interpretação já existente. Assim, esse livro parece ter apresentado uma versão sobre a história das ciências no Brasil que se aproximou daquela difundida pela obra *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a). Resulta dessa hipótese a opção de abordar parte da história institucional da Sociologia, proposta nas entrelinhas da obra *A cultura brasileira* (1971a [1943]), por intermédio das referências presentes no livro *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a).
35. Os dois artigos de autoria de Azevedo nessa coletânea foram publicados, sem alterações, na Parte Primeira da obra *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a). Decorre desse fato a ausência de citações do livro *As ciências no Brasil*, pois estas se encontram contempladas na publicação de 1962. Detalhes sobre o processo de produção de *As ciências no Brasil* podem ser consultados no acervo, em particular na Seção Dossiê 6: *As ciências no Brasil* (1952-1956).

Ao constatar que o livro *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a) compreendeu a última elaboração teórica publicada por Azevedo sobre Sociologia, propiciando uma espécie de resumo de seu pensamento a respeito do tema desenvolvido, sistematicamente, a partir dos anos 1930 até a publicação da obra *As ciências no Brasil* (1994a [1955], 1994b [1955]), ele foi selecionado, ao lado dos manuais, como uma das principais referências para apresentar algumas ideias-chave sobre a Sociologia.

A publicação do trabalho *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a) ocorreu em um período marcado por inúmeras mudanças institucionais, políticas, econômicas, etc. Tais transformações colocaram em evidência, no campo sociológico latino-americano, novos desafios e disputas em torno da legitimidade das explicações e das propostas de solução dos problemas sociais nos âmbitos nacional e internacional.

O campo sociológico brasileiro não foi uma exceção a esse quadro, de tal forma que se sobressaíram, nos anos 1960, além de colaborações, relações de competição entre os “novos” sociólogos à época, Florestan Fernandes, Costa Pinto, etc., e os sociólogos “consolidados”, como Fernando de Azevedo. Os embates teórico-metodológicos entre esses atores sociais ocorreram mediante suas publicações e por intermédio de suas intervenções nos encontros científicos – como os congressos promovidos pela SBS, Alas, ISA, entre outras instituições.

Tendo em vista que parte da obra teórica de Azevedo esteve voltada para a divulgação e para a defesa do valor e da necessidade das ciências – e especialmente da Sociologia – e da universidade junto ao governo, aos especialistas e a um público amplo seu posicionamento, nessa conjuntura de disputas e alianças, procurou reivindicar, para a literatura científica e para aquela elaborada para servir a um público de não especialistas, uma natureza comum, isto é, o reconhecimento de sua cientificidade.

Assim, ao estabelecer como critério para esse reconhecimento que ambas as literaturas fossem capazes de manter o rigor de pen-

samento e de explicação, Azevedo parece ter encontrado uma maneira de valorizar seus trabalhos, e, simultaneamente, criticar parte da produção dos “novos” atores do campo sociológico latino-americano. Assim, afirmou em *A cidade e o campo na civilização industrial*:

[...] recusamos-nos a aceitar por científicos apenas os estudos em que os autores se fecham numa linguagem mais ou menos hermética ou esotérica, para se fazerem entender exclusivamente por iniciados. O espírito científico pode estar e, não raramente está, presente e vivo, em trabalhos com que nos dirigimos ao público em geral, com o propósito de alcançar número cada vez maior de indivíduos. [...] Desconfio muito dos que, comprazendo-se na obscuridade, nos lembram aqueles que, segundo observa Nietzsche, “turvam as águas para darem a impressão de que são profundas ...”. (Azevedo, 1962a, p.13, aspas do autor)

Além de defender uma linguagem não hermética para a produção do conhecimento, Azevedo destacou entre os princípios elementares da Sociologia as inter-relações das várias esferas da vida social e a noção segundo a qual uma alteração em qualquer destas esferas repercute ou tende a ecoar sobre as outras, mesmo que em ritmos distintos. A observância de tais preceitos e a preocupação com a clareza e com a objetividade – seja no tratamento do objeto, seja na exposição dos procedimentos para tratá-lo, ou, ainda, na apresentação dos resultados – encontram-se presentes, principalmente, nos seus manuais de Sociologia.

Na versão elaborada por Azevedo (1962a) sobre a história geral da institucionalização das ciências, destacou-se que os empreendimentos marítimos – realizados por Portugal e Espanha – e uma das fases da Renascença foram os acontecimentos históricos que se imbricaram no século XV e contribuíram para influenciar a emergência da dúvida e da experiência como princípios orientadores dos métodos científicos.

A dúvida emergiu da argumentação desse autor como um procedimento a partir do qual o conhecimento poderia ser reconhecido como um produto inacabado, incompleto, inclusive como passível de revisão, de reorientação por intermédio da experiência. Esta última foi considerada como uma intérprete privilegiada da natureza, pois as invenções e descobertas resultantes de seu emprego teriam colaborado para o desencadeamento de uma crença irreduzível nas ciências e nos seus benefícios. Destarte, a partir da emergência desses princípios, Azevedo (1962a) parece ter concebido a origem de um período favorável para a renovação das ciências naturais e humanas, e para a criação, nos séculos seguintes, de novos campos do conhecimento, como a Sociologia, a Psicologia, etc.

Ao passo que a Idade Média foi caracterizada por Azevedo (1962a) como uma fase de refluxo científico, o século XVII foi apontado como momento de retomada e de aprofundamento do espírito científico desabrochado anteriormente. Observou esse autor que, embora Portugal e Espanha tivessem apresentado um surto científico no período dos descobrimentos, eles não encontraram condições propícias para o desenvolvimento desse espírito, nos termos vivenciados por outros países europeus, no século XVII. Diante desse quadro, Azevedo (1962a) ponderou a respeito da necessidade de olhar para as realidades sociais dos países ibéricos para entender as dificuldades de penetração e de difusão do método experimental no Brasil.

Inspirado nos trabalhos de Antônio Sérgio,<sup>36</sup> autor português, e de Juan José López Ibor,<sup>37</sup> intelectual espanhol, Azevedo (1962a) reconheceu que os países ibéricos, embora apresentassem pensadores sociais e políticos memoráveis, não realizaram nenhuma contribuição original para o progresso científico até o século XIX. Essa visão pouco lisonjeira a respeito do desenvolvimento das ciências

---

36. Sérgio (1929). Essa referência encontra-se disponível no livro de Azevedo (1962a).

37. López Ibor (1951). A menção a essa obra foi feita no texto de Azevedo (1962a).

nessas metrópoles parece ter orientado sua argumentação sobre as precárias condições das ciências nas colônias.

Logo, salvo as diferenças de suas realidades sociais e históricas, Portugal e Espanha “[...] transferiram às suas colônias na América [...] uma ‘cultura’ semelhante senão idêntica, sob muitos aspectos” (Azevedo, 1962a, p.28, aspas do autor). Ou seja, transmitiram no processo da colonização “[...] o espírito e a cultura da Idade Média, com seu apêgo ao dogma e à autoridade, com seu gôsto pela escolástica [...]” (Azevedo, 1962a, p.28), com a Igreja Católica atuando como a principal instituição no processo de produção e de transmissão da cultura letrada nas colônias americanas.

Azevedo (1962a) apontou que, diferente do que aconteceu nas colônias espanholas, no Brasil a fundação de universidades não ocorreu antes do século XX. Essa ausência foi considerada como um fator positivo, pois teria possibilitado ao país maior flexibilidade e abrangência no modelo a ser instituído.

Segundo Azevedo, houve um momento de florescimento cultural na colônia brasileira, resultante da presença dos holandeses na capitania de Pernambuco, no século XVII. Esses atores sociais incentivaram as ciências naturais e as artes, no entanto, depois da expulsão do príncipe Maurício de Nassau, essa capitania voltou “[...] a gravitar na órbita da metrópole [portuguesa, isto é,] [...] ‘fora da linha isotérmica da revolução científica’, que se processava no velho mundo” (Azevedo, 1962a, p.34, aspas do autor).

De certo modo, a atuação do marquês de Pombal na metrópole portuguesa teria objetivado inserir Portugal no processo de revolução científica do continente europeu. Entre as medidas tomadas por Pombal destacaram-se: a reforma da Universidade de Coimbra, a reformulação do Exército e da Marinha, a criação da Imprensa Real e da Escola de Comércio e a desestruturação do trabalho educacional realizado pelos jesuítas em Portugal e no Brasil.

No que se refere ao Brasil, “[...] tendo sido destruído o ensino jesuítico, literário, retórico e escolástico, sem que nada tivesse sido pôsto em seu lugar, a ação de Pombal não se fez sentir *diretamente sobre a colônia* senão pela fôrça destruidora de suas iniciativas antije-

suíticas [...]” (Azevedo, 1962a, p.35, grifo do autor). Entretanto, as alterações realizadas na Universidade de Coimbra (criação de novos cursos e reformulação dos já existentes, etc.) refletiram de modo positivo no Brasil, pois influenciaram a formação universitária de parte da elite intelectual brasileira, como Azeredo Coutinho, José Bonifácio de Andrada e Silva, entre outros.

Segundo Azevedo (1962a), os resultados dessa formação intelectual puderam ser percebidos – à guisa de exemplo – na organização do Seminário de Olinda, criado em 1798 no Brasil, por Azeredo Coutinho. A despeito de Azevedo (1962a) entender que o ensino nesse seminário significou uma ruptura com a tradição jesuítica, ele reconheceu que sua influência permaneceu restrita, devido às condições precárias da cultura no país. Essa precariedade foi sendo lentamente combatida a partir da vinda da família real e, depois, com o processo de independência, no século XIX. Entre as principais mudanças, Azevedo (1962a) citou a criação de algumas instituições de ensino e de pesquisa, a produção e a circulação de jornais e folhetins e a organização das expedições científicas para conhecer o Brasil.

Em sua visão, os episódios da Abolição, em 1888, e da Proclamação da República, em 1889, colaboraram para o surgimento de um novo período de crises sociais e políticas, as quais se transferiram para o primeiro plano das preocupações do Estado. Nesse contexto, plêiades de intelectuais brasileiros, e alguns atores estrangeiros, se mobilizaram para realizar os diagnósticos sobre o país e propor as medidas adequadas para solucionar as crises (Azevedo, 1962a).

Esses episódios também favoreceram a emergência de novas condições sociais, econômicas, políticas e institucionais no Brasil. Condições que passaram a exigir mudanças na esfera da cultura para satisfazer as necessidades provenientes da expansão da indústria e do comércio, bem como para responder aos problemas decorrentes da urbanização. Entre as alterações requeridas destacaram-se o surgimento e a difusão do pensamento crítico experimental no Brasil (Azevedo, 1962a).

Para que tal pensamento surgisse e fosse difundido, inclusive imprimindo um impulso decisivo à ciência no país, era imprescindível

dível a reestruturação do ensino secundário<sup>38</sup> e a criação das universidades (Azevedo, 1962a). Essas medidas possibilitariam as condições necessárias para a efetivação da maior reforma a ser realizada no Brasil, isto é, a mudança da mentalidade dos diversos segmentos da população.

Ao pesquisar os caminhos da história geral de estruturação do campo científico das Ciências Sociais, Azevedo (1994a [1955], 1994b [1955], 1962a, 1954a [1935], 1954b [1940]) apontou como uma das características dessas ciências a aspiração de intervir na realidade social, orientando a sociedade para a solução de seus problemas. Essa preocupação em possibilitar respostas teria impulsionado as Ciências Sociais a buscar erigir-se à maneira das Ciências Naturais, isto é, a empregar o método indutivo-empírico como uma diretriz para alcançar o conhecimento científico. Sob essa inspiração, ponderou Azevedo (1962a), as Ciências Sociais se desenvolveram, porém em um ritmo lento, marcado por avanços, recontros e hesitações.

Em sua versão sobre a história das Ciências Sociais, Azevedo (1962a) reconheceu que a definição da Sociologia como física social, proposta por Auguste Comte, não deixava dúvidas a respeito da sedução que o método e as teorias das Ciências Naturais exerceram sobre os cientistas sociais – mesmo sobre ele, conforme é possível depreender. A principal referência de Azevedo (1962a) para delinear a Sociologia como ciência – e construir sua agenda de institucionalização no Brasil – consistiu na obra, teórica e prática, de Émile Durkheim. Contudo, supõe-se que a valorização de Durkheim na obra de Azevedo não tenha significado o obscurecimento das contribuições de outros atores sociais – como Karl Marx, Max Weber, Gabriel Tarde, Vilfredo Pareto, etc.<sup>39</sup> – para a elaboração do instrumental teórico-metodológico dessa ciência.

---

38. Para Azevedo, embora as universidades tenham sido criadas no século XX, a reestruturação do ensino secundário permaneceu sem uma resposta satisfatória.

39. Refletindo sobre as contribuições de diferentes atores sociais para o desenvolvimento da Sociologia, Azevedo (1962, p.60) reconheceu que a distinção

Para Azevedo (1962a), existiram três fases principais do desenvolvimento das Ciências Sociais em âmbito internacional, as quais foram situadas em três períodos de transição:

[...] a época (do século XVII ao XVIII) seguinte à do Renascimento, em que tem suas origens a crise do mundo moderno; a época revolucionária e napoleônica (1789-1815) e da primeira revolução industrial, cujas influências se fizeram sentir por todo o século XIX; e a que, no século atual [XX], se assinala com as duas grandes guerras mundiais e a maior crise registrada pela história com a expansão da civilização técnica e industrial. (Azevedo, 1962a, p.64)

O reconhecimento desses momentos de crise como fontes de estímulos para a emergência das Ciências Sociais serviu para que Azevedo (1962a) elaborasse sua caracterização da história da institucionalização dessas ciências no Brasil. Assim, foram os períodos de grande desorganização e desagregação social que impuseram novas necessidades materiais e imateriais específicas para cada configuração social ou para um número considerável de países. No que tange à formação social brasileira, é possível destacar que foram as implicações da mudança no modo de produção, no final do século XIX, e do começo da industrialização e da urbanização, nas primeiras décadas do século XX, que atuaram como pré-condições para o reconhecimento da Sociologia no país.

Ao dialogar com a obra de Roger Bastide<sup>40</sup> e a de Rex D. Hopper,<sup>41</sup> Azevedo (1962a) ponderou que a história da evolução do pensamento sociológico na América Latina também seria passível

---

entre as ciências do espírito e as da natureza – marcante no embates realizados no continente europeu, entre alguns sociólogos alemães que a defendiam, como Wilhelm Dilthey, fundamentando-se não na diferença dos objetos, mas nos modos de conhecimento próprios aos dois tipos de ciência, e alguns sociólogos franceses que a recusavam – não alcançou grande repercussão no Brasil.

40. O trabalho em questão é Bastide (1945).

41. O texto de referência é Hopper (1954).

de ser dividida em três fases. A primeira se estenderia por todo o período colonial e poderia ser classificada como a fase dos mitos; a segunda seria marcada pelas sociografias de tendência histórica, se desenvolveria até 1850, e se caracterizaria pela especulação filosófica. Isto é, consistiria em uma etapa da emergência da consciência “[...] ‘sob a forma de representação, de uma situação que fora até então simplesmente vivida’ [...]” (Azevedo, 1962a, p.101, aspas do autor). E uma terceira fase, após 1850, que se distinguiria pelo desenvolvimento de pesquisas que visariam alcançar, teórica e metodologicamente, um conhecimento mais bem fundamentado a respeito da realidade social do país.

Partindo dessa periodização, Azevedo (1962a) definiu os trabalhos de cronistas e de outros intérpretes da realidade social, atuantes nos séculos XVI, XVII e XVIII no país, como pertencentes a uma fase pré-científica. Esse tipo de classificação, ao contrário do que se poderia esperar, não parece ter servido de apoio para que ele tirasse a importância das produções desses atores como fontes históricas relevantes, tampouco para que argumentasse sobre ser dispensável investigar quais intelectuais pertenceram ao passado cultural brasileiro, ou, ainda, o que eles pensaram e como.

Diferente dos trabalhos pertencentes aos séculos anteriores, os realizados no século XIX foram caracterizados por Azevedo (1962a) como investigações sociais mais sofisticadas, ou seja, capazes de revelar convergências entre o conteúdo das reflexões, a agenda de problemas sociais e políticos em voga, e as preocupações teóricas. Essas pesquisas foram frutos dos esforços de intelectuais brasileiros e estrangeiros, inclusive daqueles que participaram das expedições científicas no interior do país.

A curiosidade intelectual desses pesquisadores voltou-se para os grupos indígenas brasileiros, as populações de origem africana, o Estado, a imigração, a formação da nacionalidade, etc. Essa agenda de estudos foi retomada, sob teorias e metodologias distintas, ao longo das primeiras décadas do século XX, e ampliada, posteriormente, nas universidades (Azevedo, 1962a).

Entre os obstáculos vivenciados pelos autores classificados por Azevedo como os pioneiros do pensamento social e político brasileiro, no século XIX, ressaltou-se a escassez de recursos financeiros e humanos adequados. Conquanto reconhecesse esses entraves, afirmou que não faltaram,

[...] entre nós, desde o império, escritores e pensadores sociais que, com suas investigações históricas, suas análises e reflexões, projetaram luz viva sobre diversos aspectos, políticos e econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira, no longo processo de sua evolução. Eles constitu[í]ram os precursores da sociologia no Brasil, como, entre outros, no império, Tavares Bastos [...] e já nos principais [...] [do] século [XX], Alberto Tôrres [...] Euclides da Cunha, [...] um Fausto Barreto [...] um Lívio de Castro [...] um Paulo Egídio [...] um Alberto Sales [...] um Florentino Menezes, [...] Sílvio Romero [...] [etc.] (Azevedo, 1962a, p.123-4)

Para Azevedo (1962a), antes do advento das universidades brasileiras e da presença de especialistas estrangeiros como Horace Davis, Samuel H. Lowrie, Donald Pierson, Paul Arbousse Bastide, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Georges Gurvitch, Jacques Lambert, entre outros, “[...] já tomava corpo o movimento de interesse pelos estudos sociológicos, iniciados por Oliveira Viana e Gilberto Freyre, [...] por Pontes de Miranda, [...] Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo e Tristão de Ataíde [...]” (Azevedo, 1962a, p.126-7), para citar apenas alguns. Vale ressaltar que entre as principais contribuições teóricas de Miranda, Carvalho, Azevedo e Tristão de Ataíde, no processo de institucionalização acadêmica da Sociologia no Brasil, encontraram-se seus manuais de Sociologia.

Alguns fatores que colaboraram para a renovação do espírito e dos métodos científicos nas Ciências Sociais no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, isto é, um período no qual a universidade e a Sociologia apresentavam-se razoavelmente institucionalizadas,

foram: o crescimento da industrialização e da urbanização; a permanência dos professores estrangeiros no país; o amadurecimento dos discípulos – Florestan Fernandes, Egon Schaden, Antonio Candido, Rui Galvão, Oracy Nogueira, Otávio da Costa Eduardo, Guerreiro Ramos, Costa Pinto, entre outros – que consistiram nos primeiros frutos das universidades; a multiplicação de instituições estatais e paraestatais, estimulando a realização de pesquisas empíricas; a interpenetração de influências teórico-metodológicas europeias e norte-americanas; e a difusão do reconhecimento do ensino experimental (Azevedo, 1962a, p.130-1).

Entretanto, ressaltou Azevedo (1962a), sobre e no contexto dos anos 1950 e 1960:

[...] se as tentativas de organização, disciplina e controle racionais dos movimentos e das reações coletivas marcam um progresso e uma orientação prática dessas ciências, pela aplicação de suas descobertas à solução dos problemas sociais, elas indicam uma tendência já vitoriosa, cujas origens e cujo desenvolvimento se encontram na expansão industrial [...]. [O] interesse acadêmico e público pelas inúmeras questões de ordem social, econômica e política, e, afinal, os movimentos de opinião que, com frequência e intensidade variáveis, revelam que o público já começa a dar-se conta do muito que tem e terão cada vez mais que oferecer à sociedade em que vivem, os cientistas sociais espalhados pelo mundo inteiro. (Azevedo, 1962a, p.80)

Em diferentes obras, Azevedo (1994a [1955], 1994b [1955], 1962a, 1954a [1935], 1954b [1940]) reconheceu que as Ciências Sociais compreendiam os instrumentos intelectuais por meio dos quais a sociedade adquiria consciência dos seus problemas. A tendência à ação, e, nesse sentido, a preocupação em reformar, como uma estratégia para solucionar os problemas sociais, antecedeu a construção da Sociologia enquanto uma ciência empírico-indutiva.

Embora Azevedo procurasse atribuir à Sociologia o objetivo de descrever e explicar as sociedades tais quais elas eram/foram, e

não apontar o que elas deveriam ser, a própria noção de reforma – presente em seu pensamento e prática – obstaculizava esse propósito, pois trazia implícita, na proposta de reconstrução social, a ideia sobre “como deveria ser” a sociedade. Contudo, vale a ressalva de que essa dimensão de sua produção parece ter emergido da aposta que realizou “[...] na possibilidade de mudar para melhor a vida em sociedade, certo [...] de que as utopias dão acesso ao real” (Candido, 1994b, p.9).

Azevedo (1962a, p.88) compartilhava da opinião segundo a qual o “[...] futuro ‘científico’ das ciências sociais dependia mesmo [...] de sua adaptabilidade aos métodos estatísticos”. Essa postura em relação à importância da Estatística para a Sociologia foi uma constante em sua trajetória intelectual. Contudo, é interessante observar que suas colocações sobre o tema, nos anos 1950 e 1960, apresentaram como referências os “novos” sociólogos. Ou seja, autores que, a exemplo de Gino Germani, disputaram com ele e com outros, como Alfredo Poviña, não apenas a legitimidade, mas a hegemonia no campo sociológico latino-americano.

Uma das possíveis razões para esse diálogo de Azevedo com os “novos” atores, quiçá, consistisse no interesse de demonstrar que se encontrava consciente de seus “adversários” e, ao mesmo tempo, preocupado com as discussões em voga no período. Nesse sentido, Azevedo (1962a) expôs – reiterando uma perspectiva já apresentada por ele na década de 1950, em seus manuais de Sociologia, e apoiando-se no artigo de Germani<sup>42</sup> – que as Ciências Sociais se desenvolveram, principalmente, onde a investigação empírica se apresentou mais intimamente vinculada à teoria.

Um exemplo do modo como essa discussão se apresenta no manual *Princípios de Sociologia* pode ser vislumbrado ao Azevedo (1954a [1935]) apontar que a Sociologia “[...] não pode[ria] deixar de revestir uma feição marcadamente teórica, no sentido de investigação pura e desinteressada dos fenômenos sociais, isto é, na obser-

---

42. Germani (1956). Esta referência encontra-se presente no texto de Azevedo (1962a).

vação objetiva dos fenômenos e na explicação das relações que os ligam” (Azevedo, 1954a [1935], p.120), e, ao mesmo tempo, ao reconhecer que essa ciência seria responsável por “[...] fornecer os meios, pela aplicação de seus princípios e de suas conclusões, de tornar cada vez mais racionais os ajustamentos, reajustamentos e reformas de um programa de ação (política social) [...]” (Azevedo, 1954a [1935], p.121). E, por fim, ao concluir “[...] que a eficácia da ação e da política social depende[ria] da exatidão dos princípios aplicados, e a contribuição da sociologia, como fim prático, est[aria], portanto, condicionada ao progresso da ciência, como conhecimento objetivo” (Azevedo, 1954a [1935], p.121).

Nos anos 1950 e 1960, o nome de Karl Mannheim aparece como referência importante nas discussões realizadas na América Latina sobre o tema da mudança social. Na obra de Azevedo, as ideias de Mannheim contribuem para atualizar a relação entre teoria, pesquisa e reforma social. Uma relação já privilegiada por Azevedo, em décadas anteriores, sob inspiração de outros teóricos como Émile Durkheim e John Dewey. Nesse processo de atualização, Azevedo mobilizou o repertório científico e filosófico de Mannheim para ressignificar as ideias de Durkheim e as de Dewey.

Seja no livro *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]), seja na obra *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a), Azevedo ressaltou a contribuição de Mannheim para a estruturação do mercado editorial e para a ampliação do léxico científico da Sociologia, em particular ao fundar e dirigir por 14 anos a Biblioteca Internacional de Sociologia e Reconstrução Social, na Universidade de Londres.

Referências sobre sua obra prática e teórica encontram-se presentes nos livros de Azevedo publicados sobretudo na década de 1950, isto é, em um momento no qual Mannheim estava sendo discutido, e parcialmente incorporado, por uma parcela da intelectualidade brasileira para repensar seu papel – e, assim, o das ciências – e suas relações com o Estado.

Ao refletir sobre essas relações no contexto brasileiro, Azevedo (1962a) afirmou:

[...] O Estado tem por certo o direito e, mais do que o direito, o dever de servir-se das ciências, aparelhando-as de todos os recursos para o ajudar a resolver os problemas que tenha de enfrentar, mas isso não impede e não deve impedir a liberdade de pesquisa ou de criação, isto é, que as pesquisas, em não importa que ciência, sejam feitas segundo os impulsos e a inspiração de cada um, para o reexame, num processo constante de revisão, de seus fundamentos teóricos e de seus métodos e técnicas de investigação. (Azevedo, 1962a, p.96)

Logo, na relação com o Estado, os intelectuais deveriam manter sua autonomia, sem deixar de colaborar para a defesa do bem comum. Com essa interpretação, Azevedo (1962a) procura situar os intelectuais entre as classes sociais, ou seja, considerá-los atores que, embora sofram influências desses grupos, não são, necessariamente, os representantes de seus interesses particulares.

A perspectiva institucional adotada nos trabalhos de Azevedo (1994a [1955], 1994b [1955], 1971a [1943], 1962a, 1954a [1935], 1954b [1940]) – ao favorecer uma determinada periodicidade, após os anos 1920, e, com isto, um conjunto de iniciativas, instituições, atores e obras – parece ter lhe assegurado apresentar-se como um dos protagonistas da institucionalização da Sociologia no Brasil. E, em última instância, garantido como efeito – desejado ou não – o deslocamento de diversas instituições e pensadores sociais, assim como de suas ideias, enquanto memória viva da Sociologia, isto é, como força atuante na produção do conhecimento sociológico no país.

Por outro lado, a atuação de Azevedo enquanto organizador institucional valoriza um conjunto de atores e produções anteriormente deslocado em sua obra teórica. Ou seja, ao publicar tal conjunto, Azevedo cria condições objetivas para a circulação das ideias desses atores como parte constitutiva do legado científico do Brasil.

O conceito de progresso é um dos termos que orientam a definição de institucionalização. Na obra de Azevedo, esse conceito apresenta-se de modo contraditório, ou seja, como enunciado, pos-

sibilita uma visão não linear sobre a história, e, como aplicação, favorece uma abordagem linear. Ao qualificar o progresso como algo linear e não linear, dependendo da forma como é mobilizado em seus textos, Azevedo parece ter desenvolvido um obstáculo conceitual para sustentar o argumento de que a mudança social não se caracteriza como um progresso em si. E mais, parece ter limitado sua concepção sobre diferenciação social, ao possibilitar que ela, em vez de compreender um aspecto que pode colaborar para a efetivação do progresso, se converta em expressão do mesmo.

Diante dessas colocações, é pertinente indagar como o sentido contraditório do conceito de progresso poderia interferir na perspectiva institucional adotada por Azevedo, de modo a limitá-la. É possível supor que seja a partir da ideia de linearidade, pois essa noção permite obscurecer o fato de as transformações ocorridas na esfera organizacional do Brasil, principalmente a partir dos anos 1930, terem resultado de inúmeros embates teóricos e práticos – os quais contribuíram para efeitos diferentes daqueles almejados pelas propostas dos atores sociais em disputa, entre eles, Azevedo. Logo, a noção de linearidade obstaculiza compreender que as diferenciações institucionais – isto é, que a fundação de universidades e de organizações paraestatais; a ampliação e renovação do mercado editorial brasileiro, e, assim, a construção de novas práticas e novos repertórios e sua “cristalização”; bem como a consequente legitimação de determinados atores sociais em detrimento de outros – poderiam ser consideradas de modo não unívoco e até mesmo negativo.

Segundo Azevedo (1962a), a seleção cuidadosa, a interpretação refinada e a distribuição organizada do repertório teórico-metodológico da Sociologia possibilitariam a construção de um léxico científico não hermético, isto é, de um repertório adequado às necessidades de explicar a realidade social. Uma de suas motivações para escrever e publicar manuais de Sociologia foi buscar colaborar para orientar esse léxico no país. A estrutura dessas obras procurou fornecer subsídios para superar a defasagem existente nos textos disponíveis para os alunos. Com isso, os manuais objetivaram

contribuir para alargar o estreito horizonte cultural propiciado pelas apostilas, assegurando novas diretrizes teóricas e metodológicas para esse público (Meucci, 2000).

Contudo, as benesses dos manuais não deslocaram seus limites, pois, para que os alunos pudessem realizar diálogos entre as teorias apresentadas e os fatos sociais, era preciso existirem dados acerca da vida social brasileira, algo incipiente no país até a década de 1940 (Meucci, 2000). Nesse contexto, destacou-se o trabalho realizado pelo IBGE, o qual possibilitou criar no Brasil um banco de informações sobre a vida social que, a cada censo e a cada amostragem, foi e continua sendo ampliado e corrigido.

Embora a presença de propostas de realização de pesquisas de campo fosse uma particularidade dos manuais dedicados aos professores dos cursos normais, conforme apontou Meucci (2000), Azevedo preocupou-se em contemplar tal característica nos dois manuais<sup>43</sup> que escreveu, pois compreendia a necessidade de “[...] capacitar seus alunos para o diagnóstico dos conflitos sociais e para o levantamento de possíveis soluções que permit[issem] a atenuação dos problemas no campo e nas cidades” (Meucci, 2000, p.50). No entanto, salientou essa estudiosa que “[...] o estímulo à pesquisa sociológica estivera também relacionado ao esforço para a formação de personalidades responsáveis, autônomas e críticas” (Meucci, 2000, p.59).

Já na dedicatória do livro *Princípios de Sociologia*,<sup>44</sup> Azevedo inscreveu seu compromisso com o passado – ao citar os nomes de Sílvio Romero, Pontes de Miranda e Delgado Carvalho como os pioneiros da Sociologia no Brasil – e com o futuro, ao remeter-se a Samuel Lowrie, Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss e Paul Arrousse Bastide. O que significa que esse manual consistiu em “[...] um esforço para definir a sociologia como uma área científica, com

43. Independente de um deles, *Princípios de Sociologia*, ser de Sociologia Geral.

44. Para Meucci (2000), esse livro foi o primeiro manual de Sociologia elaborado para os cursos de nível superior no país; porém, foi amplamente utilizado nos cursos das escolas normais.

objeto e métodos próprios, tal como fizera Durkheim n'As *regras do método sociológico*" (Meucci, 2000, p.78, grifo da autora).

A enumeração dos procedimentos teórico-metodológicos para a análise científica dos fatos sociais teria feito do manual de Azevedo "[...] um dos únicos dedicados à discussão metodológica, fato a que talvez se deva a [sua] consagração" (Meucci, 2000, p.79).

Ao mobilizar Émile Durkheim como "emblema"<sup>45</sup> na luta pela autonomização da Sociologia no Brasil, Azevedo buscou "[...] legitimar também o movimento de contratação de cientistas sociais estrangeiros, sobretudo franceses, capazes de formar entre nós uma cultura científica adequada à fixação da sociologia na constelação das disciplinas acadêmicas" (Meucci, 2000, p.83). E, nesse sentido, fortalecer e justificar suas posições na agenda de institucionalização que estava sendo implantada no país.

Em *Princípios de Sociologia*, Azevedo (1954a [1935]) apresenta o sociólogo como um profissional capacitado para a função social de conduzir os destinos do país, e a Sociologia enquanto uma "[...] disciplina de fundamental valor como documento de previsão social" (Meucci, 2000, p.84). É possível sugerir que nessa, e em outras obras de Azevedo, o trabalho do sociólogo era definido como aquele do qual resultaria o favorecimento do progresso do Brasil. Desse modo, para esse autor, o progresso era conduzido pelos atores sociais.

A definição de progresso que emergiu como enunciação dos manuais<sup>46</sup> de sua autoria estabeleceu que:

[...] O progresso não é uniforme, contínuo, ilimitado, e não deve se confundir com a existência da transformação social, depende antes da *direção* que os homens dão deliberadamente a essa mudança [...] é, pois, organização, reconstrução, direção inteligente e racional, e implica necessariamente não só um sentido mais pro-

45. Semelhante análise encontra apoio em Guedes (1994).

46. Embora a citação seja extraída do manual *Sociologia Educacional* (1954b [1940]), a ideia que comporta encontra-se presente também em *Princípios de Sociologia* (1954a [1935]).

fundo das transformações sociais e das forças coletivas que as determinam com a intervenção deliberada da sabedoria humana nas diversas partes do movimento social, para dirigi-lo de acôrdo com as leis naturais. (Azevedo, 1954b [1940], p.161, grifo do autor)

Entretanto, ao Azevedo apropriar-se teoricamente desse conceito, empregando-o para orientar sua interpretação sobre a institucionalização da Sociologia no Brasil, parece convertê-lo em seu oposto, ou seja, o progresso deixa de ser heterogêneo e descontínuo para tornar-se uniforme e contínuo.

Nesse contexto, é pertinente indagar por que esse sociólogo se dedicou à institucionalização da Sociologia, em âmbito prático e teórico. Supõe-se que tenha sido pelo fato de compreender a institucionalização como um trabalho favorável ao destino do país. E por enxergar “[...] a especialização de tarefas intelectuais no complexo de divisão do trabalho social [...] [como] um dos mais importantes critérios gerais de progresso” (Meucci, 2000, p.85). E, quiçá, por vislumbrar na construção de sua versão sobre a história da Sociologia uma maneira de orientar a percepção sobre esse processo, independente de a recepção da obra não se encontrar sob o controle de seu produtor.

Salienta-se que “[...] compreender o esforço original para a constituição da sociologia entre nós está, em grande medida, relacionado à identificação do modo de apropriação do conceito de progresso presente [...] [nos manuais] e dos temas e conceitos que deles derivaram” (Meucci, 2000, p.104). Nesse sentido, destaca-se, entre os temas que derivaram do conceito de progresso, o de organização social.

Ao considerarem a sociedade brasileira amorfa, os autores dos manuais de Sociologia elegeram essa ciência para auxiliar no diagnóstico e na organização do país. Por conseguinte, os manuais objetivaram: “[...] legitimar e fixar certos princípios de organização social. Defini[r] [...], de modo até normativo, as funções de instituições sociais como a família, a escola, os sindicatos; identifica[r] o lugar da cidade e do campo, dos sertanejos, mulheres e imigrantes

dentro do padrão de divisão do trabalho nacional idealizada pelos autores” (Meucci, 2000, p.111-2).

Na busca por definir os “princípios de organização social”, Azevedo (1954a [1935]) apoiou-se em alguns conceitos formulados por Durkheim – como o de fatos sociais, o de sociedade, etc. Por fatos sociais, o sociólogo brasileiro delimitou os fenômenos “[...] que manifesta[va]m a natureza do grupo ‘como grupo’. [...] Tal é o caso dos fenômenos da linguagem, do direito, dos mitos, dos fatos religiosos ou morais, na sua parte mais durável” (Azevedo, 1954a [1935], p.18, aspas do autor).

Semelhantes fatos seriam “[...] ‘maneiras de pensar, de sentir, e de agir’, pelas quais se manifesta a mentalidade dos grupos, com suas leis próprias [...]” (Azevedo, 1954a [1935], p.19, aspas do autor). Eles se distinguiriam por “[...] seu caráter coletivo, isto é, por serem [...] pertencentes a *um grupo como grupo*, e pelo seu poder de coerção, isto é, por serem sujeitos à sanção social [...]” (Azevedo, 1954a [1935], p.20-1, aspas do autor).

Ainda segundo Azevedo, os fatos sociais – ou os fenômenos sociais – são distintos dos elementos que os condicionam, como o meio físico, a natureza biológica ou a interação mental. E se diferenciam uns dos outros em virtude das funções que eles preenchem na sociedade; desse modo, torna-se possível classificá-los em econômicos, jurídicos, linguísticos, políticos, etc. Tendo em vista que a primeira regra do método sociológico – nos moldes durkheimianos e azevedianos – é tratar os fatos sociais como “coisas”, faz-se preciso explicar o que isto significa.

De acordo com Azevedo, abordar os fatos sociais como “coisas” “[...] não é, pois classificá-los nesta ou naquela categoria do real; [mas] [...] observar em face deles uma determinada atitude mental” (Azevedo, 1954a [1935], p.135). Ou seja, estabelecer uma atitude capaz de “[...] circunscrever e constituir, por uma definição precisa, o objeto da investigação” (Azevedo, 1954a [1935], p.135).

Para Durkheim e para Azevedo, a proposição de conceber os fatos sociais como coisas representou um lugar-comum da metodo-

logia científica, da qual decorreriam três preceitos: 1) “[...] afastar sistematicamente da ciência tôdas as prenoções; 2) precisar o objeto positivo da pesquisa, agrupando os fatos segundo os seus caracteres exteriores comuns; 3) [...] apreender os fatos sociais pelo lado em que êles se apresentam isolados de suas manifestações individuais” (Azevedo, 1954a [1935], p.204). Além desses princípios, Azevedo (1954a [1935], p.218), apoiando-se em Durkheim, reconheceu que “os métodos mudam à medida que a ciência avança”.

Outro conceito importante para estabelecer os “princípios de organização social” foi o de sociedade. Ao remeter-se à obra de Durkheim para sua caracterização, Azevedo (1954a [1935]) afirmou que a sociedade não constituía a “soma” dos indivíduos, tampouco sua “média”, mas abarcava “sua síntese”. Para ele, é possível apontar que a sociedade representava uma realidade objetiva, a qual precisava ser buscada fora das realidades individuais.

Os conceitos de fato social e de sociedade, assim como o tema da organização social também compuseram o manual de Azevedo (1954b [1940]) intitulado *Sociologia Educacional*.<sup>47</sup> Alguns apontamentos interessantes sobre esse livro podem ser encontrados nos escritos de Candido (2006 [1959]), Meucci (2000) e Silva (2001).

Na comparação entre *Sociologia Educacional* e *Princípios de Sociologia* percebe-se uma clara diferença nos objetivos: o primeiro apresenta a ambição de contribuir para fundar um dos ramos de estudo da Sociologia no Brasil, isto é, deseja instituir a especialidade Sociologia Educacional, realizando:

[...] uma fundamentação sociológica coerente, escapando às tendências demasiado pragmáticas dos americanos no sentido de uma “sociologia aplicada à educação”, que melhor se diria pedagogia sociológica. Trata-se neste livro de inverter de algum modo

---

47. Um livro que não foi objeto de estudo exclusivo em nenhum trabalho publicado até o ano de 2010, período do último levantamento realizado.

a posição, considerando a educação comum dos campos de investigação sociológica, armada de um sistema de conceitos, procurando definir o processo educacional no que tem de socialização, para, em seguida, estudá-lo em conexão com as instituições sociais, tanto as genéricas, como a família e o Estado, quanto as específicas, como a escola. Surge assim a necessidade de analisar a emergência dos papéis sociais ligados a ele, a partir dos tipos primitivos de transmissão da experiência cultural. Para isto, Fernando de Azevedo desenvolve as sugestões apontadas por Durkheim, utilizando os dados da Antropologia moderna e a sua própria experiência. (Candido, 2006 [1959], p.285, aspas do autor)

Além dessas considerações, Candido (2006 [1959]) expôs que a principal contribuição teórica de Azevedo para o arcabouço conceitual da Sociologia se encontra nesse manual. Uma referência semelhante pode ser vislumbrada na carta de Roger Bastide para Azevedo, escrita em 1941. Nesse documento, Bastide afirmou que *Sociologia Educacional* era um trabalho de profunda originalidade, responsável por abrir novos rumos à ciência da educação. No entanto, a criação de um repertório para a Sociologia, por meio de sua produção teórica, parece ter ocupado apenas um lugar secundário no pensamento de Azevedo.

Ao elaborar uma Sociologia da Sociologia Educacional no Brasil, a análise de Silva (2001) sugeriu que entre as décadas de 1920 e a de 1970 houve no país a vocação para o diálogo da Sociologia com as políticas públicas educacionais. Contudo, reconheceu essa autora que, embora tenham existido instituições que buscaram estabelecer a ponte entre a academia e a administração pública – como a ABE, o Inep, o CBPE –, a referida interlocução não se efetivou de modo satisfatório.

Para Silva (2001), semelhante aproximação teria ficado subordinada à instabilidade política e institucional, bem como restrita à ação de atores sociais individuais, como Azevedo, Anísio Teixeira, entre outros. O resultado desse quadro foi que a estruturação da Sociologia como uma *policy science* não se realizou no país. Um tra-

balho que propôs que a Sociologia se transformasse em uma *policy science*, sem abdicar de sua dimensão teórica, consistiu no manual de Azevedo (1954b [1940]), *Sociologia Educacional*.

Por tais características, esse manual granjeou reconhecimento no exterior e no Brasil nos anos 1940, quando ocorreu sua primeira publicação, e na década de 1950, uma vez que, em ambos os períodos, a educação foi concebida como um recurso para a modernização e a democratização, em particular dos países subdesenvolvidos.

Nos anos 1960, o significado da educação sofreu um revés no Brasil, pois o governo militar a tornou baluarte de seu projeto de crescimento econômico, obscurecendo sua possível contribuição para a democracia. Por outro lado, ao criar as faculdades de Educação, a partir da Reforma Universitária em 1968, esse governo parece ter pretendido, entre outros objetivos, obstaculizar o compromisso entre a Sociologia e as políticas educacionais, na medida em que essa ciência foi identificada, à época, como partidária de seu oponente político.

As ações dos militares, somadas à difusão e à influência das teorias reprodutivistas na academia brasileira, na década de 1970, possibilitaram definir a educação como instrumento de reprodução social. É possível que essa visão negativa sobre a educação tenha orientado, guardando as devidas proporções, a recepção da produção teórica de Azevedo, com destaque para o manual *Sociologia Educacional*, a partir desse período (Silva, 2001).

O fim da ditadura militar e a emergência de uma sociedade civil estruturada – resultante, entre outros aspectos, do processo de institucionalização de parte dos movimentos sociais – colocaram como desafio para a sociedade brasileira repensar as relações entre os sociólogos e o Estado, de tal forma que a “[...] definição da sociologia como uma *policy science* pode[ria] ser uma boa maneira de recuperar [...] [sua] relevância social, e consolidar uma profissionalização para além da universidade” (Silva, 2001, p.151, grifo da autora), no século XXI.

Diante do exposto, é interessante conhecer algumas ideias presentes em *Sociologia Educacional*.<sup>48</sup> Nesse manual, Azevedo (1954b [1940]) afiançou como objetivo o “estudo sociológico dos fatos e instituições da educação”, e afirmou que o termo “Educativo” representava um qualificativo que designava a qual ordem de fatos sociais estaria voltado o estudo. Assim, a Sociologia Educacional foi definida como “[...] uma ciência [...] destinada a edificar a educação sobre novos fundamentos e renovar o estudo de suas origens e de suas funções sociais [...]” (Azevedo, 1954b [1940], p.28).

Para Azevedo (1954b [1940]), a Pedagogia era considerada normativa, logo, “[...] não estuda[va] cientificamente os sistemas de educação, mas, diz[ia] Durkheim, reflet[ia] mais ou menos profundamente sobre tais sistemas, no sentido de fornecer ao educador uma teoria que o dirig[isse]” (Azevedo, 1954b [1940], p.30). Na visão de Azevedo, o que diferenciava a Pedagogia da Sociologia Educacional era a preocupação desta em realizar uma produção teórica não normativa, mas capaz de propiciar subsídios para a ação dos atores sociais – entre eles, o Estado – a partir de pesquisas, empíricas ou teóricas, cientificamente fundamentadas e conduzidas. Ao refletir sobre a Sociologia Educacional nesses termos, Azevedo parece ter vislumbrado estabelecer a educação como um campo de investigação da Sociologia e demonstrar o potencial dessa ciência como uma *policy science*.

Decorreu desse duplo interesse a seguinte indagação de Azevedo (1954b [1940], p.34) sobre a educação: “[...] como estudar, senão por método sociológico, um fenômeno que é de origem, natureza e finalidade sociais?”. Ao responder a essa questão, Azevedo afirmou a importância da Sociologia na formação dos professores e apontou que essa ciência poderia fornecer-lhes os “[...] meios de atingir a uma compreensão mais ampla e completa dos fatos e dos problemas educacionais e, ao mesmo tempo, alargar-lhes o espí-

---

48. Destaca-se como uma importante influência teórica nesse manual a produção de Émile Durkheim sobre a educação.

rito, despertar-lhes o sentido crítico [...]” (Azevedo, 1954b [1940], p.34).

Em sua percepção, a Sociologia era capaz de contribuir para que os professores incitassem os alunos a buscar entender a realidade social a partir de um método, ou seja, lhes “[...] ensin[asse] a observar, a comparar e a induzir, antes de chegarem a uma conclusão [...]” (Azevedo, 1954b [1940], p.35). Com esses apontamentos, Azevedo parece ter visado demonstrar como a Sociologia poderia colaborar para o projeto de construção da nacionalidade e para o desenvolvimento de uma nova mentalidade e, conseqüentemente, para o surgimento de novas práticas sociais no país.

Ao tratar da unidade da vida coletiva em *Sociologia Educacional*, Azevedo (1954b [1940]) dialogou criticamente com as categorias durkheimianas – de solidariedade por diferença ou “orgânica” e de solidariedade por semelhança ou “mecânica” – e afirmou que a coesão social não perdurava sem a transmissão, “[...] através das gerações, de todos os elementos espirituais, morais, religiosos, técnicos, econômicos [...] que lhe assegura[va]m a coerência interna e a unidade de conjunto. É a isto exatamente que chamamos ‘tradição’” (Azevedo, 1954b [1940], p.55, aspas do autor). Também argumentou que, se a tradição era uma condição fundamental para a vida coletiva, na medida em que garantia a coerência interna dos grupos, a sua intensidade poderia funcionar como um obstáculo à mudança.

Decorreu dessa constatação a sua proposta de intervir no processo de transmissão dos conhecimentos, ou seja, de alterar o processo educativo, de modo a modificar os conteúdos e a forma de difundí-los. Essa intervenção objetivou propiciar que a tradição e a modernidade fossem reconhecidas, mutuamente, enquanto valores sociais aceitos. Nesse contexto, sugere-se que a modernidade representou tanto a condição quanto o efeito da mudança na tradição.

Vale salientar que, embora mobilizasse autores com perspectivas teórico-metodológicas distintas, às vezes até contraditórias, Azevedo sempre procurou se situar, em sua produção teórica, de modo claro diante das diferenças conceituais, buscando demons-

trar e valorizar a existência de diálogos e de debates nas Ciências Sociais.<sup>49</sup> Seus manuais de Sociologia encontram-se permeados por exemplos desse procedimento.

Em ambos os manuais há uma preocupação do autor em atualizar o material sintetizado e sofisticar suas interpretações. Para tanto, Azevedo recorre à incorporação das críticas feitas a suas análises, bem como a apresentação de novas perspectivas teóricas, elaboradas por autores já consagrados pela literatura especializada, ou, ainda, por “novos” autores, no decorrer das reedições.<sup>50</sup>

A abordagem histórica desenvolvida por Azevedo – seja nessas obras, seja nos livros *As ciências no Brasil* (1994a [1955], 1994b [1955]), *A cidade e o campo na civilização industrial* (1962a) e *A cultura brasileira* (1971a [1943]) – contribuiu para contemplar a organização, a classificação da evolução da produção sociológica, de acordo com marcos institucional-legais. Compreende-se que o desdobramento dessa abordagem na avaliação de tal produção, e, nesse sentido, a transformação da periodização institucional em uma periodização teórica possa ter sido um efeito obliquo.

O sentido de institucionalização que emerge da obra de Azevedo compreende um caminho teórico-metodológico a partir do qual é possível contemplar uma parte significativa do processo de modernização organizacional do país. Entretanto, para utilizar esse conceito, sob a inspiração de seus trabalhos, é preciso cautela, pois ele encontra-se apoiado em uma concepção contraditória de progresso que permite uma visão unívoca e contínua de interpretar a história (como abordagem empregada) e uma definição heterogênea e descontínua (como enunciado).

---

49. Essa interpretação encontra apoio em alguns aspectos das análises propostas por Rezende (2008, 2004/2005, 2003) ao refletir sobre os conceitos de diferenciação, evolução, mudança social, educação e democracia, e suas relações, na obra de Azevedo.

50. À guisa de exemplo, sobre as alterações nas reedições, é possível apontar que na primeira edição de *Princípios de Sociologia*, em 1935, o nome de Karl Mannheim está ausente, já na sexta, realizada em 1954, esse sociólogo figura entre os intelectuais representantes da moderna Sociologia da Alemanha.

Feitas essas ressalvas, é possível sugerir que, na obra de Azevedo, o conceito de institucionalização também pode significar a maneira por meio da qual se explica o desenvolvimento de determinadas relações sociais que são responsáveis, em última instância, tanto pela criação – pelos desdobramentos ou pela extinção – de organizações quanto de seus processos e de suas ideias como produtos de embates (Douglas, 2007).

A história intelectual que emerge dessa concepção de institucionalização se caracteriza por reconhecer que

[...] não existe uma única história das idéias políticas e sociais no Brasil, nem das disciplinas sociais, quando já institucionalizadas, que permita descartar as demais como falsas. Isto, entretanto, não quer dizer que não seja possível, ou útil, traçar-se essas diversas histórias. Tudo depende da utilidade do objetivo que se tem em vista. [...] se se está buscando identificar o sentido histórico das pregações sociais, a despeito da retórica manifesta que exibem, então [...] é útil. Se entretanto apenas se procuram justificativas científicas únicas para as opções que se fazem hoje, sejam opções metodológicas, teóricas ou políticas, então é inútil. Quase sempre é possível provar o oposto. (Santos, 2002, p.65)

Uma das dimensões da institucionalização presente na obra teórica de Azevedo possibilitou ao intérprete suprimir da história os desvios e as derrotas do sociólogo. Desse modo, ao dialogar com sua versão a respeito da história da Sociologia no Brasil, procurou-se, direta ou indiretamente, problematizar o intérprete tentando identificar “[...] o sentido histórico [...] [de algumas de suas] pregações sociais, a despeito da retórica manifesta que exib[ira]m [...]” (Santos, 2002, p.65).



## CONCLUSÕES

No decorrer deste livro, buscou-se revisitar a história da Sociologia no Brasil a partir de uma perspectiva, a institucionalização. Por intermédio dela, procurou-se entender se, e, em que medida, Azevedo poderia ter contribuído no processo a partir do qual essa ciência se transformou em uma disciplina acadêmica no país. Seguindo esse propósito, tentou-se desvelar algumas dimensões de seu trabalho intelectual teórico e prático.

Ao reconstruir sua trajetória intelectual e institucional, ao longo das décadas de 1920 e de 1960, percebeu-se que esta não foi destituída de obstáculos, reveses, contradições, manifestos, silêncios, amizades, parcerias, inimizades, perseguições, tampouco de lacunas. Na tentativa de preenchê-las, recorreu-se ao acervo de seu Fundo Pessoal, presente na USP.

Entre os caminhos percorridos por Azevedo destacaram-se o de formador de opinião, a respeito do valor da ciência e da educação, nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* e em outros veículos; reformador, nas repartições públicas, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo; editor, na Cia. Editora Nacional; fundador, diretor e professor na disciplina de Sociologia Educacional, no interior do Ieusp; catedrático de Sociologia Educacional – e, depois, de Sociologia II – e diretor na FFCL da USP; organizador e presidente da SBS e diretor do CRPE/SP, etc.

Em tais percursos, Azevedo posicionou-se entre a crítica literária e a análise sociológica, entre o ensino e a pesquisa, entre a reflexão e a prática administrativa. Os elementos que conferiram unidade a sua ação nessas instituições e a seu pensamento foram a aspiração de autonomia em relação aos poderes constituídos – e aos diferentes grupos de interesse na sociedade brasileira – e a preocupação em consolidar a Sociologia como uma ciência autônoma no país. Logo, o fato de parte de sua produção teórica, em particular aquela escrita nos anos 1930 e 1940, ter proclamado a necessidade de uma ciência social “neutra” e “desinteressada” não parece algo contraditório em uma obra marcada pelo trânsito de seu autor entre a vida pública e a academia.

Azevedo trabalhou – tanto no âmbito teórico quanto no prático – para instituir a Sociologia como “afirmação”, isto é, como uma possibilidade de explicar e de intervir na realidade social do país; e, para designá-la como “interrogação”, ou seja, como um instrumento a partir do qual se torna plausível investigar o passado para compreender e solucionar os problemas do presente, subsidiando as escolhas relativas ao futuro.

Suas formulações não ficaram indiferentes às demandas políticas, econômicas, culturais e sociais do Estado e da sociedade durante as décadas em que escreveu. Assim, ao refletir sobre a Educação, a universidade, a Sociologia, a mudança social, a organização social, a unidade nacional, o progresso, o desenvolvimento, a história intelectual brasileira, entre outros temas, a produção de Azevedo revelou uma coincidência entre o conteúdo das questões discutidas por ele e a agenda de problemas sociais considerados importantes, politicamente, no país.

Ao fundar e administrar diferentes instituições e valorizar as pessoas como a parte fundamental destas, Azevedo parece ter acreditado na possibilidade de criar, orientar, difundir, assim como extinguir – não sem a presença de inúmeras resistências e embates – determinadas práticas sociais e pensamentos por intermédio dos processos e das ideias engendradas no interior das organizações.

Além de desenvolver uma definição para o conceito de cultura, por meio da expressão “cultura brasileira”,<sup>1</sup> e, desse modo, responder à demanda por identidade nacional, presente no Brasil no contexto dos anos 1930, Azevedo parece ter procurado atuar no mercado cultural sob sua inspiração, colaborando diretamente nos seus processos de “modelagem”, “remodelagem” e distribuição, ao selecionar, promover, ou, ainda, ao deslocar determinadas interpretações a respeito do país, seja como editor, seja como autor.

A produção de Azevedo foi marcada pelo empenho em formular diretrizes práticas e justificativas teóricas para a realização da mudança social e da organização do Brasil. Desse modo, esse sociólogo não apresentou uma “consciência amena do atraso”, conforme apontou Mota (2002 [1977]), mas um espírito construtivo e uma responsabilidade científica e política, demonstrando um envolvimento ético com os problemas de seu tempo.<sup>2</sup>

A perspectiva de conciliação presente na abordagem de Azevedo, em particular na obra *A cultura brasileira* (1971a [1943]), privilegiou, ao contrário de uma visão aristocrática, elitista sobre o Brasil, conforme sugere a análise de Mota (2002 [1977]), um compromisso político de colaborar na construção de um país sem ódios étnicorraciais, com condições dignas para a sobrevivência dos diferentes segmentos da população, onde a diversidade pudesse se converter em um valor e não apenas figurasse como um discurso retórico, e a educação fosse o caminho para a mudança da mentalidade e dos comportamentos sociais, criando oportunidades de mobilidade social e de efetivação da cidadania.

A defesa da “democracia racial”, que emergiu de forma difusa nas entrelinhas do livro *A cultura brasileira* (1971a [1943]), não sig-

- 
1. Esse apontamento pode parecer anacrônico ao se considerar que seu livro *A cultura brasileira* foi publicado pela primeira vez em 1943. Contudo, o que se pretende propor é que as ideias sobre o que significa a cultura brasileira já se encontravam presentes em suas reflexões nos anos 1930.
  2. Abordagens sugestivas da relação entre as dimensões política e científica no fazer intelectual podem ser encontradas nos trabalhos de Bastos & Rêgo (1999), Beired (1998) e Bobbio (1997).

nificou o desconhecimento ou a negação dos conflitos sociais no país, mas apontou para a necessidade de seu reconhecimento como um valor; ou seja, como uma utopia da qual Azevedo compartilhava. Logo, embora sua perspectiva não esteja isenta de limites – e, assim, de críticas – ela é tão válida quanto aquela que se orienta pelo conflito como abordagem interpretativa.

Sob a ressalva de que “[...] não existe uma única história das idéias políticas e sociais no Brasil, nem das disciplinas sociais, quando já institucionalizadas, que permita descartar as demais como falsas” (Santos, 2002, p.65), revisitou-se a história da Sociologia no Brasil, a partir da perspectiva institucional. Nesse sentido, as versões propostas por estudiosos como Sérgio Miceli, Renato Ortiz e Simon Schwartzman, sobre a história intelectual e cultural do país, foram cotejadas com outras interpretações presentes na literatura especializada, resultando desse procedimento um questionamento do próprio significado do conceito de institucionalização.

Embora a concepção de institucionalização como uma chave explicativa para entender a história dessa área do conhecimento no país se mantenha pertinente e válida, seu emprego pelos “novos” produtores sociais tem se mostrado parcial ao colaborar para que diversas hipóteses e linhas de investigação, entreabertas por alguns estudiosos ensaístas, permaneçam ainda na atualidade inexploradas, devido ao fato de seus autores serem classificados como “pré-científicos”. Entre tais linhas de pesquisa destaca-se a Sociologia Educacional na produção de Fernando de Azevedo.

Por outro lado, a abordagem institucional de Azevedo, marcada pela contradição, sugere que ele possa ser um dos autores que se encontra na base da fundamentação do legado identificado como uma “moderna tradição” da institucionalização presente nas obras de Miceli, Ortiz e Schwartzman. Um legado que se caracteriza, entre outros aspectos, por auxiliar na reprodução de uma memória seletiva da história da Sociologia no Brasil. Portanto, ironicamente, a matriz institucional de Azevedo parece compreender uma parcela – não assumida – da herança teórica que o desloca como um dos protagonistas desta história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: COHN, G. (Org.). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986. p.167-87. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.14)
- ALTAMIRANO, C. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Historia de los intelectuales en América Latina I*. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Historia de los intelectuales en América Latina II*. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires: Katz, 2010.
- ANTUNHA, H. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: CRPE, 1974.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARIANI, E. Recenseamento bibliográfico em torno do Iseb. In: TOLEDO, C. N. de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.233-52.
- BARREIRA, C. *A Sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BASTIDE, R. Sociology in Latin America. In: GURVITCH, G., MOORE, W. E. *Twentieth Century Sociology*. Nova York: Philosophical Library, 1945. p.615-37.
- BASTOS, E. R. Florestan Fernandes e a construção das Ciências Sociais. In: MARTINEZ, P. H. (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998. p.143-56.

- BASTOS, E. R., RÊGO, W. D. L. (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'Água, 1999.
- \_\_\_\_ et al. (Org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_, BOTELHO, A. Para uma Sociologia dos intelectuais. In: SEMINÁRIO A SOCIOLOGIA DA CULTURA NO BRASIL E A OBRA DE SERGIO MICELI. USP, 14-16/9/2005. (Mimeografado)
- \_\_\_\_ et al. (Org.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BEIRED, J. L. B. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, A. *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BLANCO. La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos. *Sociologias [on-line]*, n.14, p.22-49, 2005. ISSN 1517-4522. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n14/a03n14.pdf>>. Acesso em 8/11/2008.
- \_\_\_\_, A. *Razón y modernidad: Gino Germani y la Sociología en la Argentina*. 1.ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- \_\_\_\_. Ciências Sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). *Tempo Social [on-line]*, v.19, n.1, p.89-114, 2007. ISSN 0103-2070. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a06v19n1.pdf>>. Acesso em 5/11/2008.
- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BOMENY, H. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias [on-line]*, n.5, p.240-65, 2001. ISSN 1517-4522. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/viewFile/5736/3326>>. Acesso em 2/11/2008.
- BOTELHO, A. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru: Edusc, 2005.
- \_\_\_\_. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

- BOTELHO, A., LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais* (São Paulo, Dossiê: *Pensamento Social e Interpretações do Brasil*), v.28, p.7-15, 2005.
- BOTO, C. J. M. C. R. *Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos*. São Paulo, 1990. 435f. Dissertação (mestrado em História e Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo.
- BOURDIEU, P. Campo de poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p.183-202.
- \_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais)
- \_\_\_\_\_. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand Brasil; Rio de Janeiro: Difel, 1989. p.59-74.
- BRANDÃO, G. M. Ideias e intelectuais: modos de usar. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política* (São Paulo, Cedec), n.54, p.25-34, 2001.
- CAMPOS, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2004. (Edição fac-similar)
- CANDIDO, A. Prefácio. In: MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979. p.ix-xiii.
- \_\_\_\_\_. A Revolução de 30 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap* (São Paulo), v.2, n.4, p.27-36, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.
- \_\_\_\_\_. A Sociologia no Brasil. *Tempo Social* [on-line], v.18, n.1, p.271-301, 2006. ISSN 0103-2070. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702006000100015&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702006000100015&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em 10/11/2008.
- CAPELATO, M. H., PRADO, M. L. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARDOSO, I. *A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982.

- CARVALHO, L. M. G., MATTOS, S. S. *Sociólogos e Sociologia: história das suas entidades no Brasil e no mundo*. v.1. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.
- COSTA PINTO, L. A., CARNEIRO, E. *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Capes, 1955.
- CUNHA, M. V. *A educação dos educadores: da Escola Nova à escola de hoje*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. A presença de John Dewey na constituição do ideário educacional renovador. *Educação em Revista (Belo Horizonte)*, n.30, p.77-91, dez. 1999.
- \_\_\_\_\_. John Dewey, a outra face da Escola Nova no Brasil. In: GHIRALDELI JR., P. (Org.). *O que é Filosofia?* Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- \_\_\_\_\_. Dewey, Escola Nova e construtivismo: continuidade, descontinuidade e recontextualização. In: ALMEIDA, J. S. (Org.). *Estudos sobre a profissão docente*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.
- DE LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- DEWEY, J. L'education au point de vie social. *Année Pédagogique*. v.III. Paris, 1913.
- DOSSE, F. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004.
- DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 2007.
- DUTRA, E. R. F. A nação nos livros: a biblioteca ideal na Coleção Brasileira. In: \_\_\_\_\_, MOLLIER, J-I. (Org.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas. Séculos XVII-XX. São Paulo: Annablume, 2006. p.299-314.
- ECHAVARRÍA, J. M. *Panorama de la Sociología contemporanea*. México: Casa de España, 1940.
- EVANGELISTA, O. *A formação de professores em nível universitário: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)*. São Paulo, 1997. 115f. Tese (doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FERNANDES, F. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus; USP, 1966.

- FERNANDES, F. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Ática, 1995.
- FERREIRA, M. S. *O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1961)*. São Paulo, 2001. 194f. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- FERREIRA, P. Panorama da Sociologia Brasileira. Parte II. *Revista Brasiliense (São Paulo)*, n.15, p.43-64, 1958a.
- \_\_\_\_\_. Panorama da Sociologia Brasileira. Parte III. *Revista Brasiliense (São Paulo)*, n.16, p.25-49, 1958b.
- GANDINI, R. P. C. *Intelectuais, Estado e educação*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- GERMANI, G. Unificación teórica e integración reconstitutiva en Sociologia. In: UNIVERSIDAD CENTRAL DEL ECUADOR. Quito, Equador, 1956. *Annales...* Tomo LXXXV, n.340, 1956.
- \_\_\_\_\_. *La Sociología en la América Latina: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Eudeba, 1964.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUEDES, S. De consagrações a profanações: as traduções da obra de Émile Durkheim no Brasil. *Antropologia Social (Rio de Janeiro)*, n.3, p.9-49, 1994.
- GURIÉVITCH, A. *A síntese histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- HOPPER, R. D. The status of Sociology in Latin America. In: \_\_\_\_\_. *Intellectual trends in Latin America*. Austin: The University of Texas Press, 1954. p.99-110.
- IANNI, O. *Sociologia da Sociologia latino-americana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia da Sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. 3.ed. Rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc; Anpocs, 2004.

- JACKSON, L. C. *A tradição esquecida*. Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fapesp, 2002.
- JACOBY, R. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Edusp, 1990.
- KONDER, L. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000. p.355-74.
- LACERDA, S., KIRSCHNER, T. C. Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, M. A. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p.25-39.
- LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C., COSTA, W. P. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p.93-114.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo, 1999. Tese (doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo.
- LEAL, T. P. *Coleção Iniciação Científica: do projeto à coleção editada (1931-1978)*. São Paulo, 2003. 206f. Dissertação (mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LEÃO, A. C. *Panorama sociológico do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- LECLERC, G. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- LEMME, P. Diálogo com Fernando de Azevedo sobre a educação no país. In: BRITTO, J. M. (Org.). *Paschoal Lemme: memórias de um educador*. 2.ed. Brasília: Inep, 2004. p.141-226. (Estudos de Educação e Destaques da Correspondência, v.5)
- LÉVI-STRAUSS, C. *Race et histoire*. Paris: L'Express, 1955.
- LIMONGI, F. *A Revista Sociologia: a Escola Livre de Sociologia e Política e o desenvolvimento da Sociologia paulista: dois estudos*. São Paulo: Idesp, 1987. (Série História das Ciências Sociais no Brasil, n.1)

- LIMONGI, F. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Idesp, 1989. p.111-87.
- LÓPEZ IBOR, J. J. *El español y su complejo de inferioridad*. Madrid: Ediciones Rialp S. A., 1951
- MAIO, M. C., VILLAS BÓAS, G. (Org.). *Ideais de modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- MANIFESTO DOS EDUCADORES: mais uma vez convocados (janeiro de 1959). *Revista Histedbr [on-line] (Campinas)*, n.esp., p.205-20, ago. 2006. ISSN 1676-2584. Disponível em <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/doc2\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/doc2_22e.pdf)>. Acesso em 6/1/2010.
- MANNHEIM, K. *Diagnóstico de nosso tempo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia e utopia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva/USP, 1974.
- \_\_\_\_\_. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p.77-131.
- MARTINS, C. B. Notas sobre a formação do sistema nacional de pós-graduação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Para onde vai a pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005. p.13-30.
- MARTINS, L. A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil – 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Anpocs (São Paulo)*, v.2, n.4, p.65-87, 1987.
- MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. v.VI (1915-1933). São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.
- \_\_\_\_\_. *História da inteligência brasileira*. v.VII (1933-1960). São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.
- MEUCCI, S. *A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Campinas, 2000. 158f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

- MICELI, S. Por uma Sociologia das Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Idesp, 1989a. p.5-19.
- \_\_\_\_\_. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Idesp, 1989b. p.72-110.
- \_\_\_\_\_. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.2. São Paulo: Idesp; Fapesp, 1995. p.7-24.
- \_\_\_\_\_. Intelectuais brasileiros. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. v.2. São Paulo; Brasília: Sumaré; Anpocs; Capes, 1999. p.109-46.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MIRANDA, P. *Introdução à Sociologia Geral*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello e Cia., 1926.
- MORAES, R. B., BERRIEN, W. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.
- MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 2002.
- NADAI, E. *Educação como apostolado: história e reminiscências (1930-1970)*. São Paulo, 1991. Tese (livre-docência) – Universidade de São Paulo.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NASCIMENTO, A. S. *A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960)*. Araraquara, 2005. 235f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista.
- \_\_\_\_\_. Intelectuais ibgeanos: ecletismo no projeto de nação e modernização brasileira. *Espaço Plural [on-line]*, v.9, n.18, p.87-99, 2008. ISSN 1981-478X. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1637/1326>>. Acesso em 2/1/2009.

- NASCIMENTO, A. S. *Cultura organizacional: cultura brasileira e humanismo na obra de Fernando de Azevedo*. Araraquara, 2010. 68f. Monografia (especialização *lato sensu* em Governança Pública e Novos Arranjos de Gestão) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. Disponível em <<http://governancaegestao.files.wordpress.com/2009/09/alessandra-santos-nascimento-cultura-organizacional-cultura-brasileira-e-humanismo-na-obra-de-fernando-de-azevedo1.pdf>>. Acesso em 11/7/2010.
- NEME, M. *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre: Globo, 1945.
- OLIVEIRA, L. L. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias [on-line]*, n.14, p.110-29, 2005. ISSN 1517-4522. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n14/a06n14.pdf>>. Acesso em 23/10/2008.
- ORTIZ, R. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Ciências Sociais e trabalho intelectual*. São Paulo: Olho D'Água, 2002. p.175-96.
- \_\_\_\_\_. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PILETTI, N. *A Reforma Fernando de Azevedo: Distrito Federal, 1927-1930*. São Paulo: Feusp, 1983.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- PONTES, H. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Idesp, 1989. p.359-409.
- PORTO, M. S. G. Panorama recente da pesquisa em Sociologia no país. In: MARTINS, C. B. (Org.). *Para onde vai a pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005. p.199-223.
- POVIÑA, A. *Historia de la Sociología latinoamericana*. Pról. José Medina Echavarría. México: Fondo de Cultura Económica, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Nueva historia de la Sociología latinoamericana*. Córdoba: Imp. de la Universidad, 1959.

- PULICI, C. *De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as cátedras de Sociologia da USP entre 1954-1969*. São Paulo, 2004. 176f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo.
- REALE, M. *Figuras da inteligência brasileira*. 2.ed. Refund. e ampl. São Paulo: Siciliano, 1994.
- REIS FILHO, N. G. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: LORENZO, H. C., COSTA, W. P. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p.143-58.
- RICOEUR, P. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- ROCHA, M. B. M. *Matizes da modernidade republicana*. Cultura política e pensamento educacional no Brasil: da geração da ilustração aos pioneiros da educação. São Paulo, 2002. 165f. Tese (doutorado em Educação) – Feusp, Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, C. C. Trad. Coleção Brasileira: fontes primárias. *Tradução em Revista [on-line]*, v.5, p.1-17, 2008. Disponível em <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/12935/12935.PDFXXvmi=gdxVrXJA95OdHRE829Bd6AfU0V66PUmo8VKA5T5b3a0hRSV1U6D9ddo8dlfkcaIBjEWTx26Cc7T50Q6VWJ5aXujbQzw3KfF4TCZrE55RdZWeP3aNNgZMLjXDTuHELMIFZI8EOdv2csg3wrRIIR8uc786DPLodu4ddcR2qn4ERIIoNALwsT2F1bMF1x4f38sglkiNjnrBKA0zLL6eG8UljHnlfRBJB5AXpTL9idK3oLCaxIpfRiXb3lxjOaDqfeoG>>. Acesso em 3/3/2010.
- SANTOS, W. G. A imaginação político-social brasileira. *Dados (Rio de Janeiro, Iuperj)*, n.2/3, p.182-93, 1967.
- \_\_\_\_\_. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados (Rio de Janeiro, Iuperj)*, n.7, p.137-61, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2002.
- SARTRE, J-P. Os tempos modernos – Apresentação. In: BASTOS, E. R., RÊGO, W. D. L. (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'Água, 1999. p.127-46.

- SAWAYA, P. *Esboço histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo 1934-1969*. São Paulo: Edusp, 1979.
- SCHWARTZMAN, S. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro: CPA; Nacional; Finep, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília: Editora da UnB, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global*. São Paulo: Editora FGV, 1993.
- \_\_\_\_\_, BOMENY, H. M. B., COSTA, V. M. R. (Org.). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.
- SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-1969. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001a. (Coleção Leitura)
- \_\_\_\_\_. As ideias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001b. (Coleção Leitura)
- SEÇÃO Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística. *Revista de Economia e Estatística (Rio de Janeiro, INE)*, ano II, n.1, p.55-63, 1937.
- SEGATTO, J. A., BARIANI, E. A fundação das Ciências Sociais no Brasil: trajetória histórica e institucionalização. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Rio de Janeiro, 2009. *Anais...* Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em <[http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/10\\_6\\_2009\\_21\\_17\\_1.pdf](http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/10_6_2009_21_17_1.pdf)>. Acesso em 2/8/2009.
- SÉRGIO, A. *Ensaio*. Tomo II. Lisboa: Serra Nova, 1929.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. Rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SIGAL, S. *Intelectuales y poder en la década de sesenta*. Buenos Aires: Puntosur, 1991.
- SILVA, G. M. D. *Sociologia da Educação: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-1979)*. Rio de Janeiro, 2001. 167f. Dissertação (mestrado em Educação) – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- SILVA, H. R. A História intelectual em questão. In: LOPES, M. A. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p.15-24.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- SOUZA, P. O. *Fazer ciência, fazer história: a Sociologia da mudança social de Florestan Fernandes e de Costa Pinto*. Araraquara, 2011. 240f. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- TOLEDO, M. R. A. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. São Paulo, 2001. 297f. Tese (doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. O projeto político cultural da Coleção Atualidades Pedagógicas. In: DUTRA, E. R. F., MOLLIER, J-I. (Org.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas. Séculos XVII-XX*. São Paulo: Anablume, 2006. p.335-50.
- TOURAINÉ, A. Los problemas de una Sociología propia en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología (México)*, (3), 1989.
- TRINDADE, H. Institucionalização e internacionalização das Ciências Sociais na América Latina em questão. In: ALMEIDA, A. M. F. et al. (Org.). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004. p.144-67.
- VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: FERREIRA, J., NEVES, L. A. (Org.). *O Brasil republicano*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.145-80.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4.ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.
- VILLAS BÔAS, G. *A recepção da Sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- XAVIER, L. N. *O Brasil como laboratório: educação e Ciências Sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*. 281p. Bragança Paulista: Ifan; CDAP; Edusf, 1999a.

- XAVIER, L. N. Regionalização da pesquisa e inovação pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep (1950-1960). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Brasília)*, v.80, n.194, p.81-92, 1999b.
- WERNECK VIANNA, L. et al. (Org.). Introdução. In: Cientistas sociais na vida pública. *Dados (Rio de Janeiro, IUPERJ)*, v.37, n.3, p.357-403, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2.ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

## Referências parciais do autor

- AZEVEDO, F. *Páginas latinas: pequena história de literatura romana pelos textos*. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Cayeiras, 19 (??).
- \_\_\_\_\_. *Velha e nova política: aspectos e figuras da educação nacional*. São Paulo: Nacional, 1943.
- \_\_\_\_\_. *Seguindo meu caminho: conferência sobre educação e cultura*. Rio de Janeiro: Nacional, 1946.
- \_\_\_\_\_. *As universidades no mundo de amanhã: seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais*. São Paulo: Nacional, 1947.
- \_\_\_\_\_. *Um trem corre para o oeste: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional*. São Paulo: Martins, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de Sociologia Geral*. 6.ed. Rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1954a.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954b.
- \_\_\_\_\_. Inauguração do CRPE. *Pesquisa e Planejamento (São Paulo)*, n.1, p.5-12, jun. 1957.
- \_\_\_\_\_. *A educação e seus problemas*. v.1. Ed. rev. ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1958a.
- \_\_\_\_\_. *A educação e seus problemas*. v.2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1958b.
- \_\_\_\_\_. *A educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações*. São Paulo: Melhoramentos, 1958c.

- AZEVEDO, F. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958d.
- \_\_\_\_\_. *Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958e.
- \_\_\_\_\_. *Da Educação Física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. 3.ed. rev. São Paulo: Melhoramentos, 1960a.
- \_\_\_\_\_. *Educação na encruzilhada: problemas e discussões*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960b.
- \_\_\_\_\_. *Figuras de meu convívio*. São Paulo: Melhoramentos, 1960c.
- \_\_\_\_\_. *A cidade e o campo na civilização industrial: e outros estudos*. São Paulo: Melhoramentos, 1962a.
- \_\_\_\_\_. *Máscaras e retratos: estudos literários sobre escritores e poetas do Brasil*. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1962b.
- \_\_\_\_\_. *No tempo de Petrônio: ensaios sobre a Antiguidade Latina*. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1962c.
- \_\_\_\_\_. *Na batalha do humanismo: aspirações, problemas e perspectivas*. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- \_\_\_\_\_. *A cultura brasileira*. 5.ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1971a.
- \_\_\_\_\_. *História de minha vida*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Cons. Est. de Cultura, 1971b.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *As ciências no Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994a.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *As ciências no Brasil*. v.2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994b.
- \_\_\_\_\_. Oração inaugural. In: BARREIRA, C. *A Sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia*. São Paulo: Cortez, 2003. p.19-31.

### Referências parciais sobre o autor (Livros, teses e dissertações)

- ALVES, C. E. R. *Fernando de Azevedo: na batalha do humanismo*. Marília, 2004. 125f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista.
- BOVO, S. K. *Fernando de Azevedo: compromisso com a educação*. São Paulo: Noovha América, 2007. (Coleção Grandes Nomes)

- CAMARGO, E. A. S. P. *A militância de Fernando de Azevedo na educação brasileira: a Educação Física (1915)*. Campinas, 1995. 381f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.
- EVANGELISTA, O., LIMA, S. *Fernando de Azevedo: sociólogo e educador*. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.
- LIMA, S. L. A. *Sociologia: grande orquestração doutrinária de como pensar e do que pensar sobre o social*. Florianópolis, 1999. 242f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- NASCIMENTO, A. S. *Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil*. Araraquara, 2011. 400f. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- PAGNI, P. A. *Do “Manifesto de 1932” à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira*. Marília, 2000. 241f. Tese (doutorado em Educação e Filosofia) – Universidade Estadual Paulista.
- PENNA, M. L. *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- PÔRTO JR., G. (Org.). *Raízes da modernidade: o pensamento de Fernando de Azevedo*. Brasília: Ativa, 2004.
- SOUZA, S. M. R. *Elite, circulação de elites e educação: um enfoque destes temas na obra de Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo*. São Paulo, 1983. 131f. Dissertação (mestrado em Educação) – FE, Universidade de São Paulo.
- TOLEDO, M. R. A. *Fernando de Azevedo e a cultura brasileira ou as Aventuras e desventuras do criador e da criatura*. São Paulo, 1995. 173f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TOTTI, M. A. *Raízes do pensamento educacional de Fernando de Azevedo*. Araraquara, 2003. 129f. Dissertação (mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista.
- VIDAL, D. G. (Org.). *Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)*. Bragança Paulista: Editora USF, 2000a.

VIDAL, D. G. (Org.). Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal (RJ) 1927-1930. *Arquivo Fernando de Azevedo*. Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP, São Paulo, 2000b. (CD-ROM)

\_\_\_\_\_, CASTRO, M. C. F. C. (Coord.). *Conversa de educadores: catálogo analítico da correspondência entre Abgar Renault e Fernando de Azevedo*. 92f. São Paulo: IEB/USP, 1999. (Série Cadernos do IEB)

## Referências parciais sobre o autor (Artigos e depoimentos)

- BOMENY, H. M. B. Fernando de Azevedo, sociologia, educação e a ciência brasileira. In: MAIO, M. C., VILLAS BÔAS, G. (Org.). *Ideais de modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999. p.229-50.
- CANDIDO, A. Um reformador. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (São Paulo)*, n.37, p.11-7, 1994a.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: AZEVEDO, F. (Org.). *As ciências no Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994b.
- FERNANDES, F. Fernando de Azevedo. *Revista da Faculdade de Educação (São Paulo)*, v.20, p.184-98, 1994.
- MORAES, A. D. Os primeiros leitores de *A cultura brasileira*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (São Paulo)*, n.37, p.19-34, 1994.
- NADAI, E. Fernando de Azevedo e a formação pedagógica do professor secundário: o Instituto de Educação. *Revista da Faculdade de Educação (São Paulo)*, v.20, p.151-72, 1994.
- PILETTI, N. A reforma da educação pública no Distrito Federal, 1927-1930: algumas considerações críticas. *Revista da Faculdade de Educação (São Paulo)*, v.20, p.107-31, 1994a.
- QUEIRÓZ, M. I. P. Fernando de Azevedo: o sociólogo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (São Paulo)*, n.37, p.53-69, 1994.
- REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. *Noticiário*. Arquivo Fernando de Azevedo. IEB, n.9, p.177-200, 1970. Disponível em <<http://www.ieb.usp.br/revista/revista009/rev009ieb.pdf>>. Acesso em 8/6/2008.

- REZENDE, M. Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo. *Cronos (Natal)*, v. 5/6, p.173-92, 2004/2005.
- \_\_\_\_\_. Educação e mudança social em Fernando de Azevedo. *Acta Scientiarum (Maringá)*, v.25, n.1, p.73-85, 2003.
- \_\_\_\_\_. As dificuldades de construção de uma sociedade democrática: os elementos extrapolíticos nas análises dos processos sociais em Fernando de Azevedo. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, p.363-74, jul.-dez. 2008. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/5294/4333>>. Acesso 5/3/2009.
- VIDAL, D. G. Nacionalismo e tradição na prática discursiva de Fernando de Azevedo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (São Paulo)*, n.37, p.35-52, 1994.

## Localização das correspondências no acervo

- ABREU, Jayme (1950). FA-CP-Cx. 1, 2.
- ADISESHIAH, Malcolm S. (1958). FA-D8/1, 42.
- ALSINA, Ramon M. (1936). FA-CP-Cx. 1, 42.
- AMOROSO LIMA, Alceu (1952). FA-CP-Cx. 17, 42.
- AYALA, Francisco (1946, 1947, 1948, 1958). FA-CP-Cx. 2, 81 até FA-CP-Cx. 2, 86; FA-CP-Cx. 2, 89; FA-CP-Cx. 2, 90.
- AZEVEDO, Fernando (1950, 1960, 1968). FA-CA-Cx. 13, 53; FA-CA-Cx. 7, 79; FA-CP-Cx. 17, 38.
- BALTAZZI. FA-CP-Cx. 4, 39.
- BASTIDE, Paul Arbousse (1941, 1969). FA-CA-Cx. 4, 12; FA-CA-Cx. 4, 13; FA-CA-Cx. 4, 12; FA-CA-Cx. 4, 20; FA-CP-Cx. 4, 64.
- BOTTOMORE, Thomas B. (1954). FA-CP-Cx. 6, 56.
- BRAGA, Murilo (1950, 1951). FA-CP-Cx. 6, 60; FA-CP-Cx. 6, 61.
- BRUERA-ESPAÑA, José Juan (1954). FA-CP-Cx. 6, 76.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1964). FA-CP-Cx. 7, 63.
- CHAPMAN, William Leslie (1959). FA-D10/1, 01.
- COSTA PINTO, L. A. (1950, 1951, 1952, 1953, 1956). FA-CP-Cx. 25, 19; FA-CP-Cx. 25, 21; FA-CP-Cx. 25, 24 até FA-CP-Cx. 25, 29; FA-CP-Cx. 25, 30.
- CREVENNA, Theo R. (1950, 1953, 1950). FA-CP-Cx. 9, 83; FA-CP-Cx. 9, 84; FA-CP-Cx. 9, 86.

- ECHANOVE TRUJILLO, Carlos Alberto (1948, 1951, 1959). FA-CP-Cx. 10, 46; FA-CP-Cx. 10, 47; FA-CP-Cx. 10, 49.
- ECHAVARRÍA, José Medina (1943, 1964). FA-CP-Cx. 21, 59; FA-CP-Cx. 21, 60.
- ESPASANDÍN, Mario Bon (1968). FA-CP-Cx. 6, 24.
- ESTENÓS, Roberto Mac-Lean y (1950, 1951, 1952). FA-CP-Cx. 20, 8; FA-CP-Cx. 20, 10; FA-CP-Cx. 20, 11; FA-CP-Cx. 20, 15.
- FELLIPE, José Carneiro (1939-1943). FA-CP-Cx. 10, 67 até FA-CP-Cx. 10, 71.
- FREITAS, M. A. Teixeira de (1937, 1938, 1940, 1951, 1952, 1955). FA-CP-Cx. 12, 2; FA-CP-Cx. 12, 10; FA-CP-Cx. 12, 25; FA-CP-Cx. 12, 72; FA-CP-Cx. 12, 74; FA-CP-Cx. 12, 76; FA-CA-Cx. 6, 82.
- FREYRE, Gilberto (1935, 1939, 1954, 1957, 1958, 1959). FA-CP-Cx. 13, 2; FA-CP-Cx. 13, 5; FA-CP-Cx. 13, 10 até FA-CP-Cx. 13, 13.
- GANÓN, Isaac (1945, 1946, 1947). FA-CP-Cx. 13, 31; FA-CP-Cx. 13, 32; FA-CP-Cx. 13, 33; FA-CP-Cx. 13, 35.
- GERMANI, Gino (1948). FA-D10/1, 12; FA-D10/1, 13.
- \_\_\_\_\_, SEGRE, Mario (1948, 1960). FA-CP-Cx. 13, 40.
- HARRISON, Jorge Castro (1965). FA-CP-Cx. 8, 46.
- JARDIM, Germano (1950). FA-CP-Cx. 14, 61.
- LARREA, Julio (1968). FA-CP-Cx. 16, 25; FA-CP-Cx. 16, 26.
- LAUER, James (1971). FA-CA-Cx. 8, 21.
- LEVENE, Ricardo (1943, 1945). FA-CP-Cx. 17, 19; FA-CP-Cx. 17, 22.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. FA-CP-Cx. 17, 23 até FA-CP-Cx. 17, 27; FA-CP-Cx. 17, 29 até FA-CP-Cx. 17, 32, FA-CP-Cx. 17, 35.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. FA-CP-Cx. 17, 78 até FA-CP-Cx. 17, 81.
- LINS, Mário (1951). FA-CP-Cx. 18, 30.
- MARTINS, Joel (1959). FA-D8/1, 48.
- MARTINS, Wilson (1967). FA-CP-Cx. 21, 29.
- MENDIETA Y NÚÑEZ, Lucio (1941, 1951). FA-CP-Cx. 22, 13; FA-CP-Cx. 22, 14; FA-CP-Cx. 22, 16.
- MOREIRA LEITE, Dante (1969). FA-CP-Cx. 16, 47.

- MOREIRA, Renato Jardim (1960). FA-CP-Cx. 15, 46.
- PENNA, Damasco (1958, 1963). FA-CP-Cx. 24, 41; FA-CP-Cx. 24, 42.
- POVIÑA, Alfredo (1936, 1940, 1951, 1952, 1953, 1954). FA-CP-Cx. 25, 36; FA-CP-Cx. 25, 37; FA-CP-Cx. 25, 38; FA-CP-Cx. 25, 41; FA-CP-Cx. 25, 45; FA-CP-Cx. 25, 46.
- PRESTES MAIA, Francisco (1961). FA-D11/1, 15.
- QUEIRÓZ, Maria de Isaura de (1952). FA-CP-Cx. 25, 67.
- QUERINO RIBEIRO, José et al. (1953). FA-CP-Cx. 26, 56.
- RAMOS, Guerreiro (1953, 1956). FA-CP-Cx. 26, 11; FA-CP-Cx. 26, 12.
- RHEINBOLDT, Heinrich (1953). FA-D6/1, 45.
- RIBEIRO, Leonídio (1952). FA-D6/1, 06.
- RINDE, Erik (1951). FA-CP-Cx. 28, 83; FA-CP-Cx. 28, 84; FA-CP-Cx. 28, 26.
- ROKKAN, Stein (1953). FA-CP-Cx. 28, 83; FA-CP-Cx. 28, 84; FA-CP-Cx. 28, 26.
- ROQUETTE-PINTO, E. (1952). FA-D6/1, 27.
- SAWAYA, Paulo (1967). FA-CP-Cx. 29, 39.
- SERRANO, Jonathas (1939). FA-CP-Cx. 29, 65.
- SILVA BRITO, Mário da (1970). FA-CP-Cx. 4, 61, FA-CP-Cx. 6, 70.
- SILVEIRA, Ênio (1964). FA-CP-Cx. 29, 80.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1944, 1945, 1946, 1949, 1950, 1965). FA-CP-Cx. 31, 14; FA-CP-Cx. 31, 18; FA-CP-Cx. 31, 29; FA-CP-Cx. 31, 32; FA-CP-Cx. 31, 37; FA-CP-Cx. 31, 50.
- VILLA LOBOS (1957). FA-CP-Cx. 33, 81.
- VILLEGAS, Daniel Cosío (1942, 1943, 1946). FA-CP-Cx. 9, 43; FA-CP-Cx. 9, 52; FA-CP-Cx. 9, 53.
- WILLEMS, Emílio (1949, 1950, 1951, 1953, 1954, 1958). FA-CP-Cx. 34, 21; FA-CP-Cx. 34, 22; FA-CP-Cx. 34, 24 até FA-CP-Cx. 34, 32; FA-CP-Cx. 34, 34; FA-CP-Cx. 34, 35; FA-CP-Cx. 34, 37; FA-CP-Cx. 34, 38.
- XAVIER, Rafael (1942, 1949). FA-CP-Cx. 34, 45; FA-CP-Cx. 34, 51.

SOBRE O LIVRO

*Formato:* 14 x 21 cm

*Mancha:* 23, 7 x 42,10 paicas

*Tipologia:* Horley Old Style 10,5/14

2012

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

*Coordenação Geral*

Tulio Kawata

**CULTURA**  
**ACADÊMICA**   
*Editora*